

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA TRINTA DE  
DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE.**

----- No trinta de dezembro de dois mil e treze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e vinte e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (justificada) e FERNANDO ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO (justificada).-----

Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito:-----

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:**-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– A Exma. Senhora Deputada Municipal, Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida, remete via correio eletrónico, justificação da falta à Sessão Ordinária de 3 setembro de 2013.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Bodiosa, António José Santos Alves Lage Oliveira, remete via correio eletrónico, justificação da falta da Assembleia Municipal Ordinária de 3 setembro de 2013.-----

– O Teatro Viriato remete apresentação da Temporada de setembro a dezembro.-----

– A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões remete cópia de voto de pesar aprovado por unanimidade e enviado ao Exmo. Senhor Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal.-----

– A Ordem dos Advogados na pessoa do seu Bastonário A. Marinho Pinto remete Convite para reunião com o objetivo de analisar as consequências da intenção do Ministério da Justiça em reduzir para 23 o número de comarcas em todo o país.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal, Fernando António Pereira de Figueiredo solicita via correio eletrónico o envio em pdf do Regimento desta Assembleia.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal, Fernando António Pereira de Figueiredo, remete via correio eletrónico contributos para a Revisão do Regulamento e Funcionamento da AM.---

– O Centro de Apoio a Deficientes Santo Estevão na pessoa da sua Administradora Delegada remete oficiosamente agradecimento pelo convite para a Cerimónia de Instalação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Viseu.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros remete em mão justificação de falta quer ao Ato de Instalação, quer à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no passado dia 22 de outubro.-----

– A FENPROF, na pessoa do seu Secretário-geral, remete Carta Aberta em defesa da Escola Pública.-----

– A Associação Nacional de Municípios, na pessoa do seu Secretário-geral, remete circular referente ao XXI Congresso da ANMP a realizar em 23 de novembro próximo.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ribafeita, remete via correio

eletrónico justificação de falta à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no passado dia 22 de outubro.-----

– O Exmo. Sr. Dr. Carlos Marta Gonçalves, remete oficiosamente despedida do cargo de Presidente do Conselho Executivo da CIM Viseu Dão Lafões desejando os maiores sucessos profissionais e pessoais, fazendo votos que a parceria e envolvimento com a nova equipa da CIM se mantenha e, assim, seja possível alcançar maiores êxitos no futuro em prol da nossa Região.-----

– A Exma. Segunda Secretária da Mesa, Dr.<sup>a</sup> Cristina Paula Cunha Pereira Gomes solicita via correio eletrónico, substituição para a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 06/11/2013.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calde, remete em mão, justificação de falta à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do dia 06/11/2013.--

– O Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Viseu, na pessoa do seu Comandante o Exmo. Intendente Victor Manuel Torres Rodrigues, remete felicitações desejando os maiores êxitos profissionais e pessoais, apresentando também toda a disponibilidade por parte da PSP.-----

– O Núcleo de Viseu da Liga dos Combatentes, na pessoa do seu Presidente, o Exmo. Tenente Coronel José Carlos Ribeiro Tomás, agradece e retribui cumprimentos apresentando também toda a disponibilidade daquele Núcleo para colaborações futuras.---

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France, remete via correio eletrónico justificação de falta à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do dia 06/11/2013.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mundão, remete via correio eletrónico justificação de falta à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do dia 06/11/2013.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, remete via CTT intenção de desvinculação do Grupo Municipal do PS e informa que pretende exercer o seu mandato como independente.-----

– A Exma. Senhora Deputada da Assembleia da República Maria Ester Vargas, remete via CTT votos de sucesso, manifestando também a sua disponibilidade para a resolução dos problemas/situações de interesse para a Região.-----

– O Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu Carlos Fernando Ermida Rebelo, solicita agendamento de Reunião.-----

– O Campus Universitário do Instituto Piaget de Viseu na pessoa da sua Presidente Marie Francoise Royer Cruz, agradece e retribui cumprimentos manifestando disponibilidade de colaboração.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Manuel Teodósio Martins Henriques, remete via correio eletrónico constituição do Grupo Coordenador do PSD na Assembleia Municipal de Viseu.-----

– O Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões, remete oficiosamente cumprimentos e solicita a indicação do representante desta Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP, remete via correio eletrónico “Pergunta do PCP ao Governo sobre o disposto na Lei do OE para 2013 em relação às Assembleias Distritais.----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo, remete via correio eletrónico “Propostas de Alteração ao Regimento Interno da Assembleia Municipal apresentadas pelo CDS/PP.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal, Carlos Vieira e Castro, remete via correio eletrónico “Propostas de Alteração ao Regimento Interno da Assembleia Municipal apresentadas pelo BE.-----

– Os Bombeiros Voluntários de Viseu, na pessoa do seu Presidente, agradecem e retribuem cumprimentos, manifestando disponibilidade de colaboração.-----

- A Associação Nacional dos Municípios Portugueses, remete oficiosamente as credenciais para acesso ao Portal daquele organismo, solicitando também a atualização dos contactos dos Associados.-----
- A Exma. Senhora Deputada Municipal, Maria Filomena de Matos Pires, remete via correio eletrónico “Propostas de Alteração ao Regimento Interno da Assembleia Municipal apresentadas pela CDU.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP, remete via correio eletrónico Propostas de Alteração apresentadas para o Orçamento de Estado de 2014.-----
- O Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, remete oficiosamente resposta à informação solicitada pelo Grupo Municipal do CDS – Partido Popular, referente à GESTIN Viseu.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal, José António Santos Esteves Correia, informa via correio eletrónico Renúncia de Mandato.-----
- O Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, remete oficiosamente resposta à informação solicitada pelo Grupo Municipal do CDS – Partido Popular, referente à preparação de base para colocação de escultura na Rotunda da Alagoa.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP, remete via correio eletrónico convite para a Audição Pública referente ao Regime de Uso e Transformação do Solo, Alteração à Lei de Bases da política de ordenamento do território e urbanismo.-----
- A Assembleia Municipal recebeu de diversos Organismos, Associações e Entidades, várias mensagens de Boas Festas.-----
- A Escola Profissional de Torredeita, remete ao Exmo. Senhor Presidente da AM convite para Almoço e Recital Natalício.-----
- A Exma. Senhora Deputada Municipal, Cristina Paula Gomes entregou “Propostas de Alterações Legais ao Regimento desta Assembleia Municipal”.-----
- D. Ilídio Leandro, Rev. Bispo de Viseu remete via CTT disponibilidade para agendamento de Reunião.-----
- A Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, remete oficiosamente mensagem de felicidades, assim como informa que estão a retomar os preparativos da 11ª edição da Assembleia Municipal de Jovens, disponibilizando para consulta no seu Link da Assembleia Municipal toda a documentação relativa ao trabalho desenvolvido desde 2007.-----
- A Exma. Senhora Deputada Municipal Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca, em virtude de ter de se ausentar do país remete via correio eletrónico pedido de substituição para aos períodos de 28 de dezembro de 2013 a 2 de janeiro de 2014, bem como de 18 a 25 de janeiro de 2014.-----
- A Exma. Senhora Coordenadora do Núcleo de Viseu - Amnistia Internacional remete via correio eletrónico convite para a apresentação do respetivo Núcleo, bem como assinalar os 65 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem.-----
- O Exmo. Senhor João Pedro Meneses Vila Maior remete via correio eletrónico informação relativa ao problema de trânsito nas imediações do Edifício Viriato I e Edifício Viriato II, bem como junto à Escola EB 2/3 Grão Vasco.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo, solicita via correio eletrónico atenção às respostas aos Requerimentos apresentados na Sessão de 6 de novembro.-----
- O Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, remete oficiosamente os esclarecimentos prestados pelo Presidente do Conselho de Administração das GESTINViseu relativamente à informação solicitada pelo Grupo Municipal do CDS/PP.---
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves, remete via correio eletrónico, pedido de substituição pelo período de um mês.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves, remete via correio eletrónico, alteração ao período de substituição de um mês para 3 semanas (21 dias).-----

- A Exma. Senhora Vereadora em regime de permanência, Odete Maria de Matos Paiva remete para conhecimento que, para cumprimento do número 1, do artigo 3º da Lei nº29/87, de 30 de junho, alterada e republicada pela Lei nº52-A/2005, de 10 outubro, se encontra a acumular funções docentes na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPV.-
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira pelo motivo de afastamento temporário da área da autarquia, remete via correio eletrónico pedido de substituição a partir do dia 23 de dezembro de 2013 por um período de 10 dias.-----
- A Exma. Senhora Deputada Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires, na impossibilidade de estar presente na Sessão da AM de 30/12/2013 em virtude de compromissos profissionais inadiáveis, remete via correio eletrónico pedido de substituição.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, na pessoa do Exmo. Sr. Chefe do Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, remete via postal desenho final da intervenção a realizar no Solar dos Peixotos.-----
- Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu (SMAS) remetem Relatório e Contas Intercalar.-----
- O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, remete informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município.-----
- O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, remete “Estratégia Viseu Primeiro 2013-2017”.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remete Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Piscinas de Viseu para o Ano de 2014.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa a Proposta para Celebração e Denúncia de Contratos de Delegação de Competências e de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia e Formas de Apoio às Freguesias, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa à proposta da Participação Variável no IRS – Lei nº2/2007 de 15 de janeiro, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa à Derrama, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa ao Financiamento no Âmbito do Programa de Reabilitação Urbana “Reabilitar para Arrendar” – Junto do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete novo Documento para substituição do anterior relativo à transcrição da deliberação relativa ao Financiamento no Âmbito do Programa de Reabilitação Urbana “Reabilitar para Arrendar” – Junto do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa à Taxa Municipal e Direitos de Passagem (TMDP), tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa à Redução dos Contratos a Termo Resolutivo, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa à Proposta de Cessação de Procedimento Concursal, para o preenchimento de um número máximo de 1 Posto de Trabalho na Carreira/Categoria de Técnico Superior – Área de Educação Social Art.º 66 da LOE 2013, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----

– A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa à Proposta de Procedimento Concursal, para o preenchimento de um número máximo de 2 Postos de Trabalho na Carreira/Categoria de Técnico Superior – Área de Engenharia Civil – Art.º 66 da LOE 2013 - Renovação, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013.-----

– A Câmara Municipal de Viseu, remete transcrição da deliberação relativa à Proposta de Atribuição de Reconhecimento Municipal – Viriato de Ouro, tomada na sua reunião ordinária realizada no dia 19-12-2013. -----

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----

– Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----

– Foram remetidas, por via postal, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópias das Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 03 de setembro de 2013.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal convocatória relativa à Sessão Extraordinária a realizar em 06-11-2013.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Exmo. Senhor Diretor de Departamento convocatória relativa à Sessão Extraordinária a realizar em 06-11-2013.-----

– Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal convocatória relativa à Sessão Extraordinária a realizar em 06-11-2013.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Exmos. Senhores Presidentes de Junta Convocatória e o Edital relativa à Sessão Extraordinária a realizar em 06-11-2013.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Membros Municipais convocatória relativa à Sessão Extraordinária a realizar em 06-11-2013.-----

– Foi remetido via correio eletrónico para conhecimento e publicação ao Jornal do Centro, edital relativo à Sessão Extraordinária a realizar em 06-11-2013.-----

– Foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal pedido de parecer sobre se a Sessão da Instalação da Assembleia Municipal de Viseu é considerada uma Sessão normal da Assembleia Municipal, com pagamento de senhas de presença aos seus Membros.-----

– Foi remetido oficiosamente aos diferentes Partidos Políticos com assento nesta Assembleia Municipal, Edital relativo à Sessão Extraordinária a realizar em 06-11-2013.--

– Foi remetido oficiosamente ao Senhor Presidente da Câmara, apresentação de cumprimentos bem como disponibilidade para analisar todas as questões que entenda como relevantes para a Instituição que dirige e para o Concelho de Viseu, tendo em consideração as competências específicas deste Órgão Autárquico.-----

– Foi remetido oficiosamente a diversas entidades, apresentação de cumprimentos.-----

– Foi remetido oficiosamente ao Senhor Presidente da Câmara propostas apresentadas na Reunião havida com os líderes dos Grupos Municipais nomeadamente:-----

. Possibilidade dos Membros da A.M. serem autorizados a estacionar as suas viaturas no parque automóvel da C.M. Viseu, junto às instalações da A.M. durante o período em que decorram as Sessões da AM.-----

. Possibilidade de criação de contas de correio eletrónico institucional para os Grupos Municipais e Membros da A.M.-----

– Em virtude da Exma. Senhora Deputada Municipal, Cristina Paula Cunha Pereira Gomes ter pedido substituição, foi informado oficiosamente o Exmo. Sr. Deputado Municipal José António Esteves Correia para proceder à sua substituição no Grupo Municipal do PPD/PSD na Sessão Extraordinária da A.M. de 06-11-2013.-----

– Em virtude da Exma. Senhora Deputada Municipal Cristina Paula Cunha Pereira Gomes ter pedido substituição, foi comunicado oficiosamente ao Partido Social Democrata que o Exmo. Sr. Deputado Municipal José António Esteves Correia, irá proceder à sua substituição na Sessão Extraordinária da A.M. de 06-11-2013.-----

- Em virtude do Exmo. Sr. Deputado Municipal José António Esteves Correia ter pedido Renúncia de Mandato, foi convocado oficiosamente para a Sessão Extraordinária da A.M. de 06-11-2013, o Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes para proceder à sua substituição.-----
- Em virtude da Exmo. Senhor José António Esteves Correia ter pedido Renúncia de Mandato foi comunicado oficiosamente ao Partido Social Democrata que o Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes irá proceder à sua substituição na Sessão Extraordinária da A.M. de 06-11-2013.-----
- Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes convocatória para a Sessão Extraordinária da A.M. de 06-11-2013.-----
- Foi remetido por via oficiosa à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, Certidão e cópia de parte da Ata referente à “Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Viseu para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões”, realizada na Sessão Extraordinária do dia 06-11-2013 nesta Assembleia Municipal.-----
- Foram remetidas por via oficiosa ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Certidão e Minuta relativa aos resultados da Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, como representante de todas as Freguesias do Concelho no “XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios” realizada na Sessão Extraordinária do dia 06-11-2013 nesta Assembleia Municipal.-----
- Foi remetido por via oficiosa ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, pedido de informações relativo à “Gestin Viseu- Parques Empresariais de Viseu, SA”, solicitado pelo Grupo Municipal do CDS/PP, entregue na Sessão Extraordinária do dia 06-11-2013 nesta Assembleia Municipal.-----
- Foi remetido por via oficiosa ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, pedido de informações relativo à “Preparação de base para colocação de escultura na Rotunda da Alagoa”, solicitado pelo Grupo Municipal do CDS/PP, entregue na Sessão Extraordinária do dia 06-11-2013 nesta Assembleia Municipal.-----
- Foi enviada por via oficiosa ao Exmo. Senhor Coronel Fernando António Pereira de Figueiredo Líder do Grupo Municipal do CDS/PP, resposta remetida pelo Chefe de Gabinete do Exmo. Senhor Presidente da Câmara referente à informação solicitada sobre a “Gestin Viseu- Parques Empresariais de Viseu, SA”.-----
- Foi enviada por via oficiosa ao Exmo. Senhor Coronel Fernando António Pereira de Figueiredo Líder do Grupo Municipal do CDS/PP, resposta remetida pelo Chefe de Gabinete do Exmo. Senhor Presidente da Câmara referente à informação solicitada sobre a “Preparação de base para colocação de escultura na Rotunda da Alagoa”.-----
- Conforme solicitado, foi remetido por via oficiosa à Associação Nacional dos Municípios Portugueses contactos atualizados.-----
- Conforme solicitado pelo Grupo Municipal do CDS/PP, foram enviadas via postal, respostas aos Requerimentos apresentados na Sessão de 6 de novembro.-----
- Foram enviados por via postal ao Exmo. Senhor Coronel Fernando António Pereira de Figueiredo Líder do Grupo Municipal do CDS/PP, esclarecimentos prestados pelo Presidente do Conselho de Administração das GESTINViseu relativamente à informação solicitada pelo Grupo Municipal do CDS/PP.-----
- Na sequência do pedido de substituição da Exma. Senhora Deputada Municipal, Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca, informou-se oficiosamente o Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes para proceder à sua substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição da Exma. Senhora Deputada Municipal Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca, informou-se oficiosamente o Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do PSD, que o Exmo. Sr. Deputado Municipal, António José Coelho Lopes foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

- Na sequência do pedido de substituição do Exmo. Sr. Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves, informou-se oficiosamente a Exma. Senhora Deputada Municipal, Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição do Exmo. Sr. Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves, informou-se oficiosamente o Partido Socialista, que a Exma. Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição do Exmo. Sr. Deputado Municipal Pedro Jorge de Almeida Pereira informou-se oficiosamente a Exma. Senhora Deputada Municipal, Florbela de Almeida Correia Soutinho que procedesse à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição do Exmo. Sr. Deputado Municipal Pedro Jorge de Almeida Pereira, informou-se oficiosamente o Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do PSD, de que, a Exma. Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição da Exma. Senhora Deputada Municipal Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires, informou-se oficiosamente o Exmo. Sr. Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira que procedesse à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição da Exma. Senhora Deputada Municipal Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires, informou-se oficiosamente o Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do PSD, que o Exmo. Sr. Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos ferreira foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- Informou-se o Exmo. Sr. João Pedro Vila Maior via correio eletrónico de que o seu alerta e respetivo pedido de informações assim como apresentação de soluções relativas ao problema do escoamento de trânsito na Zona do Edifício Viriato I, Edifício Viriato II e junto à Escola EB 2/3 Grão Vasco, foram reenviadas para a Câmara Municipal por se tratar de um assunto da sua competência.-----
- Foram enviados aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia Convocatória e respetivo Edital da Sessão da AM de 30/12/2013.-----
- Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmo. Sr. Vice-Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmo. 1º Secretário da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----
- Foi enviado via correio eletrónico ao Diário de Viseu e Jornal da Beira, Edital para publicação da Sessão da Assembleia Municipal de 30-12-2013.-----
- Foi enviado ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmo. Sr. Vice-Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmo. 1º Secretário da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, novo documento referente ao ponto 7 da OT, enviado pela Câmara Municipal de Viseu para substituição do anterior.-----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Bom dia a todos. Cumprimentava as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. Informava os Senhores Deputados que fizemos uma reunião com os Líderes dos Grupos Municipais sobre as Comemorações do 25 de abril e sobre a Assembleia Municipal Jovem. Informava também que ainda não se procedeu à emissão dos cartões de identificação, uma vez que estamos a aguardar que todos os Senhores e Senhoras

Deputadas entreguem alguns elementos em falta, nomeadamente fotografias. Assim, desde já pedíamos que fizessem a entrega. Informava também que foram solicitadas as substituições dos Seguintes Deputados:-----

A Dr.<sup>a</sup> Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca do PSD, solicitou substituição, sendo substituída pelo Senhor António José Coelho Lopes.-----

O Sr. Professor Alfredo José Ribeiro Gonçalves do PS solicitou substituição, sendo substituído pela Dr.<sup>a</sup> Adelaide Joana da Silva Modesto.-----

O Dr. Paulo Jorge de Almeida Pereira do PSD, solicitou substituição, sendo substituído pela Dr.<sup>a</sup> Florbela de Almeida Correia Soutinho.-----

A Dr.<sup>a</sup> Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires do PSD, solicitou substituição, sendo substituída pelo Senhor Pedro Osório dos Santos Ferreira.-----

Recebemos também uma comunicação escrita da Senhora Dr.<sup>a</sup> Odete Maria de Matos Paiva, relativa à acumulação de funções de Vereadora e de Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viseu, a qual está disponível para consulta das Senhoras e dos Senhores Deputados, no serviço de apoio da Assembleia Municipal.-----

Temos três Atas para apreciar e votar, mas antes de entramos na aprovação dessas Atas, gostaria de colocar à Assembleia uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Engenheiro José Fernando Rodrigues de Matos, assim como de um minuto de silêncio.-----

O Sr. Engenheiro José Fernando Rodrigues de Matos, foi um cidadão exemplar, um profissional competente e um defensor entusiasta de Viseu. Era uma pessoa frontal e autêntica. Era uma pessoa que amava a sua Cidade e o seu Concelho. Foi um Vereador, sempre disponível que apresentou várias propostas e sugestões que contribuíram para o desenvolvimento do nosso Concelho e cumpriu de forma notável e dedicada as suas funções. Foi também um lutador e um empreendedor em prol do desenvolvimento do Mundo Rural e da valorização da Agricultura e das Floresta, a que se dedicou nos termos profissionais, com obra de referência nos regadios e como um dos primeiros vitivinicultores, engarrafadores do Vinho do Dão. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Engenheiro José Fernando Rodrigues de Matos, guardando um minuto de silêncio em sua memória e manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe o teor deste Voto de Pesar.-----

Dava a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

--- UM - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal, apenas para dizer que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, se revê perfeitamente na proposta da Mesa. O Senhor Engenheiro Matos, para quem o conheceu e para quem com ele privou de perto, sabe que acima de tudo era um homem bom e ainda recordamos com saudade, aquando da nossa tomada de posse há dois meses atrás. Ele esteve presente, assim como estava presente em todas as tomadas de posse, o que quer dizer, que, mesmo abandonando os cargos públicos que ocupava, sempre se reviu e sempre esteve presente a dar apoio a quem os veios ocupar no futuro. Portanto, também nos associamos a essa Moção.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

--- DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores. O Partido Socialista está também associado a esta homenagem. Porquanto, o Senhor Engenheiro Fernando Matos, foi sempre uma pessoa bastante dedicada na defesa interesses da Cidade e do Concelho.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dava a palavra ao Senhor Deputado

Carlos Cunha.-----

--- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):**

Senhor Presidente da Mesa, estimado Executivo, meus Senhores e minhas Senhoras. Da parte do CDS/PP, há também toda a solidariedade nesta Moção, estando plenamente de acordo com a Mesa, defendendo e colocando-se também ao lado daqueles que contribuíram para enaltecer o bom nome desta Casa. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais nenhuma intervenção, colocaria esta proposta à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.* Íamos agora cumprir um minuto de silêncio.-----

Como dissemos, temos três Atas para apreciar e votar. Em relação à Ata da Sessão Ordinária de três de setembro de dois mil e treze, algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Não tendo ninguém solicitado o uso da palavra, colocava à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Havendo quarenta e três Deputados na sala, foi *Aprovada com quarenta votos a favor e três abstenções.* Em relação à Ata da Sessão de vinte e dois de outubro de dois mil e treze, algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Não havendo questões, iríamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com quarenta e dois votos a favor e uma abstenção.* Em relação à Ata da Sessão Extraordinária de seis de novembro de dois mil e treze, algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Também não. Vamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada com quarenta e dois votos a favor e uma abstenção.* Vamos iniciar de imediato o Período de Antes da Ordem do Dia e por isso, solicitava aos Grupos Municipais a apresentação da listagem das intervenções dos Senhores Deputados. Já aqui temos a listagem do PS, também do PSD, da CDU e do Bloco de Esquerda. Assim, começaríamos pela intervenção do Deputado Manuel Teodósio.-----

--- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Municipal. O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, vem apresentar-vos para discussão e votação a seguinte Moção, intitulada: “POR UMA MOBILIDADE FERRO E RODOVIÁRIA DA CIDADE-REGIÃO DE VISEU COMPETITIVA”, fundamentada nos seguintes pressupostos:-----

*“Considerando que, o próximo ciclo de financiamento (2014-2020) configura a última grande oportunidade para Portugal consolidar a sua rede de infraestruturas de conectividade e logística de vocação económica internacional, assim como para fechar redes internas estruturantes do sistema urbano nacional e de ligação entre as cidades médias.-----*

*Considerando que para a Região Centro e para a Cidade-Região de Viseu, este próximo ciclo de financiamento comunitário abre, em especial, uma janela de oportunidades para colmatar lacunas graves de infraestruturação de conectividade de nível regional, que foram esquecidas e minorizadas em detrimento de outros investimentos no país, durante várias décadas de aplicação da Política de Coesão em Portugal, e cuja persistência compromete gravemente fatores de competitividade económica e internacionalização, decisivos a uma nova dinâmica de desenvolvimento regional.-----*

*Considerando ainda que tais lacunas acham-se, em especial, relacionadas com as necessidades de melhoria da ligação rodoviária a Sul (tendo designadamente em vista uma articulação ao mercado metropolitano e centro logístico de Lisboa) e com a inserção da cidade-região de Viseu na rede nacional e transeuropeia de transporte ferroviário. A este nível, relevam num período plano a urgência da reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta e a construção da ligação a Viseu, assim como o investimento na construção da ligação ferroviária Aveiro – Viseu, que permita concretizar o corredor ibérico Aveiro – Salamanca, inscrito na Rede Transeuropeia de Transportes, com efeitos estruturantes na mobilidade*

*regional de pessoas e mercadorias, em termos multimodais e em condições de competitividade na ligação ao centro e norte da Europa, assim como na vocação transatlântica.-----  
Considerando que a consolidação e fecho desta rede rodoferroviária e a sua articulação com importantes funções portuárias e logísticas, permitirão reposicionar a economia da cidade-região de Viseu no centro de importantes dinâmicas e afirmar o seu papel logístico potencial, proporcionado pela sua localização geoestratégica em Portugal e na ligação a Espanha, no corredor da A25.-----*

*Considerando que se encontra ao nível do “Portugal 2020”, no seu Objetivo Temático 7 (“Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas”, incluindo designadamente “a melhoria da mobilidade regional, sub-regional em espaços de baixa densidade”), através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização e dos Programa Operacionais Regionais do Continente e complementarmente do instrumento comunitário “Connecting Europe Facility 2014/2020”, recursos financeiros bastantes e disponíveis do Fundo de Coesão e do Fundo Europeu de desenvolvimento Regional passíveis de contribuir para a concretização destes importantes investimentos nacionais e regionais.-----*

Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 30 de dezembro de 2013, delibera aprovar uma tomada de posição que: -----

1 - Afirme, publicamente e junto dos poderes regionais e nacionais competentes, a prioridade de dotar a Cidade-Região de Viseu de uma mobilidade ferro e rodoviária competitiva, assegurando a sua inserção na rede nacional e transeuropeia de transportes e a sua articulação com as principais zonas e funções portuárias e logísticas nacionais.

2 – Releve as absolutas prioridades de melhoria da ligação rodoviária da Cidade-Região de Viseu a Sul, de reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta e da construção da ligação a Viseu, assim como de concretização do corredor ferroviário ibérico Aveiro – Salamanca, para pessoas e mercadorias, em condições de competitividade sustentável na ligação aos mercados europeus e transatlânticos.-----

3 – Destaque e recomenda a prossecução da construção de um “lobby” regional, organizado pelos presidentes das câmaras municipais de Viseu, Aveiro e Guarda, tendo em vista a concretização dos importantes investimentos na promoção da mobilidade de pessoas e mercadorias no corredor da A25. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Coloca-se à discussão a presente Moção. Está inscrito o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

--- CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. Vai-me desculpar Senhor deputado mas esta Moção peca pela extensão, peca porque envolve Câmaras e nós não podemos vincular outras Câmaras, acho eu. De qualquer maneira, o meu Partido trazia também uma Moção no mesmo sentido e eu propunha que, fossem discutidas as ambas em conjunto e não apenas uma. Era isso fundamentalmente o que eu vinha dizer.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Vieira e Castro.-----

--- SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Muito bom dia. Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. No programa eleitoral do Bloco de Esquerda e de resto é uma posição que temos vindo a defender há muito tempo, dizemos o seguinte: O Plano ferroviário do Bloco de Esquerda, contempla a ligação do porto de Aveiro e Leixões à Europa, através de Vilar-Formoso, passando por Viseu. Lembraria apenas aqui que o Bloco de Esquerda foi talvez e creio

que, quase em simultâneo com a AIRV, quando isto por exemplo já se defendia em Aveiro por exemplo, foi das primeiras forças a defender esta solução. Portanto a ligação dos portos de Aveiro e Leixões à Europa através de Vilar-Formoso passando por Viseu, para mercadorias e passageiros em comboios de prestações elevadas. Portanto, não se trata de TGV, um comboio de prestações elevadas, é um comboio que anda para aí a uns 150 ou 200 Km/hora no máximo. Mas, não podemos ficar uma década ou mais à espera. O Bloco não promete nada para um futuro longínquo, mas dando soluções práticas e exequíveis a curto prazo. Daí que, já apresentámos aqui nas anteriores legislaturas a seguinte proposta: Viseu é considerada a única cidade média europeia com cem mil habitantes que não tem caminho-de-ferro. Contudo, é mais rápido ir da estação de camionagem de Viseu à estação de Mangualde do que da central de Sete Rios em Lisboa a Santa Apolónia. Já sugerimos ao Dr. Fernando Ruas que tentasse negociar com a Empresa Berrelhas concessionária da carreira para Mangualde e do STUV, com a CP e a Câmara Municipal de Mangualde, uma ligação ao comboio intercidades através de um “shuttel”, um mini autocarro de dezoito lugares. Fazia aqui um pequeno parêntese apenas para explicar a quem não sabe que o Berrelhas tem uma ligação a Mangualde, mas demora quarenta e cinco minutos. Portanto, é perfeitamente impraticável para quem quer apanhar o comboio. Portanto, parece o “ovo de Colombo” e se calhar é mesmo, haja vontade política. Naturalmente que estamos também a favor desta proposta.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputada Filomena Pires.-----

--- **SETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito bom dia Senhoras e Senhores, queria aqui, só deixar uma nota, relativamente a esta *Moção*, ela é de facto um bocadinho extensa e talvez eu não tenha tido a perceção de uma referência que para nós é importante. Há uma linha que percorre a Região de Lafões e que deveria ser de facto reabilitada e rentabilizada. Eu peço desculpa se de facto a *Moção* faz essa referência, mas eu não me apercebi disso. Para além disso quero dizer aqui que, de facto lamentamos que seja necessário reabilitar linhas ferroviárias em Viseu. O PCP, Partido integrante da CDU, em dois mil e cinco, muito se debateu para que de facto a linha se mantivesse ativa, para que o comboio não desaparecesse e realmente, não teríamos que reabilitar aquilo que tivéssemos mantido ativo. Foi talvez a única força política que muito seriamente se debateu e se tem debatido ao longo dos anos por esta causa, que entendemos que é estruturante e extremamente importante para o desenvolvimento de Viseu. Disse.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. O Senhor Deputado Alberto Ascensão tem a palavra.-----

--- **OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, representantes da Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. No seguimento do que informou o Líder da bancada do PS, Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, vinha apresentar a *Moção* que trazíamos preparada, no âmbito da mesma matéria da que foi apresentada aqui pelo Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

“ Viseu, cidade e concelho, reclama-se, justamente, como centralidade de uma vasta região. Empresta até o nome à Comunidade Intermunicipal em que se inclui. Não basta. É necessário ser, de facto, centralidade, na plenitude do que isso pode significar. É necessário derrubar algumas barreiras que nos impedem de ver Viseu afirmado como polo e motor de desenvolvimento, interna e externamente, da região, incrementando a sua competitividade e economia. O que já somos e temos fazem com que tenhamos obrigação de não deixar que o desenvolvimento local e regional estagne. A nossa localização geográfica privilegiada, entre importantes plataformas portuárias como Aveiro e Leixões e o acesso rápido a toda a Europa por Vilar Formoso, não pode ser desperdiçada só porque

algumas estruturas de primordial e reconhecida importância, simplesmente estão agora ignoradas. A ligação ferroviária entre Viseu e a linha da Beira Alta, com a valorização desta e a ligação entre Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca, bem como a ligação rodoviária entre Viseu e Coimbra, em autoestrada, são estruturas que, concretizando-se, farão com que fiquemos ligados, satisfatoriamente, ao resto do país, à Europa e ao Atlântico.-----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta a seguinte Moção:-----

*Considerando o manifesto e reconhecido interesse que a ligação ferroviária entre Viseu e a linha da Beira Alta, com a valorização desta e a ligação entre Aveiro/Viseu/Guarda/Salamanca, bem como a ligação rodoviária entre Viseu e o Coimbra, em autoestrada, têm para Viseu e para a região envolvente;*-----

*- Considerando que o processo de lançamento de obra de ligação rodoviária entre Viseu e Coimbra, via autoestrada, há cerca de três anos, se encontra já com concurso realizado;*-----

*- Considerando que os corredores para a ligação à linha da Beira Alta, bem como a de Aveiro - Viseu - Guarda - Salamanca, se encontram também já definidos há cerca do mesmo tempo;*-----

*- Considerando que o desenvolvimento de Viseu e da região envolvente se encontram garrotados, também, pela falta destas estruturas;*-----

*- Considerando que as estruturas ferroviárias e rodoviárias em questão apenas dependem de decisão e vontade do Governo da república.*-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária, no dia trinta de dezembro do ano de dois mil e treze, aprovou o seguinte:-----

1. – Exigir que, o Governo da República, desenvolva todos os esforços e procedimentos para que, a ligação ferroviária entre Viseu e a linha da Beira Alta, com a valorização desta e a ligação também ferroviária entre Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca, bem como a ligação rodoviária entre Viseu e Coimbra, em autoestrada, possam ser uma realidade num futuro próximo;-----

2. – Que, uma vez aprovada, esta Moção seja enviada ao Exmo. Sr. Primeiro-ministro, ao Exmo. Sr. Ministro das Obras Públicas e ao Exmo. Sr. Ministro da Economia, bem como a Sua Excelência o Sr. Presidente da República Portuguesa. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Está à discussão também esta Moção.

Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

--- NOVE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas. Só precisar aqui duas situações. Uma coisa são os considerandos, outra, é a Moção propriamente dita. Da intervenção que fiz aqui, eventualmente o que pode ter sido um pouco extenso foram os considerandos, porque a Moção em si, são três pontos. Mas também, fiquei mais descansado quando ouvi a proposta do Partido Socialista, que em termos de caracteres, penso que não ficou muito longe daquela que foi apresentada. Temos aqui uma diferença de fundo, que é bom ficar registado. A Moção que apresentei aqui em nome do Partido Social Democrata, teve o cuidado de não desenterrar passado. Nós já partimos aqui muita pedra, já falámos aqui muito, de garrafas de champanhe, está passado. Mas não fica bem e não serve os interesses da região, voltarmos a desenterrar essas situações. Por isso, o que se passou para trás, as responsabilidades de uns e de outros, não ajuda nada neste momento do campeonato. Esta Moção que a gente apresenta tem precisamente esse condão, de ser límpida nesse aspeto e há um outro aspeto que faz aqui alguma diferença. Nós falamos na ligação ao Sul do País. O Partido Socialista continua a falar na ligação a Coimbra. Nós falamos na ligação ao Sul do País e quando estamos a falar na ligação ao Sul do País, estamos, obviamente também a falar em Coimbra que fica ligeiramente a Sul de Viseu, mas acima de tudo estamos a falar em encurtar distâncias para a área metropolitana de Lisboa e para toda a área comercial e

económica que daí advenha. Se a passagem é por Coimbra, se é mais a Sul de Coimbra, não desceríamos a esse pormenor. De resto, eu penso que as Moções, a do Partido Socialista não trás mais nada do que aquela que está aqui. Penso que esta que apresentamos é um bocadinho mais despida de cores partidárias e por isso, nós submetemos esta nossa proposta e sugerimos ao Partido Socialista que efetivamente se quiser também colaborar com esta proposta será bem-vindo e poderemos aceitar, deixando a que tem aqui apresentada. Só para precisar, eu lia apenas a parte da Moção, para ficar bem claro. Uma coisa são os considerandos, outra coisa é a Moção. A Moção tem três pontos.-----

*1 - Afirme, publicamente e junto dos poderes regionais e nacionais competentes, a prioridade de dotar a Cidade-Região de Viseu de uma mobilidade ferro e rodoviária competitiva, assegurando a sua inserção na rede nacional e transeuropeia de transportes e a sua articulação com as principais zonas e funções portuárias e logísticas nacionais.-----*

*2 - Releve as absolutas prioridades de melhoria da ligação rodoviária da Cidade-Região de Viseu a Sul, de reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta e da construção da ligação a Viseu, assim como da concretização do corredor ferroviário ibérico Aveiro – Salamanca, para pessoas e mercadorias, em condições de competitividade sustentável na ligação aos mercados europeus e transatlânticos.-----*

*3 - Destaque e recomenda a prossecução da construção de um “lobby” regional, organizado pelos presidentes das câmaras municipais de Viseu, Aveiro e Guarda, tendo em vista a concretização dos importantes investimentos na promoção da mobilidade de pessoas e mercadorias no corredor da A25.-----*

Portanto, nós aqui defendemos que será muito útil esta questão das sinergias com as Autarquias deste eixo da A25 e na consecução de ações que esta Câmara Municipal já teve num passado recente. Muito Obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dava a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

--- DEZ – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Eu começava logo por dizer ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, que não estamos a desenterrar nada do passado. Isto não é uma coisa nova, não nos podemos alhear de que é uma coisa reiterada e que esteve sempre presente exatamente pela mão do PSD nesta Assembleia, através de Moções, como sabemos. Não é uma coisa nova e portanto, não estamos a desenterrar nada do passado. São coisas que nunca se concretizaram e que nós queremos lembrar que não estão concretizadas e que apesar de reivindicadas não foram feitas. Portanto, mantêm-se perfeitamente atuais. Depois, ligação ao Sul do País! Certo. Quando nós dizemos a Coimbra, é a parte que falta para ligarmos ao Sul do País. O que estava programado e que não foi concretizado a partir de determinada data, nem é a ligação a Coimbra como sabemos, mas sim à zona da Mealhada. Nós, é que temos por hábito dizer que é a Coimbra, que é SUL. Era por aí assim, mais ou menos, sem nenhum pormenor. Portanto, eu só quero dizer, que nós não estamos interessados em ligar-nos a Coimbra. De facto, estamos interessados em chegar à A1, que pode ser através de Coimbra, para nos podermos ligar exatamente ao Sul, porque para Norte, quanto me parece, já estamos bem servidos. Portanto, também estamos interessados em encurtar distâncias, daí a nossa Moção ser no sentido de chegar a Coimbra, que é a parte que falta. O grande constrangimento, o grande estrangulamento, é precisamente esse. Se é Coimbra ou não, não interessa. Portanto, relativamente à ferrovia, também há aqui uma diferença. Nós mantemos aquilo que sempre foi reivindicado aqui e na Assembleia da República, que é a ligação Aveiro/Viseu/Guarda/Salamanca e não apenas a ligação à linha da Beira Alta. É a porta que se nos abre para a entrada plena na Europa. Portanto, nós, não estamos de forma nenhuma arredados do apoio como foi dito pelo Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho à Moção do PSD. Estamos abertos à persecução de uma redação única de uma Moção que possa satisfazer ambas as partes. De outra forma teremos que manter a nossa

proposta como autónoma em relação aquela que foi apresentada pelo PSD. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

--- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Também por economia, se me permitem dispense os cumprimentos. Fundamentalmente, daquilo que eu me apercebo, existe uma diferença marcante entre a *Moção* do PSD e a nossa. É que nós reivindicamos a ligação a Sul, chamamos-lhe Coimbra ou qualquer outra coisa, através de uma autoestrada o PSD, fala numa ligação. Se fizer o favor Sr. Deputado Teodósio, explique-nos se quer ou não uma autoestrada para podermos entrar num acordo possível, porque o resto é pacífico. Isso não é pacífico.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

--- **DOZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Minhas Senhoras e Meus Senhores. Em relação a posição do CDS relativamente a esta matéria temos a registar o seguinte: Viseu, tem que estar incluído na ferrovia. Efetivamente corroboramos com a posição do Bloco quando afirma que deve ser melhorada a ligação entre Viseu e Mangualde, uma vez que também já existe este ponto. Estamos também de acordo com esta ligação, esta reativação de Viseu enquanto centro ferroviário e defendemos também esta ligação a este eixo com Salamanca e também a ligação a Sul com Coimbra. Agora, temos aqui, é um pequeno parentese e uma ligeira discordância em relação à questão da autoestrada. A autoestrada sim, mas com alternativa para quem não pode circular nela, porque não nos podemos esquecer que, neste tempo de crise que vivemos, temos que fazer esta ressalva, porque nunca se fizeram em Portugal tantas autoestradas e nunca se andou, paradoxalmente tantas vezes nas estradas nacionais como presentemente. É esta ressalva que eu tenho que fazer, é este cuidado que nós temos que ter em atenção. Temos que deixar alternativas. Autoestradas sim, se for possível sim, damos todo o apoio a essa situação, mas temos que criar aqui alternativas para quem não pode circular nessas vias. Em relação à ferrovia, plenamente de acordo, desde que seja para promover a circulação de pessoas e mercadorias e que traga esta centralidade a Viseu. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves.-----

--- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, restantes Membros da Assembleia um bom dia a todos. Eu vinha aqui fazer uma pequena intervenção neste ponto, para tentar desmistificar aqui uma ou outra posição relativamente, não à ferrovia porque eu penso que a esse nível estamos entendidos, mas relativamente à questão da autoestrada. Nós estamos todos recordados que, ainda há bem pouco tempo e vamos aqui colocar tempo de três anos a esta parte, andámos aqui a brincar aos investimentos em autoestradas, a estudar alternativas de aeroportos, mais uma travessia sobre o Tejo, uma terceira ligação em autoestrada Lisboa – Porto e outra cambiante neste processo de construção de autoestrada que se prendia com a ilusão que alguém quis criar de que as autoestradas poderiam ser construídas sem custos para os utilizadores. A fatura chegou. Estamos todos a pagá-las e a rede de autoestradas que se criou, foi de uma ilusão de que não havia custos para quem andava nelas. Neste momento nós temos perfeita noção de que os projetos que há de autoestradas de ligação a Sul e quando digo a Sul não é à Anadia, Anadia é ligação a Norte, o traçado que estava era de ligação a Norte e não de ligação a SUL. A ligação a Sul, terá que obrigatoriamente se sobrepor no traçado do IP3, coisa que me parece que o CDS/PP também não quer, pois quer o IP3 como alternativa. Se o IP3 passar a ser a alternativa, não há condições de viabilidade económica de uma autoestrada. Ou seja,

ninguém, nenhum concessionário, aceitará construir uma autoestrada que não tenha rentabilidade e é isto que está em cima da mesa. O que nós queremos efetivamente é termos uma ligação mais rápida a Sul, que nos permita chegar com mais rapidez a Lisboa. Se não tivermos que pagar portagens, acho que todos defenderemos esta posição. Uma autoestrada simples, conforme aqui está a pedir-se, é uma sobreposição ao IP3. Eu questionava aqui o Partido Socialista relativamente à autoestrada. Se a autoestrada for sobreposta ao traçado IP3, se concordam que seja construída essa autoestrada e que alternativa seja apenas a estrada nacional. Muito obrigado.-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

--- **CATORZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros do Executivo. Senhor Deputado Pedro Alves, o Partido Socialista defende aquilo que foi aprovado e foi concursado. Nós pretendemos como sabe e isso é verdade, nós pretendemos uma autoestrada e manter uma ligação não portajada. Ora bem, isso é uma situação que o PSD durante anos andou a defender. Agora de repente, muda de posição. Eu admito que sim, têm o direito de mudar de posição. Efetivamente se nos perguntam o que é que nós queremos, o que nós queremos é isso. Porque faz pouco sentido que desde a fronteira de Chaves até Viseu haja uma autoestrada e depois aqui interrompe. Claro, evidentemente que as Autoestradas são pagas, conhece alguma que não seja paga neste país? Eu não. Conhece? Ainda bem, faça o favor de me dizer aonde é, para eu passar lá, porque eu quando passo nas autoestradas pago. Agora, faz pouco sentido que desde a fronteira de Chaves até aqui haver uma autoestrada, desde Vilar Formoso até Mangualde, ou até passar aqui ao lado à uma autoestrada e chega a Viseu para. Porquê? Vocês pretendem Viseu centralidade e depois não pretendem o resto das consequências? Isso é caro? É evidente que é caro. O País tem condições? Não sei se tem. Haverá quadros comunitários e eventualmente isso é possível. Agora, continuo a dizer que não faz nenhum sentido as autoestradas pararem em Viseu. Faz sentido? Para mim não faz.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** A título excecional porque foi questionado, dou a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

--- **QUINZE - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Dispensar-me dos cumprimentos, apesar do protocolo assim o exigir, mas penso que é demasiado massudo para mim e para vocês, porque não tenho nenhum prazer por aí além, mas também devemos cumprir. Vou fazer só um ponto da situação. Eu não vou novamente andar para trás e dizer que a autoestrada era para Coimbra e depois alguém a mudou para a Anadia, depois mudou não sei para onde. Águas passadas, nem a quantidade de garrafas de champanhe que foram abertas, está fechado, está encerrado. Vamos pegar aqui na questão das Moções. A parte dos considerandos, não faz parte da *Moção* e o que eu disse aqui em relativamente à *Moção* do Partido Socialista, em termos de considerandos, digamos que ela não estava despidida de uma atuação partidária ou da camisola partidária. Em termos da *Moção* em si, relativamente à ferrovia, penso que há aqui uma identificação perfeita, não há aqui qualquer tipo de problema. Relativamente à autoestrada nós falamos em ligação a Sul, quanto à *Moção* do Partido Socialista, eu não sei o que é que pensam, mas o que está escrito é, autoestrada para Coimbra. Portanto, uma coisa é autoestrada para Coimbra, outra coisa é ligação ao Sul. O que nós nesta *Moção*, pedimos, exigimos e queremos, é uma ligação a Sul para encurtar distâncias. Penso eu que, não serão as estradas nacionais e municipais que encurtarão distâncias em termos de tempo. Portanto, estamos a falar em encurtar distâncias, estamos a falar em vias de comunicação, podemos-lhe chamar autoestradas ou poder-se-á chamar uma outra coisa qualquer, mas efetivamente o que queremos é encurtar distâncias, queremos reduzir o tempo de viagem relativamente a Lisboa. Mas a nossa *Moção* tem ainda mais um aspeto extremamente importante, que é o ponto três, se estiveram com atenção. É a questão de

proponer aqui a criação de um “lobby” com a Autarquia de Aveiro e com a Autarquia da Guarda, no sentido de se concretizar um projeto estruturante para esta região do País. Ou seja, nós temos mais um aspeto do que o Partido Socialista, há um aspeto que é comum ao Partido Socialista, que é a ferrovia. Relativamente à rodovia não me parece que o que nós tenhamos seja algum confronto com o que defende o Partido Socialista, porque nós defendemos uma ligação a Sul. Obviamente que ninguém está aqui a pensar numa ligação “em carreiro de cabras”, penso eu, quer dizer, haja bom senso por amor de Deus. Estamos a pensar numa ligação a Sul. A questão das portagens, das autoestradas com portagens ou sem portagens, também não vamos falar, porque quem disse que havia autoestradas sem portagem, foram os Senhores e portanto estava aí mais do que escrito, infelizmente constatamos isso mais, de uma forma bastante dura nas nossas carteiras. Portanto, eu voltava a reiterar ao Partido Socialista, que a única coisa que está aqui diferente, é que vocês falam em autoestrada a Coimbra e nós falamos, ligação a Sul para encurtar distâncias. É esta a questão de pormenor, ferrovia estamos igual e queremos criar aqui um “lobby” com Aveiro e Guarda. Parece-me que não há aqui nenhuma situação para que não possamos estar de acordo. Não é nenhum aspeto vosso que, digamos que venha a aumentar, porque senão eventualmente estaremos dispostos a que fizesse parte da nossa Moção. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

--- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Mais uma vez peço que me dispensem dos cumprimentos. Rapidamente, não venho desenterrar nada, nem garrafas de champanhe nem Scuts. Venho só dizer que nós, aceitamos alterar a redação e em vez de Coimbra ser ligação ao Sul. Só alteramos isso, alteramos Coimbra por ligação a Sul e está resolvida a questão. Muito obrigado.

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** O Senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra.-----

--- **DEZASSETTE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprimentava o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Mesa, Senhoras e Senhores Deputados. Não era minha intenção intervir ainda neste ponto, mas entendo que sem querer entrar no conteúdo das duas Moções que foram apresentadas, reafirmava aqui o seguinte. Esta discussão está a ser tida no dia trinta de dezembro de dois mil e treze, num momento em que Portugal está a discutir o acordo de parceria com a União Europeia, em que há dois vetores que estão presentes nesta discussão. Por um lado são as verbas que vão ser alocadas a Portugal, designadamente, uma coisa que são as verbas do Fundo de Coesão, em que há duas linhas. Uma para acessibilidades transeuropeias e outra para a vertente do ambiente. Por outro lado há um Programa Europeu que se chama “Connecting Europe Facility” que tem exatamente como objetivo facilitar as ligações entre a Península Ibérica e o centro da Europa, quer ao nível da rodovia, da ferrovia e também ao nível da eletricidade e do gás. Ora bem! É importante, que num momento como este em que Portugal está a discutir, seja perfeitamente clara qual é a posição de Viseu, porque nos próximos dias, nas próximas semanas, as opções vão ser tomadas e era extremamente importante que de uma vez por todas Viseu aparecesse com uma posição única. Aquilo que eu apelo aos Senhores Deputados, é que efetivamente tenham em linha de conta o seguinte. É neste contexto que nós poderemos assegurar que Viseu venha a ter a ferrovia durante este quadro comunitário de apoio e reconhecerão que é extremamente importante para o nosso desenvolvimento, não só a perspetiva da melhoria da linha da Beira Alta, porque deixemo-nos de ilusões de TGVs e coisas do género, que não vamos ter seguramente porque não há dinheiro para isso, seria uma mera ilusão. Portanto, é com realismo que devemos abordar estas questões. A lógica da melhoria da linha da Beira Alta, a existência de uma estação em Viseu e uma ligação a sul que vá permitir ligar Viseu a Aveiro, tirando partido desta ligação, que no fundo é fechar o triângulo, é algo que neste

momento merece o consenso do ponto de vista da Região Centro e que merece o consenso do ponto de vista da Região Norte. Portanto, a Região Centro e a Região Norte, estão em sintonia. Aquilo a que se referia o Senhor Deputado Manuel Teodósio, já teve lugar. Já há, neste momento uma plataforma da A25, que foi constituída entre mim, o Senhor Presidente da Câmara de Aveiro e o Senhor Presidente da Câmara da Guarda, em que o primeiro objetivo desta plataforma é exatamente a questão das acessibilidades e da mobilidade, onde está presente quer a vertente da ferrovia, quer a vertente da ligação a sul por parte de Viseu. Portanto, esse trabalho está a ser feito. Agora, é muito mais confortável para o Presidente da Câmara de Viseu, participar nas reuniões em que tem participado, designadamente com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, designadamente numa reunião que vamos ter os três Presidentes de Câmara com o Senhor Ministro da Economia agora nos próximos dias. É muito mais confortável chegar a este tipo de reuniões e dizer assim, eu tenho o conforto da posição unânime de todos os Grupos Municipais e de todos os Partidos do meu Concelho, em relação a esta matéria com realismo. Portanto, aquilo que eu no fundo, deixo aqui aos Senhores Deputados, é que efetivamente, esta é uma questão demasiado importante para o nosso futuro coletivo, a ferrovia. Portanto, se tivéssemos aqui uma posição de consenso alargado, ela é positiva do ponto de vista, de não andarmos aí depois, alguns a dizerem que queremos uns comboiozinhos, a depreciarem aquilo que é uma negociação séria que tem vindo a ser feita desde alguns meses a esta parte. Portanto, sobre a questão da ferrovia, era um pouco este o entendimento que gostava que ficasse aqui. Em relação à ligação a sul, eu acho que, é bom também pensarmos do ponto de vista da localização da nossa Cidade-Região. Este tem sido um conceito que eu tenho vindo a defender e que sei que tenho a concordância de muita gente. É que se Viseu, quer cada vez mais assumir-se como Cidade-Região que interage não só no âmbito da Comunidade Intermunicipal, mas que faz a sua interação a Norte, designadamente ao Douro. O que se passa no Douro, não é indiferente a Viseu, até do ponto de vista da captação turística. O que se passa a Norte, também não é indiferente. O nosso aeroporto de entrada, é o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, não é outro. Do ponto de vista da captação de investimento, do ponto de vista também da lógica de captação de turistas, não nos é indiferente termos uma ligação ferroviária que nos permita captar pessoas para Viseu. Da mesma maneira que não é indiferente a nossa ligação face ao sul do país. A localização geoestratégica de uma Cidade-Região como a nossa, se estiver mais próxima meia hora de Lisboa, é muito mais atrativa do ponto de vista da captação de investimento e mais atrativa também do ponto de vista da captação de turistas. Portanto, esta questão não é de semântica, é uma questão de estratégia. Em bom rigor, se nós tivermos uma autoestrada ou uma ligação rápida que nos vá fazer sair a dez quilómetros de uma saída que já temos, isso não é uma mais-valia, porque estamos a andar para trás. Agora, se tivermos uma ligação que nos permita sair por exemplo, já em Condeixa, não é despreciable porque estaremos meia hora mais perto de Lisboa do que aquilo que estaríamos. Portanto, a questão da ligação a sul, não é mera semântica. Agora, eu enquanto Presidente da Câmara de Viseu, também não vejo que neste momento seja positivo ir-se para uma solução que sabemos que não é viável. Nós podemos de facto Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, reivindicar que se faça uma autoestrada com a manutenção do atual IP3 e o que eu lhe posso dizer, até pelos números que eu conheço, quer do "Connecting Europe Facility", quer dos números do quadro comunitário de apoio, do "Portugal 2020" é que seguramente, não será neste quadro comunitário de apoio que vamos ter a possibilidade de a ter. Eu, sinceramente, prefiro ter algo que me permita uma ligação rápida a sul sem portagens, uma melhoria da via que está. Eu acho que isso é que é realismo Senhor Deputado. As pessoas podem andar uma vida inteira a ambicionar ter um Ferrari e se calhar vão morrer sem ter um Ferrari. Eu acho que este é o momento do realismo, o realismo baseado naquilo que são os recursos existentes. Sinceramente, Senhores Deputados, acho que neste momento, o realismo nos aconselha a defender uma

ligação com características de autoestrada a sul, sem portagem. Isto é, aproveitar os troços existentes, alargando aonde eles possam ser alargados, melhorando aonde eles possam ser melhorados e sobretudo numa perspetiva reivindicativa dizermos, nós queremos ficar meia hora mais perto de Lisboa do que aquilo que estamos, porque isso é que nos trás uma mais-valia. Portanto, esta posição que gostava de deixar aqui aos Senhores Deputados, é que eu entendo que devemos iniciar este novo ciclo, exatamente consertando posições em relação aquilo que é possível consertar. É muito importante que, quando Viseu toma uma posição e quando Viseu diz quero isto, que haja aqui uma sintonia. Nós temos que divergir e é saudável, a democracia é também divergência, é também contraditório. Mas sobre aquelas questões que são de fundo para a nossa região, como é o caso da ferrovia, como é a ligação a sul com uma estrada com características de autoestrada sem portagem, acho que são duas matérias que deveriam merecer um consenso alargado de todos e evitar estes numerozinhos que às vezes se fazem tentando ridicularizar determinado tipo de posições que não ajudam em nada ao nosso futuro coletivo. Portanto, acho se estamos a iniciar um novo ciclo, se estamos a iniciar aqui também um novo ciclo de relacionamento, devemos dar o exemplo. Se nesta matéria pudéssemos hoje, ter uma posição consertada que dissesse lá para fora, designadamente para os nossos concidadãos, os Deputados da Assembleia Municipal e também o Executivo, estão de acordo sobre estas duas opções. Isso é um bom sinal que damos para o exterior, é uma boa maneira de terminarmos este ano, de iniciarmos este novo ciclo e de também posicionarmos a nossa Cidade-Região em relação aquilo que está a ser feito por Portugal neste momento. É que este é o contexto. Nós estamos a discutir com a União Europeia, quais vão ser as opções para Portugal nos próximos sete anos, não estamos a fazer uma discussão académica. Estamos a fazer uma discussão realista. Isto ou é colocado neste momento como uma opção do país ou não será feito. Portanto, esta é uma oportunidade que temos, ou a aproveitamos e estamos todos do mesmo lado da barricada, a defender aquilo que entendemos que é realista e melhor para Viseu, ou então continuamos a andar aqui nesta gincanazinha e a vermos os comboios passar.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Se me permitem, eu penso que as duas Moções e se for esta a vontade, eu fazia este apelo, até na sequência desta intervenção do Senhor Presidente da Câmara, de haver uma junção das Moções. É simples. Eu faria uma proposta e depois daria a palavra ao Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho. Uma junção, com as únicas duas diferenças que as propostas têm como acrescento, que era propor “*ligação rodoviária da Cidade-Região de Viseu ao sul com características de autoestrada*”, fazia esta proposta ao Deputado Manuel Teodósio e fazia uma proposta também, que a *Moção* seja enviada, que é a proposta do Deputado Alberto Ascensão, “seja enviada ao Senhor Primeiro Ministro, *Senhor Ministro da Economia, ao Secretário de Estado das Infraestruturas do Estado, etc.*”. Seria um acrescento que não estava previsto nesta proposta. Portanto, se entenderem, faríamos a junção, das duas Moções se os subscritores estiverem de acordo. Tem a palavra o Senhor Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

--- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. Como ficou claro o meu Partido defendeu aqui, que houvesse uma ligação com características de autoestrada ou uma autoestrada. Nós defendemos uma autoestrada como é evidente, eu pedi que definissem qual era a vossa posição e não o fizeram. Eu fico muito satisfeito com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, porque a intervenção do Senhor Presidente da Câmara clarifica a situação. Ou seja, se for feita uma ligação com características de autoestrada, nós damos o nosso completo acordo. Nós sabemos quanto custa uma autoestrada. Agora, nós pedimos uma definição, digam o que é que querem e vocês não o fizeram. Peço desculpa, não o fizeram. Recusaram-se a fazê-lo. O Senhor Presidente da Câmara defende uma posição claríssima com a qual eu concordo e o meu

Grupo subscreve isso. Uma ligação com características de autoestrada a Coimbra, satisfaz-nos plenamente. Porque, insisto, não se pode vir de Espanha a Norte de Chaves, até aqui e de repente deixar de haver situações dessas. Isso é que não é possível. Agora, se houver uma nova estrada em cima do IP3 se for caso disso, ou mais a sul como o Senhor Presidente da Câmara defende, com características de autoestrada, estamos completamente de acordo. Não tenho nenhuma dúvida em aceitar as posições que o Senhor Presidente da Assembleia colocou em termos de juntarmos as Moções.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dou a palavra ao Senhor Deputado Vieira e Castro.-----

--- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Eu lembraria apenas que há outro pormenor que convém que ficasse esclarecido, para que nós Bloco de Esquerda pudéssemos votar favoravelmente. É que as portagens pagas nas Scuts do interior, como a A25 e a A24, representam custos adicionais para as empresas do concelho e da região. Vou lançar dois exemplos. A “Patinter” quinhentos mil euros por ano e a “PSA” seiscentos mil euros por ano. Levando algumas à falência ou a sedarem-se noutros concelhos. Portanto, para nós é fundamental que para além desse pormenor que para nós é importante de ser autoestrada ou não, pois para nós é importante que a mobilidade se faça com segurança. Portanto não só esse esclarecimento, de uma ligação com características de autoestrada, como também seja acrescentado sem portagens. Porque isso é fundamental. Porque depois corremos o risco, se fazem uma autoestrada e fica o IP3 nas condições em que está, que é uma estrada perigosa, portanto, estamos na mesma. Portanto, convém esclarecer isso para depois não sermos surpreendidos.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **VINTE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Queria aqui tomar a palavra apenas para reforçar, porque estamos inteiramente de acordo com esta posição do Bloco de Esquerda. Se alguém de facto se tem debatido contra o peso que as portagens têm tido, nomeadamente na sustentabilidade da economia da Região de Viseu somos nós. Portanto, não poderíamos de forma nenhuma deixar de vir aqui falar também nessa necessidade de salvaguardar que efetivamente essa ligação seja isenta de portagens. Relativamente à referência do “caminho de cabras”, eu lembrava aqui apenas e falei na ligação ferroviária que atravessa a Região de Lafões, porque de facto o programa da CDU, no âmbito daquilo que é um programa de desenvolvimento estratégico para o Turismo para a Região de Viseu, tinha como proposta que efetivamente aquela linha fosse recuperada e se mantivesse como linha turística, o que nos parece de facto relevante nesta ligação do Concelho de Viseu a outros Concelhos. Muito obrigado.----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Em relação a estas duas intervenções anteriores, eu só chamava à atenção que as portagens não foram objeto da apresentação em termos das Moções para discussão e por isso, não se pode acrescentar esse elemento. De qualquer maneira, fica o vosso registo em termos da vossa vontade e das vossas propostas. Dou a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

--- **VINTE E UM - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente só para dizer que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, identifica-se e aceita as sugestões da Mesa. Nós também somos defensores de que há questões estruturantes para o Concelho que nos devem obrigar a todos nós estarmos do mesmo lado da barricada, despirmos a camisola partidária e vestirmos a camisola do Concelho e da Região e portanto, não há qualquer tipo de problema. Já agora, um esclarecimento ao Doutor Ribeiro de Carvalho. O Partido Social Democrata, explicou aqui, não deixou de dar resposta. Só que estava um bocadinho distraído, porque hoje têm estado um bocadinho distraídos aí nessa fila, já tenho dado conta. Mas fomos bem claros relativamente a essa questão. Relativamente ao Partido

Comunista queria dizer só como informação que aquilo que defendemos em relação à linha do Vouga, a linha do Vouga foi toda levantada, existe apenas o percurso e dizer que neste momento há um conjunto de autarquias a trabalhar em sintonia para fazerem uma candidatura para a construção de uma Ecopista, eventualmente até em terra batida, fala-se um pouco nisso. Dizer que há já um projeto no campo turístico para essa utilização. Possivelmente esta ligação que se fala terá que ter um percurso diferente. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Se me permitem, eu passava a ler a *Moção* para ver se há consenso.-----

Senhores Deputados, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em trinta de dezembro de dois mil e treze, delibera aprovar uma tomada de posição que:-----

- *Afirme, publicamente e junto dos poderes regionais e nacionais competentes, a prioridade de dotar a Cidade-Região de Viseu de uma mobilidade ferro e rodoviária competitiva, assegurando a sua inserção na rede nacional e transeuropeia de transportes e a sua articulação com as principais zonas e funções portuárias e logísticas nacionais.*-----

- *Releve as absolutas prioridades de melhoria da ligação rodoviária da Cidade-Região de Viseu a Sul, com características de autoestrada, de reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta e da construção da ligação a Viseu, assim como de concretização do corredor ferroviário ibérico Aveiro-Salamanca, para pessoas e mercadorias, em condições de competitividade sustentável na ligação aos mercados europeus e transatlânticos.*-----

- *Destaque e recomenda a prossecução da construção de um lobby regional, organizado pelos Presidentes das Câmaras Municipais de Viseu, Aveiro e Guarda, tendo em vista a concretização dos importantes investimentos na promoção da mobilidade de pessoas e mercadorias no corredor da A25.*-----

- *Uma vez aprovada esta Moção, seja enviada ao Excelentíssimo Senhor Primeiro-ministro, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, bem como a Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa.*-----

Os subscritores estão todos de acordo? Dou a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

--- **VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Mais uma vez os cumprimentos habituais. Simplesmente para dizer que de facto, não constando de nenhuma das propostas iniciais, sem portagens, também é verdade que foi pelo Senhor Presidente da Câmara que foi introduzida a nova forma de ligação a Sul e portanto, nada nos repugna acrescentar sem portagens, por uma questão de garantia de que assim será. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dou a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

--- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** o Partido Social Democrata entende, que quando se fala em perfil de autoestrada, toda a gente entende que é sem portagens. Portanto, quando está escrito perfil de autoestrada, é sem portagens. Nós temos as autoestradas que são pagas e temos com perfil de autoestrada que não são pagas. Portanto, há esta associação. De Carregal do Sal a Santa Comba tem uma estrada com perfil de autoestrada. Certo? Perfil de autoestrada, não se paga portagens. De qualquer forma não temos nada contra o facto de se precisar. Só estou a dizer que, o cidadão comum, quando se fala numa estrada com perfil de autoestrada, subentende já que estamos a falar de algo que é para não ter portagens.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Penso que está retomada toda a discussão. Então fica com *características de autoestrada sem portagens.*-----  
Não havendo mais nenhuma intervenção, colocava à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

-Dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

--- **VINTE E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia

Municipal, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Na Sessão Extraordinária desta Assembleia de seis de novembro último, primeira Sessão “a sério” deste novo ciclo autárquico, ao usar da palavra depois da informação que Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara, trouxe a este areópago referi e passo a citar:---  
“Refere Vossa Excelência a criação de um Conselho Estratégico de Viseu, dizendo concretamente uma frase de que eu gostei muito e que gostaria que aqui constasse. Vossa Excelência diz que *“O Conselho Estratégico de Viseu reunirá as personalidades mais relevantes da vida cívica, económica, social e cultural de Viseu e das suas instituições âncora”*. Como é evidente, público e notório, estas personalidades mais relevantes da vida cívica, económica, social e cultural de Viseu não se confinam a um Partido. Espero, portanto, que isso seja devidamente representado em termos de pluralidade”. Fim de citação. Dava eu, portanto, o benefício da dúvida a Vossa Excelência e ao mesmo tempo, alertava para a necessidade da convergência de um leque alargado de posições estratégicas e ideológicas, num órgão que seria, no entender de Vossa Excelência, um verdadeiro auxiliar da ação governativa do Município, em que se apoiaria a Presidência e a Edilidade, *“Qualificando o pensamento e a ação estratégica do Executivo; (e) reforçando as dinâmicas de reflexão, participação e troca entre agentes e personalidades relevantes do concelho”* citei.-----

Infelizmente, as minhas advertências e preocupações não foram acolhidas, face à lista divulgada das vinte e duas personalidades que Vossa Excelência houve por bem nomear para o dito Conselho que, na sua esmagadora maioria constituíam já o staff que contribuiu para a elaboração do programa do PSD às últimas autárquicas, o qual, quase *“ipsis verbis”*, a começar pelo título, veio a ser apresentado por Vossa Excelência, já na Presidência da Câmara Municipal, como “Estratégia Viseu Primeiro 2013/2017”.-----

Devo, antes do mais, esclarecer que nada, rigorosamente nada, me move contra qualquer daquelas personalidades, nem ponho minimamente em causa, não só a competência como a probidade de todas elas, algumas das quais me honro até de contar no meu círculo de amizades, estando certo que todas darão o seu melhor no exercício daquelas tarefas.-----

Mas tal não impede de verificar que, maioritariamente, direi mesmo, esmagadoramente, se situam na área ideológica, ou até mesmo político partidária, de Vossa Excelência, numa proporção que, seguramente, não traduz o pluralismo que os resultados eleitorais traduzem.-----

Como não impede de verificar que, ao contrário da exata afirmação de Vossa Excelência, não constituem “as” personalidades mais relevantes dos diversos setores da vida do concelho, mas apenas, como não podia deixar de ser, “algumas das” ditas personalidades. - Acresce ainda referir que, sem desprimor para os visados, se me afigura contraditório que alguém possa, simultaneamente, aconselhar o Executivo quanto a determinadas medidas ou orientações políticas enquanto membro do Conselho Estratégico e posteriormente, já enquanto Deputado desta Assembleia Municipal, estar em condições de isenção para sobre as mesmas se pronunciar. E pelo menos, é o que ocorre em relação a pelo menos, dois ilustres membros desta Assembleia.-----

Admitindo que o Conselho Estratégico de Viseu não tenha um “*numerus clausus*”, volto a insistir, tal como o fiz na anterior Sessão desta Assembleia, em sugerir a Vossa Excelência faça incluir no mesmo, a bem da cidade e do concelho, de que todos fazemos parte algumas outras personalidades, aqui residentes ou não, que possam trazer outros contributos através de visões não ideologicamente tão conotadas.-----

A democracia sairia reforçada. E o Concelho ganharia com certeza.-----

Já quanto ao intitulado Fórum “Viseu Cultura”, cuja composição, competências e

atribuições completamente ignoro, a fazer fé no que nos foi dito pelos Vereadores do Partido Socialista, que sobre o mesmo pretenderam saber alguma coisa e a que Vossa Excelência terá dito que se trata de um órgão de consulta do Presidente e sobre o qual não teria de dar explicações à Oposição no Executivo, também não se me afigura que corresponda àquilo que Vossa Excelência designa por “*nova cultura de governação, mais aberta à cidadania, mais plural e mais inclusiva e mais participada*”. Citei.-----

Quanto a esta “nova cultura de governação”, ainda dou o benefício da dúvida a Vossa Excelência, decorridos que são apenas dois meses de exercício do poder.-----

Mas, com franqueza, os sinais não são muito animadores. O tempo o dirá e cá estaremos para ver.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. Dava a palavra ao Senhor Deputado Vieira e Castro. Prescinde? Dava então a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **VINTE E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Senhor Presidente da Câmara, no uso dos direitos que me são concedidos pela legislação e no desempenho do meu papel de membro do órgão fiscalizador do executivo municipal, gostaria de ver esclarecidas as seguintes questões:-----

Face ao atual quadro legislativo, qual é a posição da Câmara Municipal de Viseu relativamente ao número de horas a constar no horário dos seus trabalhadores: -----

Manter as trinta e cinco horas ou alargar este horário para as quarenta horas semanais de trabalho efetivo, como pretende o governo, reduzindo desse modo o valor dos salários e violando o que foi estabelecido em acordo de concertação social, desde há vários anos, nos contratos de trabalho em funções públicas?-----

Relativamente às obras de saneamento iniciadas quinze dias antes das últimas eleições na freguesia de Rio de Loba, concretamente na Rua da Floresta e na Rua do Estádio, venho perguntar qual a razão por que se encontram paradas. Terá o seu executivo conhecimento de que os buracos abertos e não tapados, a falta de sinalização e o abandono da obra, estão a provocar frequentemente acidentes rodoviários, alguns de graves consequências, ao mesmo tempo que acarretam outros prejuízos para os habitantes e utilizadores daquelas vias? Ainda nesta freguesia, na estrada de acesso à Feira do Gado e ao Cantinho dos Animais, as obras de alcatroamento não foram concluídas. Porquê Senhor Presidente? A que motivo se devem estas paragens repentinas das obras, após as eleições?-----

Senhor Presidente das declarações que tem produzido é recorrente falar na educação e em obras que prevê lançar nessa área. No entanto assistimos a situações que contrariam o seu discurso. Quero questioná-lo sobre as razões pelas quais existe uma escola na Cidade com cobertura de lusalite, onde a humidade é tanta que a tijoleira se levanta, onde a caixilharia estragada não isola o frio nem o calor nem mesmo a água da chuva, que não mereceu ainda qualquer tipo de intervenção apesar das promessas públicas feitas, dos orçamentos pedidos, dos projetos realizados e tornados públicos, de ter mesmo chegado a ser anunciado o orçamento disponível? Falo concretamente da Escola Básica da Ribeira mas outras existem como a Escola Básica João de Barros onde também a água da chuva entra no edifício prejudicando o bem-estar das crianças e a motivação dos docentes e funcionários. Para quando se prevê que arranquem as obras prometidas e absolutamente necessárias?-----

Vou aqui também falar de uma escola (Grão Vasco) que foi visitada por ex e atuais membros do governo, que reconheceram a necessidade premente de realizar obras de beneficiação e adaptação, nomeadamente das acessibilidades, e que continua num estado de degradação deplorável. Mesmo não cabendo a responsabilidade direta pelas obras ao município, é obrigação política e moral deste desencadear mecanismos junto do governo para que estas obras fundamentais para a elevação da qualidade do serviço educativo que ali se presta, sejam urgentemente realizadas. Fica a promessa de em cada Sessão da Assembleia Municipal eu trazer aqui estes problemas enquanto não forem cabalmente

resolvidos.-----

Queremos ainda dar aqui nota de uma outra situação que, no nosso entendimento, carece da sua intervenção. No passado dia dezasseis de dezembro deslocou-se ao nosso Concelho o Senhor Deputado à Assembleia da República, Miguel Tiago. Tendo reunido com a direção do ACES Viseu-Dão Lafões, foi possível tomar conhecimento de algumas dificuldades diagnosticadas, nomeadamente a carência de técnicos administrativos e assistentes operacionais. A carência vai ao ponto de não haver quem conduza as viaturas para proceder ao apoio domiciliário. O atendimento tem sido realizado, mas com prejuízo para o estado, pois muitas vezes é paga a deslocação a um táxi, quando há quinze viaturas para prestar este serviço.-----

O Orçamento de Estado para dois mil e catorze, na sua visão restritiva e economicista, voltado para o ataque continuado aos serviços públicos, não vai permitir a renovação de contratos nesta área, sendo que há técnicos administrativos e assistentes operacionais que há dez anos prestam este serviço com contratos a termo. A consequência desta política vai ser a degradação de uma área de grande carência, a promoção do desperdício de mão-de-obra habilitada profissionalmente e um grave prejuízo para os utentes e para a qualidade da saúde dos habitantes do Concelho. O município que Vossa Excelência preside não pode ficar alheio a esta realidade e não podem deixar de alertar o governo para as graves consequências que também nesta área a sua política tem para os cidadãos.-----

Ainda nesta reunião foi-nos colocada a necessidade de mais espaços para a diversificação de consultas para além do atendimento no âmbito da Medicina de Saúde Familiar. Pergunto se há intenção da câmara de dar resposta a esta limitação, disponibilizando infraestruturas onde estas consultas possam vir a ocorrer. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves.-----

--- VINTE E SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, restantes Membros da Assembleia Municipal, Público em geral. Durante a última campanha eleitoral, os Viseenses, tiveram a oportunidade de refletir, avaliar e decidir sobre a Cidade e o Concelho que querem para viver no futuro. As propostas e os compromissos que os candidatos apresentaram e estabeleceram com a nossa comunidade, começam a ser materializadas na proposta de orçamento que aqui iremos debater e votar. A candidatura “Viseu Primeiro” que com muito orgulho integrei, apresentou um projeto político e de desenvolvimento estratégico para a Cidade e para o Concelho que mereceu a confiança da maioria dos Viseenses. Esta maioria absoluta que nos legitima, confere-nos sobretudo uma maior responsabilidade na execução dos compromissos. Senhor Presidente da Câmara, é assim com agrado que constato que uma das prioridades do projeto político para Viseu, a coesão territorial do Centro Histórico às aldeias revitalizadas, está a ter a atenção que assumimos que iria merecer. O Viseu Novo, Sociedade de Reabilitação Urbana, tem vindo a executar um plano estratégico de intervenção na Zona Histórica, elaborado pela Parque Expo. Este plano assenta num conjunto de princípios e valores que procuram potenciar a articulação de diferentes áreas, mas que no nosso entender, necessitam de alguns ajustamentos tendo em conta novos objetivos e desafios, tendo em conta um novo quadro legal. Há hoje, um novo paradigma de intervenção a implementar com dois objetivos específicos a atingir. Trazer mais utentes e mais residentes ao Centro Histórico e num prazo mais dilatado, uma década, candidatar o Centro Histórico a Património Mundial da Humanidade da UNESCO. O desafio de dimensão quicá ciclópica de reabilitar o edificado do Centro Histórico, requer uma mobilização de muitos meios e a clarificação do papel de cada um dos atores neste processo. A intervenção realizada em diferentes zonas do centro Histórico, tem sido excelente, mas também é verdade que o esforço de reabilitação tem sido alavancado no investimento público onde a Câmara Municipal desenvolveu um

trabalho excecional, seja ao nível do edificado seja no que concerne à requalificação do espaço público e mobilidade ou na preservação ambiental e eficiência energética. Num período em que os recursos são escassos, é preciso definir bem o papel dos atores envolvidos e saber que a reabilitação é um dever dos proprietários, a saber, o estado, município e particulares. O Governo, deve e está a reconhecer na reabilitação urbana a importância que tem, tanto no equilíbrio social, na competitividade e na sustentabilidade das cidades, como no desenvolvimento económico e na criação de emprego, através da dinamização da construção civil e do comércio tradicional. Para isso no próximo quadro comunitário, deve apostar com maior robustez e sem reservas no incentivo e apoio à reabilitação urbana, através de programas de acesso generalizado em entidades públicas e privadas. O Município, deve ser um parceiro ativo e dinamizador de todo o processo, não um polícia mau que bloqueia, dispersa e burocratiza procedimentos afastando potenciais investidores. Deverá ter como prioridade o investimento no Centro Histórico, não apenas para realizar um compromisso eleitoral, ou pela sua importância estratégica, mas pelo efeito indutor na valorização da cidade em geral, na valorização dos investimentos privados, bem como na captação e instalação de serviços públicos nesse espaço. Com este enquadramento, e com tantos desafios e responsabilidades na reabilitação e dinamização na zona histórica, facilmente se depreende a importância da criação de um gestor do Centro Histórico. Senhor Presidente da Câmara, neste novo paradigma que telegraficamente descrevi, qual é o papel que os Viseenses podem esperar da SRU e do gestor do Centro Histórico em todo este processo? Pretende este Executivo continuar a consolidar a aposta que tem vindo a ser feita no Centro Histórico? Para esta consolidação, estão a ser preparados ou vão ser usados novos instrumentos de intervenção na zona histórica através da SRU? Se sim, quais? Um dos constrangimentos de relevância da zona histórica e Viseu não é diferente, prende-se com a mobilidade das pessoas e automóveis. Para melhorar essas condições de mobilidade, para além da requalificação de largos, praças e a construção de parques de estacionamento, há um equipamento que tem suscitado alguma polémica e controvérsia na praça pública, o funicular. Os Viseenses querem saber também se o modelo de funcionamento é para manter ou se há condições para retirar mais utilidade de todo o potencial instalado no equipamento. Por fim, a exemplo do que aconteceu no país, foi extinta a Fundação Casa da Ribeira, tendo como principal função preservar e promover o artesanato e as tradições da região, gostaria que nos informasse em que condições se procedeu essa extinção e como se substituirá a função desempenhada pela Fundação até aqui. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Martins.-----

--- **VINTE E SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS DO VALE MARTINS (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimas Vereadoras e Vereadores, Excelentíssimos Deputados Municipais, caros Presidentes das Juntas de Freguesia, cara Comunicação Social e Público em geral. “MADIBA”, como respeitosamente e carinhosamente era chamado, Nelson Mandela pelos Sul-africanos, nome utilizado pelo povo “Xhosa” do qual é membro e que significa reconciliador ou literalmente aquele que preenche os vazios, lutou pela liberdade e pela justiça. Pagou o seu preço, como aliás todos aqueles que abraçam tais causas pagam. Ficou preso durante vinte e sete anos, desde mil novecentos e sessenta e quatro até a sua libertação em mil novecentos e noventa na Ilha de Robben. Nelson Mandela, foi um homem de gestos nobres e solidários, apenas aceitou sair da prisão quando recebeu garantias de que todos os outros prisioneiros políticos seriam libertados com ele. Advogado de formação, presidiu ao destino da República da África do Sul de mil novecentos e noventa e quatro a mil novecentos e noventa e nove. Tendo recebido o Prémio Nobel da Paz em mil novecentos e noventa e três. Foi uma das maiores influências nas nossas vidas,

um Herói para todos nós, um grande lutador pela liberdade e pela paz no mundo. Lutou com persistência contra o Regime Segregacionista do Apartheid, foi para o mundo inteiro um modelo de resistência. O Líder Histórico do Congresso Nacional Africano, foi responsável por levantar a bandeira contra a discriminação de raças, para além de lutar a favor de causas sociais na África e no Mundo. Maior personalidade do século XX, Nelson Mandela conduziu um dos mais importantes processos de emancipação do ser humano da história contemporânea. Foi considerado um dos pilares do atual pensamento de igualdade de direitos entre brancos e negros no mundo. “Madiba”, dedicou toda a sua vida, a sua inteligência e energia pelos valores da liberdade, justiça, paz e dignidade da pessoa humana. “Madiba”, já não nos pertence, pertence sim à história. Com o legado que nos deixou, temos a responsabilidade de unir todos os esforços em prol da igualdade de direitos e na luta contra o ódio e o racismo. Todos juntos podemos fazer mais e melhor para o bem comum, para construirmos um futuro mais promissor e como diria Nelson Mandela, “ *nenhum ser deverá ser discriminado ou perseguido por motivos da sua cor, credo, pensamento ou mesmo espécie*”, porque a vida vale pelo seu valor intrínseco e nesse ponto todos os seres vivos estão na mesma condição.” Por tudo que antes se afirma, e porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, o Grupo do Partido Socialista, propõe que esta Assembleia, sublinhe a justa homenagem que presta a este grande Líder Africano Nelson Mandela nascido em mil novecentos e dezoito e falecido no passado dia cinco deste mês de dezembro, com uma grande salva de palmas. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado.----

**VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (PPD/PSD):** Respondendo ao meu caro amigo Doutor Ribeiro de Carvalho, a questão do Conselho Estratégico, os critérios de escolha do Conselho Estratégico são do Senhor Presidente da Câmara, obviamente que é ele que os define. Eu, tenho a honra de ter sido convidado para fazer parte do Conselho Estratégico que é um órgão consultivo do Presidente. Da forma que eu o vejo, é um órgão que deve ser orientado para resultados. Deve ser um órgão eficaz, não é um órgão de debate político, é um órgão, no fundo como referi, orientado para a produção de resultados no qual existe divergência de pensamento. Eu estou de acordo e penso que o Conselho Estratégico não é um órgão fechado. O Senhor Presidente irá certamente enriquecendo o órgão com pessoas que entendam que possam ser úteis à comunidade. Eu sou a favor das maiorias absolutas, mas também sou a favor de mecanismos...

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** Interromper um Membro da Mesa é difícil mas, não poderia fazer esta intervenção neste ponto. Mas pode continuar e terminava. Temos que dar o exemplo.-----

- ***O Senhor Deputado João Fernando Marques Rebelo Cotta prossegue dizendo:*** Se estou a cometer uma ilegalidade, peço desculpa. Vai ser curta a ilegalidade. Só para referir que é natural que exista..., o Senhor Presidente quando fez o seu programa eleitoral, convidou personalidades de diversas origens profissionais e obviamente é natural que partes das pessoas que fizeram o seu programa integrem o Conselho Estratégico. Portanto, a opinião de todos é que foi bem feito. Eu penso que o Conselho Estratégico não se pode confundir com a Assembleia Municipal. São muito importantes as opiniões do Bloco do Esquerda e são muito importantes as opiniões da CDU. Agora, a função do Conselho Estratégico é um órgão consultivo do Presidente e tem que ser muito orientado e não um órgão de debate político. Eu faço parte dos dois órgãos, da Assembleia e do Conselho Estratégico e não me considero, por assim dizer afetado na minha isenção para defender os interesses do Conselho. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Em relação à proposta que aqui foi feita pelo Deputado Carlos Martins, e penso, fazer uma leitura o Deputado Teodósio.-----

--- **VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Relativamente a esta proposta, para Nelson Mandela, dizer que, obviamente que nos identificamos em pleno e se o Partido Socialista assim o entender, nós gostávamos de nos poder associar com muito gosto. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Interpretando o sentir da Assembleia, eu propunha que seguissemos a proposta do Deputado Carlos Martins e por isso, pedia a todos que nos levantássemos e que cumpríssemos uma salva de Palmas.-----  
Dava a palavra ao Senhor Deputado Vicente de Figueiredo.-----

--- **TRINTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Muito Senhor Presidente. Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores. Gostaria de dar nota do convite formulado por Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara aos cidadãos de Viseu nesta quadra de Natal. Passo a citar: *“Aproveite para desfrutar de um centro histórico mais vivo e iluminado, fazer a rota dos presépios, admirar as nossas igrejas e monumentos iluminados, recordar os sabores e saberes natalícios, ouvir os cantares e as melodias da época, espreitar exposições, brincar, jogar e até praticar desporto, fazer as suas compras nas lojas e nas ruas. E em tudo isto ser solidário!”*.-----

Neste convite Senhor Presidente, está a razão primeira do programa apresentado por Vossa Excelência. Em primeiro lugar, a importância que o Senhor dá ao Centro Histórico. Depois, a presença dos símbolos natalícios: a luz, o presépio o sentido cristão das igrejas iluminadas, os cantares natalícios, mas também a gastronomia, as histórias, a brincadeira e o jogo e a compra dos presentes nas lojas e ruas da cidade. E isto é ser solidário”, conclui o convite. Depois percorremos o programa. E o que é que nós vimos? Vimos um conjunto de iniciativas com significado e com tradição. Vimos propostas destinadas a todos os cidadãos de boa vontade que aceitaram viver este Natal de maneira diferente, uma programação virada para a família, mas também para as crianças, para os adultos e para os seniores. Vimos o Natal a ser celebrado na Praça da República, onde as pessoas eram também personagens dum presépio que se foi construindo ao longo destes dias, em cinquenta iniciativas diferentes que iluminaram espaços emblemáticos da cidade. Um Concerto de Natal na Sé, concertos nas freguesias rurais, cantares nas ruas e praças da cidade, oficinas nos núcleos museológicos integrados na Rede Municipal de Museus, animação no Campo de Viriato e Centro Histórico e como está programado, um concerto de solidariedade no Teatro Municipal Viriato, e tantas outras iniciativas e tantos outros locais a descobrir. Neste regresso à tradição natalícia, recuperou-se justamente a personagem mais importante desta história. Porque o mistério do Natal não pode dispensar o próprio Jesus, como se Ele fosse apenas conversa fiada. E por isso ele se celebra em toda a Europa desde finais do século IX. A tradição que esteve representada no simbolismo do anjo que convidou os pastores a deslocarem-se a Belém da Judeia, para participarem no primeiro Natal com representação ao vivo das figuras que são os únicos protagonistas do presépio. Jesus, Maria e José, mas também no simbolismo das ruas, da luz, que iluminou as ruas e as torres das igrejas da cidade, no simbolismo do canto dos pastores, através dos cantares tradicionais que se ouviram nas ruas, nas praças e nos cantares que se vão ouvir certamente no dia quatro de janeiro na Praça D. Duarte. A tradição que soube envolver as instituições do concelho, as associações e coletividades, os agentes e produtores culturais, os núcleos museológicos associados em rede, com destaque para o Museu Almeida Moreira, Casa de Lavoura de Calde, CMIA, Museu do Quartzo e Casa do Miradouro com a coleção do Dr. José Coelho. Concluindo, temos uma boa programação que não é exageradamente cara. É possível fazer coisas boas. Com engenho e arte e uma boa dose de diálogo que faz brotar novas ideias e desperta novos atores. Um concelho cultural faz-se, também e principalmente com as associações do concelho e com a experiência dos agentes culturais que aqui trabalham e aqui produzem cultura. Faz-se também, com públicos que

aderem às iniciativas quando elas trazem novidade e incorporam ideias artísticas e etnográficas com que a comunidade se identifica. Não posso portanto, deixar de me congratular pela excelência e diversidade dos atos celebrativos contidos no programa que o Executivo Camarário apresentou ao concelho e que se prolonga até dia seis, com o encerramento com o baile previsto, o baile de Reis. Como ainda me resta algum tempo, deixo nota de outras iniciativas que merecem o nosso aplauso. A Rota dos Presépios. Isto é um apelo para que os Senhores Deputados e as pessoas presentes, possam ainda de usufruir e beneficiar dos programas e das exposições que se espalham pela cidade, nomeadamente esta, na rota dos presépios, no caminho da luz, que está presente até seis de janeiro. No Museu Almeida Moreira, na Praça da República, na Igreja dos Terceiros, na Igreja do Carmo, nas Igrejas das Freguesias Rurais, na Sé, na Igreja de Nossa Senhora do Viso, na Igreja de Madre Rita e noutras Igrejas Paroquiais, mas também a Exposição “De Propósito - Maria Keil, Obra Artística”, que está no Solar do Vinho do Dão e que trouxe até nós, para a abertura desta exposição, o Senhor Presidente da República, tratando-se do primeiro destino de uma exposição itinerante do Museu da Presidência da República. Refiro ainda, o Encerramento da 7.ª edição da atividade Sénior, que envolveu milhares de idosos, de seniores que durante vários meses, tiveram a oportunidade de fazerem exercício físico, envolvendo também as associações e as juntas de freguesia. O Fórum Viseu Cultura, que é um Conselho Consultivo para a Cultura, da responsabilidade do Senhor Presidente, que reuniu exatamente no mesmo dia em que foi inaugurada a exposição Maria Keil, da Exposição sobre os quinhentos anos da outorga do Foral Manuelino de Viseu, que está patente na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva e na reconstituição histórica que foi feita no Centro Histórico da Cidade. Na reativação do Mercado Municipal, que pretendeu levar mais gente ao mercado, que pretendeu envolver os comerciantes e devolver nesses comerciantes desse mercado municipal a autoestima. Poderão dizer que é pouco, provavelmente o Executivo tem consciência de que é pouco o que se fez. Mas o pouco que se fez é um sinal dado por este Executivo da necessidade de apoiar ao comércio local, e é um estímulo para os comerciantes que sentem que é necessário fazer obras naquele espaço. Neste final de ano, aproveito para desejar boas festas e faço votos de um bom ano para todos os presentes e também para os Membros do Executivo Municipal e para a Mesa. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Cristina Fonseca.-----

--- TRINTA E UM – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadoras, Caras e Caros Deputados, Excelentíssimo Público, Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores. Para uma maioria significativa o ano corrente, não foi um bom ano para aquilo que se convencionou chamar a autoestima dos Viseenses. Com o nível de vida português, em trajetória descendente, as previsões para dois mil e catorze, continuam negras, prevendo-se um ano de alto risco de agitação social. Certamente que todas e todos temos plena noção que Portugal tem vindo a perder décadas do seu desenvolvimento e que as medidas e os cortes cegos, nos conduziram a uma anemia recessiva e que se traduz em diminuições preocupantes dos níveis de investimento e de consumo público-privado. Estamos pois, perante uma grave crise social, antevendo-se a teimosia do efeito da obsessão com o défice, com a continuidade de uma linha programática ultra liberal que minimiza permanentemente o papel do estado e coloca a solidariedade e a coesão como valores passageiros, questionáveis e até mesmo dispensáveis. Nunca o poder local se revestiu de tanta importância. Numa altura em que o direito ao trabalho se tem vindo a tornar uma entidade retórica, sem qualquer expressão prática, o direito à escola pública de qualidade que incluía todos, bem como o direito à saúde, estão a ser alvos de ameaças preocupantes numa cidade que pretende manter a sua qualidade de

vida. Como é do conhecimento de todos e de todas, refiro-me aos principais efeitos da crise económica e das medidas políticas tomadas na vida das famílias Viseenses, na vida das famílias que escolheram Viseu para viver. Medidas que face há insuficiências de soluções, todos os dias as arrastam para novas situações de pobreza, situações que se revestem de enorme fragilidade com pouca proteção social, destacando-se como grupos de preocupação e de emergência social, as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, as famílias cujos cônjuges são desempregados de longa duração. Compreender esta realidade e a incapacidade das pessoas, em resolver os seus próprios problemas é-nos absolutamente indispensável. Os tempos exigem pois, políticas locais que criem condições e os mecanismos necessários para que o coletivo dos serviços, instituições e movimentos associativos exerçam apoio efetivo a quem precisa, quer numa lógica temporária quer permanente. Vivemos tempos em que diariamente se apela à solidariedade. O Grupo Parlamentar do PS reconhece esse apelo, apoia esse apelo. Urge sermos solidários. Mas, ser-se solidário com os mais necessitados, é proporcionar-lhes serviços ou apoios que recomendaríamos a nós próprios ou aqueles que nos são próprios. É para isso que existem os serviços públicos, é para isso que existem instituições, movimentos associativos, redes de apoio formal e informal e nesta questão da solidariedade, aproveito aqui para registar alguns passos, à primeira vista positivos nomeadamente a decisão de Vossa Excelência o Senhor Presidente da Câmara em extinguir a cerimónia da entrega de cabazes enquanto evento público centralizado em Viseu. Sobretudo pelo reconhecimento e pelo entendimento que demonstra, que os apoios e as descrições mesmo quando intencionalmente positivas, devem ser socialmente invisíveis, porque as pessoas têm o direito de ser olhadas como iguais, têm o direito de ver respeitada a sua dignidade e integridade humanas, porque o que realmente importa é que todos tenha igual possibilidade de comer todos os dias, de se vestir condignamente dormir debaixo de um teto, e ser-lhe assegurada possibilidade de trabalhar e do seu trabalho obter o sustento, de cabeça erguida. Registámos pois, esta generosidade natalícia, de restringir a um contexto mais privado, descentralizado, um ato solidário de estender o Natal a todas as famílias. Mesmo assim, julgo que deve merecer uma reflexão, o facto de entre as famílias selecionadas, algumas ter sido do nosso conhecimento, algumas terem prescindido de marcar presença, pela dificuldade de se exporem. É urgente refletir-se sobre estes modelos de intervenção. Estes caminhos de futuro, de forma a assegurar que sejam as próprias redes sociais de ajuda e de proximidade, as redes que já prestam apoio regular e consistente, que efetivamente obtenham reforço do seu auxílio, para que sejam assegurados mecanismos de descrição e de apoio efetivo solidário. É urgente de facto, que esta solidariedade ultrapasse estes atos simbólicos através de políticas que ajudem verdadeiramente as pessoas a reinserirem-se na sociedade, seja no mercado de trabalho, seja em atividades socialmente reconhecidas. Importa que a Câmara defina quais as suas opções políticas, que pretende defender, ao considerar que os Viseenses como cidadãos ativos, não apenas como assistidos. Se pretende perpetuar uma filosofia de cidadania paternalista, geradora de dependência e pela qual este último se tende a tornar um sujeito subordinado. Apelamos para que efetivamente e entendemos estar na hora de pensarmos nos direitos da população carenciada. Apelamos para que as boas intenções de se proporcionar aos mais necessitados, se libertem cada vez mais de qualquer carga caritativa e tomem a forma de um direito das comunidades que se assumem como cuidadoras e corresponsáveis com as necessidades dos seus cidadãos, porque entendemos que todas as políticas públicas devem ter uma missão, um destinatário e um resultado esperado. Disse.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra à Senhora Deputada Lúcia Silva.-----

--- **TRINTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Começo por cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente e

respetivos Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caríssimos Deputados à Assembleia Municipal, Comunicação Social, Excelentíssimo Público, Senhores Funcionários. Também por que estamos em época natalícia, permitam-me que vos deseje um bom dois mil e catorze, cheio de esperança e com força para enfrentarmos as dificuldades que vamos certamente ter de enfrentar. Os Deputados do Partido Socialista, apresentam hoje uma proposta de candidatura de Viseu à Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas e solicitamos a esta Assembleia o bom entendimento e apoio à iniciativa. Insistimos na ideia que os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram ao Executivo Municipal e que, naquele órgão, teve o apoio do CDS. Apesar disso foi recusada. Por isso, apresentar e discutir aqui esta proposta, possa constituir-se numa oportunidade para ser consensualmente reavaliada. O Partido Socialista, mesmo sendo oposição, não deixa nem deixará de assumir as suas responsabilidades políticas, dando como é seu dever, contributos à construção de um projeto político comum a todos, a pensar nas pessoas, na sua qualificação e solidariedade que lhes é devida. Contribuirá pois, para que o nosso Concelho seja em vários domínios um modelo de desenvolvimento de referência nacional e internacional. Como é também do vosso conhecimento a operação Sénior da GNR, revela Viseu como o Concelho onde vive o maior número de idosos em isolamento. No nosso entendimento é mais uma razão para que a Autarquia, através desta Assembleia, assuma como prioridade neste mandato, a promoção de políticas de combate à exclusão social e abandono em que vivem pessoas idosas no Concelho, bem como de resolução das limitações das respostas sociais existentes para essa população e suas famílias. Ao fazê-lo, a Autarquia terá todas as condições para que, posteriormente, se possa candidatar à Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial de Saúde. Em nosso entender, pode assumir desde já essa intenção, tal como fez e bem, ao assumir o projeto de candidatar o Centro Histórico de Viseu a património da UNESCO. Perante o envelhecimento rápido das populações registado no mundo inteiro, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou, a “Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas”. O objetivo é criar um ambiente urbano e rural que permita que as pessoas idosas se mantenham ativas, gozem de saúde e de qualidade de vida, continuando a participar na vida social da sua comunidade. Este objetivo deve concretizar-se na nossa perspetiva através de três passos prioritários. Primeiro, elaboração de um diagnóstico sério e alargado sobre a situação concreta da vida das pessoas idosas mobilizando o “CLAS” e demais forças vivas do Concelho, nomeadamente as instituições de ensino superior. Segundo passo, criar um plano de intervenção com medidas de melhoria na área da habitação, transportes, inclusão social, acesso á saúde, combate aos estereótipos entre outros. Terceiro passo, analisar com o “CLAS” os problemas que os equipamentos sociais sentem na resposta a esta população e suas famílias. É necessário que o nosso Concelho proporcione aos idosos um envelhecimento ativo, qualificado, com saúde. Viseu tem infraestruturas, equipamentos, espaços exteriores, recursos humanos competentes, rede social com grandes capacidades para progredir, têm, enfim, todas as condições para preparar e fazer uma candidatura bem-sucedida. A nossa proposta, visa responder a um problema grave e urgente, visa apoiar as pessoas idosas e as famílias e reforçar a capacidade das nossas instituições que já prestam um apoio decisivo mas que se confrontam com limitações, dados os cortes da Segurança Social. O Concelho de Viseu, deverá lutar para a criação de uma Marca Viseu no âmbito da Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas. Dessa forma poderá integrar as boas práticas já testadas em Municípios como: Porto, Maia, Póvoa do Lanhoso, entre outros. Ontem o Papa Francisco, alertava para o seguinte: *“Conhece-se uma família pela forma como trata as crianças e os idosos”*. Consideramos que também uma Autarquia se deve avaliar dessa mesma forma. Porque acreditamos na responsabilidade primeira das autarquias, como agentes de proximidade no acompanhamento e melhoria da vida das pessoas, fazemos esta proposta

para que a Câmara Municipal de Viseu, através desta Assembleia, assuma, com as diferentes instituições e agentes no terreno, como sua prioridade de preparar e candidatar Viseu à Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas. Tenho dito.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra à Senhora Deputada Filipa Mendes.-----

--- **TRINTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social, Público Presente. Inaugurou-se, no início deste mês, um novo circuito de transporte escolar gratuito que permitirá a ligação entre o Centro Municipal de Transportes, na Avenida António José de Almeida e a Escola Secundária Viriato. O serviço funciona todos os dias úteis, durante o ano letivo a partir das oito horas e vinte minutos. De igual forma, reforçou-se o serviço de autocarros que passa por Vila Corça e que foi estendido a Povolide e a Cabril para dar resposta às necessidades dos alunos que têm horários mais tardios. Estas ligações rodoviárias são gratuitas para os estudantes e sem qualquer tipo de custos para o Município. A realização dos circuitos ficará a cargo da empresa Berrelhas, concessionária dos Serviços de Transportes Urbanos de Viseu (STUV), incluindo esta iniciativa nas suas políticas de responsabilidade social. Conjugam-se assim a disponibilidade da empresa Berrelhas e os interesses da sociedade civil. Através de esforços conjuntos, ambos atingem objetivos compartilhados. Este trabalho em rede entre a autarquia de Viseu e as empresas locais é, de facto, a base de uma sociedade com coesão social e uma estratégia de futuro.-----

A preocupação em relação à rede rodoviária de transportes, de forma a melhor servir a população jovem estudantil, foi ponto afirmado pela Juventude Social-democrata de Viseu junto do agora Presidente da Câmara e incluído como compromisso no programa Viseu Primeiro sendo esta situação resolvida ao fim de um mês de mandato. É um compromisso com os jovens, com as famílias, com Viseu. Foi também decidido por despacho camarário a abertura das cantinas escolares durante as férias do Natal. Assegura-se o funcionamento das mesmas quer através de pessoal auxiliar quer através do fornecimento por *outsourcing*. Além de inalterados os preços usuais e os benefícios sociais dos carenciados das cantinas escolares do ensino pré-escolar e do 1º ciclo que são da responsabilidade do Município, foram também abrangidas aquelas que são da responsabilidade do Ministério da Educação. A preocupação com o bem-estar das crianças e jovens viseenses, da sua alimentação e do seu desenvolvimento harmonioso é contínua, permanente e a longo prazo. Mais do que nunca, tendo conhecimento das carências das crianças, bem como das suas famílias, que são de resto pilar fundamental da nossa sociedade as quais vivem no concelho de Viseu, a autarquia deve dar resposta, recorrendo aos meios, instrumentos ao seu dispor e fazer um apelo às instituições que estejam disponíveis para partilhar e cumprir estas metas comuns. Com o objetivo de dar esperança à sociedade civil e às novas gerações, a Autarquia assume, como sempre assumiu, o combate às desigualdades sociais e aos novos fenómenos de pobreza. A adoção de valores de responsabilidade social é o caminho para fazer dos órgãos governativos locais, o excelente exemplo de como se deverá promover a solidariedade e a inclusão social nos diferentes territórios e regiões.-----

É necessário continuar a percorrer o caminho de serviço a favor da comunidade, de identificar este tipo de situações e colmatá-las. A Câmara Municipal deve ser entidade de primeira linha na resposta a estas conjunturas sociais e económicas.-----

Parabéns senhor Presidente e Senhores Vereadores pela continuação da construção da comunidade segura para todos e onde todos queremos viver. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra ao Senhor Deputado Pedro Antunes. Não foi entregue nenhuma proposta à Mesa. Nós não íamos adivinhar que a Senhora Deputada queria colocar a proposta à votação

quando não entregou à Mesa, Certo? Em relação a esta situação, a proposta que propõe aqui, no nosso entendimento, é uma proposta de recomendação. No entendimento da Mesa, é uma proposta de recomendação ao Executivo e como tal, não é objeto de votação nesta Assembleia. A Candidatura, é da competência exclusiva do Executivo e por isso é que entendemos como recomendação. É uma proposta de recomendação e será enviada ao Executivo por parte da Assembleia. Dava então a palavra ao Senhor Deputado Pedro Antunes.-----

**--- TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, um cumprimento especial por ser a primeira vez que me dirijo a si por outro lado também para dizer que aprecio o seu modo conciliador com que tem iniciado o seu mandato. Excelentíssimos restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Deputados Municipais, Excelentíssimo Público presente e Excelentíssimos Senhores Jornalistas. Eu antes de começar, queria enfim, quase a fazer um preâmbulo. Pedir desculpas por mais esta intervenção o Período Antes da Ordem do Dia já vai longo, mas atendendo à relevância do que me traz aqui, as questões que eu vou colocar ao Senhor Presidente, enfim, não posso de deixar de apresentar esta intervenção.-----

Antes de mais e passo a ler o que tinha escrito, através da Câmara Municipal de Viseu, desejava congratular os Serviços Municipalizados de Viseu, pela conquista do selo “Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano 2013”, atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. De facto, se a concessão de prémios à Câmara Municipal de Viseu tem, por vezes, suscitado algumas dúvidas sobre a consistência da entidade outorgante e/ou dos critérios que presidiram a essas atribuições, este galardão é de todo merecido.-----

Conheço relativamente bem o sistema de tratamento e o respetivo controlo de qualidade – tendo precisamente dois ex. alunos como responsáveis desta área – e é notória a excelência da qualidade água que abastece os Viseenses. Ainda assim, no sistema de tratamento de água, nomeadamente na ETA de Nesprido, em Fagilde, verifica-se uma mácula pela descarga direta de lamas para o rio Dão. No Orçamento para 2014 agora submetido à Assembleia Municipal de Viseu, constato que esta questão deverá ser corrigida a breve prazo. Mas se o início do Ciclo Urbana da Água de Viseu apresenta este “brilho”... transparência..., já “à saída”, na devolução da água ao meio hídrico, mormente no que se refere ao tratamento e descarga de águas residuais, o panorama é absolutamente como todos sabemos, turvo, ou... pestilento (desculpem este plebeísmo hiperbólico).-----

Com um atraso tão expressivo quanto inexplicável, este pecado capital da gestão autárquica no Concelho (como em anteriores mandatos o designei inúmeras vezes deste púlpito) está, finalmente, em vias de ser bem resolvido a médio prazo. Pelo que é dado a conhecer, saliente-se que a conceção da nova ETAR Viseu Sul é efetivamente uma solução de vanguarda. Contudo, emergem, Senhor Presidente, algumas dúvidas pertinentes que, julgo ser fundamental elucidar a população.-----

Tem sido anunciado o final de dois mil e quinze para o arranque da operação da ETAR, porém, um comunicado à imprensa da Ferrovial, incluída no agrupamento de empresas a quem foi adjudicada a empreitada – refere o final de 2016.-----

São gravíssimos os impactes ambientais, económicos e, porventura de saúde pública, que estão a ocorrer a jusante da descarga de S. Salvador, como recentemente veio, mais uma vez, a público. Tenho aqui quatro questões: -----

Primeira, Excelentíssimo Senhor Presidente qual é realmente a data para a nova ETAR estar operar em velocidade cruzeiro, salvo imprevistos de força maior?-----

Até porque os Viseenses deverão estar saturados da sucessão falível de anúncios de datas para a conclusão de obras públicas no nosso Concelho, incito o Senhor Presidente a efetuar um compromisso de honra de uma data para debelar de vez este gravíssimo

problema ambiental de primeira geração, que a cada dia que passa enferma mais o Concelho neste plano.-----

Segunda Questão, está previsto algum plano de contingência para nestes dois, três anos, mitigar o problema da ETAR de S. Salvador e o estado do Rio a jusante?-----

Se não está, é fundamental que sejam urgentemente implementadas ações neste âmbito. Irei questioná-lo sucessivamente em próximas Assembleias Municipais de Viseu. Já tinha interrogado o seu antecessor, sobre o destino final das lamas da ETAR. A sua resposta foi o aterro sanitário do Planalto Beirão.-----

Mas eu coloco esta questão ao senhor Presidente. Poder-me-á garantir e fornecer meios para o comprovar (eu até gostaria tecnicamente de visitar esta situação) que todas as lamas da ETAR de S. Salvador são dirigidas ao referido aterro?-----

Uma pergunta, quase diria “*en passant*”, quem é o Senhor Vereador responsável pelo pelouro do ambiente? No anterior mandato tinha relevância, era o Senhor Vice-presidente e procurando informação no “*site*”, enfim, encontrei na comunicação social informação sobre os pelouros atribuídos, mas não referia o pelouro do ambiente. Era só.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Deputado José Ernesto.-----

--- TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e Público Presente. A Câmara Municipal, aliás, meu querido amigo Baila Antunes, quero-lhe dizer que vou entrar precisamente naquilo que tinha acabado de falar na sua intervenção. Tinha a preparado e portanto, acho que veio mesmo no momento exato para poder falar consigo e expor aquilo que entendi fazer sobre esta questão desta grande obra que é a ETAR. A Câmara Municipal de Viseu através do SMAS decidiram construir uma nova ETAR para noventa mil (90.000) habitantes equivalentes, que satisfizesse as exigências da legislação em vigor, nomeadamente o estipulado no Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de Julho, e as condições estabelecidas pelas entidades competentes, isto é, remover, em condições técnicas adequadas o azoto, o fósforo, além da desinfeção dos efluentes, dada a sensibilidade do meio recetor, tendo também em atenção a reutilização dos efluentes. A necessidade da construção desta ETAR deveu-se, também, ao facto de com o atual esquema de tratamento biológico secundário por leitos percoladores da ETAR de S. Salvador, que perdura há mais de três décadas, tornava-se difícil, na prática, reabilitar a estação de tratamento, por forma a garantir o cumprimento do referido Decreto-Lei, no que respeita à redução de nutrientes o fósforo, o azoto e microrganismos patogénicos nomeadamente os coliformes. Assim, foram elaborados vários estudos e projetos no sentido de dispor de uma solução eficiente, aumentar a bacia de atendimento e afastar a ETAR da zona urbana de Viseu, tendo sido escolhida criteriosamente a localização da ETAR e uma solução tecnicamente avançada. Os estudos e projetos atrás referidos deram origem à execução das seguintes obras: Acesso à ETAR de Viseu Sul; Emissário da ETAR de S. Salvador até à ETAR de Viseu Sul; Emissário da ETAR de Teivas até à ETAR de Viseu Sul; ETAR de Viseu Sul. Estes conjuntos de empreitadas fazem parte de uma candidatura da “Estação de Tratamento de Águas Residuais de Viseu Sul e Emissários” aprovada pelo Programa Operacional Temático Valorização do Território, com um custo total de trinta e nove milhões novecentos e vinte e quatro mil cento e quarenta e um euros e quarenta e um centimos (39.924.141,41 €), com uma taxa de cofinanciamento de oitenta e cinco por cento do fundo de Coesão, que corresponde a uma comparticipação de trinta e três milhões oitenta e cinco mil quinhentos e vinte euros e vinte centimos (33.085.520,20€).- Realçam-se as principais características destas obras:-----

- A ETAR de Viseu Sul irá garantir um tratamento de nível terciário das águas residuais domésticas de noventa mil (90.000) habitantes equivalentes, com vista à redução de CQO,

CBO5, SST, gorduras e à redução de nutrientes quer de Fósforo quer de Azoto e microrganismos patogénicos mais conhecidos por coliformes, que entretanto se tornou obrigatória, de acordo com o Decreto-Lei nº 149/2004, de 22 de julho.

O nível de tratamento desta ETAR, com utilização de reatores biológicos de membrana MBR, irá permitir dispor de efluente para reutilizar em usos compatíveis quer em limpezas quer em irrigações de futuras zonas verdes ou zonas agrícolas com água fertilizada. Esta ETAR será uma solução para o futuro, para os próximos quarenta anos, de qualidade e bom desempenho, robusta de baixo risco e sustentada. Irá servir as freguesias, (eu aqui não ponho Agrupamento de Freguesias porque entendi deixar as freguesias dívidas, de uma forma mais explicita). Irá então servir as freguesias de Abraveses, Campo, Coração de Jesus, Faíl, Fragosela, Mundão, Orgens, Ranhados, Repeses, Rio de Loba, São Cipriano, parte da Freguesia de São João de Lourosa, São José, São Salvador, Santa Maria e Vila Chã de Sá. Com a entrada em funcionamento desta ETAR de Viseu Sul, serão desativadas as Estações Elevatória de Águas Residuais da Ribeira de Mide e as ETAR de São Salvador, Teivas, Vila Chã de Sá, Póvoa dos Sobrinhos, Repeses, Ranhados e Parque Industrial de Coimbrões. A empreitada da “ETAR de Viseu Sul” foi adjudicada pelo valor de catorze milhões quinhentos e quarenta e dois mil trezentos e sessenta e dois euros e um cêntimo (14.542.362,01€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

- O Emissário da ETAR de S. Salvador até à ETAR de Viseu Sul tem como principal objetivo conduzir as águas residuais afluentes à ETAR de S. Salvador até à futura ETAR de Viseu Sul, tendo este emissário uma extensão aproximada de oito quilómetros e setecentos metros (8,7 km), com diâmetros que variam entre os oitocentos milímetros (800 mm) e mil e duzentos milímetros (1200 mm), funcionando totalmente de forma gravítica. Este emissário percorrerá um traçado orograficamente acidentado, motivo pelo qual o mesmo irá dispor de diversas obras de arte, nomeadamente túneis com uma extensão total de mil e novecentos metros (1.900 m). Dado o traçado deste emissário, será possível recolectar graviticamente os esgotos provenientes do emissário da Ribeira de Mide. De salientar que a condução de esgotos em emissários gravíticos é vantajosa em termos de facilidade de exploração, custos de manutenção e proteção do ambiente.----- Esta empreitada do “Emissário da ETAR de S. Salvador até à ETAR de Viseu Sul” foi adjudicada pelo valor de sete milhões quatrocentos e setenta e oito mil novecentos e cinquenta e sete euros e sessenta e três cêntimos (7.478.957,63 €), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.-----

- O Emissário da ETAR de Teivas até à ETAR de Viseu Sul tem como principal objetivo a drenagem gravítica das águas residuais domésticas afluentes à ETAR de Teivas e à ETAR de Repeses para a ETAR de Viseu Sul. Este emissário, com uma extensão total de oito quilómetros e trezentos metros (8,3 Km) e diâmetros que variam entre trezentos e quinze milímetros (315 mm) e oitocentos milímetros (800 mm), irá dispor de diversas obras de arte, pontes e dois túneis com uma extensão total de 1.050 metros. É vantajosa em termos de facilidade de exploração, custos de manutenção e proteção do ambiente. Esta empreitada também já foi adjudicada pelo valor de três milhões cento e cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta e sete euros e trinta e três cêntimos (3.157.757,33 €), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.-----

- O acesso à ETAR de Viseu Sul decorre na União das Freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá, A via insere-se numa zona de orografia acidentada, e tem como objetivo proporcionar um acesso condigno à futura ETAR de Viseu Sul, com uma extensão total de três quilómetros e trezentos metros (3,3 Km), sendo o perfil transversal tipo constituído por berma de um metro (1,00m), duas faixas de rodagem com três metros e vinte e cinco (3,25m) e berma com um metro (1,00m). Ainda no âmbito desta empreitada, será colocada uma rede de abastecimento de água que abastecerá a futura ETAR de Viseu Sul. A via terá sinalização vertical e horizontal, de acordo com as normas da E.P. – Estradas de Portugal, EPE. A

empreitada do “Acesso à ETAR de Viseu Sul” foi adjudicada pelo valor de oitocentos e um mil cento e cinquenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos (801.154,29 €), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. Já estão em curso as empreitadas “Emissário desde a ETAR de S. Salvador até à ETAR de Viseu Sul” e “Emissário desde a ETAR de Teivas até à ETAR de Viseu Sul”, bem como a empreitada do “Acesso à ETAR de Viseu Sul”. -----

Como é do conhecimento público já foi celebrado, em vinte e três do nove de dois mil e treze, o contrato para a execução da empreitada da “ETAR de Viseu Sul”, prevendo-se que a obra seja iniciada no primeiro trimestre de dois mil e catorze. Está prevista a conclusão da ETAR de Viseu Sul para o fim do ano de dois mil e quinze. Aqui também, é justo realçar e penso que devemos realçar aqueles que têm trabalhado em prol de Viseu e pelo bem de Viseu. Esta aprovação aos fundos Comunitários teve um forte apoio na altura do Senhor Secretário de Estado da Economia e Desenvolvimento Rural, Doutor Almeida Henriques e que se não fosse com a sua ajuda e participação, sem estes fundos, talvez não teríamos a viabilidade de construção desta grande obra para o Concelho de Viseu. Dizer ainda que a desativação da ETAR de S. Salvador e de mais seis ETAR existentes, será feita na sequência da entrada em funcionamento da ETAR de Viseu Sul, com a implementação do projeto “Desativação e valorização de resíduos de sete ETAR”. É de salientar ainda, que com a construção deste importantíssima infraestruturas, vai permitir a despoluição do Rio Pavia, bem como da Ribeira de Sasse, que se juntam bem perto desta obra no lugar dos Três Rios nos limites da Freguesia de Parada de Gonta, no Concelho de Tondela. As povoações atravessadas pelos referidos Rios, nomeadamente: S. Salvador, Soutulho de Cá, Soutulho de Lá, Vila Chã de Sá, Fail, Parada de Gonta e outras, podem desenvolver projetos agrícolas e reconstruir os velhos e tradicionais moinhos de água, que durante muitos anos foi fonte de riqueza de muitas famílias daquela zona. Aproveito esta intervenção pedindo ao Sr. Presidente da possibilidade nesta construção da futura ETAR, de ser possível fazer uma pequena ligação de Fail a este grande investimento.-----

Como estamos no final de ano, penso que é a altura própria para podermos falar, estamos aqui num ambiente, em que penso que para todos nós de interesse pelo desenvolvimento da nossa terra, do Concelho de Viseu, desejar ao Sr. Presidente da Mesa e aos restantes elementos, ao Sr. Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e outras Pessoas presentes, um excelente ano de dois mil e catorze e que os nossos desejos e as nossas ambições que sejam realizadas para nosso bem e para bem da nossa Terra que é Viseu. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Penso que mais nenhum Senhor Deputado quer intervir neste ponto. Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

--- TRINTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Queria dar-vos conhecimento do seguinte: Sendo Viseu uma Cidade que se preocupa com a excelência da educação praticada nas suas escolas, muito se orgulhando dos inúmeros alunos que todos os anos concluem com êxito o ensino secundário e entram nas principais universidades do país, temos também na nossa Cidade escolas que têm avaliações de excelência nas avaliações da IGE, Inspeção Geral de Educação, mas que não têm instalações condizentes e à altura dos alunos, docentes e pessoal auxiliar que lá trabalham. Estamos a falar concretamente da Escola de Grão Vasco. Visitada por várias figuras políticas locais e nacionais, entre as quais se inclui o líder do meu partido. Contudo, verificamos que pouco ou nada foi feito naquela escola. Por isso, pretendemos que esta Assembleia Municipal, tome uma posição sobre esta matéria, alertando a tutela, em especial o Ministério da Educação para a realização de profundas obras naquele estabelecimento de ensino, as quais devem assumir a mesma importância de um alerta vermelho, dado o estado de deterioração das suas instalações. Muito obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tendo

terminado este período, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de informar e responder aos Senhores Deputados.-----

--- **TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Com gosto responderei às questões que foram colocadas. Aproveito para saudar as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados. Pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para fazer aqui só uma questão prévia. Acho que a imagem que damos para os nossos concidadãos, deve ser uma imagem de rigor de cumprimento de horários. O Presidente da Câmara e o seu Executivo estavam cá às nove horas, para esta Assembleia Municipal. Pedia ao Senhor Presidente da Assembleia, que se entender que a Assembleia deve reunir às nove e trinta, para as marcar para as nove e trinta, porque efetivamente o Presidente da Câmara estará cá à hora e acho que era um bom exemplo que daríamos para com os nossos concidadãos.-----  
Queria-me associar ao voto de pesar, em relação ao Senhor Engenheiro José de Matos, aliás, já o próprio Executivo Camarário não só aprovou também por unanimidade um voto de pesar e fez o elogio do Homem, do Homem Público, do Homem Amigo, enfim, um cruzamento de sentimentos e por minha própria proposta, foi aprovada também pelo Executivo, que o seu nome venha a constar da toponímia do nosso Concelho pelos serviços prestados. Não podia deixar de me associar também, a este voto de pesar e ao mesmo tempo associar-me também no envio das condolências à família. Sobre a questão da Mocção em relação às acessibilidades, queria congratular-me com esta aprovação por unanimidade, acho que é também um bom exemplo que esta Assembleia Municipal neste início de ciclo dá face a algo que é extremamente importante. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, ela deixa-me um pouco perplexo, porque eu não estou habituado Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho a etiquetar instituições. É-me indiferente quem é que está à frente da Associação Industrial, ou do Instituto Politécnico ou do Teatro Viriato. O que me interessa é que sejam pessoas competentes e que efetivamente, cumpram bem as suas funções. Sinceramente, não sei qual é a filiação partidária do Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, não sei qual é a filiação partidária do Senhor Juiz Presidente do Tribunal de Viseu, não sei qual é a filiação partidária do Presidente do IPV, ou da Escola Superior Agrária, ou da Escola Superior de Tecnologia, ou do Conservatório de Música, ou do Senhor Presidente da Associação Industrial, ou do Senhor Presidente da Associação Comercial. Sinceramente Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, não sei qual é a filiação partidária destas pessoas, nem me interessa. Elas estão convidadas para o Conselho Estratégico pelo mérito que têm e por aquilo que representam. Porque as pessoas estão no Conselho Estratégico para ajudarem a contribuir exatamente para uma estratégia para o nosso Concelho e para a nossa Cidade Região. O Conselho Estratégico foi até aprovado por unanimidade, no caso concreto na Vereação e portanto, acho muito estranho que venha dizer que este Conselho Estratégico não reflete a tal lógica plural das personalidades. Pela minha parte, acho que ele reflete e bem e acho que estão lá exatamente as personalidades que devem estar e complementando aquilo que é a função desta Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal tem a sua função e o Conselho Estratégico, é um órgão de consulta do Presidente da Câmara e portanto, está muito bem constituído e acho-o extremamente plural. Já agora, em relação ao Fórum Viseu Cultura, Senhor Deputado, deixe-me também dizer-lhe qual é a constituição, se ainda não teve o cuidado de ir ver. Não sei qual é a filiação partidária da Doutora Fátima Eusébio, nem do Paulo Ribeiro, nem do Luís Filipe Pinto Gonçalves, nem do Professor Luís Calheiros, nem do José Rui do ACERT, nem do José Carlos Sousa, nem do Jorge Adolfo. Por acaso do Doutor Jorge Adolfo até sei, é do Partido Socialista. Nem do Doutor Eduardo Correia, nem do Doutor Diogo Gaspar, nem do Doutor Dionísio Vila Maior, por acaso do Doutor Vicente de Figueiredo sei qual é a sua filiação partidária e do Doutor André Filipe Ramos Cardoso. Posso-lhe dizer que o Fórum Viseu Cultura, foi constituído também com uma preocupação, juntar à volta de

uma mesma mesa aqueles que são os principais atores culturais no nosso Concelho e não só, no tal conceito Viseu Cidade-Região, daí estar aqui o responsável do ACERT e estar também o responsável do Teatro de Montemuro. Esta é a visão que eu tenho Senhor Deputado. Se o Senhor Deputado não tem a mesma visão enfim, está no seu legítimo direito, agora mais pluralismo do que isto, é difícil existir. Por um outro lado, estranho que, tantos anos andassem a apregoar uma governação em rede e agora que efetivamente que o Executivo sujeita a escrutínio público o seu programa para quatro anos, constitui um Conselho Estratégico quando não tinha que o constituir para ouvir exatamente as opiniões das principais instituições e das principais pessoas, constitui um Fórum Cultura para esse efeito e agora, o Presidente da Câmara é “preso por ter cão e preso por não ter”. Enfim, já estou habituado, portanto nem admiro. Em relação à Senhora Deputada Filomena Pires, colocou aqui um conjunto de questões que eu agradeço. Em relação ao número de horas, sabe qual é a posição Câmara. Nós tivemos duas providências cautelares, recorreremos dessas mesmas providências e depois daquilo que foi a deliberação do Tribunal Constitucional, aquilo que está em vigor na Câmara de Viseu, são as quarenta horas, de uma forma clara e objetiva. Em relação às questões que colocou, posso-lhe dizer que em relação às obras, da estrada que serve a Feira do Gado, a obra está concluída há algumas anomalias nessa mesma obra que estão a ser fiscalizadas pelos serviços da Câmara e o empreiteiro, já se disponibilizou para a sua correção. Portanto, é uma obra que está neste momento numa fase de conclusão. O coletor de esgotos no Bairro da Amizade, os trabalhos foram parados a pedido do empreiteiro entre o vinte e um de dezembro e cinco de janeiro, por causa das férias do pessoal e também tem a ver com as condições atmosféricas, porque é necessário, quando se termina uma obra destas deixar compactar os terrenos para depois o trabalho de reposição da via ficar com boa qualidade. Na Rua Capitão Cardoso, falta apenas a travessia da A25 e estamos à espera que a Ascendi, aprove o plano de trabalhos apresentado pelo empreiteiro. Portanto, este é o ponto de situação destas duas obras que a Senhora Deputada aqui referiu. Nas questões da Educação, também quero dizer à Senhora Deputada, que obviamente que o Executivo está atento a tudo o que se passa, ou pelo menos procuramos estar e quando não estivermos, incentivamos os Senhores Deputados e qualquer Cidadão a levantar. Posso-lhe dizer que ainda este fim-de-semana, um concidadão me ligou a dizer que estava uma pernada caída junto à estátua de Viriato. De imediato pedi ao Senhor Vice-presidente para acionar os serviços e de imediato os Bombeiros Municipais foram lá retirar essa pernada. Penso também que é uma função de cidadania de cada um. Nós temos os serviços na rua, mas é normal que face à vastidão do Concelho que nem sempre consigamos estar atentos a tudo o que se passa. Portanto, os Senhores Deputados, bem como qualquer cidadão, ao fazerem um reparo em relação a alguma matéria, estão a exercer o seu direito de cidadania e a Autarquia estará sempre atenta. Quem vier por bem, será sempre bem-vindo. Portanto, quero também referir, quer na página da Autarquia quer no Facebook, são dois instrumentos que hoje os cidadãos também têm ao seu dispor para poderem apresentar situações e dentro da medida do possível temos procurado responder a tudo. Agora, em relação às questões das escolas. Nós temos como sabem um parecer positivo mas ainda não está devidamente aprovado pela unidade de gestão a Escola Viseu Estrela, em relação à Escola da Ribeira há uma candidatura que foi apresentada pelo anterior Executivo que importa em um milhão seiscentos e quarenta mil euros que foi apresentada ao “Mais Centro”, da qual ainda não temos qualquer decisão, estamos claramente até a pressionar no sentido de podermos ainda aproveitar se possível do atual quadro comunitário de apoio. O que posso dizer, é que face à dimensão desta obra, o Município não está em condições de assumir uma obra de um milhão e seiscentos mil sem comparticipação comunitária. Aliás, seria um erro de gestão e a Senhora Deputada iria depois ali dizer que o Senhor Presidente da Câmara não aproveitou os fundos comunitários que estão ao eu dispor. Portanto, estamos a aguardar que esta candidatura possa ser aprovada. No caso de

não ser, iremos estudar outras alternativas, com a consciência que é claramente uma prioridade. Assim como a questão da Escola Grão Vasco que aqui foi trazida, aliás, a Senhora Deputada não falou nisso, mas depois, falou o Senhor Deputado Carlos Cunha. É bom que esta Assembleia Municipal também faça chegar junto do Senhor Ministro da Educação e do Senhor Secretário de Estado, com quem já reuni, obviamente que já reuni com o Senhor Secretário de Estado até duas vezes sobre estas matérias que têm a ver com educação. A Escola Grão Vasco, é claramente uma das infraestruturas que me preocupa no nosso Concelho, porque a urgência das obras que ela necessita, inclusivamente deixei a disponibilidade ao senhor Secretário de Estado para uma parceria entre a Autarquia e o próprio Governo para que mais rapidamente essa obra possa andar. Obviamente que a Câmara não se pode substituir ao Governo. Em relação às questões que colocou do ACES. O que lhe posso dizer é que tenho mantido um contacto permanente quer com o Doutor Marques Neves, quer com o Doutor José Tereso em matérias que se prendem com saúde. Não sendo questões que são da competência direta da Autarquia mas obviamente se queremos manter esta vertente de uma Cidade-Região com qualidade onde todos gostamos de viver, as matérias da saúde não deixarão de ser também acompanhadas de uma forma muito próxima por nós. O Senhor Deputado Pedro Alves trouxe aqui e bem as questões do Centro Histórico, são um dos três pilares do documento que é a nossa base de trabalho para este mandato, o “Viseu Primeiro” é uma prioridade, folgo em saber que o Partido Socialista também já, pela voz da Senhora Deputada Lúcia, que já entende que a candidatura a Viseu como Património da Humanidade é algo relevante e que também já tem o apoio do Partido Socialista, não sabia, mas folgo em sabê-lo e portanto, há todo um trabalho que estamos a fazer. Desde logo, o Viseu Novo-SRU, será a sociedade instrumental que assumirá o Centro Histórico como prioridade nas suas diferentes valências. Portanto, tem um Administrador Delegado que se assumiu também por indicação do Executivo como gestor do Centro Histórico nas suas diferentes valências. Não só na vertente da reabilitação dos imóveis e na revitalização, mas também na vertente da animação cultural, na animação desenvolvimento e revitalização do próprio comércio, na questão do Mercado 2 de maio que se assumirá cada vez mais como a âncora do nosso Centro Histórico. Enfim, todas estas matérias estão a ser tratadas e obviamente que a Viseu Novo, nesta nova formulação que lhe estamos a dar, será, digamos assim, a entidade que assumirá toda a gestão integrada. Para quê? Para que as coisas não estejam divergentes umas das outras, mas por outro lado, a dinâmica do Centro Histórico, não depende só de revitalização económica, não depende só da reabilitação de imóveis, não depende só da fixação de jovens casais ou de jovens no Centro Histórico. Eu diria que ela depende de uma multiplicidade de decisões e de dinâmicas, registo com muito agrado que neste mês e meio tenham aberto cinco novas lojas no nosso Centro Histórico e que também tenha havido a reabertura de dois espaços de hotelaria que estavam encerrados. Portanto, são tudo dinâmicas que vão ter que convergir para um mesmo objetivo. A Autarquia, seguramente que sozinha não conseguirá atingir o desiderato de transformar o Centro Histórico num espaço pujante e dinâmico como nós pretendemos, até com o tal objetivo de candidarmos o centro Histórico a Património da Humanidade. Portanto, será com os agentes económicos, com as pessoas que lá moram, com entidades que estão diretamente ligadas a isto. Portanto, com esta assinatura recente e depois iremos tratar dela num dos pontos, deste contrato para a reabilitação de sete edifícios todos eles no Centro Histórico e a vocação de cinco deles para o alojamento de jovens casais, é também mais um passo que damos nesse sentido. Em relação à questão do Funicular que colocou, também não fugirei à questão. O Funicular é uma infraestrutura construída com um determinado custo, a Autarquia assume que o irá manter em funções durante este ano, mas que o irá integrar num futuro concurso público dos transportes de Viseu e fazer com que o Funicular seja uma parte integrante de toda a rede de transportes que iremos ter a servir o nosso Concelho e portanto, será esta a filosofia que iremos seguir. Em relação à Casa da Ribeira

eu sei que há pessoas que, até dentro do anonimato ou não utilizando os sítios onde se podem sentar para trazer este tipo de questões lançam para o ar situações. Eu gostava de dizer que a casa da Ribeira, foi constituída em mil novecentos e oitenta e dois se não estou em erro, ou oitenta e cinco e nunca teve de uma forma prática ou fisicamente mesmo uma atividade. Isto é, confundiu-se muito a Fundação da Casa da Ribeira, com a Casa da Ribeira em si, que foi sempre muito focalizada na vertente do artesanato. Aquilo que eu me limitei a fazer, foi a dar andamento a uma deliberação do Executivo anterior, que foi extinguir a Fundação da Casa da Ribeira. Foi extinta no dia dezasseis de dezembro à tarde. Portanto, formalmente está extinta. Deixou de ser um problema, o que não quer dizer que o objetivo da Casa da Ribeira, enquanto local físico não continue a ser perseguido. É nossa intenção, que efetivamente aquele espaço que está muito ligado às questões do artesanato, se venha a assumir, aliás, a Senhora Vereadora da Cultura está a desenvolver esta incumbência de o dinamizar, no sentido de ele próprio, ser um espaço de desenvolvimento do artesanato, até na tal perspetiva da Marca Viseu e na perspetiva do Merchandising que Viseu possa vir a ter até para o estímulo do nosso turismo. Portanto, a Casa da Ribeira, vai seguramente continuar a ter uma das suas vocações, centralizada na vertente do artesanato. Em relação à questão que o Senhor Deputado Carlos Martins aqui trouxe sobre a morte de Mandela, congratulo-me também, acho que é uma referência para todos nós e que a sua mensagem perdure nos próximos séculos. Foi um grande exemplo para todos nós. Senhor Deputado António Vicente, gostava de agradecer a sua intervenção, penso que esta programação que temos vindo a desenvolver, “Viseu Natal Sonho Tradicional”, é feliz do ponto de vista do seu conteúdo, da forma como está a ser desenvolvida e dos resultados práticos que tem vindo a ter. Eu próprio tenho andado muito pelo centro da cidade e nas freguesias, onde estas atividades se desenvolveram e tenho tido um eco positivo da parte das populações, o que significa que quando agora começarmos a preparar com algum tempo, aquilo que será um mês e uma semana da programação para o próximo ano nesta perspetiva plurianual que queremos dar a todo o programa cultural, sabemos que este caminho poderá ser seguido se aproveitarmos um bocado daquela filosofia de que cada um trás o melhor que tem. Foi assim que nós preparamos esta programação de Natal, envolvendo mais de cinquenta instituições e foi gratificante verificar como a nossa Sé Catedral, numa iniciativa inédita, com prata da casa, teve mais de trezentas pessoas. Não sei se alguns dos Senhores Deputados estiveram presentes, mas foi talvez dos momentos altos que eu vivi do ponto de vista cultural na nossa Cidade. Verificar trezentas pessoas envolvidas em palco em simultâneo, a Orquestra do Conservatório mais a Orquestra do Piaget, acompanhada por quatro Coros que cantaram em simultâneo. Foi de facto um momento fantástico, nunca tinha visto, não me recorde de ver a Sé Catedral com tanta gente como naquele concerto de Natal, que está ao nível do melhor que se vê muitas vezes nas televisões a serem feitos noutras capitais dessa Europa, o que significa que do ponto de vista da produção, aliás, eu tive a oportunidade de referir na curta informação que produzi de agradecimento, que enquanto Presidente da Câmara que me sentia muito honrado por presidir a uma Autarquia com pessoas com tanto talento. Foi aquilo que nós verificamos e estamos a falar de pessoas amadoras, não estamos a falar da maior parte deles profissionais. Portanto, ainda bem que entendeu, bem como esta questão do envolvimento das freguesias. Temos tido concertos promovidos por algumas das nossas coletividades, que têm sido feitos nas freguesias e de certa maneira o que é que permitiu? Permitiu trazermos o nosso património para o centro das comemorações do Natal. A questão do presépio, levou a que praticamente todas as freguesias aderissem à Rota da Luz, foi assim que lhe chamámos e por outro lado levar a atividade cultural às próprias freguesias. Não escondo que gostaria que no próximo ano duma forma espontânea, não desta organizada, os próprios cidadãos comesçassem a juntar-se, sem qualquer organização e virem para a rua cantar as canções de Natal e vivermos este espírito tão fantástico que temos vivido nas nossas ruas da cidade.

Obviamente que já agora deixo o convite aos Senhores Deputados para o Concerto de Ano Novo, vai ser no dia cinco de janeiro, vamos ter o Maestro Vitorino de Almeida a reger a nossa Orquestra das Beiras, nossa porque efetivamente o Município também participa deste projeto e a quem não for convidado-os a irem ver a exposição da Maria Keil, que é de facto uma exposição que merece ser vista e que faz parte de um protocolo que celebramos com o Museu da Presidência da República em que algumas das grandes exposições que sejam promovidas pelo Museu da Presidência da República, passarão a vir a Viseu ao longo do ano, num objetivo que temos na vertente cultural de ter aqui três grandes exposições por ano de âmbito nacional, que possam ser aqui promovidas aqui na nossa cidade. Já agora realçar aqui também a excelência do livro desenvolvido pelo Doutor Jorge Adolfo, sobre os Forais Manuelinos, foi lançado na nossa Biblioteca Municipal, penso que é uma obra de grande qualidade e em boa hora o Executivo anterior a encomendou a este nosso concidadão que fez aqui um excelente trabalho. Por outro lado, também referir a questão do Mercado Municipal. Nem sempre conseguimos passar logo para o ótimo, mas é bom darmos pequenos passos. Foi muito reconfortante para mim, nestas três visitas que já fiz ao Mercado Municipal verificar que muitos daqueles comerciantes que estão lá, voltaram a ganhar ânimo na perspetiva da dinamização do seu próprio negócio e verificar que estamos a conseguir outra vez a pôr o Mercado Municipal na moda. Tenho-o dito até à exaustão. Os bons produtos que lá estão, a simpatia das pessoas que nos atendem no Mercado Municipal, merecem de facto que os cidadãos de Viseu, passem a fazer as suas compras também no Mercado Municipal. Há outros passos que irão ser dados nos próximos tempos, até chegarmos a uma solução de otimização de utilização do próprio Mercado Municipal. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Cristina Fonseca, quero-lhe dizer que foram muitos os atos em que eu participei enquanto Presidente da Câmara nesta quadra de Natal. Poucos foram publicitados na comunicação social e também não os vou publicitar aqui, porque de facto com minha formação católica, entendo que é uma época solidária, o Presidente da Câmara tem a obrigação de dar determinados sinais em relação a determinado número de instituições, mas deve-o fazer da forma como o fiz este ano. Quero aqui também cumprimentar os Senhores Presidentes de Junta pela forma como organizaram discretamente da minha passagem de solidariedade de calor, porque o que eu fui procurar levar às famílias carenciadas do Concelho, foi também foi o calor da Autarquia num momento como este. Era desejável que não tivéssemos que oferecer cabazes, porque o simbolismo dos cabazes também significa que há pessoas também no nosso Concelho que vivem abaixo do limiar daquilo que é aceitável. A Autarquia estará sempre muito atenta. Eu tenho-o dito e afirmo-o aqui de novo, se tiver de deixar de fazer uma obra física para apoiar famílias carenciadas, não deixarei de o fazer e se a Senhora Deputada verificar e for às Atas, de todas as reuniões da Câmara Municipal, verificará que invariavelmente e sem alardo, têm lá ido a todas as reuniões situações concretas de apoio a famílias carenciadas. Desde às vezes facilitar o pagamento da água, em vários meses porque as pessoas não a conseguem pagar, até ajudar a comprar uns óculos, ajudar a fazer uma prótese dentária, de tudo lá tem passado. Temos avaliado e dentro das possibilidades, a Autarquia tem-se assumido aqui, numa posição complementar, não se substituindo às instituições existentes, designadamente aquilo que são as competências do Governo, mas nós não questionamos, da mesma forma que não questionei também se era da competência da Autarquia ou não fazer a abertura das cantinas durante este período escolar. Entendemos e diagnosticamos que seria útil, tomámos a decisão e não estivemos a perguntar se os alunos são de escolas que são da responsabilidade da Autarquia ou se são da responsabilidade do Poder Central. Estamos a dar a refeição e a prova de que estávamos certos, é que vão ser quatro mil e trezentas refeições servidas ao longo deste período de Natal. É certo que nem todas as jovens carenciadas, porque alguns deles têm atividades durante este período e aproveitarão para comer na escola, mas a verdade é que muitas destas refeições vão chegar aos destinatários

que temos. Em relação à Atividade Sénior, já agora também referir que foi um momento extremamente reconfortante, porque mil e quinhentos seniores envolvidos em atividades, que tiveram da minha parte um compromisso, é que vamos continuar com a Atividade Sénior, que agora se chamará Viseu Sénior. Vamos continuar a promover a hidroginástica, vamos continuar a promover a ginástica nas instituições para que as pessoas possam ter a sua mobilidade assegurada, vamos continuar a promover todas aquelas atividades que possam permitir um envelhecimento saudável. Este é o compromisso que eu assumi nessa mesma reunião e vamos também continuar a proporcionar aos mais idosos, momentos de convívio, momentos em que eles possam disfrutar também da companhia uns dos outros. Portanto, não tenham dúvidas que vamos continuar a seguir esse caminho. Em relação à questão da Senhora Deputada Lúcia Silva, trouxe aqui algo que já tinha sido debatido na Câmara Municipal, no Executivo e o que eu lhe posso dizer é que estou a dar e darei uma grande importância ao CLAS, onde estão cento e trinta e três entidades envolvidas, a vertente social é um dos três pilares da estratégia do “Viseu Primeiro” é com prática, não é com “*Show off*”, que se chega junto das pessoas. Vou privilegiar sempre a prática e muito menos a questão do “*Show off*”. Agora posso-vos dizer que neste desiderato o papel dos Senhores Presidentes de Junta é um papel extremamente importante e têm-no provado, porque diariamente têm identificado em cada uma das suas freguesias situações e dentro da lógica da rede eu posso-vos dizer que sem receio de ser desmentido que dentro da rede que hoje existe no Concelho, não há razões para nós não respondermos à totalidade das solicitações que nos sejam feitas. Felizmente temos uma grande riqueza de instituições no nosso Concelho e quanto mais as conseguirmos articular em rede, mais conseguiremos atingir os objetivos que nos propomos atingir, aliás, na tal lógica de pretendermos uma Cidade, uma Cidade-Região, um Concelho que seja bom para nascer, para crescer, para estudar, para investir, para envelhecer, enfim, nas suas diferentes fases da nossa vida. Queria também agradecer à Senhora Deputada Filipa Mendes a intervenção que aqui trouxe, de facto as pequenas coisas também fazem grandes soluções. É obrigação da Autarquia também estar atenta a pequenas coisas que afetam a vida dos cidadãos. A questão da rede de transportes e estas alterações que fizemos quer da ligação da Central de Camionagem à Escola de Viriato, quer a ligação a Vila Corça, Povolide e Cabril, podem parecer pequenas coisas mas são situações que eu identifiquei inclusivamente na campanha eleitoral e que assumi a responsabilidade de as resolver. De facto, um mês depois de ter chegado ao Município, tinha estas situações resolvidas e também aqui numa perspetiva de responsabilidade social, responsabilizando também a empresa que tem hoje a concessão em Viseu e portanto, incentivando-os também a terem aqui uma lógica de responsabilidade social. Aproveito também para dizer que está para ser lançado um concurso público ainda deliberado pelo Executivo anterior de mais cinco linhas de transportes que irão reforçar a nossa rede de transportes. Já agora também, dizer também à Deputada Filipa Mendes que dei orientações ao Senhor Vereador responsável por a juventude para que seja ativado de imediato o Conselho Municipal de Juventude, para que efetivamente tenhamos um fórum, independentemente das polémicas que existem sobre a legislação, oposições de outros municípios, entendo que é útil, nem que seja de uma maneira informal, ter ativado o Conselho Municipal da Juventude, para que efetivamente haja um fórum de debate sobre as matérias dos nossos jovens. Em relação ao Senhor Deputado Pedro Antunes, folgo que venha aqui enfatizar o selo de qualidade da água dos SMAS. Vai ser um esforço anual, porque este selo é anual, é bom verificar que no primeiro ano em que este selo é instituído Viseu o tem. Portanto, a qualidade da nossa água vai nos levar inclusivamente a lançar uma campanha agora no início de janeiro sobre a qualidade da nossa água e ao mesmo tempo fazer uma campanha pedagógica junto dos alunos para perceberem como é que a água chega a sua casa e como é importante poupá-la, até porque a qualidade custa dinheiro. A situação que há bocado o Senhor Deputado falava sobre as lamas que são

depositadas no Rio Dão, como sabe a Autarquia anterior apresentou uma candidatura sobre esta questão das lamas que não foi aprovada e nós estamos a negociar com o POVT para ver se ainda conseguiríamos desenvolver esta questão no atual Quadro Comunitário de Apoio, até aproveitando a candidatura que temos para a ETAR Viseu Sul. Em relação ao prazo para a ETAR Viseu Sul, o prazo é mandatório Senhor Deputado, se conhecesse o dossier, verificaria que nem precisava de colocar esta questão. Isto é uma obra que como sabe está apoiada por fundos comunitários através do POVT, tive a felicidade de estar do outro lado quando esta candidatura caiu, porque ela caiu na operação limpeza, tive a oportunidade de a ir repescar, noutra qualidade enquanto Secretário de Estado da Economia na altura e de convencer a unidade de gestão de que esta candidatura teria possibilidades de se transformar em obra no prazo que tem que ser. Porque este quadro comunitário de Apoio termina agora a dia trinta e um de dezembro e depois tem mais dois anos para fazer a sua execução. Portanto, a execução física desta obra é mandatória. Tem que estar concluída, aliás o prazo é até setembro de dois mil e dezasseis. Mas ela tem que estar concluída sob pena do Município correr o risco de perder o dinheiro e de ter que pagar a obra do seu próprio bolso. Portanto, se há questão neste momento que diariamente me preocupa e que me leva a manter os Serviços Municipalizados sob pressão e também o Senhor Vice-presidente que também é responsável pelo ambiente, o ambiente continua a ter um Vice-presidente como responsável. Há uma ordem de serviço onde se fez uma deliberação que é pública. Portanto, está lá, de uma forma, preto no branco, quais são os pelouros que cada um dos Senhores Vereadores tem designadamente o Senhor Vice-presidente. Portanto, o compromisso que tenho é o mesmo compromisso que resulta de um contrato celebrado no mandato anterior e que nos obriga a ter a obra concluída até setembro de dois mil e dezasseis. O plano de continência, obviamente que todos os dias se fazem no SMAS e na Câmara planos de contingência, sempre temos que ter um cenário, mas esperamos que esse cenário não tenha que existir, até lá vamos ter que acompanhar estas oito ETAR que depois vão ser desativadas e existe também já um plano de desativação dessas mesmas ETAR depois de entrada em funcionamento da nova. Penso que respondi a tudo, entretanto, ao Senhor Deputado José Ernesto felicito-o pelo conhecimento deste dossier, é de facto um conhecimento exaustivo, quase tão profundo quanto o Presidente da Câmara tem, poupou-me aqui imenso trabalho, porque fez um ótimo resumo, posso-lhe dizer que esta obra está participada em oitenta e cinco por cento (85%) e está a ter o benefício do *top-up*, que foi um mecanismo negociado por mim junto de Bruxelas na altura e portanto posso assegurar que estamos a acompanhar muito de perto esta questão. Portanto, são as questões que me foram levantadas a que eu procurei responder com a objetividade que me é característica e portanto, espero ter respondido a todas as questões. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Antes de outras questões que queiram colocar, quero só informar o Senhor Presidente, que quer a Mesa, quer a maioria dos Membros da Assembleia estavam cá às nove horas. Houve atraso no início dos trabalhos, que como é óbvio iremos ter em consideração no futuro, já que muitos Deputados estavam no registo das suas presenças. Gostaria também de apelar à sua compreensão e espírito de tolerância reforçado nesta época de natalícia. Também não poderia deixar de transmitir ao Senhor Presidente que os Membros da Assembleia Municipal, nomeadamente a Mesa, também têm essa compreensão em relação ao início das Sessões da Câmara Municipal. Iria então dar a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **TRINTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Senhor Presidente, muito obrigado pelas suas palavras.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** Só um pedido de esclarecimento Senhora Deputada. Não é uma intervenção, é um pedido de esclarecimento.-----

- ***A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue dizendo:*** Repetindo. Muito

obrigado Senhor Presidente pelas suas palavras. Face aquilo que é a posição da Câmara Municipal de Viseu, relativamente ao horário dos seus trabalhadores, não podemos de forma nenhuma não lamentar, na medida em que interpretamos a sua posição e a do seu Executivo como desrespeito pelos direitos mais elementares dos trabalhadores e da legislação que os consagra. Outras Câmaras no nosso País não agem deste modo. É porque a Lei permite, tendo aprovado deliberações que mantêm intactos os horários de trabalho negociados e consagrados entre o Estado e os Sindicatos.-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Senhora Deputada só podia utilizar um pedido de esclarecimento e não uma intervenção. Era pedido de esclarecimento em concreto?-----

-- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue dizendo: Não, não era propriamente.-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Então, tem a Informação Municipal, o Período da Ordem de Trabalhos para fazer a sua intervenção. Muito obrigado pela sua compreensão. Iriamos então passar à Ordem de Trabalhos. Antes disso, é um pedido de esclarecimento? Tem a palavra para um pedido de esclarecimento.-----

--- TRINTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Senhor Presidente, eu questionei, não sei se reparou na minha intervenção, a velocidade cruzeiro. Uma coisa é a obra física, pelo que depreendi pelas suas palavras, contrariamente ao que foi anunciado a quando do lançamento da primeira pedra e noutras situações, não é dois mil e quinze, mas fica aqui escrito, enfim atestado, sendo assim só por volta de dois mil e dezasseis a ETAR estará em velocidade cruzeiro. Se a obra é para ser entregue em dois mil e dezasseis, considerando o que é o normal arranque de uma ETAR, queria questionar o Senhor Presidente se tem consciência que só em dois mil e dezasseis teremos tratamento de primeiro mundo, tratamento de esgotos em Viseu e por isso mesmo sendo só em dois mil e dezasseis, o plano de contingência necessário para a ETAR de S. Salvador....-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado é um pedido de esclarecimento. Estamos na época natalícia mas!-----

- O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes prossegue dizendo: Ok. Pronto, peço desculpa.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

--- QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados. Eu não quero de forma nenhuma até pela posição que já assumi como Presidente da Assembleia Municipal, tenho o maior respeito pela condução dos trabalhos pela parte do Senhor Presidente, terei todo o gosto em responder a todas as questões que os Senhores Deputados me coloquem e quando não souber responder, comprometo-me responder depois por escrito aliás como tem acontecido em alguns requerimentos que têm sido feitos de dar todos os esclarecimentos. Não quero que os Senhores Deputados estejam limitados no seu acesso à informação e que possam fazer o seu juízo de valor, até para às vezes não dizerem certas coisas que são um bocado disparatadas em algumas afirmações públicas que fazem. Se tiverem acesso à informação melhor. Mas, gostava que o Senhor Presidente da Mesa me esclarecesse sobre o seguinte: No passado, no Período Antes da Ordem do Dia, era dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para o Presidente da Câmara poder dar resposta às matérias e passava-se de imediato para o Período de Informação onde os Senhores Deputados podem continuar a questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre essas matérias. É só por uma questão de organização do meu próprio trabalho, saber como é que isto futuramente isto irá ser feito.

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: É óbvio que o entendimento é esse. Isso não implica que qualquer Senhor Deputado possa pedir um esclarecimento pontual sobre as matérias anteriores. Como vimos até o caso da Deputada Filomena Pires, tinha

um esclarecimento que não era esclarecimento e por isso ficou para o ponto da Ordem de trabalhos.-----

Íamos agora entrar na Ordem de Trabalhos. Nós propúnhamos, até pela Informação Municipal que, e até sob sugestão do Executivo, que o Ponto Um e o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos fossem analisados em conjunto. Se nenhum Senhor Deputado tiver alguma questão a levantar, se estiverem todos de acordo, o Ponto Um e o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos eram analisados em conjunto. Por isso, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu iria fazer a intervenção deste ponto, cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando também as Senhoras e os Senhores Depurados, os Membros da Imprensa aqui presente e também os Concidadãos que estão a assistir a esta Assembleia Municipal.-----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que previamente remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº 4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.-----

Encontramo-nos no limiar da viragem de um novo ano. 2014 será, seguramente, um ano muito exigente para a nossa comunidade, mas também muito relevante para a concretização do programa com o qual, e para o qual, fui eleito, com a força livre e democrática do voto dos viseenses. Afirmo-o com a responsabilidade, a legitimidade e a sustentabilidade das propostas que hoje aqui serão apreciadas, mas também com os primeiros resultados da governação municipal.-----

Cumpriram-se, com efeito, dois meses de exercício de governo municipal, desde que fui, desde que fomos investidos nestas funções pela soberania do voto popular.-----

Dois meses intensos e produtivos, focados em objetivos da maior relevância para o bem-estar da comunidade e o desenvolvimento do concelho.-----

Dois meses intensos e produtivos em que foi possível lançar as bases de um novo ciclo de prioridades, mas também de uma nova cultura de governação: mais aberta à cidadania, mais plural e mais inclusiva, e ao mesmo tempo mais participada.-----

Um mês depois do início de funções, o Executivo Municipal pôs a consulta pública a estratégia de desenvolvimento "Viseu Primeiro 2013/2017", no âmbito da qual tem recebido contributos dos nossos concidadãos e também de algumas entidades do nosso Concelho.-----

Em anexo a esta comunicação radica o documento desta estratégia, permitindo a sua discussão também nesta reunião órgão deliberativo do concelho e sendo bem-vindas todas as sugestões que os Senhores Deputados pretendam fazer chegar.-----

A Estratégia "Viseu Primeiro 2013/2017" constituirá o nosso “guia de regra, de fé e de prática”. Terá as suas prioridades centradas no investimento e desenvolvimento económico, na inclusão e solidariedade, na coesão local e na revitalização do Centro Histórico e das Aldeias, mas também numa administração mais moderna, mais eficiente e mais próxima dos cidadãos.-----

Uma comunidade atrativa, uma economia dinâmica, uma cultura vibrante e uma cidadania consciente reclamam uma administração aberta e inclusiva, que ouve os cidadãos e as instituições, que comunica com eles e que está onde as pessoas estão e mais precisam.-----

A criação do Conselho Estratégico de Viseu é também um importante passo no sentido desta cultura de administração participada e de comunicação com o todo concelhio e regional.-----

Este órgão é uma forma de acrescentar energia, sensibilidade e eficácia ao pensamento e à ação do executivo, em prol dos objetivos que a todos nos deve unir: a de um crescimento sustentável, inclusivo mas real para a cidade e a região de Viseu. Na sua primeira reunião,

realizada a 12 de dezembro, o Conselho Estratégico de Viseu afirmou, no seu coletivo, a visão de “uma Cidade-Região competitiva e aberta ao mundo e de uma comunidade inclusiva e a marcar o país”. Houve aqui uma validação por parte do Conselho Estratégico, desta estratégia “Viseu Primeiro 2013/2017”.-----

É aberto a diversas sensibilidades e setores, num todo plural como é a realidade política, social e económica.-----

Vinte e duas mulheres e homens com especial reputação ou responsabilidade na vida regional integram o Conselho Estratégico, reunindo os quadrantes da ciência, da cultura, da economia e das empresas, do ensino, da solidariedade e do desporto e juventude. O Sr. Prof. Alfredo Simões é o seu relator competente e independente.-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, nestes dois intensos e produtivos meses, pusemos também de pé o Fórum “Viseu Cultura”, uma iniciativa que contou com o apoio e a presença de Sua Excelência o Presidente da República, na mesma data em que Viseu inaugurou a itinerância nacional da exposição alusiva à vida e obra de Maria Keil.-----

O Fórum “Viseu Cultura” é um órgão de auscultação municipal, mas é mais do que isso. É também um espaço de reflexão livre e dinâmica que pode gerar iniciativas de valorização conjunta dos recursos culturais e dos talentos artísticos radicados no concelho e na região.

Se o futuro do desenvolvimento está na capacidade de somarmos valores, de multiplicarmos saberes, de criarmos redes, então este fórum é também um passo nessa estratégia de eliminação de fronteiras e de irradiação de muros.-----

A cooperação dos agentes culturais é, sem dúvida, uma necessidade e uma vantagem para convertermos Viseu numa cidade de eventos e também num polo cultural no país.-----

A integração neste fórum quer do ACERT, quer do Tetro Montemuro, é também na tal perspectiva de Viseu Cidade-Região.-----

Minhas Senhoras e meus Senhores, estas medidas não custam dinheiro ao município pois não existem quaisquer remunerações, mas custam tempo e ao mesmo tempo custam também dedicação. Tempo e dedicação da Administração e tempo e dedicação dos agentes e das pessoas que participam de uma forma livre neste fórum.-----

Esse tempo e essa dedicação coletivas, inclusivas e construtivas são o cimento novo e positivo de que precisamos para o futuro.-----

Do poder político local espera-se não apenas o respeito, mas o estímulo, o calor e o ânimo. Diria que o ceticismo, o azedume e o bota-abaixo nunca criaram riqueza, nem emprego, nem solidariedade.-----

Estas dinâmicas estão a dar os primeiros passos. A criação do Conselho Estratégico contou com o voto unânime da Câmara Municipal e a aprovação do Fórum Viseu Cultura registou apenas um voto contra mas que depois se veio a verificar que foi por falta de esclarecimento quanto aos custos ou não desta instituição.-----

Acalento a expectativa de que a criação e o lançamento do primeiro Orçamento Participativo do Município de Viseu, compromisso da primeira hora do Executivo, receba Idêntico acolhimento.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, honra-me apresentar aqui, nesta sessão, a primeira proposta de Orçamento e de Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal em exercício, mas honra-me também fazê-lo, dois meses depois, com a casa arrumada e em pleno funcionamento.-----

Sem sobressaltos e sem quebras, os serviços municipais e as sociedades e estruturas participadas do Município prosseguiram as suas competências e ao mesmo tempo as suas obrigações.-----

Numa fase de transição muito complexa, assegurámos estabilidade e o normal funcionamento das instituições e dos serviços. Os nossos concidadãos esperam e exigem responsabilidade e também regularidade.-----

Com esse pensamento, procedemos, no cumprimento da Lei, às designações que tínhamos para realizar. Sem vazios mas com um caminho próprio. Aquele que os próprios cidadãos escolheram.-----

Quando necessário, não enjeitámos decisões que se impunham. A concretização da extinção da já referida Fundação da Casa da Ribeira, por escritura pública, é uma evidência desta atitude diligente e autónoma. Não esperamos que nos mandem fazer: fazemos.-----

Aos que esperavam sobressaltos, revelamos solidez. Aos que temiam vazios, demonstrámos presença. De corpo e de espírito.-----

Também no *dossier* da “Gestin Viseu” demos passos concretos.-----

O Executivo Municipal não se revê no atual quadro de gestão do Parque Empresarial de Mundão. Não são apenas os lotes e terrenos vazios que aguardam investimentos, é também a situação de falta de competitividade do seu preço.-----

Nestes dois meses, avançámos numa negociação com os restantes acionistas para encontrarmos uma solução favorável ao Município e sobretudo, aos interesses de desenvolvimento do concelho.-----

Essa solução passará pelo estabelecimento de um acordo quer permita a saída da Câmara Municipal de uma Sociedade que já não está em funcionamento para a qual não tem vocação e, ao mesmo tempo, a colocação a preços competitivos de lotes sem ocupação económica real.-----

Acredito que, muito brevemente, chegaremos a bom porto, transformando um problema numa oportunidade.-----

A importância deste dossier como calculam extravasa a relevância específica da Sociedade “Gestin Viseu” ou mesmo do Parque Empresarial.-----

O que está em causa é, antes de mais, a criação de condições reais para atrair e fixar atividade económica, investimento e ao mesmo tempo criar emprego.-----

Temos trabalhado todos os dias nesse sentido, em competição com outros concelhos e com outros territórios. Não há varinhas de condão nem truques de retórica para fazer crescer a economia. Mas há trabalho que estou certo que será bem-sucedido.-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, nestes dois intensos e produtivos meses, o Executivo Municipal não cedeu à inércia do ceticismo e assumiu uma estratégia de valorização do aeródromo municipal.-----

Em Novembro passado, arrancámos com a execução de uma obra de manutenção e beneficiação do aeródromo que visa restituir, em diversos casos, as condições do seu funcionamento, garantindo ainda a certificação definitiva da infraestrutura.-----

Globalmente, o Município está a investir cerca de 80 mil euros nesta operação, que permitirá posicionar o aeródromo municipal na atração de atividades e no futuro desenvolvimento do concelho, nomeadamente com fins logísticos.-----

Brevemente estarei em condições de anunciar o primeiro ganho deste investimento e da aposta que temos feito na valorização desta infraestrutura junto de potenciais parceiros.

Entregar o aeródromo a um destino de deterioração e abandono seria malbaratar o seu potencial e o papel que Viseu, cidade-região, poderá assumir no contexto da rede logística e aeronáutica regional.-----

É, todavia e é bom que isto fique claro, ao Município de Viseu a quem se deve esta iniciativa, contra a descrença e a contrapelo de interesses difusos e pouco esclarecidos. Nestes dois intensos e produtivos meses fizemos justiça a esta prioridade de promover o investimento no nosso concelho, fomentando o desenvolvimento económico.-----

Não excluimos o papel que o Município deve assumir nesse desígnio. Nomeadamente quando estão em causa outros objetivos prioritários, como a reabilitação patrimonial e a revitalização social e económica do Centro Histórico.-----

Cumrem-se hoje duas semanas que contratualizámos com a Administração Central um financiamento de um vírgula quatro (1,4) milhões de euros que aliás, hoje será aqui

aprovado nesta Assembleia para investir na reabilitação de sete edifícios degradados no Centro Histórico, no quadro do programa “Reabilitar para Arrendar”.-----  
Realce-se que Viseu foi o primeiro município do país a celebrar contratos de financiamento neste programa, numa cerimónia que contou com a presença do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.-----  
Esta intervenção permitirá criar quinze fogos habitacionais destinados a arrendamento, que fixarão mais de cinquenta pessoas, especialmente de jovens famílias, e seis novos espaços comerciais.-----  
A Rua Direita vai concentrar cinco dos sete edifícios a reabilitar e o financiamento cobrirá noventa por cento do montante global de investimento.-----  
As obras deverão iniciar-se no primeiro semestre de dois mil e catorze, concluindo-se, regra geral, no espaço de um ano a partir da data de arranque.-----  
Este é mais do que um sinal. É um ato importante na estratégia municipal, com fins simultaneamente económicos, sociais, patrimoniais e turísticos.-----  
A política faz-se de palavras e de atos. Nem só de palavras, por que é pelos atos que se opera a mudança. Nem só de atos, porque é nas palavras e na sua partilha que reside a força que os faz acontecer.-----  
Senhor Presidente Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, o programa de animação do Centro Animação do Centro Histórico e das artérias comerciais da cidade, na quadra das celebrações do Natal e do novo ano, é também um resultado desta governação municipal.-----  
Muito deste programa vive da simples mas exigente operação de somar esforços e competências coletivas.-----  
A Câmara Municipal não se substitui à livre ação e iniciativa das instituições locais, culturais, sociais, desportivas ou religiosas, assim como das Freguesias. Não as substitui, nem as anula. Antes complementa, anima, apoia e promove efeitos positivos de conjunto.  
A dinamização do urbanismo comercial, em parceria com a Associação Comercial do Distrito de Viseu, é um exemplo desta política de gestão e desenvolvimento local.-----  
Também a recente intervenção que já referi no Mercado Municipal reflete esta lógica de intervenção.-----  
Não pomos os problemas para debaixo do tapete, nem fugimos de quem de nós espera resposta ou ajuda.-----  
A sustentabilidade dos pequenos operadores económicos do nosso Mercado é muito frágil e as condições de frequência do espaço muito longe de um padrão que permita aumentar a sua procura e a rentabilidade de quem lá trabalha e faz sustento.-----  
Sem prejuízo de intervenções mais profundas, demos nestas semanas um sinal de disponibilidade para incrementar uma mudança que ajude a tirar do plano inclinado de perda em que se encontra o Mercado Municipal.-----  
Fizemo-lo conscientes das dificuldades, mas também conscientes de que Viseu tem um potencial relevante para realizar na valorização dos seus produtos agroalimentares locais e numa estratégia de apoio à economia dos pequenos lavradores.-----  
O Mercado Municipal pode ser também uma âncora para atração de novos públicos ao centro da cidade e ao centro histórico.-----  
Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Membros Municipais, optei por fazer esta intervenção exaustiva porque entendi que era importante abordar as diferentes ações da governação e deixar também nesta Assembleia bem presente aqueles que são os caminhos que pretendemos seguir. Deixei propositadamente para o momento anterior à apresentação das linhas gerais do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para dois mil e catorze, uma referência ao pilar mais nobre dos três que dão corpo à estratégia “Viseu Primeiro 2013/2017”. Refiro-me ao pilar social - da inclusão, da solidariedade e do apoio às famílias.-----

Como é já público, as cantinas escolares da responsabilidade do Município de Viseu, relativas ao pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico, estão em funcionamento durante o período das férias escolares do Natal, numa decisão inédita do Executivo.-----

O nosso compromisso com as famílias e com as crianças que mais precisam não pode ter férias nem interrupções. Segundo dados dos serviços que hoje já referi aqui, serão servidas mais de quatro mil e trezentas refeições durante este período. O que significa que crianças e jovens de escolas de outros graus de ensino, cujas cantinas são da responsabilidade do Ministério da Educação, estão também a beneficiar deste serviço municipal no período de interrupção letiva.-----

Neste período mantêm-se ainda os preços e benefícios sociais das cantinas escolares da responsabilidade do Município. As crianças que são beneficiárias de desconto ou isenção total de pagamento das refeições continuam a beneficiar desse apoio.-----

Tranquiliza-me, mas não me conforma nem satisfaz, poder afirmar que a rede de cantinas escolares e sociais no concelho garante, atualmente, uma resposta de cem por cento das necessidades alimentares de famílias carenciadas.-----

A qualidade de vida do concelho é também medida pelo cuidado e o zelo que pomos no contexto comunitário e, em especial, em favor de quem mais precisa. A política do Orçamento Municipal traduz, também, ao seu nível, este pensamento.-----

Pelas mesmas razões e já foi aqui enfatizado, iniciou-se a dois de Dezembro o serviço de transporte escolar entre o Centro Municipal de Transportes e a Escola Secundária Viriato, que se realizará todos os dias úteis dos períodos letivos, às oito horas e vinte minutos.-----

Este novo serviço passa a garantir uma ligação anteriormente inexistente, assegurando a chegada dos estudantes à escola a horas do início das aulas. Aliás, houve um ajustamento de horário para se poder concertar esta questão.-----

Realizado pela concessionária dos Serviços de Transportes Urbanos de Viseu, o serviço é gratuito para os alunos e, simultaneamente, sem custos para o Município.-----

Esta é uma boa notícia para diversas famílias e jovens e um sinal da sensibilidade social do município e da responsabilidade social da empresa. Chegou também ao fim um problema com vários anos.-----

Também a partir da mesma data, o serviço de autocarro que faz a ligação a Vila Corça foi estendido a Povolide e a Cabril, assegurando melhor transporte aos alunos que terminam as aulas em horários mais tardios.-----

A solidariedade da Comunidade faz-se também sentir nesta época. Silenciosamente, sem alarde, discretamente como se impõe, o Município fez o que lhe compete, auxiliando quem mais precisa.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o orçamento que a Câmara Municipal vai hoje apreciar ou que esta Assembleia Municipal vai hoje apreciar, abre um novo um novo ciclo de prioridades nas políticas municipais, mas honra integralmente os compromissos de investimento e pagamentos assumidos no passado.-----

É um orçamento de muito rigor e é um orçamento de viragem para a economia, para a solidariedade e as famílias, e para a coesão local e o centro histórico.-----

Honramos os compromissos do passado e honramos as expectativas do futuro. Não é um ponto de chegada, mas é um ponto de partida para a execução da estratégia “Viseu Primeiro 2013/2017”.-----

Este é um orçamento de rigor e de margens limitadas! É também um orçamento que tem de dar resposta à quebra acentuada nas receitas de impostos diretos e indiretos (sentido em 2013) e a uma quebra das transferências do Estado para dois mil e catorze.-----

Só os impostos diretos (que são os mais significativos) caem cerca de três milhões de euros, Isto é, quinze por cento (15%).-----

A quebra de receitas é, em termos gerais, de dez por cento (10%). Essa quebra de receita reflete-se naturalmente numa redução de despesas, porque efetivamente a

sustentabilidade das contas do Município é um princípio sagrado que queremos continuar a prosseguir.-----

Outro fator para a quebra das disponibilidades para dois mil e catorze está também relacionado com o encerramento das aprovações de financiamentos do QREN.-----

Neste momento, não existem janelas de investimento dos fundos comunitários. Poderíamos fazer um exercício especulativo com a abertura do Portugal 2020 no segundo semestre, mas isso seria insuflar artificialmente o nosso orçamento sem uma certeza quanto ao ritmo de abertura e aprovação de concursos do novo Quadro Comunitário.-----

Não obstante este contexto, este é um orçamento superavitário! Sem défices.-----

Esta proposta é também responsável! Assegura os investimentos estruturantes que herdámos (como a construção da ETAR Viseu Sul e a construção de Escolas) e que reflete já parte importante das opções estratégicas para os próximos 4 anos.-----

Damos um passo em frente, mas mantemos os dois pés bem assentes na terra.-----

Também no que respeita à política fiscal municipal avançamos propostas, com sentido de responsabilidade, mas orientação estratégica. Sinalizando a importância da reanimação económica de base empresarial. Quisemos dar um sinal de entrada num novo ciclo fiscal ao assumir a opção de isentar de pagamento de derrama as novas micro e pequenas empresas criadas em dois mil e catorze e todas as micro e pequenas empresas que criem pelo menos cinco postos de trabalho.-----

As empresas com faturação até cento e cinquenta (150) mil euros/ano, verão também reduzida a sua derrama em vinte por cento (20%).-----

Poderíamos num contexto de quebra de receitas e de início de mandato usar da estratégia de repor o índice municipal para o IRS anterior a dois mil e treze, por exemplo. Não o fizemos. Diminuir neste contexto os índices fiscais significaria sacrificar a política redistributiva que o município desenvolve na sua política de ação social e de coesão local.

Este é claramente um orçamento fiscalmente justo e equilibrado.-----

Optámos por propor a renovação da redução em 1% (para 4%) em sede de IRS a favor dos Municípios. A taxa anual do IMI (valor mínimo legalmente permitido) será também renovada nos 0,3% relativamente aos prédios já reavaliados.-----

Quero no entanto assumir aqui o compromisso e a nossa intenção de, no próximo ano, fazer um estudo para a reforma do regime fiscal municipal de modo a torná-lo socialmente mais justo, mas também mais competitivo para as empresas e o investimento.-

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. No que respeita às Grandes Opções do Plano 2014, a proposta que hoje apreciamos faz uma aposta clara no desenvolvimento económico e no investimento das empresas. Temos medidas concretas que são um sinal da vontade do Executivo relativamente a todo o mandato.-----

O investimento municipal em “Desenvolvimento Económico e Energia” quase duplica o seu valor, subindo para treze por cento (13%) do total das “opções do plano”. São 4,7 M€ inscritos para investimento.-----

Este é também o lançamento do Programa “Viseu Investe”, já que aqui está também previsto a criação do “Gabinete do Investidor”, do “Dossier do Investidor”, do Conselho da Diáspora e a melhoria da atratividade das nossas áreas de acolhimento empresarial.

Parte significativa desta fatia será dedicada também ao investimento no Centro Histórico.

As Grandes Opções do Plano, evidenciam também o lançamento e a concretização de novas políticas: os programas “Viseu Social”, “Viseu Local”, “Viseu Sénior”, “Viseu Cultura” e medidas incluídas no objetivo de simplificação administrativa e participação.

- “Viseu Educa”: 6,7 Milhões de Euros, 19% das GOP.-----

- “Viseu Social”: 2 Milhões de euros, 5,4% das GOP - Deste, 400 mil euros serão dedicados exclusivamente a apoio social.-----

- “Viseu Cultura”: 1,6 Milhões de Euros, 4,4% das GOP, e que traduz uma diminuição em termos absolutos, mas um aumento em termos relativos na programação e oferta cultural, já que não haverá despesa relacionada com investimentos de peso em infraestruturas em

**2014. O que significa que grande parte deste orçamento vai para o Desenvolvimento e Programas Culturais.-----**

• **“Viseu Local”:** ao abrigo do qual e no quadro da lei 75/2013 incluiremos a delegação de competências e respetivas transferências para as freguesias no âmbito dos Programa de Desenvolvimento Local que estamos a desenvolver e que também já uma iniciativa aprovada pelo atual Executivo.-----

• **“Viseu Participa”:** destina-se à simplificação e modernização administrativa e governo Eletrónico, estamos a falar de um esforço de 650 mil euros, a que será acrescido o montante que será disponibilizado para o Orçamento Participativo, de 50 mil euros, que será lançado no início de 2014, a título de experiência piloto.-----

• **No desporto, não posso também deixar de destacar a opção de prosseguir uma aposta municipal no fomento da prática e da formação desportivas, incluindo aqui naturalmente a gestão e manutenção da rede de infraestruturas de que dispomos.-----**

**É uma prioridade de espectro social cada vez mais alargado, das crianças aos seniores.**

**Constitui uma marca que queremos consolidar, consubstanciando a aposta no Desporto com 1,9 milhões de euros, 5,26% das Grandes Opções do Plano.-----**

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nas opções orçamentais dedicamos ainda uma parte de leão ao investimento e manutenção dos sistemas ambientais, de água, saneamento e resíduos. O tal investimento que não se vê, mas que se traduz depois na qualidade de vida dos cidadãos.-----**

**Temos em curso uma política de investimento que, no futuro, não apenas permitirá melhorar a cobertura dos serviços, como qualificá-la: é o caso da ETAR de Viseu Sul que fará um tipo de tratamento que neste momento não é assegurado pelas ETAR existentes.**

**No total, são 10 milhões de euros das GOP, mais de 28% do seu total, que é destinado à rede de serviços de ambiente, água e resíduos.-----**

• **Saneamento: 5,4 milhões de euros (15,11%) -----**

• **Água: 1,4 milhões de euros (3,92%) -----**

• **Resíduos Sólidos 2,3 milhões de euros (6,54%).-----**

• **Proteção de recursos naturais: 1 milhão de Euros (2,71%) -----**

**Como não poderia deixar de ser, as GOP dos SMAS para 2014 traduzem uma articulação estratégica e operacional com as GOP municipais.-----**

**São seus objetivos centrais:-----**

• **Garantir a qualidade da água fornecida para consumo humano e já referi que o selo é anual, o que implica todos os anos um esforço para o atingir e o tratamento das águas residuais urbanas;-----**

• **Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos munícipes, através da desmaterialização de processos, a implementação da fatura eletrónica dos consumos de água, já este ano e a melhoria do sistema de faturação e a gestão integrada dos serviços;---**

• **Aumentar a proteção ambiental através da redução das ligações ilegais, esta é também uma iniciativa que iremos avançar já no início deste ano;-----**

• **Promover a prática da natação, dinamizando a sua prática nas piscinas municipais de Viseu, aliás numa lógica de responsabilidade social dos SMAS, se calhar grande parte dos cidadãos desconhecem, os custos da nossa piscina municipal, são suportados pelo orçamento do SMASS; -----**

• **Promover a implementação de medidas de segurança nomeadamente, a vigilância eletrónica integrada das instalações, a coordenação de segurança em obra, a manutenção e reabilitação das instalações e das áreas exteriores das mesmas.-----**

**Ao nível do investimento, asseguram-se todos os investimentos com efeitos estruturantes e financiamento comunitário. Nomeadamente:-----**

• **A ETAR Viseu Sul (contrato assinado);-----**

• **A ETAR da Ponte do Farreco (em curso);-----**

• **Emissário da ETAR de São Salvador à ETAR de Viseu Sul (em curso);-----**

- Emissário da ETAR de Teivas à ETAR de Viseu Sul (em curso);-----
- Acesso à ETAR de Viseu Sul (em curso).-----

Os Orçamentos dos SMAS pautam-se pelos mesmos critérios de rigor e de sustentabilidade que imprimimos na preparação do Orçamento Camarário para 2014. As despesas são cobertas pelas receitas. Essa é uma regra de ouro.-----

Prevê-se no orçamento para 2014 que as receitas correntes ascendam a 8,9 milhões de euros, sendo as receitas de capital previstas de 25,3 milhões de euros.-----

Relativamente às despesas correntes prevê-se que as mesmas atinjam os 8,7 milhões de euros e as despesas de capital ascendam a 25,6 milhões de euros, valor que corresponde essencialmente ao montante previsto no Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2014.-----

Os investimentos a efetuar serão, assim, realizados como convém: dentro de parâmetros de prudente equilíbrio financeiro, apoiado nas participações comunitárias que em boa hora, noutras funções, contribui para que se viabilizassem.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Este não é um ponto de chegada, mas é um bom ponto de partida. Pisamos solo firme, mas promissor. Abrimos um novo ciclo, assegurando o cumprimento de todos os compromissos de investimento, de despesa e de capital que assumimos.-----

Este é um equilíbrio útil e sustentável. As sementes de uma nova geração de prioridades, mais focadas no software económico, social e cultural, estão lançadas. Não deixamos, porém, órfãos investimentos e responsabilidades relevantes que herdámos e que iremos cumprir.-----

Estou disponível, com o Executivo que me acompanha, para democraticamente prestar a Vossas Excelências os esclarecimentos que se suscitem do debate que hoje aqui realizaremos. Diria que 2013, para finalizar e deixava esta última mensagem foi um ano muito exigente para todos nós, para as famílias, para as empresas. 2014, não estará isento nem livre destas incertezas e também destas dificuldades diversas. Mas existem vontades e ao mesmo tempo um clima de esperança. Um ciclo de crescimento depende de todos incluindo os atores políticos locais. Obviamente que a Autarquia tem aqui responsabilidades que as irá colocar no terreno, mas também espera que do ponto de vista nacional a ajuda venha para que possamos incrementar o investimento. De nós, esperam-se não apenas as políticas certas mas também os sinais certos. Sinais de responsabilidade, de elevação na defesa da causa pública e de convergência em objetivos realmente relevantes. São no fundo estes valores, em forma de votos que formulo para 2014. Aproveito a ocasião para deixar uma mensagem de um Feliz Ano Novo ao Senhor Presidente, às Senhoras e aos Senhores Deputados assim como às Senhoras Vereadoras e Vereadores, esperando que 2014 vos traga a cada um o melhor no plano pessoal e também profissional. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Eu propunha à Assembleia que interrompêssemos os trabalhos atendendo ao adiantado da hora e recomeçássemos impreterivelmente às catorze e trinta. Concordam? Pronto.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhores Deputados, agradecia que se sentassem para verificarmos se há quórum. Temos trinta e quatro Senhores Deputados, podemos reiniciar a Sessão, estávamos no Ponto um e dois, a Mesa terá consideração a fusão em termos de tempo, até porque temos hoje dois pontos muito importantes, um é a discussão do Programa “Viseu Primeiro” e também o Orçamento e Plano de Atividades, quer do SMAS quer da Câmara e por isso teremos em consideração o tempo para essa discussão. Os Senhores Deputados que quiserem usar da palavra. Tem a palavra o Deputado Pedro Osório.-----

--- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO OSÓRIO DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhoras

Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Senhoras e senhores. O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Viseu saúda o Executivo na pessoa do seu Presidente pela apresentação do plano estratégico Viseu Primeiro 2013/2017.-----

Esta é uma ação extremamente inovadora. Nas últimas décadas, na maioria dos municípios portugueses, a atividade camarária não emanou de um programa de governo municipal ou de um modelo estratégico de desenvolvimento. Não se conhece nenhum município do país que tivesse iniciado o seu mandato com a apresentação de um documento estratégico para quatro anos e que o fizesse com o intuito de trazer para esse documento o seu programa eleitoral.-----

A Estratégia Viseu Primeiro 2013/2017 surge na sequência de um programa de uma candidatura autárquica, sufragado nas recentes eleições, por uma clara maioria, expressa inequivocamente pelo voto dos cidadãos eleitores de Viseu.-----

A sua preparação resultou de uma nova abordagem de trabalho, assente na mobilização e participação de todos os viseenses. Teve contributos de parceiros locais e regionais, de âmbito institucional, associativo, económico, cultural, desportivo e académico.-----

Este documento teve como coordenador, um pessoa distintamente reconhecida pela sua imparcialidade e independência, o Professor Alfredo Simões, referência na Sociedade Civil.-----

Um mês após iniciar funções, o Executivo Municipal de Viseu disponibilizou para consulta pública, a estratégia de desenvolvimento "Viseu Primeiro 2013/2017", no âmbito da qual pretendeu receber contributos dos nossos concidadãos. A consulta pública demonstra a vontade inequívoca deste Executivo em procurar a participação de todos, com participações que permitam acrescentar mais-valias ao documento.-----

Ao trazer este documento estratégico ao órgão deliberativo do Concelho, o Executivo demonstra não só a sua importância, mas também reconhece a relevância da participação de todos os elementos desta Assembleia na discussão deste documento estruturante.-----

A Estratégia "Viseu Primeiro 2013/2017" apresenta as prioridades para o nosso Concelho. Um novo ciclo que aposta nos seguintes pilares: desenvolvimento económico, atração do investimento e internacionalização; solidariedade e inclusão social; coesão territorial e revitalização do Centro Histórico e das Aldeias.-----

Deste documento saliento as medidas que são mais relevantes. O Documento é extenso e portanto, selecionei algumas que podem dar uma imagem do documento.-----

Na Área do Desenvolvimento Económico:

- Lançamento do Programa de fomento económico "Viseu INVESTE".-----
- Criação do Gabinete Municipal de Apoio ao Investidor.-----
- Adoção do pacote fiscal de incentivo ao Investimento Empresarial.-----
- Criação do Conselho da Diáspora.-----
- Valorização dos produtos agroalimentares locais e regionais.-----
- Criação e promoção de uma marca para Viseu Cidade-Região.-----

No Pilar Social que para mim é o pilar mais estruturante deste documento e que revela que o social não é só de uma franja ou de um espectro do nosso sistema político e que o social pertence também ao PPD/PSD, eu queria também aqui relevar alguns pontos.-----

- A criação do fórum "Viseu Solidário".-----
- A criação da Rede Concelhia de Intervenção Social "Viseu Solidária".-----
- A criação do Gabinete Municipal de Apoio às Famílias Endividadas e em Risco de Pobreza.-----
- A criação do Programa Municipal "VISEU EDUCA" que se vai basear no Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Educativo a Crianças e Jovens do nosso concelho.-----
- A criação de um centro de mediação e arbitragem de conflitos de consumo em Viseu.--

- A criação do programa "aconchego Viseu", enquanto projeto social de acolhimento de jovens em casas de idosos.-----
  - A elaboração de um plano de emergência social local "Viseu Solidário"-----
- Na Regeneração Urbana queria salientar três medidas. Muitas já foram aqui faladas, mas para mim são fulcrais neste novo documento.-----
- O programa "Viseu Viva", voltado para a reabilitação urbana e a revitalização do urbanismo comercial no centro histórico.-----
  - O pacote fiscal de incentivo à fixação de jovens casais e estudantes no Centro Histórico. É um programa que ainda pode ajudar muitos elementos da minha geração.
  - Criação de uma residência universitária no Centro Histórico. Uma das medidas que para mim pode ser emblemática e que pode trazer uma nova vida ao Centro Histórico.
- Na Educação, Cultura e Desporto, queria salientar:-----
- O "Viseu Terceiro". É uma medida que pretende fazer de Viseu o terceiro polo cultural do país. Acho que devemos ser ambiciosos e devemos pensar sempre em objetivos que nos permitam fazer a diferença no próprio país.-----
  - A Criação já implementada para o Conselho Municipal Consultivo para a Cultura. Como o Senhor Presidente já aqui transmitiu, pode fazer um apoio ao Executivo na área da cultura de forma mais substanciada.-----
- Na Participação e Modernização Administrativa queria salientar:-----
- Criação do Conselho Estratégico de Viseu, também já implementado.-----
  - Implementação do Orçamento Participativo. Acho que o orçamento participativo pode fazer com que os cidadãos mais afastados da política possam voltar novamente a participar ativamente nas decisões do Executivo. O relato que há de outros concelhos é que, é uma estrutura criada que muita das vezes gera na própria população uma sensação de participação ativa.-----
- Para quem diz que são só desideratos teóricos, relembro que as Grandes Opções do Plano, apresentam já medidas resultantes da Estratégia Viseu Primeiro 2013/2017. As GOP revelam já a projeção e a materialização destas novas políticas, como é o caso dos programas "Viseu Social", "Viseu Local", "Viseu Sénior", "Viseu Cultura" e apresenta algumas medidas incluídas no objetivo de simplificação administrativa e participação.-----
- A título de exemplo, relembro conforme explanado pelo Senhor Presidente do Executivo na sua intervenção, as seguintes rubricas:-----
- "Viseu Educa": 6,7 Milhões de Euros, 19% das GOP.-----
  - "Viseu Social": 2 Milhões de euros, 5,4% das GOP – salientar, como o Senhor Presidente salientou que, 400 mil euros desta rubrica serão dedicados exclusivamente ao apoio social.
  - "Viseu Cultura": 1,6 Milhões de Euros, 4,4% das GOP.-----
  - "Viseu Participa": simplificação e modernização administrativa (650 mil euros), a que será acrescido de 50 mil euros para o Orçamento Participativo. Mais um sinal de que não estamos a falar só de medidas teóricas. Estamos a falar na implementação de várias propostas que surgem no "Viseu 2013-2017".-----
- A visão que o Executivo apresenta neste programa de governo municipal, de progressivamente e de forma sustentável, transformar Viseu numa "Comunidade atrativa para viver, investir, trabalhar, educar, estudar e visitar", demonstra claramente que existe um caminho bem delineado.-----
- Com esta estratégia o Executivo pretende manter o elevado padrão de qualidade de vida, a sustentabilidade, a inclusão social e a coesão local. Aposta num modelo competitivo e internacionalizado de desenvolvimento económico, que permita a afirmação da sua posição de centralidade na Beira Alta, na Região Centro e no País.-----
- É com opções estruturadas como as que apresenta neste documento, que o nosso Concelho avança e atinge novos patamares de desenvolvimento. Estas opções estão destinadas ao

sucesso. São suportadas pela forte identidade cultural, urbana e rural, pelo mérito, pelo empreendedorismo, pelo conhecimento e pela criatividade dos viseenses.-----

Caro Presidente. Este não é um ponto de chegada, mas é claramente como disse na sua intervenção, o ponto de partida. Passos firmes e seguros, de um novo ciclo, que assegura o cumprimento de todos os compromissos anteriormente assumidos, mas que têm em mente os novos objetivos agora lançados.-----

Como Viseense enalteço a definição destas novas prioridades, mais focadas no desenvolvimento económico, social e cultural e que simultaneamente respeitam o legado que herdámos e que orgulhosamente defendemos. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais inscrições? Tem a palavra o Senhor Deputado Amaro.-----

--- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes e Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caras Deputadas e Caros Deputados, Excelentíssimo Público, Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores. Discutir e votar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, do Município, é uma das competências políticas mais importantes, (senão mesmo a mais relevante) da Assembleia Municipal. Neste documento como todos sabemos, encontram-se plasmadas as principais linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia para o ano de dois mil e catorze, bem como as grandes opções plurianuais de investimento. A sua elaboração correspondeu, como não podia deixar de ser, a opções políticas e ideológicas que implicam a afetação de recursos e de compromissos importantes portanto para o futuro do nosso Município. Neste sentido, se me é permitido Senhor Presidente da Câmara, gostaria de partilhar consigo a honra que manifestou, em apresentar esse seu primeiro orçamento, com a minha de poder apreciá-lo, discuti-lo e votá-lo.-----

Pensamos poder dizer que estamos perante um documento globalmente considerado, como tecnicamente bem elaborado. Obedecendo, como não podia deixar de ser, às estritas e por vezes herméticas regras do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Estão, por isso, de parabéns o Executivo municipal e todos os técnicos que nele tiveram intervenção pelo trabalho realizado. -----

Mas, como deixei antever no início da minha intervenção, um orçamento não é, (nunca foi) um documento apenas técnico. Não basta que seja tecnicamente irrepreensível. Obedecer às leis impostas pela contabilidade pública e à lei é muito importante, mas não é suficiente para fazer um bom orçamento. O orçamento municipal é um documento político. Não é, como todos sabemos, um documento neutro, tem sempre subjacente um determinado paradigma ideológico e político. Será, portanto, confiando na sua elaboração técnica, que o tentarei analisar nas suas principais opções estratégicas e políticas. E, neste sentido, para um melhor entendimento do que aqui pretendo referir e até das respostas que a minha apreciação do Orçamento possa suscitar, eu dividirei a minha intervenção de acordo com três pontos de referência:-----

Na primeira parte, procurarei fazer uma análise mais técnica e global, alertando para o facto de estarmos perante um orçamento de algum modo atípico e desequilibrado, se tivermos em conta ao peso que os Serviços Municipalizados vêm tendo no conjunto do orçamento municipal.-----

Na segunda parte, debruçar-me-ei mais em pormenor sobre algumas das partes do orçamento, onde procurarei questionar e obter informação complementar sobre algumas das opções de previsão de despesa corrente e de capital. Trata-se, tão só, de manifestar algumas surpresas, que necessitam para uma melhor compreensão da minha parte de informação qualitativa mais relevante e pormenorizada.-----

No final, um terceiro ponto, em que procurarei demonstrar que, ao contrário da leitura que o Senhor Presidente da Câmara faz do orçamento em discussão, estamos longe de

poder dizer que este orçamento abre e cito as palavras do Senhor Presidente “*um novo ciclo de prioridades nas políticas Municipais*”. Lamento, Senhor Presidente da Câmara, mas não o poderei acompanhar na leitura que faz deste seu primeiro orçamento. Estamos, isso sim, perante um orçamento de continuidade, sendo visíveis algumas inovações ao nível da sua arrumação conceptual, de facto mais arejada e inteligente na forma como possibilita leituras agregadas das despesas correntes e de capital. Para além disso, são bastante ténues os sinais que sustentam o discurso, de algum modo triunfante, legitimador de que estamos perante a abertura de um tempo novo. Não nego que se empenhou nesta estratégia. Mas sabe muito melhor do que eu, Senhor Presidente da Câmara, que as medidas tomadas pelo seu antecessor em matéria fiscal e de obras em curso, lhe deixaram um escassíssimo espaço de manobra orçamental. E por isso, tenho que concordar quando disse e cito “*este é um orçamento de rigor e de margens limitadas*”. Aqui sim, acompanho-o Senhor Presidente, é a manifestação sincera de que não tinha espaço de manobra, a não ser ousando, mas não quis e/ou não pôde fazê-lo. Uma análise global aos principais indicadores do Orçamento e Grandes Opções do Plano, leva-nos a dizer que estamos perante um orçamento como disse atípico, a exigir (sem demagogias) e repito isto, sem demagogias, uma profunda reflexão sobre as suas principais causas e consequências. O documento aqui em discussão, muito embora apresente globalmente um crescimento de cerca de quatro milhões de euros, relativamente ao ano de dois mil e treze, tão só foi conseguido com o contributo cada vez mais importante dos Serviços Municipalizados. Esta tendência para um peso cada vez mais significativo dos Serviços Municipalizados no conjunto do orçamento, agravou-se consideravelmente nos últimos anos, através de duas causas convergentes: a diminuição das receitas de capital no Orçamento da Câmara e o crescimento das receitas correntes e de capital dos Serviços Municipalizados. Para termos uma ideia mais clara desta tendência, basta determo-nos na análise dos indicadores referidos nos três últimos orçamentos, entre dois mil e doze e dois mil e catorze, ou seja o orçamento de 2012, 2013 e 2014. Em dois mil e doze os Serviços Municipalizados pesavam no conjunto total do orçamento, cerca de vinte e dois por cento (22%). Em dois mil e treze os Serviços Municipalizados passaram a representar vinte e nove por cento (29%). Porém, as previsões para este Orçamento de dois mil e catorze, não só não diminuíram a tendência verificada, como a tornaram ainda mais inquietante: Com um orçamento de trinta e quatro milhões duzentos e oitenta e seis mil euros (34 286.000€), o Orçamento dos Serviços Municipalizados, pesa já cerca de quarenta por cento (40%) do orçamento total Municipal. Pela primeira vez, pelo menos que seja do meu conhecimento, na história dos orçamentos municipais de Viseu, as despesas de capital dos Serviços Municipalizados previstos para dois mil e catorze, vinte e cinco milhões seiscentos e vinte e oito mil e quinhentos euros (25 628.500€), são trinta e oito por cento (38%) superiores às despesas de capital previstas no orçamento da Câmara. Bem sabemos que o orçamento é um todo, (mas por algum motivo são apresentados separados) e que este crescimento do orçamento dos Serviços Municipalizados, (sobretudo quando é o resultado de receitas de capital) não é um mal em si mesmo. Mas esta evolução a continuar terá como consequência o definhamento da capacidade de investimento da Câmara, com sérias repercussões no desenvolvimento de outras prioridades estratégicas para o concelho. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia e Senhores Jornalistas. De igual modo nos parece atípico que num contexto em que as receitas correntes da Câmara descem, para já não falar da queda de receitas de capital que não auguram nada de bom, vejamos as despesas correntes a subir. Encontrei alguns bons motivos para esta subida, nomeadamente o aumento de quatrocentos mil euros das refeições dos Jardins de Infância e 1º Ciclo do Básico. Verificamos também que, com a substituição da rubricas “Viseu Naturalmente” e “Festas nas Freguesias”, por “Viseu Cultura”, esta última Viseu Cultura, terá ganho com a mudança um pouco mais de cem mil euros (100.000€). Ainda no quadro das despesas

correntes, causa alguma perplexidade, (admito que justificada) o aumento com a despesa com a Associação Municipal Região do Planalto Beirão: Em dois mil e treze o orçamento contemplava uma despesa de um milhão e quinhentos mil euros (1 500.000€), para dois mil e catorze a despesa prevista ascende a dois milhões duzentos e cinquenta mil euros (2.250.000€). Portanto, mais setecentos e cinquenta mil euros (750.000€) no orçamento. Perplexidade em sinal contrário, mas também a carecer de explicação, passa-se com as despesas de capital ou seja com o investimento previsto para as Freguesias. Em dois mil e treze, dois milhões novecentos e cinquenta e dois mil e quatro euros (2 952.004€), para este orçamento apenas um milhão seiscentos e sessenta e oito mil oitocentos e sessenta e um euro (1 668.861€). Portanto, um pouco mais de metade. Se no caso com as despesas correntes com a administração local se percebe a diminuição de duzentos mil euros (200.000€), dada a diminuição de Freguesias, já custa a perceber que o mesmo se passe com o investimento nas Freguesias, portanto, despesas de capital dado que as pessoas e o território mantêm-se, não justificando no nosso entender um decréscimo de investimento de um milhão duzentos e oitenta e três mil cento e quarenta e três euros (1 283.143€), correspondendo portanto a uma diminuição de quarenta e quatro por cento (44%). A nossa perplexidade aumenta ainda mais, quando estão previstas novas competências, como é sabido para as Freguesias.-----

A carecer de uma explicação (e que admito com razões aceitáveis e válidas), é a diminuição de despesa de capital com as Instituições sem fins lucrativos, atingindo um corte previsto de quinhentos e trinta mil euros (530.000€), correspondendo a uma diminuição superior a cinquenta por cento (50%), se tivermos em conta o orçamento anterior.-----

Guardei para o fim deste capítulo de análise de pormenor, a necessidade de uma informação mais qualitativa sobre a opção de despesa de capital na rubrica Reparação e Beneficiação de Instalações Desportivas e Recreativas no valor de um milhão de euros (1.000.000€), sobretudo, se tivermos em atenção que sai de um bolo de despesa de capital da Câmara de apenas oito vírgula cinco milhões de euros (8,5 milhões de euros) e se a estes valores adicionarmos duzentos e cinquenta e oito mil euros (258.000€) previstos também em orçamento para a construção de Instalações Desportivas e Recreativas, gostaria de perguntar, Senhor Presidente da Câmara a que se ficou a dever esta previsão de despesa de capital tão significativa? Recordo apenas que no orçamento de dois mil e treze, apesar de tudo um pouco mais desafogado, apenas estavam previstas para as mesmas rubricas cerca de cinquenta por cento (50%) deste valor. Sem querer nem gostar de fazer demagogia sobre estas matérias, lembro apenas que a quantia prevista para a despesa de capital em Instalações Desportivas e Recreativas é quase o dobro das despesas prevista em orçamento para todas as escolas e creches (edifícios) do Município. -----

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Senhores Jornalistas. Penso ter ficado claro que estamos perante um orçamento de transição na continuidade e que, como seria até espectável, a sua elaboração foi muito condicionada por decisões de investimento já tomadas pelo anterior Executivo e pela quebra de receitas. É até compreensível politicamente que o Senhor Presidente da Câmara tivesse vontade em abrir este novo ciclo político numa outra realidade económica e com o novo Quadro Comunitário em velocidade cruzeiro e até ironizando um pouco, *“com menos adultos a dar-lhe pontapés no berço”* mas a realidade deste orçamento é a que é. São, de facto muitos frouxos os sinais de mudança. Recordo, a propósito, que na leitura feita pelo Dr. Fernando Ruas relativamente ao orçamento de dois mil e treze, está em Ata, também ele dizia que, de acordo com as regras do POCAL, o seu orçamento inscrevia mais de sessenta por cento (60%) de despesa em funções sociais. Foi este orçamento mais longe do que o anterior nestas metas, com tudo o que este valor agregado comporta mistificação? Não o creio, Senhor Presidente da Câmara.-----

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia. Nota-se neste orçamento o esforço meritório na criação de conceitos mais arejados e mesmo na tentativa de sistematização de políticas que, no passado recente, apareciam desgarradas e de forma casuística. Lembro como exemplo o Viseu Social, o Viseu Local, o Viseu Sénior, o Viseu Cultura, etc. Este arejamento sabe, no entanto, a muito pouco. E por isso não o acompanho, não o posso acompanhar Senhor Presidente da Câmara, na sua convicção sobre este seu primeiro orçamento, sobretudo quando diz e cito as suas palavras *"que ele abre um novo ciclo de prioridades nas políticas municipais"*. E muito menos o acompanho quando sustenta e volta a citá-lo *"que este é um orçamento de viragem para a economia, para a solidariedade e as famílias e para coesão local e o centro histórico"*. Estaremos cá, assim o espero, todos para ver a execução das suas políticas sociais. Aceito que é um orçamento de rigor, no que isso representa contabilisticamente. Tendo tanto de sério, como de pouco arrojado, sobretudo na pretensão que manifesta de romper com o paradigma herdado.-----

Regozija-se, aliás, com o facto de ser um orçamento superavitário! Sem Défices. O Senhor Presidente da Câmara sabe como eu e penso que até talvez melhor, que orçamentos superavitários, por si e o contrário também é verdadeiro, não fazem um bom orçamento.-- Bem sei que hoje, como num passado não muito longínquo ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, só alertar que já vai com quatro minutos de tolerância.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue dizendo: Muito obrigado. Estou quase a acabar, agradeço. Bem sei que hoje, como num passado não muito longínquo dizia, ...é politicamente correto falar em orçamentos sem défice. Mas eu continuo a pensar, que o que caracteriza um bom orçamento são as opções feitas, o modo e onde se investe o dinheiro dos contribuintes. Estou por isso muito convicto que este seu primeiro orçamento acabou por ficar muito marcado pelo peso do passado. Todo o seu discurso de enquadramento a este orçamento, e cito as suas palavras, parece mais preocupado em *"honrar integralmente os compromissos de investimentos e pagamentos assumidos no passado"* do que em ousar para o futuro. Não admira por isso, que a palavra que mais me ocorreu, na análise construtiva que penso que fiz ao orçamento, foi Continuidade e não o de estar perante a emergência de um novo ciclo de políticas. Sustento esta minha opinião no que já fui referindo mas também no facto elucidativo de se ver obrigado a empurrar para o futuro a Reforma Fiscal, prometendo-nos que esta sim seria socialmente mais justa e mais amiga do investimento e da criação de postos de trabalho. Optou, portanto, Senhor Presidente da Câmara por manter neste orçamento, medidas como a redução de um por cento (1%) em sede de IRS, tal como a taxa do IMI nos zero vírgula três por cento (0,3%) relativamente aos prédios já reavaliados. Acrescentou ainda a estas medidas a isenção do pagamento de Derrama pelas novas micro e pequenas empresas criadas em dois mil e catorze e todas as micros e pequenas empresas que criem pelo menos cinco postos de trabalho. A fé que coloca nesta nova medida, Senhor Presidente, pelo que já vimos não me parece muita. Só isso justifica a promessa de uma reforma fiscal para o futuro, (essa sim, diz mais justa!), o estreito âmbito cronológico da mesma, apenas para 2014, bem como a escassa redução prevista no orçamento para a Derrama. E, desculpar-me-á Senhor Presidente da Câmara, não podia ser de outro modo. Então, alguém imagina que, com esta medida desgarrada e num clima económico e social depressivo como aquele em que vivemos, pudéssemos vir a assistir a uma chuva milagrosa de pequenas empresas a criar, no mínimo, cinco postos de trabalho líquidos? É um sinal dir-me-á. Mas convenhamos, é um sinal muito ténue. O melhor mesmo, portanto, é esperarmos pela nova reforma do regime fiscal mais amiga do investimento e do emprego. Aceite, no entanto, Senhor Presidente da Câmara, caso ainda não tenha perdido a paciência de me ouvir e já sei que ultrapassei o tempo, esta pequena e modesta recomendação: Não se deixe enredar, sobre este assunto específico, estou a falar sobre este

assunto específico, em Comissões e mais Comissões, Conselhos Estratégicos e mais Conselhos Estratégicos, dado que sobre competitividade (Fiscal, preços dos terrenos, capacidade de atração de investimentos, diplomacia económica, funcionamento de parques industriais) ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Senhor Deputado, já vai em dezassete minutos de tolerância.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue dizendo: Muito obrigado Senhor Presidente, eu depois vou poupar-me, juntaram dois pontos e eu estou a tentar. Continuando, ...já está tudo inventado em Concelhos bem próximos de nós. O Concelho-Região, como gostamos de referir, eu também gosto do conceito, tem que ser competitivo (económica social e culturalmente) a nível nacional e internacional, mas não conseguirá nenhuma destas dimensões se pelo menos não o fizer a nível regional.-----

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, termino dizendo que o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados, para o ano de dois mil e catorze, aqui apresentado, merecerá da nossa bancada a abstenção, querendo com isto dar também um sinal político de uma oposição responsável, crítica, atenta, construtiva e consequente com os valores que defendemos. Peço desculpa pelo tempo que utilizei a mais. Muito obrigado pela atenção. -----

-- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado Rafael Amaro. Nós pedimos que tenham em consideração. É óbvio que são dois pontos, mas praticamente que fica esgotado esta situação. Dava a palavra ao Deputado Carlos Cunha.-

--- QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Muito obrigado Senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos, Dizemos que, sobre o orçamento da Câmara Municipal de Viseu para dois mil e catorze, o difícil contexto económico vivido em Portugal em dois mil e treze decorre do elevado aumento de impostos através do qual se procurou aumentar a receita do Estado no sentido de equilibrar as contas públicas. Todavia, este saneamento das contas públicas, trouxe alguns danos colaterais, cujo impacto se fez sentir num número considerável de famílias. Para o efeito, a sociedade atual, tente a apresentar desigualdades que importa corrigir, pois, se de um lado temos portugueses que têm conseguido aumentar as suas fortunas, também temos no polo oposto portugueses atingidos pelo desemprego, em especial, pelo desemprego jovem e que têm visto na emigração uma janela de oportunidade que muitas vezes não, conseguem alcançar em Portugal. Mas, também se tem verificado um envelhecimento da população, que se faz sentir de forma mais evidente nas regiões do interior. Deparamo-nos agora com uma cada vez mais preocupante baixa da natalidade. Estes problemas, não passaram ao lado de Viseu e por isso espera-se que o orçamento seja acima de tudo um instrumento de rigor que permita corrigir assimetrias sociais, fomento o desenvolvimento económico através da criação da criação de emprego, numa lógica de sustentabilidade e de equilíbrio das contas públicas. O CDS, toma boa nota da preocupação deste Executivo com a solidariedade social através da sua inclusão nas Grandes Opções do Plano, mas pretende alertar para o facto da Ação Social ter de ser praticada numa lógica de prevenção defendendo que sejam canalizadas verbas para auxiliar crianças oriundas de famílias mais carenciadas. O apoio a estas crianças, tem de ir mais além do fornecimento dos livros escolares, das refeições e do transporte, que apoiamos sem dúvida nenhuma. Tem no nosso entender de passar por uma valorização efetiva da escolaridade, através da implementação de medidas que auxiliem estas crianças nos seus estudos, ajudando-as a obter as melhores classificações possíveis, uma vez que o Sol quando nasce ainda é para todos. Assinalamos o esforço efetuado no Mercado Municipal, através da melhoria das condições daqueles que lá exercem a sua atividade, procurando torná-lo num espaço mais apelativo à prática do comércio de proximidade. Quanto ao Centro Histórico, espera-se que o programa de requalificação de sete edifícios cujo financiamento se encontra assegurado pelo Banco Europeu de Investimento, através

do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, não cause desequilíbrios nas contas da Autarquia, pois não queremos que a ambição em realizar obra traga dissabores financeiros no futuro. Quanto ao crescimento económico, espera-se ambição pois sabemos que é muito difícil às microempresas recém-criadas, angariarem mercado para os seus produtos, quanto mais obterem lucros nos primeiros anos da atividade. Ainda assim, a redução em vinte por cento no custo fixo destinado ao pagamento da derrama é certamente bem-vindo. Gostaríamos de ver neste orçamento uma preocupação clara com o aumento da natalidade, através da concessão de alguns incentivos nomeadamente às famílias mais numerosas. Neste sentido, apesar dos alertas aqui referidos, consideramos que este orçamento merecerá certamente a nossa aprovação, fazendo votos para que este possa contribuir para que dois mil e catorze possa ser um ano melhor do que aquele que agora finda para os Viseenses. Muito obrigado.-----

-- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Antunes.-----

--- QUARENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restante Executivo e restantes Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, e Excelentíssimo Público, Excelentíssimos Senhores Jornalistas. No fundo neste ponto, estamos a discutir três pontos, porque está aqui incluída também a estratégia “Viseu Primeiro”. Eu vou cingir a minha intervenção relativamente às informações do Senhor Presidente e relativamente a essa questão da estratégia. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, ao final da manhã acabou de fazer um balanço destes dois meses de mandato; deste lado, para os Viseenses, o que sobressai mais do que a intensidade e produtividade que várias vezes é referido nas informações, é o afã com que o Sr. Presidente, o seu Gabinete de Apoio e o restante executivo municipal – os Srs. Vereadores – fazem para comunicar (sublinho Comunicação) uma descolagem do *modus politicus* do legado precedente (passo a redundância). No discurso de hoje isso é mais uma vez implícito. É manifesto o ensejo de difundir uma nova Imagem (deverei sublinhar Imagem?). A tentativa de ter ou tão só demonstrar - uma atitude mais arejada... “airosa...” moderna... quicá cosmopolita... (com uns ares “lá de baixo”), mais interatuante com as Pessoas (supostamente e essa questão é bem patente na estratégia ou a discussão que teve), com maior auscultação das forças vivas (será?), mais pró-ativa para com a comunidade, seja ao nível das atividades e desenvolvimento económico (como é seu timbre no... discurso de sempre), seja ao nível dos pares... isto é, municípios regionais próximos ou da região centro.-----

Para já, o protótipo desta nova política (com todos os seus condimentos) é a intervenção no Mercado Municipal, que, para além do “*face lift*” na estrutura, com reflexos – (será que são superficiais?) - na funcionalidade e atratividade deste equipamento público, inclui ainda uma bem concebida campanha de marketing, original pelo envolvimento das Pessoas; diga-se, vendedores e vendedoras como atores principais.-----

Confiando-se, entretanto, e o Senhor Presidente já adiantou que muito terá que ser feito e vai fazer, que esta não seja apenas uma porção de marketing... político para a Época e que, continuamente, dê frutos nos próximos tempos.-----

Em contraponto absoluto à apagadíssima política, (acrescentei agora apagadíssima) política regional das últimas décadas, ficou ainda registado, o impulso inicial da Câmara Municipal de Viseu para a articulação inter-regional, nomeadamente na “cimeira ou plataforma” do eixo A25. Já na vertente intrarregional, na CIM Viseu Dão Lafões, politicamente, as coisas não lhe terão corrido tão a contento, o que, estamos certos, não irá beliscar a fundamental e imprescindível articulação com os concelhos vizinhos. Não pode mesmo de Todo! No seu discurso tem sido muito propalado o desígnio político de “fomento” ao investimento. Até ao momento, a proposta de iniciativas é muito incipiente,

*vide* os contornos da redução da derrama. Aguardando-se ansiosamente o anunciado novo regime fiscal municipal, a política de competitividade do preço dos lotes dos parques industriais e, certamente, muitas outras iniciativas políticas de animação da atividade económica. A este nível, como em muitos outros, sugerimos uma leitura do programa eleitoral do PS à Câmara Municipal de Viseu. A revitalização do Centro Histórico é uma premência sentida unanimemente por todos os viseenses e por quem nos visita. Neste contexto, o programa “Reabilitar para Arrendar” financiado pelo Banco Europeu de Investimento, sob proposta do anterior mandato e com menos participação do governo central do que aquela que fez passar no número cerimonial com o Sr. Ministro do Ambiente, será seguramente uma boa iniciativa. Devendo esta ser mais uma peça de um puzzle muito intrincado, que tem de ser inteligentemente decifrado e montado pelos atores culturais, económicos e sociais e, essencialmente, pela Câmara Municipal de Viseu. A este propósito, que a nomeação para o lugar criado na SRU, seja verdadeiramente nuclear para o efeito e não apenas “mais um...” (com o devido respeito ao Sr. Arquiteto). ----- Excelentíssimo Senhor Presidente, que este... Entusiasmo Iniciático... não seja somente isso.-----

Aproveitando a época natalícia, faço aqui uma metáfora... Os viseenses têm receio que este pacote bonito, com papel de embrulho lustroso e grandes laçarotes, vá sendo desembulhado ao longo dos próximos quatro anos e se vislumbre uma prenda... um “Presente”... um futuro... pouco frutuoso para o Concelho. Ou, afinal, mais do mesmo, similar aos “Presentes” recebidos nos últimos vinte e quatro anos.-----

Precisamente, com a Estratégia Viseu Primeiro 2013-2017, do modo como está “formatada”, esse receio de inconsequência é ainda mais notório.-----

Passaria a falar sobre essa questão. Nas últimas décadas, o exercício do governo municipal em Viseu não emanou de uma visão estratégica estruturada. Eu, na Assembleia Municipal de Viseu, fui dos que mais alertei para esta grave fragilidade para o desenvolvimento do concelho. Louva-se assim a intenção de se delinear uma estratégia para o concelho de Viseu. A referida Estratégia surge na sequência de um programa de candidatura de origem partidária num processo eleitoral com o seu modo “naturalmente” propagandístico, tempo curto e participação restrita, sendo assim, a sua formulação não resulta de uma mobilização e participação franca e aberta do munícipes e demais agentes do desenvolvimento, sejam institucionais, associativos, económicos, académicos, culturais, desportivos ou de outro cariz pertinente.-----

Parece haver assim razões para desconfiar da aplicação de um dos princípios norteadores inscritos na Estratégia, como ainda agora sublinhou, “Participação” dos cidadãos na vida autárquica e da criação de uma das esferas de intervenção “Governação” que apela à participação dos viseenses na vida municipal.-----

A própria designação “Estratégia Viseu Primeiro” parece uma escolha inapropriada. Carrega consigo não só um *slogan* facionário-fracionário como também sugere um alinhamento demasiado “egocêntrico”, podendo criar alguns anticorpos ao “tal” desejo apregoado de concertação regional.-----

A consulta pública realizada (meto aqui quatro aspas) foi apenas um expediente proforma, numa fase em que o documento está já claramente configurado. Este estigma tenderá igualmente a condicionar o *apport* do Conselho Estratégico, como ficou claramente patenteado no *feedback* da sua primeira reunião. Aliás, o documento agora entregue, passado mais de um mês sobre a sua apresentação em Reunião de Câmara, onde foi apresentado como documento de trabalho, versão preliminar para consulta pública, é *ipsis verbis* o mesmo documento. Onde estão estes contributos? Pelo que foi dado a conhecer da composição Conselho Estratégico (parece que meio escondida à semelhança do Fórum “Viseu Cultura”), muitos dos seus membros transitam, isso é uma verdade facilmente comprovável da Comissão Estratégica apoiante da supracitada candidatura; aguardando-se, (há razões para assim desconfiar) que não seja “contaminado” por enviesamentos

partidárias-sectários acríticos, firmando-se em Personalidades relevantes e homogeneamente representando pelos atores institucionais de desenvolvimento, autênticas, como diz muitas vezes forças vivas do concelho.-----

Esta auscultação ao concelho de Viseu deveria ser encetada imediatamente num estudo de caracterização-diagnóstico, suporte por onde se inicia a formulação de qualquer estratégia. Sobre Viseu, muitos dirão que este está feito e que “estamos fartos de estudos”. Efetivamente, as linhas gerais de diagnose do concelho de Viseu estão à tona, contudo, só com uma investigação focada, sistematizada, participada, com um tempo maturado e bem explanada é possível corporizar um estudo útil consolidado que evidencie e interprete todas as *nuanças* significantes. Por outro lado, tendo o processo de formulação da Estratégia decorrido essencialmente em período eleitoral, foram mais que evidentes as fragilidades do concelho não serem reveladas por pruridos evidentes para com o legado autárquico...-----

O estudo de caracterização-diagnóstico deveria culminar numa Análise SWOT. Esta carência é por demais evidente em diversos itens do documento.-----

O bom desenho de uma estratégia, visa precisamente manter ou intensificar os pontos positivos (temos muitos), debelar ou mitigar os pontos negativos (temos muitos ou alguns), perspetivar iniciativas preventivas para as ameaças (que são enormes como sabemos), maximizar e explorar as oportunidades latentes.-----

Na Estratégia Viseu Primeiro praticamente não são apresentadas ações concretas com prazos definidos, todas as metas são ambíguas (ou quase todas) e poucas são “marcantes”.- Todo o planeamento deve ser dinâmico e em interação com a realidade em transformação, que resulta do processo acelerado de mudança e incerteza em que o (nosso) mundo tem vivido. Assim, têm de ser explicitados mecanismos claros de monitorização-avaliação, que permitam a adaptabilidade e a revisão da Estratégia, mecanismos estes que não estão presentes no documento.-----

No estado atual, a Estratégia Viseu Primeiro 2013/2017 é uma Carta de Princípios ou Carta de Intenções, relativamente bem estruturada nos títulos-temas que aborda, onde são traçadas linhas estratégicas muito genéricas para o atual mandato da Câmara Municipal de Viseu. Ainda que num estilo difuso, não deixa de ser meritório e a seu modo, inovador no quadro autárquico local.-----

Para que seja exequível e eficaz, para que não seja mais um documento bonito de início de mandato, impregnado de grandiloquências inconsequentes ou que insuflam senso comum, sob o risco sério de ser pulverizado pelo desenrolar da ação política, esta Estratégia deveria sofrer algumas reconfigurações metodológicas sérias. (que por acaso, num artigo de opinião já me referi a elas e atendendo a tanta coisa em discussão acabo aqui. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Só passou um minuto (onze minutos). Dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

--- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e Presentes. Antes de mais, temos de reconhecer o esforço de, pelo menos, aparentar neste documento que o Senhor Presidente apresentou, aparentar uma rutura com os executivos anteriores, alegadamente com uma nova cultura de governação, “mais aberta à cidadania, mais plural e mais participada”, como foi dito pelo senhor presidente da Câmara Municipal. É o caso do Orçamento Participativo, que o Bloco de Esquerda propôs nesta Assembleia Municipal há oito e há quatro anos atrás e mais recentemente também pelo Partido Socialista, propostas consecutivamente chumbadas pela maioria. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, dizia o poeta. Ou como dizia Galileu Galilei em 1633, perante o tribunal da Santa Inquisição: “E, contudo, ela move-se”. Tal como a Ciência acabaria por vencer a

superstição, o dogmatismo religioso e a ignorância, também o desenvolvimento da educação e da cultura acabam por conseguir o gradual reconhecimento de que a Democracia Participativa representa um dos dois pilares da Democracia Plena, a par da Democracia Representativa, que, de resto, merecem igual dignidade na Constituição da República Portuguesa. Mas, como em todos os processos evolutivos, há resistências e nem sempre a consagração legal corresponde a uma prática efetiva. É o que tem acontecido com o Orçamento Participativo desde que surgiu em Porto Alegre e outras cidades brasileiras no final dos anos oitenta do século passado, alastrando depois para a América Latina, tendo sido adotado pelos Europeus, França, Espanha e Itália, e mais tarde pelos países do Leste da Europa. Em Portugal, por exemplo, setenta e sete por cento (77%) das experiências de Orçamento Participativo são meramente consultivas e só vinte e três por cento (23%) são deliberativas. A frustração das expectativas dos cidadãos na implementação destes orçamentos participativos meramente consultivos, também chamados de primeira geração, leva que a maior parte das vezes não sirvam para emancipar os cidadãos, mas antes para simular uma maior legitimidade das decisões das autarquias, o que leva depois a um défice de participação das populações e à falência destas experiências, a prazo. Hoje em Portugal creio que não há mais do que vinte municípios com orçamentos participativos. É certo que o Senhor Presidente apresenta este orçamento participativo como uma experiência piloto, limitada a uma intervenção no centro histórico, mas convenhamos que cinquenta mil euros é pouco mais do que o executivo se propôs gastar com o foguetório de dez minutos na passagem de ano; cinquenta mil euros corresponde ao montante do Orçamento Participativo Escolar de Lisboa que é dirigido aos alunos do 8º e 9º ano de escolaridade; cinquenta mil euros são dez por cento do Orçamento Participativo de Odemira em 2012 que foi de quinhentos mil euros, sendo que neste concelho cada cidadão pode apresentar uma proposta até 200 mil euros, através de plataforma digital ou em Assembleias Participativas que, após análises técnicas do Município, serão votadas pelo mesmo sistema “multicanal”.----- Mas demos o benefício da dúvida e aguardemos. “O caminho faz-se caminhando”, como dizia o poeta andaluz Antonio Machado, e este primeiro passo já é significativo. “Ela move-se!”-----

Volto a questioná-lo, Senhor Presidente, a propósito da alegada maior abertura à participação e à pluralidade, sobre o não cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição, Lei nº 24/98 de 26 de Maio, que assegura às minorias, nomeadamente aos partidos políticos representados nas órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo, o direito a serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade, antes de irem à aprovação na Câmara Municipal. Este direito e o simétrico dever de consulta prévia, mais uma vez, não foi respeitado, o que nos faz rezear estarmos perante mais uma “evolução na continuidade”.-----

Diz o senhor presidente da Câmara Municipal que “uma comunidade atrativa e uma cidadania consciente reclamam uma administração aberta e inclusiva, que ouve os cidadãos e as instituições”. Não podíamos estar mais de acordo. E por isso, gostaria que nos esclarecesse em que pé se encontra a situação do Bairro Municipal. Durante a campanha eleitoral todos os partidos se comprometeram a reconsiderar a suspensão da demolição do Bairro, em consonância com a recomendação da Direcção-Geral do Património Cultural à Câmara Municipal de Viseu para a classificação do conjunto arquitetónico como de interesse municipal, propondo ainda que as casas que restam fossem recuperadas. Também Vossa Excelência se mostrou sensível e prometeu “revisitar o processo”. Estou certo de que cumprirá a sua palavra, mas gostava de saber se já teve nestes dois curtos meses de trabalho que sei que foi intenso, se já teve oportunidade de abordar este processo. As obras de construção do novo bloco de apartamentos estão paradas, mas pelo que consta entre os moradores é apenas devido à falência ou pré-

falência do empreiteiro. Se for assim, é uma boa oportunidade de evitar um investimento que avançou sem a comparticipação em quarenta por cento do IHRU que decidiu, e muito bem, apenas investir em obras de reabilitação e não de construção. Certamente que aquele bloco terá de ser terminado. Mas urge recuperar as casas do bairro, recolocando-as na sua função original de habitação social, não permitindo a destruição de meia centena de fogos sociais numa altura em que tantos viseenses esperam há anos que a Habisolvis lhes dê resposta á sua candidatura a uma habitação social. Ainda recentemente falei com um morador, o Senhor Alexandre Pereira, foi um dos realojados, aliás, a casa dele era uma, não sei se alguém já lá passou, era uma que tinha um quarto de criança com uma pintura moral que eu acho que é um documento. Para mim foi chocante, porque há memória de uma casa. Este Senhor por exemplo dizia-me que (ele está realojado no Bairro 1º de Maio) que esperava que o Bairro não fosse abaixo porque ele não quer ir para o caixote. Vive há um ano ou dois no caixote no Bairro 1º de Maio e quer voltar a ganhar a Liberdade e a qualidade de vida que tinha nas casas. Aliás, o pai dele também lá tem uma casa, a dele foi a baixo mas tem a casa do pai e ele gostaria de ser realojado numa dessas casas do Bairro. E, há um caso de uma família, a família Figueiredo, um casal com um filho jovem, que vive na Rua dos Caminhos de Ferro, na Aguieira, numa casa sem água canalizada, nem esgoto, que eu já aqui referi por três vezes, no anterior mandato, sem que a Câmara ou a Junta de Freguesia tivessem ajudado de modo concreto, e que foi mencionado recentemente numa reportagem da TSF, sobre casos de Municípios com défice de saneamento. Claro que não é o caso do nosso Município, mas, até pelo facto de se calhar ser uma exceção, mais fácil será a sua resolução. Esta família anda há anos a pedir uma habitação social à Habisolvis e, tem como eu creio que já disse, familiares a morar no Bairro. É uma vergonha que em pleno século XXI haja viseenses a morar a duzentos metros da Avenida da Europa, sem água, vêm buscar água ao chafariz em frente à casa, e sem saneamento têm que fazer numa sanita sem escoamento, sem ligação ao saneamento ou então num balde.-----

O Concelho Estratégico é uma inovação positiva deste Executivo revelador de uma certa abertura. A intensão de colocar Viseu como um importante polo cultural do país também merece o nosso acolhimento.-----

Gostaria, a propósito, que o Senhor Presidente me esclarecesse sobre se tem qualquer fundamento a afirmação que li num blog e esta se não estou em erro até foi de um blog de um dirigente partidário que a Câmara de Viseu teria protocolado há alguns anos com o Centro Cultural Distrital a transferência de cem mil euros por ano para aquela associação proceder aos pagamentos dos funcionários da Rede Municipal de Museus. Gostaria que informasse esta Assembleia sobre a verdade ou mentira deste facto que considero insólito de ter uma entidade privada a gerir museus municipais? A ser verdade, estaríamos perante uma situação de uma promiscuidade intolerável. Ainda por cima, não se tratando de uma associação do Concelho com uma atividade regular, mas antes uma associação que tem a propriedade do Auditório Mirita Casimiro que está fechado quase todo o ano, com exceção dos espetáculos do Festival de Teatro Jovem e de uma ou outra conferência.-----

E, já agora, gostaria também de ser o que é que se passa com a iluminação de algumas ruas do centro histórico que parece que estão completamente às escuras. Também foi um recado de moradores e portanto, gostaria que se pudesse me esclarecesse.-----

Também gostava de realçar o investimento que a Câmara se propõe vai fazer no Centro Histórico dado o atraso verificado com apenas 1% mais ou menos dos edifícios degradados já recuperados, parece-nos que o processo teria que ser forçosamente mais acelerado e a Câmara teria que ter um investimento ainda maior, senão nem daqui a dez anos como o Senhor Presidente se propõe nos poderemos candidatar a Património Mundial da Humanidade.-----

O Orçamento e o Plano de Atividades exprimem muito claramente as prioridades, as opções e as escolhas do Executivo Municipal. O Orçamento e o Plano de Atividades para o

ano de 2014, apresentado pelo novo Executivo Camarário, torna muito evidente que para além da propaganda e das boas intenções, há uma continuidade das políticas seguidas por anteriores Executivos e que têm impedido o Concelho de Viseu de desenvolver e afirmar nacionalmente. É certo que o Orçamento e Plano de Atividades para 2014, apresentado num momento em que o Governo PSD e CDS mais cortes efetuou no financiamento das Autarquias Locais. Todos os dados demonstram que o investimento realizado pelos Municípios, é o que maior efeito multiplicador tem. Apesar disso, o total destinado pelo Orçamento de Estado para toda a Administração Local, é quinhentos milhões inferior ao atribuído em 2010. Para as Freguesias, a verba a transferir cento e oitenta e quatro milhões de euros, representa menos vinte e oito milhões de euros do que em 2010. Para um Município com tantas necessidades como o de Viseu, as verbas transferidas pelo Orçamento de Estado, são manifestamente insuficientes. Por parte deste governo PSD CDS, não há apenas incumprimento da Lei das Finanças Locais, há também desrespeito pelo trabalho esforçado dos Autarcas e há vontade de asfixiar financeiramente o Poder Local. O aumento das despesas correntes neste orçamento, não significa necessariamente mais e melhores obras. O Bloco tem outras prioridades, outras escolhas políticas que exprimimos no nosso programa eleitoral.-----

Este Orçamento e Plano de Atividades para 2014 é insuficiente para o Concelho de Viseu se libertar das desigualdades e constrangimentos a que foi condenado pelas escolhas políticas erradas de anteriores Executivos, nem tão pouco nos parece que dê seguimento às propostas apresentadas na recente campanha eleitoral autárquica. Por isto e enquanto não vislumbrarmos sinais mais visíveis de mudança, o Bloco não pode senão votar contra este orçamento. Obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da União das Freguesias de Viseu.-----

--- QUARENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):

Começo por saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os respetivos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros ilustres Membros desta Assembleia Municipal, Público, Jornalistas e os Funcionários desta Casa. Se me permitem começo já por desejar a todos um ótimo ano de dois mil e catorze antes que, porventura me possa esquecer no âmbito da minha intervenção. Eu gostaria também já agora e ainda antes de falar sobre o tema que aqui me trouxe, solicitar encarecidamente ao Senhor Deputado Carlos Vieira que me acompanhe amanhã mesmo, para visitar a essa tal família e perceber as razões porque é que ela está alojada naquela circunstância. Agora, iria de facto falar um pouco, de acordo com os meus conhecimentos, sobre a matéria que aqui nos trás neste momento, a discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano do nosso Município para o ano de dois mil e catorze e dizer em primeira instância Senhor Presidente, que fiquei muito satisfeito com a opção tomada pelo Município em relação ao Centro Histórico, honra compromissos eleitorais e revela de facto uma política coerente de valorização daquele território. É para nós necessariamente o coração da cidade e hoje em tempos tão difíceis como aqueles que atravessamos, a cidade não pode continuar a crescer para fora e tem que olhar exatamente para o seu coração, para a sua parte mais vital. Portanto, as verbas inscritas no orçamento, são para nós um sinal inequívoco de que o Executivo do nosso Município se preocupa com aquele espaço que é fundamental para a coesão e equilíbrio do nosso Concelho e da nossa Cidade. É óbvio, já o disse aqui de manhã e é importante que todos nós tenhamos a responsabilidade social de participar nesse desígnio. Este é um trabalho que cabe a todos nós seja ao poder local, seja às instituições, seja ao tecido económico e empresarial e sem essa responsabilidade e sem esse compromisso de todos, não conseguiremos de alguma forma conseguir aquele desígnio que também nós com certeza que concordamos e ainda bem que o Partido Socialista se associa a isso, que é, neste espaço temporal próximo de dez anos,

podermos candidatar o nosso Centro Histórico a Património Mundial da Humanidade. Gostava também de articular em termos das linhas fiscais deste orçamento, de alguma forma também alavancar aqui a possibilidade em sede das receitas fiscais e das suas isenções, entender que a Derrama pode ser também aqui um bom meio para a fixação da atividade económica, da atividade que traga dinamismo ao Centro Histórico. De facto, estas facilidades agora vertidas no documento, relativamente às isenções fiscais, nomeadamente em sede de Derrama, parecem-nos também uma boa oportunidade para haver mais vida no Centro Histórico. Já agora Senhor presidente, percebemos também que isto é sempre sujeito a regras concursais, mas ficaríamos muito contentes que esta requalificação que está prevista para o Centro Histórico pudesse de alguma forma ser alavancada a empresas locais era um bom sintoma e seria muito bom também para promovermos a nossa economia local. Tenho dito.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- QUARENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Muito boa tarde. Na medida em que as matérias que temos em discussão de alguma forma ainda se prendem com questões que eu coloquei ainda da parte da manhã, queria deixar aqui só duas notas relativamente a elas. Sobre a Escola Grão Vasco, eu creio que para bom entendedor meia palavra basta. Eu de facto fiz referência à Escola Grão Vasco, por lapso não terei lido o nome, mas creio que a Assembleia, maioritariamente terá percebido que era dessa escola que eu falava a determinada altura da minha intervenção. Ainda a este propósito, aproveito para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, quando é que se prevê que arranquem as obras no pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária do Viriato, que é como todos sabemos da responsabilidade da Câmara. Sobre a Escola da Ribeira que aqui trouxe da parte da manhã, pelas suas contas Senhor Presidente, só teremos obra para dois mil quinze, dois mil e dezasseis não é? Uma vez que as janelas do atual QREN nas suas próprias palavras estão fechadas e as candidaturas ao novo QREN só estarão em execução para essa data, enfim, para sermos muito otimista não é? Insisto na necessidade de obras urgentes para debelar os problemas que aqui referi da parte da manhã, nomeadamente as infiltrações de água e o estado deplorável em que estão as caixilharias. Em relação às obras que decorrem na Freguesia de Rio de Loba, nomeadamente aquela situação do saneamento, folgo de facto por haver empresas tão extraordinárias na nossa região. Dois meses de férias Senhor Presidente, é uma coisa fantástica. Tenho que aplaudir uma empresa, que, pela informação que tenho há dois meses que as obras estão paradas e são informações fidedignas portanto, uma empresa que dá dois meses de férias aos seus trabalhadores é efetivamente uma excelente empresa, tenho que aplaudir. O que lhe pedia em todo o caso era que, pelo menos a sinalização no lugar fosse cuidada, porque ao que sei, os próprios motoristas dos STUV que fazem aquela zona, estão a recusar-se a fazer o trajeto, exatamente porque ele se tornou perigoso em consequência daquilo que lá se encontra. Era um pedido que eu aqui deixava ao Senhor Presidente. Quanto mais diretamente às matérias que aqui estamos a discutir e ainda talvez na sequência destas de que aqui fiz referência, registamos com enorme satisfação Senhor Presidente, porque foi finalmente resolvido um problema, aludido aqui hoje já por si e pela Senhora Deputada Filipa Mendes. Um problema aludido pela CDU em setembro último, no caso em concreto o transporte de alunos, nomeadamente para a Escola Secundária Viriato. No entanto e lamento ter que o dizer aqui, subsistem graves problemas ao nível do transporte escolar, para os quais queria chamar de novo à atenção da Câmara Municipal. Nem tudo está bem de facto. No início do ano escolar a CDU chamou à atenção para uma outra situação que infelizmente ainda não está resolvida. Trata-se do transporte de alunos entre a Escola do Mundão e Travassós de Cima. Pretendendo Viseu ser uma cidade Amiga das Crianças, como podemos entender que crianças e jovens, alguns com nove e dez anos, sejam

deixadas junto ao antigo matadouro, na estrada 229, à chuva, ao frio e ao vento, em pleno inverno. Estes alunos têm de atravessar a estrada num lugar muito perigoso, como todos reconhecemos, com imenso trânsito, sem semáforos, em que a única passadeira para peões se desencontra com a paragem dos autocarros. Naquele lugar não há sequer um abrigo que proteja as crianças das intempéries. Igualmente grave é o facto de estas crianças serem obrigadas a percorrer dois quilómetros entre a paragem do autocarro e o lugar onde moram. Sr. Presidente, estamos à espera que aconteça um acidente grave para depois irmos à pressa resolver o problema? Deixo-lhe aqui a pergunta direta: quando tenciona a Câmara resolver esta grave situação de segurança, providenciando o transporte destas crianças, desde e até suas casas? Ainda relacionado com esta temática do transporte e segurança das crianças, para quando transportes escolares exclusivos e adequados, com os respetivos vigilantes? Se, de acordo com as orientações da UNICEF, quiser ouvir estas crianças, dar conteúdo efetivo à designação de Cidade Amiga das Crianças, certamente será levado a repensar a intervenção camarária neste problema sensível. Sobre a informação ainda prestada pelo Senhor Presidente. Lemos com toda a atenção o documento designado “Estratégia Viseu Primeiro 2013/2017” que nos fez chegar. Resultou dessa leitura a concordância com alguns dos objetivos de desenvolvimento enunciados, sobretudo porque eles vêm ao encontro de propostas e reclamações antigas do PCP mas também detetámos muitas lacunas, insuficiências e até incoerências no conjunto do documento. Como não é minha intenção fazer uma análise exaustiva ao documento vou apenas aludir a duas ou três situações que considero mais pertinentes. De facto, muito me espantou não encontrar qualquer referência àquilo que o Senhor considerou, no decorrer da sua campanha eleitoral, uma prioridade. Nas suas palavras, e cito declarações suas à agência Lusa, em vinte de agosto (Lusa). “O candidato do PSD à presidência da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, considerou hoje prioritária a construção de um matadouro no concelho, que é há muito reivindicada pelos criadores de gado da região”. “Reunido com a Associação dos Criadores de Gado da Beira Alta (ACGBA), defendeu que *“o setor agropecuário representa grande potencial económico e de emprego na Cidade/Região de Viseu”* e que *“a perda de dinamismo das últimas décadas justifica hoje uma política de crescimento e uma ação pública em contraciclo”*. Efetivamente, Sr. Presidente, dados da Associação dos Criadores de Gado da Beira Alta com quem mantemos contactos institucionais regulares, referem que desde o encerramento do matadouro de Viseu em dois mil e três, desapareceram da região mais de vinte e três mil (23.000) cabeças de gado. A sua análise quanto à importância do sector pecuário para a cidade/região estava correta mas surpreendentemente não consta do seu projeto de intervenção prioritária para o Concelho. Posso pois considerar que foi meramente eleitoralista e circunstancial a sua ênfase sobre este problema?-----

Relativamente à proposta de orçamento. Sr. Presidente, não podemos deixar de lamentar que o Estatuto do Direito de Oposição não tenha sido respeitado pelo Executivo que lidera. Como sabe, a CDU/PCP, assim como outras forças partidárias, pelo facto de não estar representadas no executivo, deveria ter sido ouvida em matéria de auscultação sobre o orçamento e o plano plurianual de investimento. Não foi. Não sabemos como interpretar esse sinal. Apenas sabemos que a Lei não foi cumprida e isso não é abonatório para o Executivo. A nossa auscultação legal teria sido certamente motivo para a apresentação de propostas, que eventualmente poderiam enriquecer o documento agora em análise bem como a ação a ele consequente.-----

Reportando-me ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que estamos a discutir e vamos votar, considero que são documentos tecnicamente bem elaborados. Podendo embora discordar deles, devo reconhecer que propõem uma estratégia para o Concelho e isso é positivo. No entanto estes documentos enfermam de vícios antigos no que toca à gestão dos dinheiros públicos. Em nome de um sacrossanto equilíbrio nas contas, atrasam-se investimentos prioritários como são os relacionados com a cobertura do Concelho com a

rede de água e saneamento, prevalecendo um grande número de aldeias e milhares de cidadãos sem terem acesso a esse benefício civilizacional. Mas investem-se milhões de euros em depósitos a prazo, alguns com consequências ruinosas bem conhecidas. Congratula-se o Senhor Presidente com a verba de 1,6 milhões de euros para a cultura. Era caso para dizer que se contenta com pouco, se tivermos em conta que a cultural é, nos nossos dias, um elemento fundamental do desenvolvimento económico dos povos. Reconhecemos no entanto a importância e apoiamos o investimento que traga a Viseu os melhores espetáculos de teatro, de dança, de música, de pintura, de escultura, de literatura e artes performativas, mas não podemos esquecer o apoio fundamental que é necessário destinar às associações e criadores locais, aos que necessitam de apoios para produzir aqui os seus espetáculos e fazer a sua arte e incorporar mais-valias nessa vertente. Não vi essa aposta refletida nos documentos previsionais. Para quando Senhor Presidente uma Casa das Artes em Viseu?-----

No Viseu Local, fala da delegação de competências nas freguesias, por imposição da Lei 75/2013, mas não quantifica verbas para esses protocolos, nem define as modalidades e critérios que os regulamentarão.-----

Relativamente ao desporto mantém-se a política do subsídio, que é importante tornar equitativa. Mas, tendo em conta que a Câmara tem inativo o seu Pavilhão Municipal, sem ter cuidado de arranjar uma alternativa temporária, reiteramos aqui a proposta que fizemos na campanha eleitoral, para que a Câmara estabeleça protocolos com as escolas da Cidade que possuem pavilhões, para os disponibilizar às coletividades, e são várias, que não têm onde treinar e muitas vezes onde efetuar os seus jogos, nos diversos escalões e nas diversas modalidades. O desenvolvimento sustentado do desporto pressupõe a existência de infraestruturas para a sua prática, como todos sabemos.-----

Ao contrário do que afirma, este não é um Orçamento justo do ponto de vista tributário. Simula atos de justiça que não passam de pura demagogia e populismo. Mais à frente explicaremos porque afirmamos isto.-----

Como afirmei atrás, este é um orçamento que contém algumas medidas estratégicas que não podemos subestimar. Em face de tudo isso, como se trata de um novo Presidente, com uma equipa renovada, vamos dar o benefício da dúvida face às propostas apresentadas, aguardar pela prestação de contas para melhor ajuizar da sua bondade em prol da melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Por isso nos abstermos nesta votação.-----

Queria ainda e naturalmente que coloco a questão à Mesa a apresentação de uma Moção que poderá eventualmente ser considerado que não tem a ver diretamente com o ponto que estamos a discutir. Se assim for, a Moção ficará apenas apensa como declaração de voto se assim o permitirem.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** A Senhora Deputada é que tem que decidir, se quer apresentar a Moção ou não. Da nossa parte neste ponto não é possível. Depende da Senhora Deputada. Nós não podemos decidir sem sabermos sequer qual é a Moção.-----

- *A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires retoma a palavra dizendo:* A Moção é relativa à proposta de orçamento de estado para dois mil e catorze, que naturalmente tem reflexos nos orçamentos municipais. Então eu apenas deixaria ficar, juntamente com a declaração de voto. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra à Senhora Deputada Cristina Fonseca.-----

--- **QUARENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Mais uma vez boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadoras, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores. De facto, o Grupo Municipal do

Partido Socialista, congratula-se em primeiro lugar com a valorização expressa pelo Senhor Presidente da Câmara ao conferir a esta Assembleia Municipal, o colocar à discussão de facto documentos que pretendem traçar linhas orientadoras e estratégicas das políticas municipais. Na verdade, reconhecemos na explanação inicial que foi feita, as linhas relevantes e as prioridades que foram efetivamente definidas e aqui salientava na verdade, as políticas de coesão social e de inclusão e entendemos que são relevantes, um conjunto de propostas que são convergentes com aquilo que é o entendimento do Partido Socialista. No entanto, entendemos trazer à discussão uma questão muito particular no que diz respeito à dimensão família, juntando um conjunto de propostas e de inquietações à voz do Senhor Presidente da Câmara e à vontade de todos que se reveem no presente documento, circunscrevendo a prioridade efetivamente de Viseu nas questões da inclusão, nas questões da solidariedade, circunscrevendo-me nas questões particularmente da família. Partindo do pressuposto que efetivamente no documento estratégico é entendimento e é lançado que a ação da Câmara Municipal valorizará a família, como célula básica da nossa estrutura social e quadro de referência fundamental para assegurar a renovação da sociedade, pretende inclusivamente colocar a família na linha da frente das políticas de solidariedade social, sendo entendimento que só serão combatidos eficazmente com políticas públicas que valorizem o papel da família na estrutura da sociedade portuguesa, pretendendo ainda e aqui torno a enfocar a promoção da família enquanto unidade central de apoio aos idosos e pessoas com deficiência, apoiando aquelas que tomam conta dos seus, entendemos então, efetivamente trazer aqui à discussão uma análise que inclui um conjunto de fatores que nos parecem ser relevantes. Não pretendemos desvincular a família das suas funções, do papel fundamental que representa ao longo do seu ciclo vital de funcionamento. Concordamos com o papel relevante que lhe é atribuído até porque, entendemos a pessoa como um todo, pertença de uma família, de uma sociedade, mas nesse indivíduo vive, existe e reconhece-se essa família e esse contexto social. Não pretendemos pois, retirar a relevância e a prioridade que lhe é atribuída. Pretendemos no entanto, alertar para um conceito de família, em nosso entendimento insuficientemente enquadrado, possivelmente redutor num documento que se pretende orientador e estratégico. Num momento em que a nossa sociedade ocidental as formas de família são tantas e tão diversas que por vezes se coloca a questão de saber se determinado núcleo afetivo relacional é ou não família, questiono num enfoque que lhe é atribuído a perspetiva simplista na responsabilidade que é conferida à família, enquanto unidade central de apoio aos idosos e às pessoas com deficiência. Pretendemos pois, trazer à discussão a importância de um conjunto de fatores que em nosso entendimento devem refletir a complexidade das famílias e pretendemos então operacionalizar com a apresentação de um conjunto de questões para as quais receamos que as ideias traduzidas no presente documento nos parecem tímidas.-----

Em primeiro lugar, importa referir que as famílias portuguesas sempre valorizaram o seu papel. Sempre que lhes é possível, optam por cuidar dos seus idosos, dos seus filhos, das suas crianças e dos seus adultos com deficiência e é visível pelos apoios cada vez mais crescentes na opção por respostas que privilegiam modelos mistos e mesmo a intervenção em contextos domiciliários. Quer as questões de deficiência, quer as questões do envelhecimento, em nosso entendimento não refletem um abandono por parte das famílias. As estatísticas são relativamente claras a esse respeito. Mas, importa especificar também que quando se fala em solidão neste contexto, temos de nos referir simplesmente ao facto quantificável do idoso viver sozinho, sem a companhia de familiares. Reforçamos a convicção de que os idosos se mantêm cada vez mais tempo na sua própria casa, o que tanto pode apontar no sentido do abandono como no prolongamento da sua autonomia. O abandono de casa, muitas vezes está fortemente associado à viuvez. Pretendemos então, alertar que ir ao encontro das necessidades das pessoas é não esquecer que existem pessoas idosas com necessidade de assistência permanente e neste aspeto,

propomos que sejam equacionados que apoios devem ser assegurados ao prestador de cuidados principal. Entendemos que isso poderá não passar apenas por políticas de voluntariado, sendo de relevar o seguinte: As gerações que atingiram a reforma por volta dos sessenta anos, têm a seu cargo os mais idosos. Idosos autónomos cuidam de idosos dependentes. Emergem mais recentemente outro contexto de uma geração ainda ativa e que começa a ter a seu cargo também os mais idosos. O que pretendemos? Pretendemos pois, alertar numa intenção de efetivamente darmos o nosso contributo, alertar para o facto de estarmos perante um quadro multifacetado, muito complexo das famílias Viseenses. Em tempos em que os principais cuidadores veem o seu horário de trabalho aumentado, a sua idade de reforma mais tardia, uma menor margem financeira, uma elevada taxa de emigração, como é que a Câmara Municipal, pretende operacionalizar o apoio efetivo e ajustado a estes idosos? Como pretende a Câmara Municipal assegurar que os idosos que vivem em situação de solidão efetiva e não em situação de abandono, possam ter acesso aos serviços e aos cuidados de saúde? Como pretendem apoiar aqueles que efetivamente pretendem cuidar dos seus? Acreditamos certamente que as crises são oportunidades para fazer diferente e melhor, mas, o sucesso de uma política social de apoio e de suporte às famílias exige a adoção de mecanismos de participação política que aumentem e que consolidem o desenvolvimento de programas e de políticas locais. Algumas, reconhecemos que estão incluídas no documento estratégico. Foram referidas algumas assentes com recursos a práticas de voluntariado, mas, em nosso entendimento, é essencial ir mais longe, são essenciais programas de capacitação de “*empowerment*” para cuidadores de pessoas idosas, pessoas com deficiência e novamente questionamos, que respostas a estas pessoas em situação de isolamento? Quais os incentivos de reforço à sociedade civil e das instituições? O orçamento da Câmara Municipal de Viseu reflete estas preocupações? Que medidas que permitam a sustentabilidade das iniciativas de desenvolvimento social? Sem dúvida que concordamos que importa sistematizar os diagnósticos nas várias vertentes, que permitam que a ação da Câmara Municipal, desenvolva políticas que combatam verdadeiramente a exclusão social e o isolamento. Porém, o que pretendemos é que as famílias na sua autonomia, na sua diversidade e nas suas necessidades específicas sejam devidamente apoiadas nas suas diversas redes sociais de interajuda. Tendo em conta que a complexidade e o atual contexto de austeridade, pode não se compadecer nem tão pouco dispensar a ajuda, a formação especializada que um numero significativamente por certo exigirá. Disse. -----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

--- CINQUENTA – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais queria fazer aqui dois ou três reparos relativamente a algumas intervenções que aqui firam feitas e apreciações ao documento que está aqui em discussão. As intervenções que aqui foram feitas, muitas delas ou grande parte delas, foram apenas adjetivas, nada substantivas o que quer dizer que, não houve aqui a preocupação sequer de perceber bem como o documento estava elaborado. Dizer também que, o documento estratégico e as opções que estão previstas juntamente com o orçamento têm em consideração três prioridades claras, têm em consideração também seis áreas de intervenção e mais de cinquenta propostas muito objetivas. Quando subimos aqui para fazer algumas intervenções e considerações acerca dos documentos, devemos efetivamente ler o documento, perceber o documento e quando referimos que o documento não é mais do que um retrato de um programa eleitoral, então, o que é que nós andámos a fazer em campanha eleitoral, se não a apresentar propostas sobre uma visão para o Concelho, que foram validadas pela população, houve consulta por parte da população. Nós tivemos o cuidado de discutir o programa eleitoral com as pessoas. Ouvimos as pessoas, deram contributos e esses contributos também estão nesta proposta. Se acham que é só quando o documento chega à Câmara que se ouvem as

peessoas, ou quando se chega aos lugares do Executivo que se ouvem as pessoas, estamos um pouco enganados. Houve outra questão que foi aqui levantada pela Deputada do Partido Comunista, relativamente à intervenção que deve ser feita na Escola Viriato. Na Grão Vasco e na Viriato também, no pavilhão. Dizer que é nossa preocupação também, é uma prioridade de à muito levantada, mas não nos podemos esquecer que houve um programa de requalificação da rede escolar chamado Parque Escolar, que inicialmente tinha previsto para intervenção de um número significativo de escolas para o país inteiro de novecentos e qualquer coisa milhões de euros, já vai nos quatro mil milhões de euros e não se terminou o programa. A Escola Viriato, é uma das escolas que estava referenciada para fazer essa intervenção, neste momento, como todos já percebemos, não há dinheiro para conseguirmos intervir no parque escolar como ele necessita de intervenção e nesse sentido vamos procurar continuar a sensibilizar, até porque, também nós tivemos esta preocupação de junto do Governo, sensibilizar para que estas obras fossem feitas no mais curto espaço de tempo e sei que estão referenciadas e que em breve haverá novidades quanto a esta intervenção. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

--- **CINQUENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. O Essencial da apreciação crítica do orçamento feita pelo Partido Socialista, foi feita pelos meus colegas de bancada. Eu apenas vinha fazer uma pequena retificação a uma intervenção que aqui houve e referir um assunto, que esse sim é o que me traria cá. A retificação é que, quando o Senhor Deputado Carlos Vieira diz que o Bloco de Esquerda levantou o problema do orçamento participativo e o Partido Socialista depois, é que quando nós levantámos isso, o Bloco de Esquerda ainda não existia. É uma pequena retificação. É um pequeno pormenor mas existe. O segundo problema que queria levantar, também foi levantado pelo Senhor Deputado Carlos Vieira. Mas levantou-o na base do *blog* e o problema não é de *blog*, é de realidade. Eu estive presente em junho de dois mil e treze na Assembleia Geral do Centro Cultural e Distrital de Viseu em que foi levantado o problema, colocado ao Presidente da Direção, porque é que uma organização que não tem atividade exceto um mês por ano, numa atividade camarária que se chama Teatro ..., já não me recorda exatamente o nome, Teatro Jovem exatamente, está parado onze meses. É como sabem a única sala de espetáculos capaz que existe no centro da cidade. Bom, não funciona e às páginas tantas, exatamente porque não funciona foi perguntado ao Presidente da Direção: Porque é que um Centro Cultural Distrital, tem receitas e despesas de mais de cem mil euros? A resposta foi pura e simplesmente esta: *“Temos um protocolo assinado com a Câmara Municipal de Viseu, mediante o qual, a Câmara Municipal de Viseu nos entrega uma determinada quantia para nós pagarmos aos funcionários da Rede Municipal de Museus”*. Isto pode ter dois significados: Um, é que estamos aqui com funcionários ocultos, o que é ilegal. A Câmara tem um limite de quadro de pessoal e portanto, se isto ultrapassa, penso que são nove funcionários, há uma completa ilegalidade, e é isso que eu venho exatamente perguntar ao Senhor Presidente da Câmara. Trata-se de funcionários da Câmara Ocultos? O protocolo feito com o Centro Cultural Distrital é legal? É a estas perguntas concretas que eu agradeço que Vossa Excelência responda. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Está aqui o Doutor Cotta, pedia à Doutora Cristina Paula que viesse, uma vez que o Senhor Doutor Cotta pediu a intervenção e têm que ficar duas pessoas na Mesa.-----

--- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da

Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Amigos, Público e Jornalistas. A Assembleia Municipal é o órgão de debate político e assistimos aqui a excelentes intervenções, todas elas diferentes, umas votando a favor, outras votando contra, outras abstendo-se e de facto é isso que deve acontecer na Assembleia Municipal e convém não esquecer que nós estamos perante um Executivo que está no poder há três meses, estamos perante um Executivo que assumiu compromissos a quatro anos e portanto, queria dizer que sinceramente gostei muito das intervenções, dentro desta pluralidade e perspetivas, mas achei na minha opinião, achei acintosa a intervenção do Deputado Pedro Baila Antunes. Porque a Análise SWOT não é a última Coca-Cola do deserto. A Análise SWOT é uma coisa que normalmente está implícita em todas as análises estratégicas que se fazem e portanto, acho que tivemos aqui excelentes intervenções. Intervenções objetivas, claras, sem nenhuma superioridade intelectual que por vezes pensamos que temos. Nas Eleições Autárquicas de setembro, as diversas forças políticas, apresentaram o seu programa político. Os Viseenses escolheram democraticamente o programa “Viseu Primeiro” apresentado pela candidatura do Doutor Almeida Henriques. A escolha foi clara e democrática e confere ao programa “Viseu Primeiro” toda a legitimidade para ser o orientador do desenvolvimento do Concelho de Viseu nos próximos anos. Este programa define uma estratégia de desenvolvimento para Viseu, para os próximos quatro anos e em alguns casos uma visão mais alargada. Este programa representa na minha opinião, uma esperança que permite contrariar décadas de políticas nacionais que favorecem o Litoral e em particular Lisboa e Porto. É um documento completo, bem elaborado, rigoroso e promotor da coesão territorial. Entendo que o Concelho de Viseu deve trabalhar em rede com os Concelhos vizinhos na perspetiva regional da CIM. Viseu Cidade-Região é um Concelho territorial indispensável para termos dimensão, representatividade e viabilidade no futuro. O programa “Viseu Primeiro”, atende às questões demográficas e atratividade do território. Estamos a viver um processo demográfico terrível. Somos cada vez menos e cada vez mais velhos. São necessárias políticas nacionais e locais de apoio à família e à natalidade. Temos de fixar as pessoas que temos e atrair muitas mais. Incentivos aos alojamentos de estudantes, incentivos aos arrendamentos aos casais jovens, creches e escolas de qualidade e acessíveis, políticas de apoio à compra de manuais escolares, compatibilização da vida profissional e familiar, são alguns exemplos de políticas locais que deveremos seguir. A estratégia “Viseu Primeiro”, tem na sua base as pessoas, as empresas, todos os parceiros sociais, o trabalho em rede das instituições e a participação cívica dos cidadãos. Aborda as infraestruturas ferroviárias e rodoviárias que necessitam e que reforçam a nossa centralidade logística. Aborda a importância de um marketing territorial eficaz e orientado. Aborda a importância da qualificação e do ensino superior. É um programa centrado nas pessoas, no apoio às famílias e aos mais carenciados. É um programa que quer ouvir, plural na participação dos cidadãos, orientado para a ação, para a criação de riqueza, para a cultura e património com a ambição e sonho que têm as grandes mudanças. Viseu Primeiro, permitirá pelas políticas que propõe, tornar a nossa região sustentável, produtora de riqueza, inovadora, inclusiva, tolerante e coesa social e territorialmente. Seremos uma região com uma marca distintiva, reconhecida como única, atrativa com argumentos para competir nacional e internacionalmente. Este foi o programa que os Viseenses escolheram e que deve ser cumprido. Como tal deve ser aplicado no Orçamento e Grandes Opções do Plano. O orçamento apresentado para o próximo ano, é bastante difícil, é influenciado como foi referido pelos compromissos e investimentos do Executivo anterior. O rigor e a prudência, são na minha opinião critérios muito evidentes neste orçamento. Vamos ter uma quebra de receitas de cerca de dez por cento (10%) com uma perspetiva conservadora nas receitas, não contando e bem com o novo quadro comunitário. Esta redução de receitas, tem a ver com a redução da atividade económica, que afeta as receitas correntes, assim como a redução de receitas de capital, relacionadas com o termo do quadro comunitário vigente. As despesas, por outro lado,

sofrem uma contenção de acordo com as quebras da receita, o que vai exigir grande rigor e contenção. Em comparação com o ano de dois mil e treze, há uma redução de cerca de doze por cento (12%) nas despesas. As Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze serão marcadas pela conclusão do atual QREN, sendo o momento de transição, até entrar em vigor do próximo Quadro Comunitário de Apoio e estarem totalmente definidas as tipologias de futuros investimentos. O orçamento, segue as linhas prioritárias do “Viseu Primeiro”. Desenvolvimento económico, solidariedade social e coesão territorial. Apesar da redução das receitas, o desenvolvimento económico e energia, irão absorver treze vírgula um por cento do orçamento (13,1%) revelador da importância que têm para o Concelho. Num contexto difícil de redução de receitas, o orçamento prevê políticas fiscais muito positivas, tais como a isenção de Derrama para as micro e pequenas empresas criadas em dois mil e catorze ou para as micro e pequenas empresas que criem até cinco postos de trabalho. Para as empresas que faturem até cento e cinquenta mil euros haverá uma redução de vinte por cento (20%). São estímulos importantes, são sinais importantes. São sinais pequenos mas são sinais importantes para o empreendedorismo e para muitas empresas de pequena dimensão. Estão previstos investimentos no âmbito do desenvolvimento económico e revitalização do Centro Histórico, superiores a cinco milhões de euros. Ao longo dos próximos quatro anos, os investimentos serão superiores a dez milhões de euros. As taxas de IMI propostas para o Centro Histórico, são um forte indicador da relevância que o mesmo tem na diferenciação da nossa região. É minorada em cinco por cento (5%) a taxa do IMI a aplicar a todos os prédios urbanos. É minorada em quinze por cento (15%) a taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados que cumpram satisfatoriamente a sua função, a taxa é cumulativa com a taxa de cinco por cento. Para promover a regeneração por outro lado, é majorado em trinta por cento (30%) a taxa a aplicar aos prédios degradados. É um sinal claro de que quem cumpre é beneficiado, quem não cumpre deve ser penalizado. A Taxa anual do IMI mantém-se no zero vírgula três por cento (0,3%) relativamente aos prédios já reavaliados. Tal como refere a estratégia “Viseu Primeiro” temos que pensar na marca que queremos, na promoção que vamos fazer e na criação de produtos turísticos ricos e únicos. Temos que continuar a aposta ambiental, na gestão florestal, na segurança dos cidadãos e na qualidade de vida como valores distintivos e como pré-requisitos para o turismo. A cultura, como aqui foi referido, é uma fonte geradora de riqueza e uma atividade económica. A aposta na produção cultural, com base nas nossas raízes, realizada por organizações credíveis e orientada para resultados, deve ser uma prioridade. Temos uma grande riqueza museológica e religiosa, temos de apostar na produção e reconhecimento cultural. A sustentabilidade ambiental dos territórios é indispensável para garantirmos o presente e para transmitirmos a região às gerações futuras. A gestão eficiente da água, da energia, da floresta e de todos os recursos naturais, é fonte de atividade económica de turismo e de qualidade de vida. Não há turismo nem atratividade em zonas ambientalmente destruídas. O Turismo, tem condições excecionais em Viseu. Temos uma oferta cultural e museológica grande. Este ano, neste orçamento o investimento esperado é superior a meio milhão de euros. Mas não existe Turismo nem qualidade de vida sem proteção do meio ambiente e conservação da natureza, onde se pretende investir ao longo dos próximos anos cerca de um vírgula sete milhões de euros. Analisando conjuntamente os objetivos de Viseu, cultura, desporto, recreio, lazer e juventude e outras atividades cívicas e religiosas, é possível verificar que só em dois mil e catorze, se pretende investir mais de três vírgula cinco milhões de euros nestas áreas, especialmente na Rede Municipal dos Museus, requalificação de equipamentos de desporto e lazer e em atividades e apoios culturais desportivas e recreativas. Em relação ao ordenamento do território, sobressai a operacionalização e execução do novo PDM. Com um investimento previsto para dois mil e catorze e dois mil e quinze de seiscentos e cinquenta mil euros e reabilitação urbana e rural cujas despesas em dois mil e catorze são superiores a um vírgula um milhões de

euros. Em termos de saneamento abastecimento de água e resíduos sólidos, estima-se que nos próximos quatro anos estes três domínios correspondam a um esforço orçamental aproximado de trinta e dois milhões de euros. Uma sociedade civil forte, é uma garantia de exigência e progresso. A participação dos cidadãos individual ou organizados permitirá assegurar maior qualidade das decisões tomadas e reforçará o valor da democracia. Vamos ter pela primeira vez a experiência do orçamento participativo com paternidade reclamada nesta Assembleia, penso que é uma experiência positiva de cinquenta mil euros. Outros exemplos são como foi referido o Conselho Estratégico e o Fórum da Cultura. A componente social é muito importante, sobretudo, no contexto atual, políticas de coesão social são fundamentais para reduzirmos os efeitos das desigualdades sociais para sermos uma região inclusiva e tolerante. As famílias são uma prioridade. A manutenção da redução do IRS em um por cento (1%) será uma ajuda às famílias que têm o seu rendimento disponível muito afetado. O Viseu Social, que tem um total de despesas previstas para dois mil e catorze que rondam os dois milhões de euros agrega todas as despesas como a inclusão social, o apoio à pobreza, o apoio à habitação sobretudo, em projetos sociais, reabilitação do Bairro Municipal, o Programa Prohabit e o encerramento do Projeto Rampa. Temos um baixo nível de qualificação da nossa população, abaixo da média nacional, o que torna a nossa região pouco preparada para atividades de valor acrescentado. O investimento na educação para todos é a garantia do nosso futuro. Prevê-se para a Educação um valor de cinco milhões de euros. Terá início no próximo ano o projeto Viseu Educa também incluído no Viseu Primeiro. A grande maioria dos projetos existentes nas Grandes Opções do Plano para dois mil e catorze, decorrem como referi de compromissos já assumidos pelo Executivo anterior e que é necessário honrar. A eficiência e eficácia dos serviços, são fundamentais para a satisfação dos cidadãos, para a coesão e atratividade do território. Destaca-se a modernização administrativa que prevê investimentos no âmbito da desmaterialização dos serviços e a melhoria da relação com os munícipes, num esforço superior a oitocentos mil euros. As Juntas de Freguesia, assumirão um papel central no desenvolvimento de Viseu. Assim no orçamento da Câmara Municipal de Viseu, para o próximo ano, estão previstas transferências para as Juntas de Freguesia num montante superior a dois vírgula sete milhões de euros. O progresso da nossa região, depende da nossa determinação e de políticas de longo prazo. A coesão territorial, a produção de riqueza, a atração do investimento, o reforço do ensino superior, a qualificação dos cidadãos, a qualidade de vida a fixação e a atração de pessoas, as políticas de natalidade e de família, a participação cívica dos cidadãos e a inclusão social, são vetores hoje e daqui a dez anos. Este orçamento é uma excelente base de partida. Estou seguro que o Senhor Presidente da Câmara, incrementar a sua perspetiva de gestão participativa, inclusiva, aberta aos contributos sérios, positivos da sociedade civil nas suas diversas formas organizativas assim como a todos os partidos políticos. Aqui, penso que foi importante ouvir como aqui foi referido e subscrevo as palavras do Bloco de Esquerda e da CDU, a sua opinião e os seus contributos, são importantes uma vez que não estão representados no Executivo camarário. O Executivo estará atento, estou certo à abertura do próximo Quadro Comunitário de Apoio, para sermos oportunos na apresentação de projetos que sejam enquadráveis. É muito pertinente e não poderia ser feito anteriormente como aqui foi referido o estudo de políticas fiscais que torna o nosso Concelho fiscalmente mais justo, atrativo e que seja mais favorável para as nossas famílias e para as nossas empresas. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Doze minutos. Também considerámos a tolerância.-----

Sr. Deputado Baila Antunes, pediu a palavra com que finalidade? Em defesa da honra? Está bem. Tem três Minutos.-----

--- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Deputado. Louvo a sua

atitude de ter ido para a bancada neste instante. Realmente, fiquei um bocadinho nervoso, quando utilizou o termo Acintoso e depois virou-se o bico ao prego, porque ao chamar-me acintoso, quem foi acintoso foi o Senhor, porque logo a seguir, falou na minha suposta elevação, que eu estava a pretender ter uma elevação intelectual perante as pessoas, neste caso da plateia e de toda Assembleia Municipal. Há aqui muita gente que já me conhece nesta Assembleia Municipal. O Senhor é novo aqui, é Presidente e Membro de muitas associações, etc., mas quem me conhece aqui, sabe a força com que eu venho acima de tudo defender os interesses dos Viseenses e aquilo que eu entendo, com uma atitude que eu acho digna, com princípios de educação, sem querer aqui ter nenhuma elevação moral ou intelectual perante os outros. Sou uma pessoa humilde e continuarei a sê-lo. Se não o fosse, agora teria aqui um outro tipo de intervenção que escuso de fazer. É só.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Há mais alguma intervenção? Há um pedido de segunda intervenção. Portanto, três minutos. Temos a tolerância atendendo à fusão dos pontos.-----

--- CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS): Eu agradeço Senhor Presidente. Por economia, sintam-se todos cumprimentados. É óbvio que, o que me trás aqui é apenas o seguinte. O facto de estarmos a tratar de dois pontos, levou a que eu não pudesse falar sobre a estratégia Viseu Primeiro e gostava desde já dizer que, é óbvio que três minutos ou cinco minutos, mesmo que me deem uma tolerância não chega. Não chega até para dignificar o documento. Portanto, eu gostaria de vir aqui com mais tempo para o poder discutir. Não tendo esse tempo e para dizer que o documento merecia uma discussão mais alongada, eu vou apenas dizer o essencial que é o seguinte: Eu concordo que, aliás, com a expressão do Senhor Presidente quando diz que “*Não posso ser preso por ter cão e preso ou não ter*” e eu aqui gostaria de dizer que, relativamente ao documento Viseu Primeiro, digo-o com toda a frontalidade. Felicito-o muito sinceramente por fazer isto que eu vou dizer em poucas palavras, que é, do ponto de vista da metodologia dos processos, eu acho correto o facto de honrar o programa que apresentou e transformá-lo numa Estratégia, o facto de reunir pessoas à sua volta com o critério que pode ser discutível e isso deve ser discutível, mas o facto de o fazer do ponto de vista do processo e da metodologia eu estou completamente de acordo, o facto de...e o Partido Socialista fez isso muitas vezes e eu próprio fiz isso também muitas vezes e até publicamente, não podemos criticar um passado que era um passado de autossuficiência, um passado de homem só, de homem providencial e agora passarmos para uma fase de uma crítica completamente diferente quando a metodologia que encetou é uma metodologia diferente. Portanto, pela minha parte e penso que pela parte do Partido Socialista, não tenho dúvida nenhuma sobre disso, até para que sejam bem entendidas as críticas, nunca me verá criticar esta metodologia. Uma coisa é a metodologia outra coisa são os processos e eu aí estou completamente de acordo e penso que é um bom sinal, é um sinal do ponto de vista político de grande frontalidade e até o facto de trazer à Assembleia Municipal este documento que merecia mais tempo e por isso é que eu acho que esta coisa de termos juntado os dois pontos, mas é assim, não temos o tempo todo, não o beneficia e penso que sai um pouco prejudicado por isso. Agora, eu estou completamente de acordo com isso, vamos esperar como é evidente uma coisa são os processos, os conteúdos, outra coisa é o resultado dessa mesma política e essa avaliação que só se pode fazer quatro anos depois. Quanto aos conteúdos, assim muito rapidamente, eu não posso, digamos, criticar muito os conteúdos e não me vai entender mal por dizer isso, porque tendo sido eu Coordenador do programa do Partido Socialista, que muito me honrou ter feito, tendo nós também colocado o programa em discussão pública, eu não posso deixar de me identificar com este programa. É que, acaba de ser um programa do ponto de vista daquilo são as grandes propostas, eu identifico-me completamente com elas e muitas delas estão plasmadas no programa que o Partido Socialista apresentou. Para terminar esta minha intervenção, como não tenho muito tempo, gostaria de propor, se o

Senhor Presidente da Câmara estiver de acordo, eu digo já com toda a transparência o que será. Eu hoje era para fazer a proposta, mas não a vou fazer e como boa-fé da discussão sobre este programa, vou apresentar aqui que eu gostaria que este programa estratégico estivesse estado também no programa do Partido Socialista, mas não é por isso, não vou depois aqui discutir paternidades sobre isso, porque acho que isso é uma discussão que não tem interesse que é a figura do Provedor Municipal. Eu gostaria que o seu Executivo, tendo em conta os pressupostos de participação cívica, de participação dos cidadãos, já aqui foi falado no orçamento participativo, que o seu Executivo, não ficava nada ciumento, gostaria muito mais que tivesse sido o Executivo do Partido Socialista a fazer isso como é evidente, mas não ganhou as eleições, mas não ficava nada ciumento se fosse o seu Executivo a constituir a figura do Provedor Municipal, que não seria uma originalidade porque como sabe já há muitas Câmaras em Portugal que têm esse Provedor, aliás, até há municípios que têm dois Provedores, um para o SMAS e outro para o Executivo Camarário e portanto eu via isso com muito bons olhos e como prova de boa-fé e termino já para não gastar tempo, eu não vou fazer nenhuma proposta, vou aguardar que seja o Executivo a fazer essa proposta. Caso o Executivo não a faça, na próxima Assembleia Municipal, trarei eu aqui essa proposta e colocá-la-ei à votação e os Partidos aqui representados e o Executivo tomarão a posição que muito bem entenderem. Muito obrigado e agradeço a boa vontade da Mesa.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado e agradeço a sua capacidade de síntese. O Senhor Deputado Carlos Cunha, pede uma segunda intervenção.-----

--- CINQUENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Senhor Presidente da Mesa muito obrigado. Minhas Senhoras e meus Senhores. Há bocado, aquando da apresentação que fiz sobre o orçamento, queria retificar aqui um ponto, que por lapso depois não mencionei no final da minha intervenção. É que transpareceu há bocado e o que ficou é que nós votávamos favoravelmente, onde o que eu queria aqui dizer é que concordamos na generalidade com o orçamento, no entanto a nossa votação será de abstenção.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado Pedro Osório pode intervir. Segunda intervenção e última neste ponto.-----

--- CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO OSÓRIO DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD): Senhor Presidente, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Executivo, Caros Deputados. Queria começar aqui pelo colega do Partido CDS/PP e queria-lhe dizer que todos nós já sabíamos o seu sentido de voto. Ele já foi expresso durante a manhã na Internet, mas agradecemos que o tenha vindo aqui reforçar. Não é qualquer tipo de comentário menos correto, mas é para lhe dizer que desde de manhã que sabemos o sentido de voto da sua bancada. Em relação ao colega que antecedeu, eu peço desculpa, sou novo e não conheço as caras todas. Queria-lhe dar os parabéns. Foi o único Deputado do Partido Socialista, do Bloco e da CDU que apresentou uma medida concreta para acrescentar ao Viseu Primeiro. Por isso está de parabéns. Até agora, foram discursos muito redondos, foram discursos muito bonitos, mas sem qualquer tipo de proposta. O interesse que o Senhor Presidente e o Executivo tinham ao trazê-la a esta Casa, era que acrescentássemos propostas. Vou reforçar ainda mais, esta proposta está na Internet há sensivelmente trinta dias. Portanto, ninguém está desculpado para dizer que não conheço a estratégia. Portanto, hoje poderíamos todos ter trazido aqui propostas. Eu não trago porque me identifico com ela. Identifico-me com ela e aqui posso dizer, que nunca se fez em Viseu um trabalho de preparação de um programa como foi feito na candidatura do Dr. Almeida Henriques. Com a sociedade civil, com dezenas de fóruns, com centenas de pessoas. O Dr. Almeida Henriques não tem culpa que a sociedade civil se tenha aproximado dele na campanha. Portanto, foi eleito Presidente de Câmara e não pode agora afastar essas pessoas. Quando um programa de candidatura que é sufragado pelos

Viseenses de uma forma clara, de uma forma inequívoca, não pode ser alterado depois. Isso era atrair os eleitores para um programa de governo municipal. Queria acrescentar ainda que há aqui nesta Casa uma dualidade de critérios. Os Senhores Vereadores do Partido Socialista, votaram a favor do Programa e do Orçamento da Câmara Municipal de Viseu. Não é verdade?-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não entrassem em diálogo.

- O Senhor Deputado Pedro Osório dos Santos Ferreira prossegue dizendo: Então, vou retificar a minha intervenção. Não apresentaram qualquer reparo, ou qualquer proposta, tirando algumas coisas virtuais, mas nada de concreto nem nada de profundo relativamente à Estratégia Viseu Primeiro. Portanto, alguma coisa se passou. Ou não houve tempo de ler o documento, ou há aqui uma dualidade de interpretação do próprio documento. Para terminar, queria só dizer o seguinte: Eu gostaria de fazer um exercício de futurologia que era. Gostaria de estar aqui sem o Executivo ter apresentado este documento. Gostaria de ouvir os Senhores Deputados a dizer o contrário, que era uma tristeza a Câmara não ter um rumo nem uma estratégia definida para o mandato que se aproxima. Portanto, costuma-se dizer na nossa terra “é preso por ter cão e preso por não ter”. Obrigado.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Não havendo mais nenhuma inscrição, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados. Peço desculpa, à Doutora Cristina. É a segunda intervenção.-----

---- CINQUENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS): Eu só venho aqui efetivamente reconhecer que depois desta Sessão que está a ser de alguma forma alongada, reconhecer que por vezes podemos ter alguns momentos de cansaço e não conseguir ouvir e não escutar algumas propostas que aqui foram apresentadas e daí, efetivamente recusar de facto a observação que foi feita, que não teriam surgido algumas propostas no sentido da análise deste documento estratégico. Particularmente, eu viria aqui recordar, permita-me Senhor Deputado que recorde, que efetivamente uma das propostas que por exemplo eu fiz, na dimensão família, é que para além das questões do voluntariado, nas questões específicas que assim exijam e de acordo com os diagnósticos que efetivamente venham a ser feitos, de facto sejam equacionados programas de capacitação de “empowerment” de formação especializada e de acompanhamento de equipas técnicas especializadas que efetivamente possam fazer um acompanhamento sério e sistemático às famílias que de facto são indicadas como unidades centrais de apoio aos idosos e às crianças com deficiência. Com licença.-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Senhora Deputada Lúcia tem a palavra.-----

--- CINQUENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Renovo os cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente Senhores Vereadores, Caros Deputados, Público em geral. Eu compactuo e partilho da ideia que foi agora aqui trazida pela Deputada Cristina Fonseca. Certamente, só pode ser fruto do cansaço o facto de não se ouvir as propostas que os Deputados, neste caso do Partido Socialista apresentam. Foi bem notória a proposta que eu própria apresentei relativamente à candidatura do Município, aliás, proposta essa que já tinha sido anteriormente apresentada pelos Vereadores e como foi recusada, nós próprios a quisemos aqui reiterar nesta Assembleia Municipal, para que Viseu se candidate à Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas. Portanto, isto porquê? Porque está no nosso conceito e também entendemos no conceito do partido do atual Executivo a criação de condições para que as pessoas envelheçam com qualidade de vida. Portanto, não podemos dizer que não há propostas. Há propostas. Agora, nós só ouvimos aquilo que realmente queremos ouvir. É pena! É pena!-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Não há mais nenhuma intervenção. Então, dava a palavra ao Senhor Presidente da

Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

--- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, saúde de novo as Senhoras e Senhores Deputados. Neste início de intervenção e depois de ouvir as onze intervenções, mais algumas réplicas que ocorreram durante este ponto, queria antes de mais dizer aos senhores Deputados que adotámos como lema da nossa ação, o lema do nosso Aquilino Ribeiro “Alcança quem não cansa”. Portanto, se os Senhores estiverem cansados, estejam descansados, nós estaremos aqui seguramente para colocar este programa que foi sufragado pelos eleitores de Viseu todo no terreno. Quero dizer também às Senhoras e aos Senhores Deputados que, a campanha eleitoral já acabou. Há dois meses que tomou posse um novo Executivo com esta composição, está a trabalhar de uma forma intensa e portanto, questões menores como algumas que foram tratadas na campanha eleitoral, nós vamos fazer ouvidos mocos, porque efetivamente estaremos aqui essencialmente para no fundo ouvir aquilo que seja positivo para o desenvolvimento do nosso concelho. Tudo aquilo que seja *fait divers* seguramente que não. Em relação ao Orçamento, queria dizer o seguinte: Queria saudar e foi pena que o Senhor Deputado do CDS não tivesse dado a oportunidade de o saudar pela posição do seu Partido e que venha ali corrigir a sua posição. Mas queria globalmente referir o facto de que as diferentes intervenções que aqui tiveram lugar, globalmente não põem em causa as opções, antes pelo contrário. As várias intervenções, mesmo aquelas que puseram em causa um ou outro aspeto das opções de um orçamento, foram globalmente positivas e isso obviamente que me satisfaz a mim e ao Executivo neste início de mandato. Aliás, já tinha sido um pouco do que tinha acontecido na reunião do Executivo. Quer os Deputados do PS, quer o Deputado do CDS/PP, globalmente não manifestaram nenhuma oposição de fundo em relação ao orçamento. Normalmente quando nós fazemos um orçamento, tomáramos nós termos mais receita. O orçamento que nós temos, desde logo e aproveitarei para me socorrer de alguns gráficos, parte desde logo de uma realidade que esta. É que nós na previsão das receitas de impostos diretos, temos logo aqui três milhões de euros a menos de transferências e se olharmos também e para responder ao Senhor Deputado que representou o PS logo na primeira discussão, nós temos aqui, em termos de receita de capital, menos cinco milhões de euros, que são o resultado direto, sobretudo, da questão dos fundos comunitários. O Executivo podia chegar aqui e apresentar um orçamento empolado em algumas dezenas de milhões de euros e dizer assim, a expectativa que temos para esta opção é o que resultará dos fundos comunitários. Do nosso ponto de vista isto não seria transparente, nem seria correto do ponto de vista do rigor que queremos colocar na gestão orçamental. Se tivermos que vir cá em meados do ano trazer um orçamento retificativo, porque nessa altura já está clarificado aquilo que serão os apoios comunitários, fá-lo-emos com gosto, com a mesma transparência com que hoje apresentamos aqui estas opções. Mas, já agora Senhor Deputado António Amaro, eu esperava até pela formação que tem e pelo conhecimento, que viesse aqui enfatizar um aspeto que é muito relevante. Repare uma coisa! Sempre ouvi dizer, eu não sou economista, mas fiz a minha vida toda nesta área, que, sempre que nós conseguimos transferir receitas correntes para despesas de capital estamos perante um orçamento que cumpre os objetivos. Ora, o Senhor esqueceu-se de enfatizar uma coisa, é que se nós compararmos dois mil e dez, dois mil e doze e dois mil e catorze, para dar aqui saltos de dois anos, verificamos que em dois mil e catorze, há uma transferência de dez milhões de euros de receita corrente para despesas de capital. O que significa que esta é uma gestão rigorosa. Estamos efetivamente a poupar onde temos que poupar, para podermos aplicar mais em despesas de capital. Já agora Senhor Deputado, nós temos que aprovar e falar sobre este orçamento para dois mil e catorze, não estamos a falar do ano de dois mil e quatro e o Senhor Deputado, saberá tão bem ou melhor do que eu, que nos dias que correm cada vez mais a evolução dos orçamentos municipais, vai ser uma evolução no sentido de o peso das despesas correntes ser bastante superior às despesas de capital, por

razões óbvias. Porque de facto, muitas infraestruturas foram feitas e se chegar aqui ao orçamento verifica, aliás, foi uma das questões que foi levantada pelos Vereadores da oposição na reunião em que debatemos o orçamento que, a aquisição de bens e serviços tem um acréscimo significativo, catorze por cento (14%) que deriva de quê? Deriva da manutenção de edifícios e infraestruturas que foram criadas, a Rede de Museus e outras infraestruturas, que custam luz, custam água, custam pessoas, etc. etc. Portanto, é perfeitamente natural que essa crítica a venha a fazer nos próximos anos, porque nós passámos da fase da infraestruturização que felizmente foi bem-feita do ponto de vista do nosso Concelho, hoje orgulhamo-nos da nossa infraestruturização, que nos permite também hoje poder ambicionar catapultarmo-nos para outro tipo de atividades. Portanto, isso significa também que essa crítica vai fazê-la ao longo do mandato todo. Porque em bom rigor o peso das despesas de capital vai ter tendência para diminuir do ponto de vista dos subsídios nos orçamentos, mesmo com o apoio dos fundos comunitários. Porque uma forte fatia dos fundos comunitários que aí virão, dessa matéria sei eu, conheço bem e em profundidade, até vão ser para situações que não são investimentos de capital. Portanto, a partir daí obviamente que não serão refletidos também do ponto de vista do orçamento. Por outro lado Senhores Deputados, olhemos para este gráfico que nos diz basicamente a repartição do nosso... eu tenho aqui uma folha um bocadinho maior e talvez todos consigam ver. Eu acho, que este gráfico é muito elucidativo das opções deste orçamento e ao mesmo tempo da justeza do mesmo. Se de facto o Executivo não estivesse preocupado com as questões do ambiente e da qualidade de vida não alocava vinte e sete por cento (27%) das suas GOP ao ambiente e qualidade de vida. Dir-me-á? É muito influenciado por uma obra de fundo que está a ser feita! Ainda bem que é influenciado por essa obra de fundo que está a ser feita. Será seguramente uma obra que garantirá a Viseu, não só ter hoje o selo de excelência na água, como poder vir a ter também um selo de excelência no capítulo do tratamento das águas residuais. Isso é positivo. Portanto, ainda bem que ele está influenciado e que são vinte e sete por cento (27%). Agora, se olharmos depois também para o desenvolvimento económico e energia, é a primeira vez que há um orçamento na Câmara Municipal de Viseu com um peso de catorze por cento (14%) neste setor, o que significa bem o enfoque que estamos a colocar do ponto de vista da captação do investimento, do ponto de vista da melhoria de algumas infraestruturas designadamente de acolhimento empresarial e todo o trabalho que estamos a fazer e espera-se que seja bem-sucedido de podermos trazer mais riqueza para o nosso concelho, para já não falar da Educação, com dezoito por cento (18%) e que agora, por maioria de razão passa a estar correto este número. Acabei de ter a informação do Senhor Vice-presidente que tivemos a aprovação da candidatura do Viseu Estrela, hoje comunicada pelo PO do Centro. O que significa que é, uma estrutura que estaria prevista mas que não estava refletida na apresentação mas que neste momento, já temos a garantia de que o Viseu Estrela, vai ser participado por fundos comunitários através do Programa Mais Centro. Infelizmente ainda não temos a informação sobre a candidatura que apresentámos em relação à Escola da Ribeira mas espero ainda tê-lo, até porque estamos a entrar numa fase em que um Município como o nosso, bem gerido e com contas limpas, traz vantagens. Porquê? Porque nesta fase final do *Fase in out* dos fundos comunitários, poderá ainda dar oportunidade ao Executivo que tem trabalho feito, de colocar algumas obras que possam ainda vir a ser participadas ainda dentro deste quadro comunitário de apoio. A Senhora Deputada, esteja descansada, se houver possibilidade de o enquadrar, para mim também é uma das primeiras prioridades, da mesma maneira que é prioridade a Escola Grão Vasco, mas aí, enfim, aí é uma infraestrutura da responsabilidade do Poder Central, para a qual, já manifestei também disponibilidade de o Executivo Camarário para um protocolo que pudesse efetivamente resolver essa questão. Por outro lado, também gostava de desmistificar aqui, algo que podia ter ficado um pouco no ar. A questão das Juntas de Freguesia. É que, este será seguramente o orçamento que mais

beneficiará as Freguesias, fazendo jus exatamente aquilo que prometemos na campanha eleitoral. Eu tenho que me basear naquilo que, até vinte e sete do doze, nós tínhamos de investimento efetuado nas Freguesias, dois vírgula cinco milhões de euros e só o que está orçamentado, estamos a falar em dois vírgula sete milhões, é isso que está orçamentado e convém referir aqui que ainda hoje iremos aprovar, assim o espero, nesta Assembleia Municipal, a aplicação prática da Lei 75/2013, que nos vai permitir fazer aquilo que temos vindo a discutir com cada um dos Senhores Presidentes de Junta, independentemente dos partidos por que foram eleitos. Para mim, não me interessa os partidos dos Senhores Presidentes de Junta, interessa-me é a lógica de proximidade e o trabalho de proximidade que efetivamente possa ser feito em cada uma das Freguesias. Hoje, com a aprovação de uma proposta que trazemos aqui, exatamente que nos permitirá contratualizar com as freguesias, aquilo que são competências que derivam da Lei 75/2013, vai-nos permitir a seguir os planos de desenvolvimento local, no âmbito do Viseu Local que serão exatamente o nosso *tableau de bord* para os próximos quatro anos do ponto de vista do relacionamento com cada uma das freguesias. Portanto, quem quiser ver aqui menos transferência para as freguesias, é porque não está a ler de uma forma correta o orçamento, ou então, está propositadamente a querer dizer aquilo que o orçamento não contém. Depois, a questão do orçamento participativo. Enfim, entendam-se lá quem é o pai ou quem é a mãe, mas quem vai pagar a pensão de alimentos, será seguramente a Câmara Municipal de Viseu, porque em bom rigor, é esta Autarquia, é este Executivo que traz a proposta e portanto, a pensão de alimentos seguramente será da nossa responsabilidade e não dos autores. Não estou nada preocupado com paternidades. Assumi o orçamento participativo na campanha eleitoral com a convicção de que é um bom passo. Senhor Deputado Carlos Vieira, o que era estranho era que nós projetássemos para o ano de dois mil e quinze a aplicação do primeiro orçamento participativo. Os Senhores Deputados sabem que, nós tínhamos uma opção de duas. Ou apresentávamos este orçamento até ao final do ano conforme o estamos a fazer e foi esta a opção que fizemos, ou estão, tínhamos noventa dias para apresentar o próximo orçamento que é o que a Lei diz, depois da tomada de posse. Fizemos esta opção, mas no orçamento participativo entendemos que valeria a pena avançar com um projeto-piloto. Eu já o disse publicamente e assumi. Este primeiro orçamento de cinquenta mil euros participativo é no fundo a nossa experiência piloto para o orçamento participativo que iremos aplicar no ano de dois mil e quinze e que portanto, basicamente vai ser alocado ao Centro Histórico. Vamos abrir um período para a apresentação de ideias por parte dos cidadãos e vamos depois submetê-lo a votação. Sendo este um exemplo o que iremos colher deste ano, vai-nos ajudar a preparar de uma forma com tempo a participação direta no orçamento participativo do próximo ano, independentemente de paternidades. Não há ideias de direita nem ideias de esquerda. Há ideias que possam ir ao encontro de uma nova fase. Aquilo que eu lhes digo Senhores Deputados é o seguinte: É que, aquilo que nós assumimos no programa é para cumprir. Seguramente que esta questão do orçamento participativo, seja de esquerda ou seja de direita, é uma ideia que nós prometemos e que iremos seguramente cumprir. Também, o Senhor Deputado António Amaro, aliás, fez vários elogios à forma como o orçamento foi ... e eu agradeço todos esses elogios, mas pergunto-lhe o seguinte. Se o peso da ETAR é tão grande, não a devíamos fazer? É que já agora clarifique. Se efetivamente é tão grande, normalmente depreendi das suas palavras que nós não deveríamos fazer a ETAR. Devíamos se calhar desaproveitar os fundos comunitários que estão ali alocados. Olhe, garanto-lhe que eu nunca tomaria essa decisão porque acharia que era uma má decisão. Já agora, uma outra questão que procurou ser escarpelizada, que tem a ver com os resíduos sólidos urbanos e com a recolha do lixo. Eu não sei se os Senhores Deputados sabem, mas nós temos hoje em dia, um défice de cerca de um milhão de euros, em relação aquilo que cobramos dos nossos cidadãos e aquilo que pagamos da recolha, da boa recolha que felizmente temos e que é tão elogiada por tanta gente, mas convém também que os

cidadãos saibam que ao orçamento camarário, custa um milhão de euros entre aquilo que cobramos dos nossos concidadãos da taxa de recolha dos resíduos e aquilo que efetivamente pagamos quer ao Planalto Beirão quer através da recolha direta que o Município continua a manter com uma frota própria e assumindo aqui obviamente que este Executivo estando no início de funções, está a visitar os diferentes dossiers para fazer as suas próprias opções. A questão da recolha do lixo é seguramente um desses dossiers. Agora, o aumento da despesa, deriva de quê? Dos compromissos assumidos com o Plano Beirão que resultaram do último concurso. A questão do investimento das Freguesias também já me referi, e a questão das instalações desportivas, não é preciso ser nenhum... está lá tudo no orçamento e nas Grandes Opções do Plano. Obviamente que isto é fortemente influenciado pela questão do Pavilhão do Fontelo, que está ali refletido. Agora, em relação ao défice, estamos completamente em desacordo Senhor Deputado. Eu sei que o Partido Socialista tem por hábito ter o pensamento de que faça-se défice e depois logo se vê quem paga. Comigo à frente da Autarquia, pode ter a certeza que isso não acontecerá. Obviamente que há o chamado endividamento virtuoso, quando tivermos que nos endividar, como ainda recentemente fizemos, com um empréstimo de um virgula quatro milhões de euros junto do BEI para avançar com reabilitação do Centro Histórico, a taxas extremamente favoráveis, mas porque também fazemos a previsão do que serão as receitas dos próximos anos e olhamos para as finanças do Município e verificamos que vamos ter capacidade para honrar esses mesmos compromissos. Agora, comigo à frente do Município, esteja descansado que nunca assumirei um compromisso que não tenha a certeza de que o vou honrar do ponto de vista futuro. Não quero deixar seguramente nenhuma herança pesada para o futuro e aí há uma clara diferença de atuação entre nós e o Partido Socialista. Em relação à Reforma Fiscal, eu não sei se o Senhor Deputado tem noção de quanto é que significa a redução de um por cento (1%) no IRS. Significa um milhão de euros. Isto é, no fundo é um milhão de euros que se mantém nas famílias do ponto de vista da redução do IRS. Eu até gostava de poder dizer que na margem que o Município tem de reduzir em cinco por cento (5%). Se o Senhor Deputado me encontrar outras formas alternativas de financiamento do orçamento, eu reduzirei. Agora, quero-lhe dizer que de cada vez que baixamos um por cento (1%) reflete-se na receita em um milhão de euros. Portanto, para que isto fique bem claro, porque às vezes as pessoas julgam que isto é tudo muito fácil e que construir um orçamento e uma coisa assim tão fácil. Agora quando eu falei na reforma fiscal de futuro, eu estava sobretudo a referir-me a vários aspetos. Reparem, alguns instrumentos já existem, ainda há bocado o Senhor Deputado João Cotta falava, mas majorações e minorações do IMI no Centro Histórico. Já hoje é uma realidade. Nós podemos majorar, no fundo penalizar quem tem os edifícios degradados e beneficiar quem tem edifícios arrendados em devidas condições. Ainda há poucos dias e aprovada por unanimidade, levámos à reunião do Executivo a isenção por cinco anos de IMI de um imóvel que vai ser reabilitado no Centro Histórico. É uma prerrogativa que a Lei também nos permite. O que vamos fazer, é no fundo compilar estes vários apoios que podem ser colocados ao serviço dos cidadãos com uma convicção. Quando nós falamos no Centro Histórico, há uma certeza que temos, não vai ser o Município a fazer a reabilitação de todos os edifícios que necessitam de reabilitação no Centro Histórico. O Município irá fazer algum e dá sinais. Agora, seguramente que vamos procurar incentivar os próprios privados a fazerem as obras que têm a fazer e incentivar investidores a virem para Viseu, no sentido de efetivamente podermos reabilitar o nosso Centro Histórico. Agora, aquilo que iremos fazer, é olhar para a política fiscal do Município, manter o que está e melhorar aquilo que efetivamente achamos que devemos melhorar e olhar para os vários regulamentos existentes e procurar também que esses regulamentos também reflitam uma atitude diferente em relação aos próprios investidores. Depois, também foi aqui posta um bocadinho em causa em alguns momentos, se estas comissões são fogo-de-vista se o que é que são. Enfim, cada um faz as suas opções

do ponto de vista de gestão. A minha opção é aquilo que os Viseenses sufragaram e mais do que isso, quero-lhes dizer Senhores Deputados, é que há um terceiro partido que está presente aqui para o qual eu não deixarei de governar, são os votos brancos e os votos nulos. São o terceiro partido desta Assembleia Municipal. Estarei muito atento a esses cidadãos nestas diferentes formas de participação. Estes fóruns participativos também servem para dar voz a essas pessoas que nas últimas eleições optaram por não votar ou optaram por ir votar, votando em branco e votando nulo. Temos que estar muito atentos a essas pessoas. Eu já o disse mais do que uma vez e seguramente que estaremos muito atentos a isso. Estes mecanismos do orçamento participativo, o facto de termos assumido o compromisso de que vamos apresentar um projeto, um conjunto de ideias para o Centro Histórico e que as vamos submeter a debate público, é em tudo uma nova forma de estar, um novo ciclo que efetivamente tem em atenção e quer ouvir os cidadãos. Portanto, estejam descansados, aliás, dizia o Senhor Deputado Pedro Baila Antunes “entusiasmo iniciático”, não sei o que é que é isso. O que eu lhe posso dizer Senhor Deputado, é que eu trabalho desde os catorze anos e tudo o que fiz até hoje na vida, foi conquistado a pulso. Estou habituado a trabalhar, aliás, já o afirmei, aquilo que mais gosto de fazer é trabalhar. Portanto, a minha equipa felizmente toda ela comunga dos mesmos valores e portanto, o Senhor Deputado, pode ser uma pessoa que se entusiasme no início e depois deixe de ter entusiasmo. Posso-lhe dizer que terei o mesmo entusiasmo no primeiro dia quando tomei posse, até ao último dia quando sair da Câmara. Não sou pessoa de entusiasmos fáceis, quando me encanto, encanto-me à sério e é para a vida. Aliás, a prová-lo está o meu casamento já com vinte e dois anos, que prova bem que quando me entusiasmei, foi pela vida fora. Portanto, respondendo também ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes, eu também sei que o Senhor Deputado faz parte daquele grupinho dos chamados, do quartinho escuro, dos que não se conformaram muito com os resultados eleitorais. Aliás, aquilo que aqui disse eu já tinha lido algures. Portanto, já estava à espera que o Senhor Deputado em vez de assumir aqui uma atitude pedagógica e até de algum elogio porque não lhe ficava mal. Sabe que não fica mal dizer bem. Eu quando concordo com alguma coisa nem que venha da oposição, digo que concordo, não tenho problema nenhum em assumir isso. Sabe o que é que isso significa? É que temos bem consciência dos valores que temos na vida e dos caminhos que queremos seguir. Quando as pessoas têm alguma dificuldade em assumir que alguém fez alguma coisa bem, algo está mal Senhor Deputado. Aconselho-o a rever essas questões. Já agora, eu também sei, que se fossem os textos que estavam no programa eleitoral do PS, o Senhor diria maravilhas. Mas enfim, provavelmente, só aquilo que o Senhor faz é que está bem feito. Enfim, eu tenho o condão, com a humildade que cultivo na vida de também reconhecer méritos aquilo que os outros fazem e eu gostava de ter ouvido isso. Por outro lado, egocêntrico, é coisa que eu não sou. Portanto, Senhor Deputado tire o cavaleiro da chuva porque se há pessoa habituada e que sempre trabalhou em rede, fui eu em toda a minha vida e orgulha-me muito passar pelas várias estruturas por onde passei e verificar que as pessoas que trabalharam comigo, gostaram de o fazer porque sempre soube trabalhar em grupo. Portanto, egocêntrico, seguramente que não sou. Passando a outros pontos, a questão do Bairro Municipal levantada pelo Senhor Deputado Carlos Vieira e que também terei muito gosto em responder a essa questão que aliás, me é muito cara. Sabe, é que para além da avaliação que faço do Bairro Municipal, que acho que é uma pérola, do ponto de vista arquitetónico do nosso Concelho, o meu avô viveu no Bairro Municipal. Eu almocei muitas vezes na casa do meu avô e dormi lá algumas vezes. Também sou da opinião e por isso uma das primeiras coisas que fiz quando cheguei à Câmara, foi exatamente solicitar que fosse elaborado um projeto de reabilitação de tudo aquilo que ainda está edificado e posso-lhe dizer que o Bairro Municipal irá voltar ao seu estado original. Obviamente que o que está a ser construído será concluído, aí já não há nada a fazer, mas posso-lhe dizer que em relação ao Bairro Municipal, ele vai ter até mais do que um destino. Provavelmente não

deixaremos de realojar as oitenta famílias que lá estão, mas procuraremos dar-lhe outros destinos até porque o Bairro Municipal, é um espaço, é mais um fator de identidade e de diferenciação da própria cidade, mantendo até aquela característica um pouco urbana mas ao mesmo tempo rural. Isto é, esteja descansado que eu não vou abrir mais vias de acesso ao parque, antes pelo contrário, até ambiciono que quando a cadeia sair daquele lugar, espero que isso seja algo que ocorra num dos meus mandatos, que a própria cadeia possa ser alocada à vertente do próprio Bairro Municipal que pode acolher famílias com menos posses, mas também pode acolher artistas, também pode ser um espaço onde nós possamos ter pessoas de diferentes origens. Portanto, para lhe dizer que assumi esse compromisso e honrarei esse compromisso, aliás já está neste momento a ser tratado. Em relação à questão da Aguieira. Eu outro dia, também ouvi aquela peça na TSF e se há coisa que eu não gosto, é da falta de honestidade intelectual. Eu acho que as pessoas quando afirmam uma coisa, deviam antes de exercerem o contraditório deviam procurar saber porque é que as coisas acontecem e talvez perguntarem à pessoa que estava a falar na TSF se o seu senhorio requisitou água para a casa. Talvez se lhe tivesse colocado essa questão, talvez obtivesse uma resposta. Porque isto de empurrar tudo para a Câmara, é sempre tudo responsabilidade da Câmara e então os donos dos prédios, não têm responsabilidades? E os inquilinos também não têm responsabilidades? É sempre muito mais fácil porque faz título não é? Casas no centro de Viseu que ainda não têm água ao domicílio e não sei o quê. Obviamente que isto enche logo páginas e chama logo à atenção. Embora nós, desses jornalistas, de alguns desses jornalistas, já estamos habituados de que não sejam honestos do ponto de vista intelectual e procurem explorar o negativo, que só afeta a imagem da cidade Senhor Deputado. É que cada vez que uma notícia dessa, que nem é verídica aparece numa primeira página de um jornal ou a abrir noticiários na TSF ou nos Telejornais, é a própria imagem do concelho que está em causa. Porque se está a dar imagem negativa de uma coisa que não é negativa. Portanto, sugiro que, quando ouvir notícias dessas, tenha o cuidado também de exercer o contraditório. Em relação a questões concretas. Eu também já disse que criámos dentro da Autarquia um espaço onde os próprios cidadãos podem chamar à atenção. O concelho é grande, admito que possa existir enfim, locais onde a iluminação está deficiente. Enfim, os Senhores Presidentes de Junta em cada uma das Freguesias fazem esse trabalho diário e enviam para o Gabinete das Freguesias, muitas informações diárias que nos permitem atuar. Mas os cidadãos também o poderão fazer e serão sempre bem-vindos nessa perspetiva. Em relação à reabilitação do Centro Histórico, também falou sobre isso, já lhe respondi, a reabilitação do Centro Histórico e toda a sua dinâmica, já à bocado o disse, será um trabalho de todos. Isto é, todos temos que participar nisto. Não é possível, nós identificámos cento e quarenta edifícios que necessitarão de ser reabilitados, preparados enfim, é um trabalho que seguramente nenhuma Autarquia o tomaria a seu cargo fazê-lo sozinho. O Senhor Presidente da União das Freguesias de Viseu, o Senhor Deputado Diamantino Santos, também falou sobre a questão do Centro Histórico, mas eu queria também enfatizar aqui o seguinte: Eu falo do Centro Histórico, mas sobretudo numa perspetiva da coesão territorial, porque a filosofia que nós pretendemos seguir no Centro Histórico, não será diferente da que queremos seguir também nas Freguesias. Nós queremos estimular as pessoas a viverem nas Freguesias e designadamente nas Freguesias Rurais. Estimular as pessoas a reabilitarem o edificado que existe nas próprias Freguesias, porque se nós somos contra as assimetrias do país, também temos que combater as próprias assimetrias que temos dentro do concelho. Portanto, por isso é que eu chamei a este ponto, a vertente da coesão territorial em que está o Centro Histórico mas que está também esta preocupação com a reabilitação nas próprias Freguesias. Falei também já há bocadinho, nas questões fiscais do próprio património reabilitado, porque dentro da área da reabilitação urbana, nós temos designadamente o IVA reduzido para obras que sejam feitas dentro deste período e também sobre esse aspeto, estamos neste momento a reformular aquilo que

poderá ser a futura área de reabilitação urbana, no sentido de a alargar para que possa haver outras zonas da cidade que também possam ser acolhidas dentro destes princípios e dentro destas dinâmicas. A Senhora Deputada Filomena Pires falou sobre as várias escolas, portanto, no Pavilhão do Fontelo, foi também uma situação pendente que encontrámos no Executivo, está neste momento já ultrapassada enfim, a questão do projeto elétrico, era disso que estávamos a falar e portanto, contamos a muito curto prazo reatar as obras com a empresa, até porque é também uma candidatura apoiada por fundos comunitários e não podemos desperdiçá-los. Agora, de facto, em dois meses também não é possível resolver todos os assuntos que eventualmente pudessem estar pendentes. Em relação ao matadouro, é uma matéria que já teve da minha parte uma reunião com o Senhor Presidente da Associação dos Criadores de Gado, não será a Câmara seguramente que irá construir o matadouro. Mas, a Autarquia irá seguramente colaborar no encontrar uma solução para a construção do matadouro. Quando nós assumimos que a aposta nas Freguesias é por um lado uma aposta na sua infraestruturação e na manutenção da qualidade que as Freguesias assumiram, mas é sobretudo também uma aposta nas novas dinâmicas económicas sociais. Puxar em cada uma das Freguesias por aquilo que elas têm de melhor e a questão da produção pecuária, é uma delas. Nós temos algumas Freguesias do nosso Concelho que já tiveram uma forte vocação pecuária esperemos que a venham a reganhar no futuro através da dinâmica económica que pretendemos colocar ao seu serviço. Em relação a questões ou problemas de obras que possam ocorrer. Obviamente que quando nós adjudicamos uma obra, a vontade que temos é que ela seja executada dentro do prazo e os serviços da Autarquia, o que lhe posso dizer, é que têm sido exemplares. Aquilo que tenho verificado no dia-a-dia é que, no acompanhamento que tem sido feito, sejam de obras diretas da Autarquia, sejam em contratos programa que são celebrados com as Juntas de Freguesia, os serviços têm feito um acompanhamento perfeitamente exemplar. Agora, há contingências, se me dizem, um argumento técnico que não podem já fazer a pavimentação de uma estrada porque é necessário compactar o terreno, para depois se fazer a pavimentação, não sou propriamente Engenheiro Civil nem quero ser, mas tenho que dar como certas estas informações que me são dadas pelos serviços. A questão do Estatuto da Oposição, não foi nada que nós não tivéssemos ponderado, agora convenhamos que, um mês basicamente que tivemos para preparar o orçamento e submetê-lo à votação!.. mas agora quero assumir com o Senhor Deputado um compromisso, é que o orçamento do próximo ano vai ser feito e vai ter um momento de auscultação dos Partidos que não estão representados dentro do Executivo Municipal. Essa é uma certeza que lhe darei, por que enfim, tenho o maior dos respeito pelas minorias e pelos direitos da oposição. Portanto, não deixarei de o fazer, até porque é normal que o faça. Em relação ao orçamento, já falei sobre ele em termos globais, posso dizer que já hoje a Autarquia e vem do Executivo anterior tem um protocolo com vários pavilhões utilizados por escolas que estão ao serviço de clubes. Estou-me a lembrar por exemplo do Hóquei Clube, que está no Viriato e de outros e obviamente que temos agora o reforço do Pavilhão do Inatel, que vamos rebatizar. Também vos quero dizer que o Pavilhão do Inatel, vai ser rebatizado com outro nome que tenha mais a ver com a cidade até porque é um dos pavilhões que tem condições para transmissões televisivas e outras coisas e não faz muito sentido andar a projetar o nome do Inatel. Temos é que projetar o nome da nossa cidade e provavelmente vai chamar-se, Pavilhão de Viseu ou qualquer coisa muito próxima disso para que o nome esteja sempre presente. Em relação à Senhora Deputada Cristina Fonseca, o pilar social é um dos três pilares do nosso programa. Portanto, as coisas estão lá. Posso dizer-lhe que, em relação à Associação de Famílias Numerosas, estamos a trabalhar com eles, no sentido de podermos vir a apresentar um pacote de medidas para estimular famílias numerosas que não podem ser tratadas da mesma maneira que famílias mais pequenas e estamos muito preocupados com as questões quer dos idosos quer dos deficientes e dizer à Senhora Deputada que nas

Grandes Opções do Plano, os apoios a instituições estão lá previstos cento e doze mil euros e famílias e particulares, cento e vinte e oito mil euros. Enfim, pergunta, se calhar gostava de lá ter mais, mas é o possível e acho que mesmo assim é um bom esforço que a própria Autarquia está aqui a fazer. Agora garanto-lhe o seguinte, é que todo o nosso programa social, vai ser feito em articulação com o CLAS e com as várias instituições no terreno. Viseu, não precisa de mais instituições. Precisa de uma boa articulação entre as existentes e precisa também de especializações. Porque por exemplo, a questão do Alzheimer? Nós não temos uma instituição em Viseu especializada em Alzheimer, quando é um problema que está a crescer. Ora, é nossa obrigação estimular que dentro da rede social haja uma ou duas instituições que se venham a especializar. Dou-lhe outro exemplo. Cidadãos com deficiência, já não se enquadram dentro dos programas porque enfim, quando foram criados os sistemas de apoio para cidadãos com deficiência, a maior parte deles ainda eram pessoas jovens. Hoje já temos cidadãos com deficiências com necessidades, com quarenta, cinquenta e mais anos. Eu próprio, tenho um familiar nessas circunstâncias e que muitas vezes não encontram uma resposta na rede existente. Esse é o trabalho que efetivamente aqui o Senhor Vice-presidente tendo ficado com a área social, está a fazer com a rede para podermos encontrar as diferentes soluções. Agora, há coisas que dependem do Município, há outras que dependerão do Governo, seja ele qual for. O Município não se pode substituir ao Governo designadamente..., se me perguntarem, devemos ter uma política fiscal amiga de um cidadão que opte por ter a seu cargo o seu pai ou a sua mãe, até abdicar parcialmente de trabalhar durante uma parte do dia para fazer isso? Digo-lhe desde já que concordo com isso. Sou muito sensível a essa matéria e acho que se as pessoas envelhecerem dentro do seu espaço natural, são muito mais felizes do que serem pura e simplesmente tiradas do seu espaço natural e colocadas em “armazéns”. Felizmente que nós, no Concelho de Viseu, não temos muito isso, mas há, sobretudo nas cidades maiores, autênticos “armazéns” de pessoas idosas. Nós, felizmente, temos um conjunto de instituições muito humanas, conheço-as todas, já as visitei todas e acho que Viseu desse ponto de vista é exemplar do ponto de vista nacional. O Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, também veio falar da questão do orçamento participativo, já lhe falei, de quem é que vai fazer isso. Em relação, aos protocolos, não me coibindo de abordar esta matéria, só quero dizer ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho e a quem o levantou que estes protocolos foram aprovados em reunião camarária por unanimidade e que resultou de uma parceria feita entre a Autarquia e o Centro Distrital. Portanto, as pessoas que estão alocadas a esse protocolo, são pessoas que estão a prestar dentro deste protocolo alargado, serviços na Rede Municipal de Museus numa parceria entre a Câmara e o próprio Centro Distrital de Cultura. É isso que lhe posso dizer. Se me perguntar se vamos reavaliar? É também um *dossier* que estamos a visitar, aliás, esse assunto também já foi levantado numa reunião de Câmara e obviamente que estamos também a reavaliá-lo. Portanto, basicamente reafirmar neste debate sobre o orçamento mais uma vez, que ele é claramente um orçamento muito rigoroso, que tem em linha de conta os compromissos assumidos, obviamente que tem. Então nós íamos lá agora enjeitar compromissos assumidos por um legítimo e democrático Executivo que esteve em funções? Agora, ao mesmo tempo, só quem não quiser ver é que não vê. As prioridades que nós defendemos na campanha eleitoral, aliás, não é por acaso que pedi ao Senhor Presidente da Assembleia que nós debatêssemos em simultâneo, o orçamento e ao mesmo tempo o programa Viseu Primeiro. É porque estão interligados. O programa Viseu Primeiro está em consulta pública há um mês Senhor Deputado. Portanto, se não teve tempo de o analisar num mês, posso dizer-lhe que já houve muitos cidadãos que deram o seu contributo. Olhe, cidadãos anónimos, instituições...no dia em que fizemos um mês de mandato colocámos em consulta pública o documento e até agora temos tido pessoas que têm transmitido ao seus contributos. Agora, se as pessoas não quiserem dar o seu contributo, vão sempre argumentar que não o receberam em casa, ou porque não veio em

formato pdf, enfim, vão sempre encontrar todos os argumentos e mais alguns. Agora, que é uma fórmula inovadora, tem que o reconhecer. Até hoje, não conheço nenhum município no país que tivesse adotado um programa a quatro anos e só vem fazer jus aquilo que sempre foi o meu pensamento, aliás, até acho que o orçamento devia ser para quatro anos e depois deveria ter retificações ao longo do ano em função das variáveis, fazia mais sentido. Defendo isto para os municípios como defendo para o governo. Portanto, defendo a questão dos orçamentos plurianuais. Agora, esta é uma situação inovadora e que vem ao encontro daquilo que é a nossa filosofia, governar em rede, governar com os cidadãos. Enfim, eu sei que isto incomoda alguns dos Senhores Deputados. Incomoda porque achavam que isto não ia acontecer e agora estariam ali a dizer o que disse o Senhor Deputado Pedro Osório. O Senhor Presidente andou a prometer coisas na campanha eleitoral e agora está a fazer exatamente o contrário. Eu sei que era isso que os Senhores gostavam de dizer. Agora, quando dois meses depois o Presidente da Câmara e o seu Executivo, estão a fazer exatamente aquilo com o que se comprometeram na campanha eleitoral, eu sei que ficam numa situação delicada, porque não encontram matéria para poderem atirar pedras e portanto desse ponto de vista, Senhores Deputados, assumam o vosso estatuto de oposição, mas se tiverem que dizer bem digam-no, não se inibam. Olhem que o eleitorado vai reconhecer isso e seguramente que se tiverem uma postura construtiva as pessoas até vão valorizar a vossa ação. Agora, enquanto adotarem, como algumas pessoas adotam uma sistemática destruição como algumas pessoas adotam daquilo que se faz, isso aí, pode ter o efeito de ricochete e levarem com o embate em cima. Portanto, da minha parte, da parte do Executivo e da parte dos Senhores Presidentes de Junta com quem temos trabalhado em estreita ligação, estamos muito recetivos a tudo o que sejam contributos positivos. Se acharem que devemos cortar num lado, digo então aonde é que vamos buscar as alternativas, é assim que se constroem orçamentos. Agora, de bons discursos e juízos de princípio estamos todos fartos. Nós estamos aqui de uma forma pragmática para pôr no terreno aquilo que os cidadãos de Viseu quiseram escolher e este programa Viseu Primeiro, foram os cidadãos de Viseu que o escolheram. A nossa candidatura, teve mais votos sozinha do que todas as outras juntas, o que significa que, os cidadãos quiseram objetivamente dizer, são estes Senhores que queremos a governar o Município. Podem ter certeza de uma coisa, daremos o nosso melhor desde o primeiro ao último minuto. O que esperamos das oposições, é que também deem o vosso melhor e que sejam coerentes. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado Rafael Amaro, é para um pedido de esclarecimento rápido, porque já teve a segunda intervenção.-----

--- **SESSENTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** É muito rápido Senhor Presidente. Eu fiquei esclarecido no que diz respeito às questões que tinha colocado e portanto isso não punha em causa. Gostava até de esclarecer e penso que isso até abona, que quando eu falei num desequilíbrio acentuado que se estava a registar entre os Serviços Municipalizados e o orçamento da Câmara, mais até do que uma crítica, porque seria até injusto estar a fazer uma crítica a alguém que faz um orçamento com dois meses e portanto, tem como diz, tem que se ter em conta o contexto em que ele foi feito. Portanto, seria injusto estar a fazê-lo. Não é tanto uma crítica, é a meu ver e o Senhor Presidente entenda como quiser, é um alerta para uma tendência, que é uma tendência desequilibradora e que se acentuou do ano passado para este ano. Eu peço imenso desculpa mas eu não estou a dar nenhum esclarecimento, eu estou a responder a questões que me foram colocadas...

***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** Senhor Deputado, mas tem a figura que é do esclarecimento.

O Senhor Deputado António Amaro prossegue dizendo: O Senhor Presidente é que sabe. Se quiser eu calo-me já, não há problema nenhum. Se o Senhor Presidente quiser fazer a vontade a alguns Deputados ou Presidentes da Junta eu posso calar-me.....

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Senhor Deputado, não é fazer a vontade, é estarmos numa perspetiva de entendimento. Senhor Deputado, agradecia que não houvesse diálogo.....

- O Senhor Deputado António Amaro retoma a palavra dizendo: Eu só queria dizer ao Senhor Presidente, que subi aqui para falar porque me deu autorização. Se tem algo a dizer é a quem me interrompeu de falar e portanto demoro mais tempo. Mas eu não queria tomar muito tempo. Eu queria até ir para já a uma questão que o Senhor Presidente não me respondeu, que foi à proposta que eu lhe fiz sobre a figura do Provedor, provavelmente por lapso, ou então não quis responder mas isso depois verá. Eu fiz essa proposta. Agora muito rapidamente até diria o seguinte: Acho que do ponto de vista político eu diria que e fazendo um comentário muito rápido, o Senhor Presidente falou sobre os votos brancos a mim também me preocupa isso e em qualquer democracia, eu penso que a discussão que fizemos aqui serena, calma e educada, penso que contribuiu para isso. Isso eu não tenho dúvida nenhuma, isso tanto da parte das Oposições como da parte do Executivo. Lamento apenas e tenho muita estima pelo Senhor Deputado João Cotta que se tivesse excedido aqui relativamente ao meu colega.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Já não estamos na fase de esclarecimento, ó Senhor Deputado, agora já.....

- O Senhor Deputado António Amaro retoma a palavra dizendo: Então passo só ao problema do défice e isso sim é apenas um esclarecimento. É um problema académico mas eu não vou agora estar aqui a discutir quem é que contribui para o défice. Eu até sou independente, não sou de partido nenhum, não tenho essa responsabilidade, mas eu acho que, quanto ao contribuir para o défice eu acho que, é melhor o PS, PSD e até o CDS, porém a mão na consciência e não atirmos culpas para ninguém porque se calhar vamos encontrar culpas muito repartidas. Quando eu digo que não sou favorável a um défice, como é evidente isto é uma discussão académica, mas também durante o Estado Novo era assim, não se era favorável e o desenvolvimento como sabemos foi o que foi. Portanto, o défice pode-se justificar quando houver razões para isso como é evidente. Quanto ao resto, eu não quero maçar as pessoas, a hora já vai avançada, gostaria apenas de saber a opinião do Senhor Presidente, muito diretamente sobre esta questão da figura do Provedor. Se não me respondeu porque lhe passou essa questão ou é porque não quer responder. Se não for assim, na próxima Assembleia Municipal apresentarei essa mesma proposta. Muito Obrigado.....

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: – Há mais alguma intervenção? Está bem, um Ponto de Ordem.....

--- SESSENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente, em muitos anos que levo desta Casa, é a primeira vez que venho aqui com um Ponto de Ordem à Mesa, porque a Mesa tem sido complacente, tem tido uma postura sempre correta, no exemplo do que estávamos habituados, mas nem sempre isso é bem interpretado pelas pessoas que vêm aqui. Parece que é direitos adquiridos e isto é inadmissível. O Senhor Deputado António Amaro por quem tenho grande estima e amizade pessoal, não é nada disso que está em causa, eu cronometrei, ultrapassou só neste ponto da ordem de trabalhos, mais de trinta e cinco minutos, quando o que está regimentado são dez minutos. Mais de trinta e cinco minutos e é fácil para quem tiver dúvidas porque há gravações. Eu muito por alto estive a fazer as contas.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Já agora Senhor Deputado, qual é o ponto de ordem?.....

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio prossegue dizendo: O Ponto de Ordem à Mesa é

que, se todos os Deputados tivessem utilizado, porque têm igual direitos, os trinta e cinco minutos que foram usados neste ponto de ordem, eram vinte e cinco horas. Isto não pode acontecer.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Só queria dizer duas situações. A Mesa contabilizou a intervenção do Deputado Rafael Amaro, não são esses trinta e cinco minutos, mas isso não desculpa a situação. A Mesa também está um pouco neste espírito natalício e a falta do Regimento, como estamos a elaborar o futuro Regimento, esperemos que o futuro Regimento dê resposta a todas as nossas preocupações Regimentais que temos tido. Por isso, dentro de um espírito natalício, de tolerância e compreensão, esperamos também a tolerância e a compreensão de todos. Obrigado. Tem a palavra o Doutor Ribeiro de Carvalho.-----

--- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Eu peço desculpa mas o Senhor Presidente da Câmara não respondeu ao que eu perguntei. Eu perguntei concretamente se o protocolo era legal e o Senhor responde, que foi aprovado por unanimidade. Vai-me desculpar, não quero duvidar da sua palavra, mas esse protocolo, não necessitava sequer de ir à Sessão. Daquilo que eu sei terá sido estabelecido entre um Vereador e... Em segundo lugar, Vossa Excelência declara que esse protocolo, vai ser reavaliado e eu espero que o seja, mas que seja quando houver eleições, cujo Presidente prometeu que as faria prazo de um mês, prometeu em julho, estamos em dezembro e não as fez. Portanto, com a nova Direção do Centro Cultural Distrital e não com um Senhor que lá permanece há catorze anos, sem eleições, sem orçamentos, sem prestação de contas, numa completa ilegalidade. Portanto, estabelecer protocolos com esse Senhor, é completamente inútil. Senhor Presidente, por favor, se vai estabelecer protocolos, que não seja com esse Senhor, que seja com a nova Direção. Finalmente, o outro esclarecimento era dizer o seguinte: Percebi mal a intervenção de um Senhor Deputado cujo nome será Pedro Osório é isso? Quando diz que se Vossa Excelência, não cumprisse o seu programa, estava a defraudar o seu eleitorado. Então, mas se é assim, mas porque é que põem à discussão e aceitam contributos? Há aí alguma contradição que eu percebo mal. Ou seja, eu percebo que tenha que cumprir o seu programa, percebo que tenha que auscultar, o que não posso aceitar é que se entenda que, havendo algumas opiniões legítimas e democráticas sobre determinados conteúdos, efetivamente que é um plano que é de louvar, não tenho a menor dúvida, porque não estamos habituados a que isso suceda. Agora, como é evidente, não há planos perfeitos. Portanto, sujeição às críticas, é democrático, é muito interessante e principalmente nesta época natalícia era bom para todos. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço ao Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

--- **SESSENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Vou ser mesmo muito rápido e só voltei aqui porque o Deputado Rafael Amaro, insistiu na questão do Provedor e eu também como fiquei com essa ideia na retina, gostava de saber se uma proposta da criação de um Provedor, era suficiente para que aprovasse este orçamento uma vez que se vai abster? Se a razão de fundo do orçamento é a existência ou não de um Provedor e que tudo o resto está bem. Se vai abster-se só por causa disso. Porque o que aqui foi dito, é que está tudo muito bem, tudo muito bem explicado, um orçamento muito bem arrumadinho e de repente, grande problema do orçamento e da proposta da Câmara, a falta de um Provedor Municipal e que pelos vistos também, uns têm e outros não têm. Depois, do que ouvi aqui, as conclusões foram estas, a falta de um Provedor e a necessidade de uma autoestrada portajada. Estas foram as grandes propostas que o Partido Socialista trouxe aqui hoje a esta Assembleia. Não trouxe rigorosamente mais nada, porque tudo o resto, todas as

propostas que aqui vieram, sejam elas do âmbito estratégico ou não, estão todas elas vertidas no plano estratégico que foi apresentado e defendido pela Câmara Municipal de Viseu. Mais, o problema aqui do Deputado João Cotta, certamente que foi a Coca-Cola João, porque se tivesse sido Pepsi, não havia problema nenhum.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado Alberto Ascensão, é para esclarecimento? Pediu a palavra para um esclarecimento? Um protesto.-----

--- **SESSENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Peço a todos os Membros desta Assembleia que me dispensem dos cumprimentos. Eu rapidamente apresentarei um protesto porque não posso de forma nenhuma concordar com o que acaba de dizer o Deputado Pedro Alves, porquanto esteve desatento, mais uma desatenção de alguém que não percebe ou não quer ouvir aquilo que se diz. De facto o que Deputado António Amaro aqui disse, refere-se não ao Orçamento nem ao Plano de Atividades, mas refere-se ao projeto Viseu Primeiro 2013-2017. É no âmbito disso que ele dá o contributo, os tais contributos que ao que me parece, só vieram da bancada do Partido Socialista e continuamos a ignorar que isso aconteceu. Eu quero protestar, porque de facto, é um contributo que o Deputado António Amaro procura dar no âmbito daquele projeto Viseu Primeiro que está à discussão pública e que as pessoas só querem ouvir ou ler aquilo que querem ouvir ou ler. Não, nós temos opiniões próprias, foi isso que trouxe cá o Professor António Amaro e certamente que o Senhor Presidente da Câmara irá acolher ou não, mas isso é um problema dele. Muito Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Esgotado o debate sobre o Ponto Dois, coloca-se o mesmo à votação. Concretamente a PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO 2014. Por filas. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com trinta e sete (37) votos a favor, Um (1) voto contra e onze (11) Abstenções.*-----

Passávamos agora ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS INTERCALAR A 22 DE OUTUBRO DE 2013 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU.-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **SESSENTA E CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Não tenho muito a dizer neste ponto. Decorre de um imperativo legal. Portanto, os Serviços Municipalizados pelo facto de terem mudado de Administração nos seus três elementos e atualmente sendo eu o Presidente do Conselho de Administração, o Senhor Vice-presidente um dos Administradores e também o Senhor Vereador João Paulo Gouveia, obrigou a que houvesse um encerramento de contas à data da tomada de posse deste Executivo. Portanto, trata-se de um Relatório de Contas Intercalar a 22 de outubro, que no fundo fecha o ciclo de responsabilidade do anterior Executivo. Portanto, limito-me aqui a apresentar o documento que os próprios serviços prepararam, que foram aprovados na Sessão de Câmara e colocá-lo aqui também à consideração das Senhoras e dos Senhores Deputados para efeitos de cumprimento do dispositivo da Lei e que permitirá depois submeter este documento ao Tribunal de Contas.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Colocava à discussão. Quem se quer escrever sobre este ponto? Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **SESSENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** O que aqui trago, são duas ou três questões que gostaríamos de colocar ao Senhor Presidente e ver esclarecidas se possível.-----

- Primeira questão - Sendo a água dos fontenários, pública, logo de todos os cidadãos e contribuintes, porque razão é que ela não tem estado sujeita a controle regular de qualidade? É visível, nomeadamente nas freguesias de Faíl e de Cepões, a degradação a

que chegou todo um conjunto de fontenários identitários da vida e da cultura desses espaços rurais, hoje abandonados. Que caminho preconiza o seu Executivo para estes marcos de uma vida comunitária, recheada de momentos de encontro e desencontro nas nossas aldeias, nas freguesias mais rurais mas também nas mais próximas do nosso belo rossio camarário? Em contacto com as populações que residem na Quinta dos Areais, tomámos conhecimento de que trinta casas se encontram ligadas a uma fossa que transborda dejetos, uma situação que se arrasta há vários anos. Queremos saber qual é a responsabilidade dos SMAS nesta situação e quando se prevê a sua resolução.-----

Queixa-se a população de que as formas de pagamento das faturas de consumo de água e saneamento básico, para consumidores que não queiram fazer uso do débito direto, são pouco diversificadas e nada eficientes. Trazemos aqui a sugestão de que o pagamento da faturação de consumo de água possa ser pago por referência multibanco que venha a ser disponibilizada uma vez que há uma fatura eletrónica prevista e que efetivamente essa referência multibanco, passe a constar da fatura eletrónica.-----

Ouvimos ainda a população no que respeita às taxas cobradas na ligação ao saneamento básico, consideradas muito elevadas. Queremos saber se, perseguindo o objetivo de generalizar o acesso das populações ao saneamento básico, pondera o seu executivo suavizar estas taxas.-----

Gostaríamos ainda de conhecer os valores relativos à população do Concelho que continua sem acesso ao saneamento básico e a distribuição de água potável ao domicílio. Os galardões que premeiam a cidade, nomeadamente no tocante à qualidade da nossa água, estendem-se a todo o Concelho? Não basta, Sr. Presidente, que se diga que Viseu é a melhor cidade para viver. Queremos ser o melhor concelho para se viver! E permita-me que, na qualidade de moradora do centro histórico, não compreenda a atribuição dos galardões quando sou frequentemente confrontada com o cheiro e a cor da água que corre nas torneiras de minha casa e que certamente não é uma situação exclusiva da minha casa.-----

Face ao relatório apresentado, uma questão não podemos deixar de colocar: que plano de ação justifica a redução do investimento para 2013 quando comparado com os valores relativos a 2012? Temos identificadas carências nas diferentes freguesias que não se compaginam com esta redução.-----

Para finalizar, solicitamos que nos seja dada a conhecer a fórmula a que obedece o cálculo do preço final da água para os consumidores. O procedimento que nos é dado a conhecer, em nosso entender, encontra-se à margem da lei, cobrando valores indevidos ao consumidor. Confrontados os SMAS com esta realidade fomos informados de que, em Agosto de 2013 a fórmula seria ajustada de modo a dar cumprimento ao estipulado na lei. Porém, analisados os recibos dos últimos meses, verificamos que a cobrança indevida se mantém. Isto é: os consumidores pagam toda a água gasta ao preço do escalão mais elevado, quando a contabilização deveria ser feita escalão a escalão. Sr. Presidente, trata-se de um bem essencial cada vez mais caro, que nem sempre tem a qualidade espetável. Teremos de admitir que a Câmara procura equilibrar as contas dos SMAS cobrando valores que não lhes são devidos? Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhora Deputada, eu não quis interromper, nós estávamos na apreciação e votação de Relatório e Contas. Penso que a apreciação faria algum sentido no ponto anterior. Era só.-----

Se não houver mais nenhuma intervenção, colocava-se à **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS INTERCALAR A 22 DE OUTUBRO DE 2013 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU.**-----Quem vota a favor? Por filas. Quem se abstém? Quem vota contra? *Foi aprovado com trinta e sete (37) votos a favor e duas (2) abstenções.*-----

Íamos passar ao Ponto Quatro, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA CELEBRAÇÃO E DENÚNCIA DE**

**CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA E FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS.**-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **SESSENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Já tinha sido referido no decurso deste debate que este ponto viria aqui. No fundo trata-se de aprovarmos uma autorização genérica que vai permitir que a Câmara inicie o processo negocial com as diferentes Juntas de Freguesia, para no quadro do chamado Planos de Desenvolvimento Local e no quadro daquilo que são as competências da Lei 75/2013, no fundo, consubstanciar isto. Obviamente que traremos depois a esta Assembleia os Planos de Desenvolvimento Local que derivarão dessa mesma negociação. Digamos que este é um primeiro passo que no fundo vai permitir operacionalizar a Lei 75/2013. Não querendo deixar também de dar um esclarecimento. O Senhores Presidentes de Junta todos sabem isso, já lhes foi comunicado que, independentemente desta aprovação que depois se vai consubstanciar na transferência destas competências e do respetivo orçamento, que não haverá nenhum hiato naquilo que são hoje os contratos já existentes. Obviamente que as escolas vão continuar a necessitar de reparações, as ruas vão precisar de continuar a ser limpas, os jardins têm que continuar a ser tratados, portanto, todas essas matérias independentemente disto. Agora, obviamente que sendo isto uma matéria que tem que ser aprovada primeiro pela Assembleia Municipal, a seguir, negociar com os Senhores Presidentes de Junta, e depois voltará outra vez à Assembleia Municipal, mas obviamente que este passo não podia deixar de ser dado e queria realçar aqui também, o aspeto até premonitório do Executivo Camarário em relação a estes Planos de Desenvolvimento Local que não derivam de nenhuma obrigatoriedade da Lei, mas que nos parecem ser caminhos que devemos trilhar, no sentido de definir também a quatro anos aquilo que será o grau de entendimento quer naquilo que são questões que derivam da aplicação da Lei, mas também sobre investimento e o aprofundamento de áreas específicas quer no domínio económico quer no domínio social que as próprias Freguesias tenham. Portanto, sobre essas matérias, já há vários trabalhos que têm vindo a ser feitos. Ainda há dias em Côta demos um bom passo nesse sentido e noutras Freguesias onde temos estado a aprofundar cada uma das matérias que resultarão também de uma nova forma de relação com as Freguesias que deriva da Lei, mas também de uma atitude de puxar pela vertente social e económica que não estava nas primeiras prioridades dos Senhores Presidentes de Junta e que passará agora a estar, fruto até dos momentos que vivemos e da infraestruturação que o concelho tem hoje que nos permite agora também focalizarmo-nos mais em desenvolver a Agricultura em algumas freguesias, desenvolver mais a pecuária noutras, puxar pela indústria noutras, puxar pelos serviços, pugnar até pelo regresso de algumas pessoas que estão fora que possam vir a desenvolver o seu trabalho nas suas freguesias, mesmo que sejam rurais, mas este, diria que é o primeiro passo para este trabalho que estamos a fazer com os Senhores Presidentes de Junta.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Perguntava se havia algumas intervenções? Deputado Luís Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados.-----

--- **SESSENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS LUÍS FILIPE MARTINS DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu e respetivos Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social. A atividade municipal deve desenvolver-se numa articulação constante entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, dando cumprimento ao que está legalmente previsto na Lei 75/2013, a Câmara Municipal está a dar provas de por um lado confiar nas Juntas de Freguesia e nos Executivos que as diversas comunidades livremente escolheram e demonstrar inteligência pois respeita o

princípio da subsidiariedade. É quem mais próximo está das necessidades e problemas que deve ser chamado a resolvê-los. A sua resolução torna-se mais rápida mais eficiente e mais económica. O Poder Local, nomeadamente as Juntas de Freguesia, são respeitadas e incentivadas no desempenho das suas funções, com ações concretas como esta nomeadamente a delegação de competências. As receitas próprias das Juntas de Freguesia, inviabilizariam ações de manutenção continuada, assim como a execução de obras de alguma monta e envergadura financeira de que estes espaços geográficos carecem. Deverão ser os Executivos das Freguesias em articulação com o Executivo Municipal a estabelecer as prioridades para os territórios, no conhecimento e assunção de que deve haver uma gestão rigorosa. Deve ser evitado o despesismo, obras de fachada, pois para além de desnecessárias, revelariam pouco respeito pelo grande esforço que as populações estão a fazer neste momento de restrições orçamentais. Esta delegação de competências que agora se discute e que se pretende aprovar, é para além do cumprimento do legalmente estabelecido, o culminar de uma promessa feita por este Executivo e que revela o respeito que há pelas Freguesias e a vontade demonstrada em se registar um desenvolvimento do concelho de forma integrada, harmoniosa e solidária, com grande incidência na concretização dos Planos de Desenvolvimento Local. Freguesias rurais e urbanas, só têm a ganhar com este mecanismo de delegação de competências e acordos de cooperação, tendo a certeza que o Executivo Municipal, pode contar com o empenho criativo e disponibilidade das Juntas de Freguesia no desenvolvimento dos territórios. Aceitamos novas competências desde que acompanhadas das respetivas dotações. Antes de terminar, boa notícia deu o Senhor Presidente a Ranhados. Desculpem particularizar mas de facto congratulamo-nos com a aprovação financeira, (pois a outra já estaria feita) da Escola Viseu Estrela. Foi também com base nisso que a lista que tive a honra de encabeçar se candidatou. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Deputado António Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Côtã.-----

--- **SESSENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA ANTÓNIO JESUS TAVARES DA FONSECA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social e Público em geral. Neste Ponto Quatro, celebração de contratos com as Juntas de Freguesia e formas de apoio às Freguesias achei pertinente, como representante da Freguesia de Côtã, confirmar e agradecer perante esta Assembleia a atividade camarária já levada a efeito na minha Freguesia. Côtã, foi notícia e desta vez pelos melhores motivos. Acolheu a vinte e um de novembro a primeira reunião aberta e descentralizada da Câmara Municipal. Também foi a primeira Freguesia a acolher o Cantar Natal a um de dezembro, com um presépio inovador, Côtã teve a oportunidade de pela primeira vez encher a Igreja Matriz para ouvir belíssimos Grupos. A onze de dezembro, Côtã foi palco para a assinatura por parte do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Doutor Almeida Henriques de um contrato de cedência de uma das salas da Escola Primária de Vila de um Santo que já estava fechada a cerca de dez anos. Foi aprovada na reunião de vinte e cinco de novembro para a atividade da Associação Caça e Pesca de Côtã. Este modelo da reunião camarária, que pode ser confirmado, todos os Vereadores assistiram e até participaram muitos Cotênses, entre eles as forças vivas da Freguesia, destacando-se os novos agricultores e o promotor do projeto dos Novos Povoadores. Projeto muito acarinhado pelo Doutor Almeida Henriques, por si iniciado enquanto Presidente desta Assembleia. É um projeto do Instituto Técnico de Lisboa, em parceria com a Associação Empresarial de Viseu, ADLAP, Instituto Politécnico de Viseu, Autarquia e Junta de Freguesia. É um projeto-piloto no concelho a que apelido de “Projeto dos Netos” isto é, os avós ficaram, os filhos saíram, portanto migraram para fora

ou dentro do país. Este projeto consiste em incentivar o regresso dos netos analisando oportunidades de negócio e de novas realidades através destes parceiros. Côtã, é efetivamente uma Freguesia que em anos atrás, na década de setenta, conheceu um fluxo de migração muito elevado. Agora, nós através deste projeto que temos acarinhado, estamos a tentar que os netos, os filhos de quem partiu e dos que ficaram cá, que regressem novamente, é para isso que estamos a trabalhar. Fico muito contente, que em conversa com um freguês neste fim-de-semana disse-me assim: “Côtã, agora já parece a Suíça”. Nós entramos em Côtã e já vemos lá muitas estufas, muita agricultura, coisas que não se viam até aqui. É com este projeto inovador que estamos a tentar fazer com que regressem os filhos de Côtã e estamos a consegui-lo. Se hoje fossem os Censos, de certeza que já tínhamos ultrapassado o número para conseguirmos a tão debatida manutenção da Freguesia. Hoje já não era preciso andarmos a angariar esses apoios, porque hoje já tínhamos um número suficiente para a manutenção. As Freguesias, não têm capacidade por si só porém em prática os programas de desenvolvimento económico-social sem apoio da Câmara através da delegação de competências nas Freguesias. Não será possível proporcionar e aumentar a qualidade de vida dos nossos fregueses sem o apoio camarário. Senhor Presidente da Câmara, as Freguesias esperam da Autarquia a que Vossa Excelência preside, a celebração de muitos contratos de colaboração para o seu desenvolvimento e apoio social. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

--- **SETENTA – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social, Senhoras e Senhores. Trata-se de uma proposta, esta que a Câmara nos traz, no início de cada mandato tem que acontecer por força da política que tem vindo a ser seguida pela Câmara Municipal de Viseu, no sentido de delegar nas Juntas de Freguesia algumas atribuições que são próprias da Câmara Municipal, o que como é óbvio saudamos, até porque sempre concordámos e concordamos com políticas de proximidade. Dizia até o antecessor do Senhor Presidente da Câmara e algumas vezes aqui concordei com ele, que o dinheiro nas mãos dos Presidentes de Junta, rende normalmente bastante mais do que nas mãos de outras entidades mais afastadas. Portanto, a tal política de execução de proximidade. Queria acima de tudo, acentuar aqui um pormenor da intervenção do Senhor Presidente da Câmara e que não consta da documentação que nos foi trazida, queria acentuar e saudar, até porque se trata de uma medida com a qual nos identificamos e eu particularmente me tenho batido para que isso aconteça na Câmara Municipal. Trata-se da transparência que o Senhor Presidente da Câmara aqui transmitiu que vai ter no processo de negociação ou no processo subsequente à negociação que vai ter com as Juntas de Freguesia, no sentido de o aqui trazer o resultado dessas negociações, como forma de dar transparência e legitimando a ação que os Presidentes de Junta por razões que lhe advêm da Lei desta delegação de competências podem vir a exercer. Não podemos deixar de saudar esta medida e ficamos a aguardar de facto que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos traga o resultado de isso tudo, porque é de facto um dos pormenores porque sempre nos batemos, pela transparência e para que cada Presidente de Junta possa saber aquilo com que conta e não só com o que conta, mas também poder fazer a comparação daquilo que conta comparativamente com as Freguesias que lhe são vizinhas e as demais do Concelho. Por outro lado, também gostava de deixar aqui, uma saudação ao Senhor Presidente da Junta de Ranhados Senhor Luís Filipe, porque de facto trouxe aqui uma intervenção que deixa no ar, exatamente aquilo que um Presidente da Junta deve desejar para a sua Freguesia e cada um dos Presidentes de Junta certamente assim quer também. Relativamente à estratégia que é aquilo que eu penso que a Câmara vai enfatizar neste mandato, na estratégia para as Juntas de Freguesia, penso que vai

acentuar a dinâmica económica e social como já aqui referiu, quer quando se discutiu o Orçamento e Plano de Atividades, quer agora quando apresentou este ponto da ordem de trabalhos. Gostaria também e apenas de passagem referir que ainda não estão ultrapassadas todas as outras questões de necessidades das Freguesias. Há ainda outras necessidades que se prendem com obras que não têm que ver com a economia nem com o âmbito social nas Freguesias, que certamente terá que não desprezar e ter em atenção para com elas na negociação que vai ter com as Juntas de Freguesia. De qualquer forma e mais uma vez, saudar a inovação, aqui sim, uma inovação relativamente à transparência que pelo menos eu assim entendi, decorrem daquilo que disse na apresentação deste ponto para discussão. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não temos mais ninguém que tenha pedido o uso da palavra? Senhora Deputada Filomena Pires-----

--- **SETENTA E UM - A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Uma questãozinha mesmo muito curta, até porque de facto nos congratulamos com esta exigência de transparência que aqui foi referida. Gostávamos apenas de saber se há critérios definidos para esta delegação de competências ser realizada, se há uma equipa de trabalho que defina a aplicação desses critérios, para percebermos de facto, em função de que critérios será feita. Apenas isso. Muito obrigado.--

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há mais alguém que queira usar da palavra? Penso que não há mais ninguém. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **SETENTA E DOIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. De uma forma muito rápida, eu não resistiria a intervir mais uma vez neste ponto, para realçar aqui a intervenção do Senhor Presidente de Junta de Côtã, O amigo António Fonseca, porque, eu não sei se apreciaram o rosto do Senhor Presidente da Junta e a satisfação com que ele referia o regresso de algumas pessoas à sua Freguesia e o enfatizar de alguns jovens que estão a interessar-se outra vez pela atividade agrícola. Eu registei porque significa que, por um lado foi acertado cumprir uma promessa que tinha feito na campanha quando passei por Côtã e dizer que a primeira reunião descentralizada, a primeira presidência aberta digamos assim que iria fazer quando estivesse no Município seria exatamente ir à Freguesia longínqua do nosso Concelho e com agrado se verifica que essa ida lá, já teve a sua repercussão, para já não falar de um projeto que ainda na altura, sem ter ainda responsabilidades diretas no Executivo apadrinhei, ao pôr em contacto várias entidades para o projeto dos Novos Povoadores e que eu espero que possa ser um embrião de um projeto a replicar noutras Freguesias, sobretudo naquelas mais distantes, procurando em cada uma delas puxar pela sua especificidade. Portanto, não resisto a fazer esta observação. Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Ranhados, o Luís Filipe, realçar também aqui que interpretou muito bem que na vertente do pensamento que temos do princípio da subsidiariedade, é isso mesmo, entendemos que aquilo que pode ser feito na proximidade, é sempre muito mais profícuo do que aquilo que é feito à distância, da mesma maneira que o entendemos em relação ao Poder Central face às Autarquias. Dizer também que um dos aspetos que procuraremos intensificar, até será através da disponibilização de materiais para as próprias Juntas de Freguesia possam fazer cada vez mais trabalho até com alguns dos meios que disponibilizam e até através de algum trabalho cívico de algumas das pessoas que estão disponíveis para o fazer. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Alberto Ascensão, só não percebi uma coisa que disse, foi aqui sim uma inovação, não entendi porquê só aqui sim. Em relação à Deputada Filomena Pires, dizer-lhe que obviamente os critérios derivam da própria Lei. Portanto, a Lei define um conjunto de matérias que passam a ser competências diretas das Freguesias. O Gabinete das Freguesias existe, aliás, ele foi criado, hoje a Autarquia tem um Vereador das Freguesias e do Desenvolvimento Rural. Isso também, é um aspeto que

convém ser enfatizado pelos Senhores Deputados. Talvez tenhamos sido das primeiras Autarquias do país a ter um Vereador para o Desenvolvimento Rural. Isso também é inovação Senhor Deputado. Podia também ter enfatizado esse aspeto, também é inovação e ter alguém que efetivamente não está só preocupado com a infraestruturação e com aquilo que é a gestão corrente, mas puxar por aquilo que de melhor tem cada uma das Freguesias. Este Gabinete das Freguesias, é claramente um gabinete que apoia diariamente os Senhores Presidentes de Junta eles sabem no bem e que onde todas estas matérias estão a ser devidamente articuladas. Agora, a própria Lei e bem do meu ponto de vista diz que a própria Assembleia tem que não só que aprovar mas como depois *a posteriori*, ratificar aquilo que venham a ser as próprias opções do Executivo. Foi uma evolução que a Lei trouxe e que me parece correta do ponto de vista da transparência e da própria relação com os Presidentes de Junta. Agora, que fique bem claro que os Planos de Desenvolvimento Local, não derivam da Lei. Os Planos de Desenvolvimento Local, é uma opção do Executivo. O Executivo levou à reunião camarária, uma deliberação no sentido, de no âmbito deste programa criar os Planos de Desenvolvimento Local. Nada nos obrigava a fazer isto. É uma opção de efetivamente termos um plano estratégico para cada uma das Freguesias, que puxe por o melhor que cada uma delas tem. Não nos centrarmos só no debate da infraestrutura e não posso estar mais de acordo, aliás, em várias ocasiões o referi que, neste terceiro ciclo do poder autárquico, ainda há coisas do primeiro ciclo que estão por fazer. Ainda não há água ao domicílio para toda a gente, ainda não há saneamento para toda a gente. Do segundo ciclo, ainda faltam coisas, ainda hoje aprovámos aqui por unanimidade a ligação de Viseu ao Sul, a ferrovia e outras coisas que podíamos enumerar. Mas, ao mesmo tempo, não podemos parar e dizer assim, vamos primeiro resolver as prioridades do primeiro ciclo, do segundo ciclo e só a seguir do terceiro ciclo. Não, temos que fazer as coisas em simultâneo até para não perdermos, já que falámos em comboios, não perdermos a carruagem do terceiro ciclo do investimento autárquico que temos agora aqui presente que é exatamente puxar pela vertente económica de cada uma das Freguesias.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos proceder à **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA CELEBRAÇÃO E DENUNCIA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA E FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS.**-----

Também pedíamos a colaboração dos Senhores Deputados no sentido de conseguirmos manter o quórum. Já que o quórum de proposta para proposta tem mudado, o que origina dificuldades em termos de contagem. Quem vota a favor? Aprovada por unanimidade.-----

Íamos **APRECIAR E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO I.R.S. – LEI N.º 2/2007 DE 15 DE JANEIRO.**-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **SETENTA E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. De uma forma muito rápida, até porque este ponto também já foi debatido ao longo da questão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. O que se propõe é que nós possamos manter no próximo ano a redução de um por cento (1%) em termos do IRS o que significa vinte por cento (20%) da receita transferível para o Município em sede de IRS. Portanto, no fundo estamos aqui a tomar uma decisão que visa minorar o orçamento familiar das pessoas e portanto, mantendo algo que significa uma redução de um milhão de euros de receita para o Município, mas que entendemos que faz todo o sentido fazer este esforço, no sentido de minorar o esforço das famílias neste momento.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

**--- SETENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Reitero o pedido de dispensa de cumprimentos, para ser mais célere. O Senhor Presidente de facto, acabou por dizer aquilo que eu inicialmente viria dizer, que é de facto, aqui não, não há inovação nenhuma. É exatamente a continuidade daquilo que vinha antes, nem mais nem menos, é um por cento (1%) ou vinte por cento da receita que a Câmara tinha direito que disponibiliza para os cidadãos. Aqui e agora, fica a explicação porque é que eu há bocado disse, aqui sim tínhamos inovação. Aqui não, aqui não temos inovação, é perfeitamente a continuidade daquilo que vinha dos Executivos anteriores, depois que foi adotada esta medida em termos de Executivo municipal, porque nem sempre assim foi desde que existe. Relativamente à bondade ou não desta medida, claro que concordamos com ela, pensamos é que sabe a pouco. Sabe a pouco porque o munícipe Viseense já é sobrecarregado com outros impostos nomeadamente o IMI que continua a ser uma sobrecarga por falta de retificação do zonamento que está previsto na portaria que fez as últimas alterações ao zonamento de Viseu e não só de Viseu, de alguns Municípios do nosso país. Nessa portaria de 2009, estava previsto o arranque de uma alteração mais profunda ao zonamento que, por enquanto está para as "calendas" e portanto, o munícipe Viseense, do nosso ponto de vista, é sobre carregado pela sobrevalorização dos Valores Patrimoniais Tributáveis. Faria algum sentido, haver outros benefícios que compensassem este acréscimo tributário sobre os munícipes de Viseu. Também queria esclarecer que relativamente à minha intervenção anterior, quando eu não incluí aquilo que o Senhor Presidente chamou à atenção, naquilo que eu considere inovação, é óbvio que aquilo que eu disse incluía também a estrutura que o Senhor Presidente criou no âmbito das Freguesias e tudo o que seja para favorecer as Freguesias, tenho a certeza que nós estaremos aqui para saudar e para achar que é tudo bom e que os Presidentes de Junta e as Juntas de Freguesia saberão dar-lhe o respetivo encaminhamento para desenvolvimento das suas Freguesias e para bem das suas populações. Portanto, dito isto, queria dizer que nós estamos de acordo com esta medida, mas não deixaremos de dizer como referi, que não é nem mais nem menos daquilo que já vinha. Mas que além disso também não é suficiente. Muito obrigado.-----

**--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigado Senhor Deputado Tem a palavra a Senhora Deputada Florbela Soutinho.-----

**--- SETENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO (PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. Senhor Deputado Alberto Ascensão, ainda bem que não há novidade, porque atendendo ao cada vez mais parco financiamento das Autarquias considerado no Orçamento de Estado seria de esperar que neste início de mandato que o Município não abdicasse da sua participação integral no IRS. Contudo, tal iria contrariar a política de ação social deste Executivo. A participação variável no IRS pelos Municípios como todos sabemos, é uma das três formas de repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias e que tem como objetivo atingir o equilíbrio financeiro. A Lei das Finanças Locais, determina que os Municípios têm direito em cada ano uma participação variável até cinco por cento (5%) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior. Ora, em termos práticos, a Lei destina às Câmaras Municipais cinco por cento (5%) do imposto sobre os rendimentos singulares coletados nos respetivos Concelhos. Uma verba que as Autarquias poderiam abdicar no todo ou em parte. Neste caso num por cento (1%) a favor dos munícipes que podem receber. Ora, o esforço fiscal que os contribuintes terão de suportar no próximo ano irá manter-se. Os escalões do IRS irão manter-se no próximo ano, a sobretaxa de três e meio por cento (3,5%), assim como os agravamentos resultantes dos constantes cortes nas deduções do próprio IRS, o que tornará crescentes as dificuldades económicas das famílias. É assim com apreço que vimos

surgir nesta Assembleia Municipal a proposta para manter a redução em um por cento (1%) em sede de IRS a favor dos munícipes. Ao reduzir a participação variável no IRS para quatro por cento (4%) a Autarquia abdica de vinte por cento (20%) da receita transferível para o Município. Tal como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, abdica de um milhão de euros, mais importante, contribui para uma dedução à coleta no IRS a favor dos munícipes com o domicílio no Concelho de Viseu. É sem dúvida uma importante medida, num quadro de redução de receitas, pois apesar de ser possível combater a esperada diminuição de receitas com a não aplicação da redução da participação no IRS, a Autarquia optou por não sobrecarregar as famílias, propondo a redução de vinte por cento (20%), procurando desta forma contribuir para aumentar o rendimento disponível das famílias. E porque Viseu, continua a ser a Melhor Cidade para Viver, onde as pessoas estão primeiro, é com agrado que votamos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal Viseu, sobre a participação variável no IRS-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigada Senhor Deputada. Dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

--- **SETENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Estamos a tratar de um desagravamento fiscal é certo, mas também é verdade que esta medida irá afetar a progressividade fiscal, beneficiando em maior medida os grandes contribuintes, os titulares de maiores rendimentos, agravando assim a desigualdade fiscal do atual sistema tributário. A Lei das Finanças Locais em dois mil e sete, durante o governo do PS, pretendeu aumentar a competitividade fiscal entre Municípios para atrair pessoas, mas na verdade, não é por aí que se cria a atratividade fiscal nem esta deverá sobrepor-se a progressividade fiscal que é um princípio elementar de justiça fiscal e por extenso, princípio fundamental da democracia. O Bloco de Esquerda no parlamento, em sede de revisão da Lei das Finanças Locais, propôs mecanismos de progressividade nesta medida. Mas tais propostas foram prontamente chumbadas pela maioria de direita. Este milhão de euros de perdas nas receitas, a nosso ver, poderia ter sido mais bem aplicado no orçamento nomeadamente para habitação social, porque o caso que eu aqui referi há pouco Senhor Presidente, não é único, há muitos mais pessoas, famílias que estão inscritas na Habisolvis e estão há anos à espera de uma habitação social. De qualquer modo, congratulo-me com a sua decisão relativamente ao bairro Municipal, uma vez que irá manter disponíveis aquelas cinquenta e seis habitações que estavam condenadas. Portanto, felicito-o por essa decisão. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.

--- **SETENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Senhor Presidente, compreendendo as suas boas intenções. Não podemos deixar de considerar que esta é uma medida carregada de demagogia. Na realidade, o PSD nacional, tira o braço ao cidadão, o PSD local, simula devolver o dedo. Na nossa opinião isto serve apenas para distrair os Munícipes do grande responsável pela sua difícil situação e que é efetivamente o governo central do PSD e do CDS. Trata-se de um dinheiro a que o Município tem direito, que podia ter outras aplicações bem mais vantajosas para o desenvolvimento do Concelho. Por exemplo, servir para aumentar as transferências para as Freguesias, reduzir a tarifa da água, criar postos de trabalho entre muitos outros que poderíamos aqui citar. A CDU continuará a lutar para o desagravamento efetivo da enorme carga fiscal imposta pelo governo central aos portugueses, essa sim é que é preciso combater e aos Viseenses naturalmente. Mas, não pactua com demagogias e cortinas de fumo para aliviar a grave responsabilidade do governo e por isso, vai votar contra. Feitas as contas, parece-nos que é de facto uma quantia irrisória que é distribuída pelas famílias e esta é a razão.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigada Senhor Deputada. Senhor Deputado Teodósio para o uso da palavra.-----

--- **SETENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Eu diria que, deve ser também das muitas horas de estar aqui dentro, mas o Partido Comunista, acabou agora aqui de dar cabo da pintura toda que até estava aqui mais ao menos bem pintado na fotografia da manhã. Efetivamente uma medida que vem aliviar em termos fiscais e em termos económicos os cidadãos de Viseu e tem o impacto que tem, já foi aqui discutida aquando do orçamento e obviamente que não vale a pena estar aqui a repetir, dizer que isto é quase uma política de *manicure* e de atirar areia para os olhos, efetivamente, essa situação, não podemos estar aqui a aceitá-la, sem vir aqui manifestar a total discordância, assim como e vindo do Partido Comunista também é um pouco estranho dizer que a situação em que está o país se deve às políticas deste governo. Do Partido Comunista, o que nós estávamos à espera e que estamos habituados a ouvir, é que tem a ver com as políticas dos últimos anos, portanto quem levou o país a esta situação. Se agora estão a ser tomadas estas políticas, são as políticas que foram impostas pela intervenção externa a que estamos sujeitos, que foram assinadas por outro partido que não os que estão neste momento no governo e portanto não percebemos muito bem essa situação. Mas pronto, que fique registado que o Partido Comunista não concorda com este benefício financeiro importante para os viseenses.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **SETENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Estamos nos problemas concretos, se calhar, entendemo-nos mais facilmente. Depois passamos para a macropolítica e a coisa fica uma coisa fica um bocadinho mais complexa não é? Eu fiz contas. Francamente o que vim dizer não foi feito no ar. No orçamento que nos foi distribuído, constava um valor, uma receita a arrecadar com o IRS que iria a mais de dois milhões e oitocentos mil euros. Ora, feitas as contas na distribuição aos habitantes da Cidade-Região, expressão que eu fui buscar ali ao nosso Excelentíssimo Presidente, para a esmagadora maioria dos cidadãos, dá menos de um euro e penso que isto torna bem clara a realidade. Não quis há bocadinho fazer as contas aqui e admito que me possa ter enganado mas efetivamente esta é a realidade. Por isso é que nós dizemos que é demagogia, não passa disso.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigada Senhor Deputada. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **OITENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, de facto em matéria de cor, é difícil de agradar a rosas e vermelhos não é? Eu aqui prefiro seguir as convicções daquilo que entendemos que é o mais adequado para o Concelho, não me prender em discussões de política nacional, porque se me dissessem que podia aplicar esta Lei de uma forma diferente, talvez a pudesse aplicar, de uma forma um bocadinho diferente, da mesma maneira que se fará a seguir na aplicação da Derrama, mas na verdade a Lei é esta e nós se não tivéssemos mantido este um por cento (1%) de redução, estaríamos agora aqui a ser acusados, malandros, vão manter a taxa máxima. Aliás, o Senhor Deputado alberto Ascensão, não resistiu aquela tentação continuada em muitas Sessões, de vir sempre tentar pôr em cima da Autarquia, como já punha na anterior, de que nós praticamos impostos mais altos. Eu sei que essa sempre foi a sua estratégia. Nem teve sequer a hombridade de reconhecer que a taxa do IMI que vamos discutir a seguir, que é a taxa mais baixa do país e que efetivamente a reavaliação das casas, não é uma competência do Município, é uma competência das finanças. Enfim, eu sei que quanto mais barafunda se mandar para o ar, mais dúvidas se podem deixar em quem está em casa ou nos cidadãos que nos estão a ouvir. Agora, eu vou ter sempre a preocupação de clarificar as posições. Um por cento (1%) no IRS, significa um milhão de euros a menos de receita para o Município. Obviamente que se nós não

tivéssemos optado em fazer esta redução no IRS, eventualmente teríamos mais um milhão para outros objetivos. Agora, o que eu digo é: Talvez seja importante para os cidadãos que vão ser beneficiados com esta medida e que não é de um euro. Essas contas estão erradas Senhora Deputada, que aproveitem que este milhão de poder de compra a mais que vão ter os habitantes do concelho, possam ser aplicados por exemplo no Mercado Municipal, na compra do mercado tradicional, porque tem um efeito multiplicador. O Município quando muito pode continuar na tal lógica propagandista que os Senhores nos acusam, a fazer campanhas, a apelar para que sejam comprados os produtos dos nossos lavradores, que sejam feitas compras no mercado tradicional, que sejam ajudados os novos empreendedores que estão a surgir aí um bocadinho pelas Freguesias, mas enfim, esse é no fundo também um apelo que o Presidente da Câmara aqui deixa de efetivamente conseguirmos isso. Agora, pela nossa parte vamos ter a preocupação de ter um Município dentro das nossas possibilidades com competitividade fiscal. Porque competitividade fiscal também é isto. Reparem que a decisão de vir um investimento para cá ou não, pode pesar o facto de termos uma taxa de IRS mais elevada ou menos elevada. Não tenham dúvidas que todos esses fatores são pesados. Portanto, esta é aquela que o Município consegue fazer, é manter o que estava atrás, porque o efeito da redução de um por cento (1%), o tal um milhão, só o vamos sentir no próximo ano. Isto é, do ponto de vista de execução orçamental, aquela medida que foi tomada há um ano atrás só a vamos sentir no próximo ano e esta que estamos a tomar agora, só a vamos sentir no ano de dois mil e quinze. É bom que se tenha também a noção de que este tipo de opções só se refletem a seguir. Na execução orçamental deste ano ainda não sentimos nenhum efeito, vamos sentir no próximo. Esse milhão de euros será na próxima execução.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais nenhum pedido para o uso da palavra, iríamos proceder à VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO I.R.S. – LEI N.º 2/2007 DE 15 DE JANEIRO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por filas. Temos quarenta e cinco pessoas. *Aprovada com quarenta e três (43) votos a favor e dois (2) votos contra.*-----

Temos aqui uma situação. Os serviços do apoio à Assembleia, estão a sugerir cinco minutos de suspensão dos trabalhos, para efeitos de substituição das pilhas do equipamento de gravação. Portanto pedem somente cinco minutos.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhores Deputados, vamos recomençar. Vamos discutir a PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU SOBRE O LANÇAMENTO DE DERRAMA. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **OITENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Também foi uma matéria que já falámos muito sobre ela, como sabem a Derrama acaba por ser o imposto que permite aqui alguma democracia fiscal do ponto de vista de colocar as empresas de maior dimensão a pagarem também impostos de acordo com a atividade que decorre no nosso Concelho. Neste caso concreto, a nossa opção vai no sentido de, face ao que é normal, até pela formação que tenho e pelo meu percurso nesta área e também pelo incremento da economia que se pretende estimular, no fundo propor aqui à Assembleia Municipal que haja aqui por um lado uma redução da taxa em vinte por cento (20%) sobre o valor oficialmente determinado para as empresas cujo volume de negócios seja inferior a cento e cinquenta mil euros (150.000€), manter o valor de um e meio por cento (1,5%) para as restantes empresas, nas quais estão as médias e grandes empresas e propor aqui também que se adote a isenção para as novas empresas e para as microempresas, que tenham uma criação líquida de cinco ou mais postos de trabalho. Acaba por ser a forma do Município utilizar um instrumento que está ao seu alcance para impulsionar a dinamização da economia, sobretudo a dinamização da criação de novas micro e pequenas empresas e ao

mesmo tempo de incrementar e de incentivar a criação líquida de postos de trabalho dentro de uma filosofia que pretendemos, de um Município cada vez mais atrativo do ponto de vista do investimento, mas também atrativo do ponto de vista do próprio empreendedorismo dos seus jovens, dos seus cidadãos nos diferentes segmentos e vem no fundo como antecipação a medidas que viremos a desenvolver, designadamente quando colocarmos em funcionamento a nossa Incubadora do Centro Histórico e a sua lógica de articulação em rede que se pretende, designadamente com a incubadora do Politécnico e com a incubadora que a própria Associação Industrial tem. Portanto, vem como uma antecipação de outras medidas que queremos tomar e numa lógica também, da promoção do empreendedorismo no meio rural. -----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Os Senhores Deputados que queiram intervir neste ponto. Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

--- **OITENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Mais uma vez, trata-se de uma intenção aparentemente louvável, mas, eu chamaria à atenção para que, uma redução taxa em vinte por cento (20%) sobre o valor oficial determinado, dá vinte por cento (20%) de um vírgula cinco por cento (1,5%) o que dá zero vírgula três por cento (0,3%) ou seja em vez de um vírgula cinco por cento (1,5%), será aplicada um vírgula vinte por cento (1,20%) o que me parece que não é significativo. Há uma diferença insignificante, daí que segundo a Lei das Finanças Locais, de facto a taxa pode ser reduzida de uma forma mais significativa e essa proposta que nós gostaríamos de deixar aqui como alternativa. Portanto, de acordo com a Lei das Finanças Locais, os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma Derrama até ao limite máximo de um vírgula cinco por cento (1,5%) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) corresponde à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica. A Lei das Finanças Locais, também permite uma taxa reduzida e zero vírgula setenta e cinco por cento (0.75%) para empresas com volume de negócios inferiores a cento e cinquenta mil euros (150.000€). O Município não pode ser insensível às dificuldades financeiras por que passam as micro, pequenas e médias empresas, que são o esteio económico do nosso concelho. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em trinta de dezembro de dois mil e treze, delibera aprovar para o ano económico e fiscal de dois mil e catorze:-----

1 – A redução da taxa da Derrama em setenta e cinco por cento (75%) sobre o valor oficialmente determinado para as empresas cujo volume de negócios seja inferior a cento e cinquenta mil euros de modo a beneficiar significativamente as PME do concelho, mantendo o valor de um vírgula cinco por cento (1,5%) para as restantes empresas cujo volume de negócios comportam um maior esforço tributário.-----

2 – A isenção de Derrama para as novas empresas e para as micro e pequenas empresas que tenham uma criação líquida de cinco ou mais postos de trabalho.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço a intervenção do Senhor Deputado. A Mesa não pode aceitar esta proposta. Como é óbvio e sabe isso nós não podemos aceitar a proposta. De qualquer maneira fica o registo em Ata, já que, o que estamos aqui a debater é a proposta em concreto da Câmara Municipal de Viseu. Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **OITENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Mais uma vez Senhor Presidente, atendemos às excelentes intenções que terá ao propor esta medida, até porque, é nosso entendimento que tudo o que se faça no sentido de fixar pessoas no concelho, criar postos de trabalho, é bom, mas a medida aqui apresentada é manifestamente insuficiente e injusta. Senão vejamos:-----  
A Câmara propõe a isenção para todas as novas empresas, sejam grandes, pequenas ou médias ou micro. Não nos parece uma medida justa. Imaginemos que se instala no

Concelho uma multinacional, com sede numa qualquer parte do mundo, podendo mesmo ser num *offshore*. Começa a laborar, não paga cá impostos e os lucros que obtém ficam isentos de derrama. Isto é, não deixa qualquer mais-valia no Concelho. Em contrapartida, uma microempresa (com menos de 10 trabalhadores efetivos na definição oficial) já instalada no Concelho, é exigido, para ficar isenta, ter de criar no mínimo 5 postos de trabalho líquidos, o que significa aumentar, em alguns casos, o número de trabalhadores em mais de 100% e no mínimo em 50%. Isto parece-nos um absurdo. A mesma exigência para as pequenas empresas (as que têm menos de 50 trabalhadores efetivos na definição oficial). Para beneficiarem da isenção teriam de aumentar desmesuradamente os postos de trabalho, o que é contraditório com as graves dificuldades por que muitas delas estão a passar.-----

A Câmara propõe uma redução da taxa em 20% para as empresas cujo volume de negócio seja inferior a 150 mil euros. Na prática, uma taxa de 1,2%. Isto é, (um exemplo concreto) o Restaurante Colmeia, a quem o Governo vai buscar 23% de IVA na faturação, que tem de suportar os encargos com rendas, eletricidade, água, gás, salários, paga percentualmente quase tanto como o Senhor Belmiro de Azevedo, ou o Grupo AUCHAN, que no Concelho faturam milhões.-----

Na opinião da CDU, para que as palavras contidas no documento verbalizando o apoio às micro e pequenas empresas tenha correspondência prática, a Derrama devia isentar todas as empresas com faturação inferior a 250 mil euros. Se queremos proteger as pequenas e médias empresas e fazer com que elas se desenvolvam e criem postos de trabalho e dinâmicas económicas de base local, não podemos, nem devemos fazer incidir sobre os seus lucros impostos que sejam condicionadores ao reinvestimento.-----

Votarei a favor se ficar claro que as micro, pequenas e médias empresas ficam isentas desta derrama. votarei contra se esta proposta se mantiver. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado Alberto Ascensão.--

--- **OITENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Mais uma vez renovo o pedido de dispensa de cumprimentos. Rapidamente para dizer que, esta é mais uma proposta que se fica quase pela continuidade e digo quase porque há aqui uma pequena *nuance* que se traduz na isenção aqui prevista e que a própria proposta que depois teve votação e deliberação na Câmara Municipal, chama-lhe sensíveis reduções a nível de Derrama. É exatamente isso, são sensíveis, diminutas até diria eu. Não é só com isto que me parece, que se possa acentuar a determinante importância na manutenção e ampliação de oferta de postos de trabalho, na criação de empresas que é de facto quem depois dinamiza também a criação de postos de trabalho. É pouco. É pouco para quem quer dinamizar a economia do concelho. É pouco porque, se calhar o saldo era positivo se houvesse uma isenção mais ampla, com outras condições que não esta que me parece residual, aliás, no fim do ano e deixo o repto ao Senhor Presidente para nos informar de quantas empresas irão beneficiar desta isenção, no fim da execução orçamental desta medida e certamente iremos verificar que pouco beneficiará o tecido empresarial e por conseguinte pouco beneficiará a economia que se calhar beneficiava mais se com outras isenções pudesse ser mais atrativas à criação de empregos que viriam atrelados à criação de empresas. Portanto, embora não sendo contra, porque não podemos ser contra uma medida que cria aqui algumas condições de benefício principalmente para as empresas que têm um volume de negócios inferiores a cento e cinquenta mil euros. Não estamos de acordo por nos parecer efetivamente que se trata de pouco. E porque também mais uma vez não traz nada de novo a não ser esta pequena inovação que me parece residual. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Teodósio.-----

--- **OITENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Dispensó-me também de cumprimentos. Obviamente que o

Partido Social Democrata, não podia deixar de vir aqui referir algumas situações. Já sabemos que quando o Partido Socialista é contra, pode ser mais ou menos, quando diz que não é contra ou que não se opõe, já está a favor. Eu sei que é difícil entrar em concordância com medidas positivas, mas efetivamente o que nós temos aqui e se virmos com atenção o objetivo deste mesmo documento, é tentar concretizar com medidas concretas e não em teoria uma forma de combater o maior flagelo que nós temos e que efetivamente hoje, apesar de estarmos aqui há tantas horas, não tem sido referido mas em Assembleias anteriores estava quase no prato do dia de todas as intervenções que foram aqui feitas, que o maior flagelo que temos é o desemprego. Ou já deixou de ser o desemprego? Na campanha eleitoral, andámos todos aqui a combater a situação concreta do desemprego, apesar de, ser dito que temos dos números menos maus a nível nacional, mas é um problema que nos preocupa se sobremaneira. Agora, o que nós temos aqui, é uma de várias medidas cujo principal objetivo é inverter a situação do desemprego e nós só conhecemos uma forma disto ser invertido que é a criação líquida de postos de trabalho e para haver criação líquida de postos de trabalho, também tem duas metodologias: Ou são criadas novas empresas ou então ampliam-se os quadros das atuais empresas e têm aqui uma medida estruturante e também não percebo aqui o Partido Comunista, porque o problema do Partido Comunista são as multinacionais, são as grandes empresas não é? Outros dizem que o problema de Viseu é não ter grandes empresas. Mas agora, o Partido Comunista não quer cá as grandes empresas, que é um problema gravíssimo, se vem para aí uma empresa grande “ai Deus nos acuda” esta é que é a grande situação que nós temos. Vamos lá ver! Se nós queremos atrair empresas, temos que ter algo vantajoso. De manhã estivemos aqui na falar das acessibilidades que é uma matéria importante para atrair obviamente a instalação de novas empresas. Esta é mais uma mediada para atrair as novas empresas, mas não estão esquecidas as que cá estão e aqui há a separação clara entre o que se entende entre micro e pequenas empresas das tais grandes empresas como se referiu. É que para as que cá estão, estas medidas aplicam-se para as pequenas e médias empresas que venham a ter uma criação líquida de mais de cinco postos de trabalho. Já não é para as grandes empresas. Portanto, está aqui vertido no texto a separação entre a dimensão das empresas. Portanto, parece-me que está aqui uma situação clara, vantajosa e efetivamente quem não votar favoravelmente isto, não está obviamente a defender os interesses dos Viseenses, porque muitos tem falado aqui e vêm falar em nome dos Viseenses, dos Viseenses, ninguém aqui pode falar em nome dos Viseenses, pode falar em nome de uma facção dos Viseenses, nós felizmente podemos referir que podemos falar à maioria dos Viseenses de acordo com o último Censos eleitoral que tivemos, todos os outros de acordo com a situação mais pequena. Já houve uma nova eleição depois de vinte e nove de setembro foi? Estão-me aqui a fazer sinais parece que houve outras eleições!-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradecia que não houvesse diálogo. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **OITENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é só para dizer o que é um exercício de demagogia que acabou aqui de ser feito pelas três intervenções da oposição, porque em bom rigor, para já, não há legitimidade para propor, mas quer o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, quer a Senhora Deputada do Partido Comunista, quando fizerem propostas para um orçamento, habituem-se a fazer uma coisa. É por um lado dizem assim, vamos cortar aqui na receita, depois digam também aonde vamos cortar na despesa. Isto é um princípio básico, isto tem que dar saldo zero, estão a perceber? É assim que as coisas são feitas. Portanto, sempre que façam uma proposta, mesmo que seja hipotética, apresentem sempre os dois lados da mesma moeda. É sempre fácil nós virmos aqui e dizer assim: Vamos baixar os impostos, vamos construir mais infraestruturas e vamos transferir mais para a solidariedade social, esse é um exercício fácil. Esse, eu não faço. Agora, os Senhores também sejam enfim, Deputados responsáveis e quando fizerem uma proposta destas

façam-no claramente assim: Senhores cidadãos de Viseu, nós propomos reduzir a receita da Autarquia em (x) e vamos cortar no apoio social. Pronto, é que assim fica claro, está bem? Em relação ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, o que é que eu tenho a dizer? É mais do mesmo. Se viéssemos aqui dizer assim, vamos isentar de impostos todas as micro e pequenas empresas independentemente da criação de postos de trabalho e não sei o quê, o Senhor acharia pouco. Por outro lado acho estranho que a Senhora Deputada do Partido Comunista, venha aqui estar contra uma medida que visa a criação de postos de trabalho. Acho isso muito estranho, até na sua filosofia de vida. Aonde é que está essa defesa dos trabalhadores. Olhe, eu defendo-os sabe? É que cada vez que nós estamos a defender a captação de investimento e criar aqui mais condições para captarmos mais investimento, sabe que é que estamos a defender? Os cidadãos, os trabalhadores. É do lado desses que eu também estou Senhora Deputada. Agora, isto que aqui está, pode não ir tão longe quanto nós gostaríamos que fosse, mas é aquilo que nos parece adequado face ao orçamento que temos para podermos ter um Município com condições amigas do investimento. Já agora, lanço um desafio. Façam uma comparação entre aquilo que passa a ser praticado no nosso Município e nos vários Municípios do país e vejam se efetivamente depois destas várias medidas, o Município de Viseu não fica mais competitivo do ponto de vista fiscal. Já agora, façam o vosso trabalho de casa. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Em relação à proposta que aqui foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, a Mesa entende rejeitar a proposta na base do artigo 25º da Lei 25/2013. Já que, a Assembleia só tem competência sob proposta da Câmara Municipal. Não pode haver uma proposta alternativa. Por isto, nesta base a Mesa rejeita a proposta alternativa apresentada pelo Bloco de Esquerda. De qualquer maneira ficou em Ata. Íamos pôr à **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU SOBRE O LANÇAMENTO DE DERRAMA**. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi Aprovada a proposta com quarenta e um (41) votos a favor, um voto (1) contra e uma (1) abstenção). -----

Íamos passar ao Ponto Sete da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA RECURSO AO FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO URBANA “REABILITAR PARA ARRENDAR” – JUNTO DO IHRU INSTITUTO DE REABILITAÇÃO URBANA**. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **OITENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Esta também foi uma matéria que já hoje falámos profusamente, nesta reunião. No fundo a Autarquia, apresentou uma candidatura, depois negociou-a e viu esta candidatura aprovada. Estamos a falar de sete edifícios que vão ser objeto de reabilitação no Centro Histórico, dos quais cinco na Rua Direita. Estamos a falar de um empréstimo que está devidamente dentro da capacidade de endividamento que o Município tem para o ano em curso. Trata-se de um empréstimo de um milhão duzentos e vinte e dois mil duzentos e oitenta euros (1 222.280 €) a um prazo de trinta anos, com uma taxa boa, portanto, a Euribor a três meses acrescidos de uma margem definida pelo BEI acrescida de um spread de um ponto sete, tem um período de carência de dez anos e portanto, acaba por ser um empréstimo que é permitido fazer, no âmbito do programa nacional Reabilitar para Arrendar e mais uma vez realçar aqui, por um lado o facto de nós termos conseguido chegar a uma percentagem do valor total do investimento, bastante mais elevada. Inicialmente a candidatura apontava para cinquenta por cento (50%), nós conseguimos aumentá-la par noventa por cento (90%) do ponto de vista do contrato assinado e ao mesmo tempo fazer o enfoque nas vantagens que têm este empréstimo e dos resultados que vão ter, até porque, uma parte destes edifícios serão reabilitados e vão ter um regulamento para privilegiar a instalação de casais jovens no Centro Histórico. Enfim, aqui também um sinal que a Autarquia dá, em relação ao estímulo para que os privados também possam apostar na própria reabilitação,

designadamente numa lógica, em que até aqui, foi reabilitar para venda agora, estamos a entrar mais numa fase de reabilitar para arrendamento, obviamente que, está definido no próprio programa, que estas rendas, também serão a preços controlados por só assim é que o BEI aceita participar neste programa nacional.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Pediu a palavra o Senhor Deputado Diamantino, Presidente da União das Juntas de Freguesia de Viseu.-----

--- **OITENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Agradeço também a dispensa dos cumprimentos, para tentar de alguma forma abreviar esta já longa Assembleia. Naturalmente que o Senhor Presidente da Câmara já disse tudo. Subscrevemos de alguma forma tudo aquilo que acabou de dizer, apenas e só, realmente também manifestar o nosso regozijo e a nossa satisfação pela proactividade com que a Administração Municipal tratou deste assunto, já o aqui disse, foi das primeiras Câmaras do país a tratar de contratualizar este programa com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, ficamos muito satisfeitos, porque de facto é também uma forma, e em articulação com aquilo que dissemos de manhã, é também uma forma de valorização do Centro Histórico, é também uma forma de dinamização do mesmo e obviamente porque estamos rodeados de uma crise que é real, esta alternativa à ausência de acesso ao crédito bancário, esta alternativa de arrendamento, parece-nos de facto uma boa alternativa e ainda por cima também relevar aqui as condições favoráveis de financiamento com que este contrato foi negociado. É portanto, para a Freguesia de Viseu, uma boa notícia, esperamos que no futuro, outras de igual valia venham, nomeadamente com o novo Quadro Comunitário de Apoio. Naturalmente que votaremos favoravelmente. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins.-----

--- **OITENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS DO VALE MARTINS (PS):** Se me permitirem irei dispensar os cumprimentos e então, no âmbito do Programa de reabilitação urbana “Reabilitar para Arrendar”, cujo objetivo é a dinamização de ações de reabilitação urbana, em especial, as destinadas à recuperação de edifícios antigos de habitação para arrendamento, a Câmara Municipal de Viseu, decidiu e bem, recorrer ao referido financiamento contraindo um empréstimo junto do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana por um valor total de um milhão, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e oitenta euros (1 222.280 €) por um prazo de trinta anos, sujeito a uma taxa de juro Euribor a três meses acrescida de uma margem definida pelo Banco Europeu do Investimento acrescida de um spread de um ponto sete por cento (1,7%), para reabilitar cinco edifícios que se encontram na União de Freguesias de Viseu e dos quais a Câmara é proprietária. Este investimento total da Câmara Municipal de Viseu é de três milhões setenta e cinco mil cinco euros e oitenta e dois centimos e existe um investimento a cargo de terceiros de oitocentos e trinta e seis mil quatrocentos e trinta e quatro euros e quarenta centimos, totalizando assim, um investimento global de cerca de quatro milhões de euros. Ao todo irão ser reabilitados onze edifícios dos quais resultará um total de dezasseis habitações, quatro de tipologia T1, sete de tipologia T2, quatro de tipologia T3 e um Tipologia T4, assim como sete frações para o comércio e quatro para equipamentos de natureza cultural e recreativa, incluindo a Casa do Miradouro. Assim, posto isto, o Grupo Municipal do Partido Socialista, irá votar favoravelmente este ponto. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra Senhora Deputada Joana Ferreira.-----

--- **NOVENTA – A SENHORA DEPUTADA JOANA PATRÍCIA DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de

Viseu, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados Comunicação Social, Público presente, Senhoras e Senhores. -----

Não obstante o tema de que vou falar ter já sido objeto de intervenção nesta sessão, pela importância que o mesmo reveste, entendo que nunca é demais realçar e reforçar o mesmo. Assim, o Município de Viseu assegurou o financiamento que viabiliza a reabilitação e a requalificação de sete edifícios do centro histórico de Viseu. Destina-se a quinze fogos habitacionais e poderá ser utilizado como arrendamento para jovens casais, estudantes, investigadores e também novos espaços comerciais. As obras irão começar no início de 2014, devendo estar concluídas no espaço de um ano. Esta é uma estratégia prioritária deste Executivo camarário, ou seja, a aposta no Centro Histórico nas mais variadas áreas. Este investimento terá não só consequências importantes na vertente social, mas também na vertente económica e financeira. É um projeto com uma durabilidade de dez anos e que conduzirá a uma remodelação numa área da cidade que carece de maior potencialização, para captar mais emprego, que levará a um aumento da atividade económica local e à fixação de pessoas. Também não podemos esquecer o que esta reabilitação significa para o desenvolvimento turístico da nossa região. O rico património cultural e arquitetónico que existe no centro histórico é uma das grandes atrações para muitos turistas que vêm a Viseu e será uma das bases fundamentais para a candidatura à lista de património da humanidade da UNESCO, como aliás já foi também aqui referido. É com enorme satisfação que a JSD Viseu vê mais uma das suas bandeiras defendida por este novo Executivo camarário que com este projeto permite que haja reaproveitamento da construção já existente e concede uma maior autonomia à população mais jovem. Permitam-me ainda deixar aqui o meu testemunho e experiência pessoal, pois já morei e usufruí de um destes edifícios requalificados e sem dúvida que fiquei com uma noção clara de que o Centro Histórico para casais jovens é apelativo, não só pelos valores das rendas mas também pelos melhoramentos técnicos, localização geográfica dos edifícios e pela qualidade de vida de quem pode residir no centro da nossa cidade. Por outro lado, esta enorme aposta da reabilitação urbana por parte da Autarquia revela ainda a preocupação na dinamização de um ícone cultural da cidade que promoverá a aproximação da sua população às suas raízes históricas, estando subjacente o chamar a alta da cidade de pessoas quer de dia, quer a noite como circuito obrigatório de diversão/lazer. Mas estas mudanças arquitetónicas e de carácter técnico por vezes não chegam. Torna-se igualmente necessário mudar mentalidades em relação ao Centro Histórico. Urge atrair para esta zona da cidade negócios de vanguarda, apelativos aos mais jovens. Muito se fez, se faz e se deve continuar a fazer nesse sentido mas depende também do espírito inovador dos empresários apostar na renovação do comércio tradicional Viseense. Só o trabalho em rede com os vários intervenientes fará de Viseu um exemplo de revitalização de património. Obrigado-----

--- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhora Deputada Filomena Pires tem a palavra.-----

--- NOVENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Relativamente a este ponto, consideramos que a intenção de candidatar o Centro Histórico de Viseu a Património da Humanidade, uma acarinhada e antiga ideia da CDU, sempre teve o nosso apoio, faz mesmo parte do seu acervo das nossas propostas para a Cidade, desde 2005, das quais nunca abdicámos, por isso só podemos votar a favor desta proposta ou deste ponto que aqui aparece. Esta grande satisfação, não impede que tenhamos que aqui dizer que é um reconhecimento, tardio, bem-vindo, à época em que foi de facto colocada por nós, foi ridicularizada, muito se disse isso é uma utopia completa, não faz sentido nenhum e portanto é de facto uma grande satisfação para nós, ver reconhecida como tendo valor esta nossa tese e esta nossa proposta para a Cidade. Em nosso entendimento, nunca o Centro Histórico teria chegado à atual degradação se a candidatura a Património da Humanidade, tivesse sido olhada com a seriedade que agora

felizmente merece por parte do Executivo camarário.-----  
Sobre a generalidade da proposta, somos levados a perguntar se é intenção da Câmara implementar programas de ajuda à reabilitação de imóveis habitados pelos seus proprietários ou se este ensejo de revitalizar tem apenas em vista o arrendamento. Há moradores proprietários que não abandonaram o Centro Histórico ou que nele apostaram para viver, por acreditarem que outra vida ali é possível e que, com alguma ajuda financeira, muito poderiam contribuir para tornar mais visível a beleza arquitetónica das ruas, praças e largos, que com tanta urgência apelam ao gesto cuidador para que o olhar nelas repouse e se encante. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Mais alguma intervenção? Não havendo, sujeitávamos já à **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA RECURSO AO FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO URBANA “REABILITAR PARA ARRENDAR” – JUNTO DO IHRU INSTITUTO DE REABILITAÇÃO URBANA**. Quem vota contra? Quem se abstém?  
Aprovada por unanimidade.-----

Passávamos ao Ponto Oito **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (T.M.D.P.)**. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **NOVENTA E DOIS: – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. De uma forma muito rápida, no quadro do diploma legal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, já nos anos anteriores, tinha zero vírgula cinco por cento (0,25%) fixado, portanto, aquilo que se propõe é que para o ano de 2014 se fixe em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que acaba por ser uma receita relativamente pequena do Município. Normalmente, não pode haver afetação de despesa à receita concreta, mas de uma maneira geral, este valor era alocado à vertente da Proteção Civil. Enfim, seguramente que na lógica do apoio que viremos a dar às diferentes Instituições da Proteção Civil, será superior ao valor que iremos arrecadar com esta Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Alguma intervenção? Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

--- **NOVENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Novamente o meu pedido de dispensa de cumprimentos. Mais do mesmo Senhor Presidente! Mais do mesmo com mais ou menos roupagem não é? Naquilo que vou dizer e aquilo que vem aqui. É mais do mesmo de facto. Não fujo à questão, é mesmo mais do mesmo e é pena que assim seja. De facto, isto insere-se num todo, num pacote que se pode chamar de prometida Reforma Fiscal pelo Senhor Presidente que de alguma forma promete que no ano que vem ser-lhe-á dada concretização e esperemos que de facto sejam feitas algumas correções a todo o panorama fiscal municipal. Não só, aquelas que discutimos, mas também a uma outra que não está aqui hoje, que já cá veio e que também merece ser devidamente cuidada. De facto até aqui, esta receita era alocada de alguma forma aos Bombeiros Voluntários, não à Proteção Civil, e aqui está uma inovação, já é para a Proteção Civil e não é para os Bombeiros. Se esta verba já era pequena para os Bombeiros, agora passa a ser muito menor porque a Proteção Civil é muito mais ampla do que os Bombeiros Voluntários. Depois, é uma receita que aparentemente quem a paga são as empresas de prestações de serviços de comunicações, mas de facto quem a paga são os Municípios. Sabemos bem que são verbas irrisórias, mas de qualquer forma, é mais uma sobrecarga nos municípios de Viseu, com a aplicação deste encargo fiscal. Portanto, mais do mesmo, continuidade é aquilo que temos aqui. Pelas razões que acabei aqui de dizer, vamo-nos abster na votação desta proposta. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Doutora Filomena Pires.-----

--- **NOVENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Consideramos que a Taxa Municipal de Direito de Passagem, em nossa opinião, é mais um roubo que se faz à população, para beneficiar as grandes empresas das telecomunicações e da distribuição elétrica e do gás e eu passo a explicar.----- Estamos contra a existência desta Taxa na forma como ela é aplicada. Isto é: a PT e as outras operadoras, em vez de tirarem dos seus chorudos lucros os montantes para pagarem a Taxa de Direitos de Passagem à Câmara Municipal (seria uma ninharia subtraída às centenas de milhões de euros que anualmente dividem pelos acionista), vão ao bolso dos seus clientes e vá de tirar mais um punhado de euros por ano nas faturas. É uma política de rapina. Tiram sempre aos mesmos, o povo, os trabalhadores, para darem aos mesmos. Os grandes grupos económicos sejam eles da Banca, das telecomunicações ou da energia. É compreensível que uma Câmara queira amealhar todos os euros, venham eles de onde vierem. Mas, temos de convir, propor que seja aplicada a taxa máxima de 0,25% sobre o valor da fatura, também não demonstra compreensão do município pelas dificuldades que a generalidade dos nossos concidadãos está a passar. Reafirmo a minha convicção de que esta taxa não deve ser paga pelos utentes e é contra isto que estamos mas sim pelas empresas que utilizam o subsolo municipal. Enquanto isso não se verificar, a CDU votará contra a sua aplicação.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

--- **NOVENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Suponho que ninguém concorda com a aplicação desta taxa aos consumidores. Eu acho que o importante, era que a gente pressionasse efetivamente os órgãos da Assembleia da República, os Grupos parlamentares, para alterarem esta Lei. Daí eu apresentar uma *Moção* que passo a ler. Ao abrigo da Lei 5 de 2004, ...posso apresentar a *Moção*? Não vai interferir...-----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:** É assim, nós estamos a analisar a proposta de qualquer maneira, fica a intenção...-----

- **O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo:** Muito bem. Então, já que aqui estou e como já é tarde, eu passo apenas a ler os dois pontos da deliberação que era, manifestar a oposição à cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem diretamente aos consumidores, sublinhando que estes encargos devem ser suportados pelas operadoras das telecomunicações. Depois solicitar à Assembleia da República, etc. Aliás, eu lembrava apenas e isso está nos considerandos, que o Senhor Provedor de Justiça chegou a solicitar a suspensão desta taxa, tendo em conta que esta se repercute diretamente sobre os consumidores os encargos que devem ser suportados pelas operadoras de telecomunicações e também, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, já alertou que esta taxa, acaba por não propiciar aos Municípios uma receita adequada à disponibilização por estes dos seus bens de domínio público ou privado, pelo que é necessário uma alteração legislativa para resolver as questões complicadas que a mesma comporta. As alterações ao regime jurídico da Taxa municipal de Direitos de Passagem já reivindicadas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, constam a responsabilização das empresas pelo pagamento desta taxa, disponibilizar aos Municípios a listagem das empresas que estão sujeitas à taxa e estabelecer-se um novo conjunto de contraordenações seja pela não entrega do montante da taxa, seja pelo não cumprimento, das obrigações de comunicação e informação. Numa próxima Sessão eu apresentarei então esta *Moção*.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma questão. Íamos pôr à VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (T.M.D.P.). Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com Vinte e oito votos (28) a favor, nove (9) abstenções e um (1) voto contra.*-----

Íamos passar ao Ponto Nove, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU SOBRE A REDUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO RESOLUTIVO – ARTIGO 59.º DA LOE 2013**,-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **NOVENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores deputados. Muito rapidamente, no fundo estamos aqui a cumprir, fazendo a redução de nove por cento (9%) dos trabalhadores a termo resolutivo, cumprindo desta forma o previsto no artigo 59 da Lei do Orçamento de Estado. Em termos práticos o que é que isto significa? Redução de um trabalhador a termo resolutivo, que por sua vez vai ser admitido por via de um concurso que já finalizou. Portanto, o resultado prático é cumprirmos o que está na Lei do Orçamento de Estado e ao mesmo tempo resolvermos um problema concreto de um trabalhador que passará assim para o quadro da Câmara Municipal, uma vez que o concurso já está concluído.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há alguma questão ou alguma intervenção? Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **NOVENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Bom, isto é o que acontece naturalmente quando apenas uma pessoa tem representar uma opinião. Não é porque eu tenha tanta vontade assim de aqui vir. Ora bem, relativamente a esta questão, nós só podemos ter um posicionamento desfavorável porque naturalmente questionamos as decisões governamentais que nos parecem destituídas de critérios, não têm em conta as reais necessidades existentes nas localidades. Não encontramos critérios justificativos para esta redução de postos de trabalho, ainda esta manhã eu falei no atentado à qualidade da prestação de serviços de saúde em consequência exatamente desta situação. São critérios puramente economicistas, muitas destas medidas quanto a nós estão carregadíssimas de caráter ideológico, mas seja como for, ela não têm em conta as assimetrias, não têm em conta as carências vividas em municípios nomeadamente os que são marcados pela interioridade. Toda a redução de postos de trabalho nos parece questionável, mas desta forma ainda mais questionável nos parece. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo ia colocar à **VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU SOBRE A REDUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO RESOLUTIVO – ARTIGO 59.º DA LOE 2013**. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada a proposta com quarenta votos (40) a favor, uma (1) abstenção e um (1) voto contra*.-----

Passávamos ao Ponto dez da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU RELATIVA À AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE EDUCAÇÃO SOCIAL – ARTIGO 66.º DA LOE 2013**.-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **NOVENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Em termos muito práticos aquilo que se propõe aqui é a cessação de um procedimento concursal para o preenchimento de um posto d trabalho de Técnico Superior de Educação Social e já agora se o Senhor Presidente me permitir, apresento já o Ponto Onze que de certa maneira é um num sentido e o outro no outro. O Ponto Onze é no sentido de se propor a renovação do prazo para a conclusão do procedimento concursal para o preenchimento de dois postos de trabalho de Técnico Superior de Engenharia Civil, porque se não for aprovado caduca no final do ano. Portanto, são duas situações em que uma visa acabar com um concurso que estava a decorrer e o outro visa a prorrogação para podermos concluir a admissão de dois

novos engenheiros, dois Técnicos Superiores de Engenharia Civil.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há alguma questão? Para o Ponto dez, Senhora Deputada Filomena Pires.-----

--- **NOVENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Pedia-vos aqui apenas um curto esclarecimento, porque mesmo procurando informação nas Atas anteriores, não sentimos o esclarecimento que de facto gostaríamos de obter. A situação aqui colocada decorre de um mero erro administrativo, é consequente a uma mudança de paradigma relativamente à contratação ou haverá aqui qualquer outra *nuance* que de facto não percebemos? Muito obrigado-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **CEM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito rapidamente, em relação ao Ponto Dez, resulta de uma reavaliação por parte do Executivo, pelo facto de não necessitarmos de uma técnica com esta formação. Em relação aos outros dois, reiterar que precisamos de dois Técnicos Superiores de Engenharia Civil, como não há tempo útil para concluir este concurso até ao final do ano, pede-se aqui uma prorrogação do prazo para se poder fazer essa admissão, naturalmente tudo isto concertadamente com os serviços. É perfeitamente legítimo que o novo Executivo possa avançar ou não com um determinado tipo de prioridades. Nós fazemos as nossas avaliações e neste caso concreto entendemos que não faz sentido manter este concurso.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** íamos proceder então à VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU RELATIVA À AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE EDUCAÇÃO SOCIAL – ARTIGO 66.º DA LOE 2013. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com quarenta (40) votos a favor e quatro (4) abstenções.*-----

Íamos passar à VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA A RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL – ARTIGO 66.º DA LOE 2013. Como o Senhor Presidente da Câmara já deu a justificação ia colocar a questão à Assembleia. Alguém quer intervir sobre este assunto. Não havendo nenhuma intervenção íamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com quarenta (40) votos a favor e quatro (4) abstenções.*-----

A Mesa propunha que em relação aos Pontos, Décimo segundo, Décimo terceiro, Décimo quarto, Décimo quinto, Décimo sexto e Décimo sétimo como são seis atos eleitorais, propúnhamos que fossem realizados em simultâneo. Para manter a confidencialidade e o sigilo da votação, foi criado ao fundo da sala um espaço para distribuição e preenchimento dos votos. Por isso os Senhores Deputados podem dirigir-se lá, com calma para não haver interferências em termos de funcionamento e para rapidamente resolvermos a situação. Preencher e guardavam os votos. Os votos serão distribuídos pelo serviço de apoio, em seguida serão chamados para procederem à votação na urna que como é óbvio, vai ser colocada aqui na Mesa. Todos os boletins de voto têm uma cor diferente e além disso têm um texto referente à eleição. Por isso, não há dúvida, é não só uma cor como têm o texto. Em relação a esta proposta, há alguma discordância? Uma vez que não há íríamos seguir esse procedimento. Assim, solicitava aos Senhores Deputados que apresentassem candidaturas à Mesa. Informava a Assembleia que deram entrada para eleição as seguintes propostas:-----

Para o Ponto Décimo Segundo, “ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE (EFETIVO E SUPLENTE) DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE

.....  
- **Efetivo:** Presidente da União das Freguesias de Viseu, Diamantino Amaral Santos.-----  
- **Suplente:** Presidente da Freguesia de Povolide, José Manuel de Almeida Fernandes.-----  
Em relação ao Ponto Décimo Terceiro, “ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE (EFETIVO E SUPLENTE) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES DÃO LAFÕES”.-----  
- **Efetivo:** Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires.-----  
- **Suplente:** Joana Patrícia dos Santos Ferreira.-----  
Para o Ponto Décimo Quarto, “DESIGNAÇÃO DE 4 (QUATRO) PESSOAS DE ENTRE CIDADÃOS ELEITORES PREFERENCIALMENTE COM ESPECIAIS CONHECIMENTOS OU CAPACIDADES PARA INTERVIR NA ÁREA DAS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO PARA EFEITOS DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.”-----  
- **Efetivos:** Elisabete Maria de Jesus Almeida Farreca; Filipa Manuela Carvalho da Almeida Mendes; Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva; Maria Filomena de Matos Pires.-----  
- **Suplentes:** Florbela de Almeida Correia Soutinho e Olga Maria Sacramento Gonçalves.--  
Para o Ponto Décimo Quinto, “ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (EFETIVO E SUPLENTE) PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.”-----  
- **Efetivo:** Presidente da Junta de Freguesia de Côta, António de Jesus Tavares da Fonseca.-----  
- **Suplente:** Presidente da Junta de Freguesia de Bodiosa, Rui Manuel dos Santos Ferreira.  
Para o Ponto Décimo Sexto, “ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (EFETIVO E SUPLENTE) PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL.”-----  
- **Efetivo:** Presidente da Junta de Freguesia de Calde, José Fernandes.-----  
- **Suplente:** Presidente da Junta de Freguesia de Fragosela, Arnaldo António Correia Gonçalves.-----  
Para o Ponto Décimo Sétimo, “ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (EFETIVO E SUPLENTE) NO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.”-----  
- **Efetivo:** Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, Luís Filipe Martins Almeida Mendes.-----  
- **Suplente:** Presidente da Junta de S. João de Lourosa, Carlos Alberto Ferreira de Almeida.-----  
Entraram estas seis propostas e iríamos estabelecer que, a Lista A teria a concordância e depois teríamos o voto nulo ou voto em branco.-----  
Íamos então todos buscar os boletins de voto, preenchíamos lá, podíamos começar pelas últimas filas e progressivamente até à primeira fila.-----  
Só para dar um número da Mesa, houve nesta Assembleia até agora, cem intervenções.---  
Alertava já agora também que, cumpriu-se minimamente o Artigo trigésimo sétimo do Período de Antes da Ordem do Dia que tem previsto uma duração máxima de sessenta minutos. Não houve nesta Assembleia uma gestão que também está prevista neste Artigo trigésimo sétimo, uma gestão equitativa do tempo disponível, tendo em consideração a representatividade de cada um dos partidos. Portanto, também aqui teremos futuramente que nos aproximar um pouco nesta distribuição de tempo.-----  
- Senhores Deputados, pedíamos que se sentassem. Íamos proceder à chamada.-----  
- Senhor Presidente da Junta de Abraveses – Rui Pedro Oliveira de Almeida-----  
- Senhor Presidente da Junta de Bodiosa – Rui Manuel dos Santos Ferreira-----  
- Senhor Presidente da Junta de Calde – José Fernandes-----  
- Senhor Presidente da Junta do Campo – Carlos Alberto dos Santos Lima-----

- Senhor Presidente da Junta de Cavernães – Jorge Anselmo Martins-----
- Senhor Presidente da Junta de Côta – António de Jesus Tavares da Fonseca-----
- Senhor Presidente da Junta de Fragosela – Arnaldo António Correia Gonçalves-----
- Senhor Presidente da Junta de Lordosa – Carlos Manuel Martins Correia-----
- Senhor Presidente da Junta de Mundão – Armando Nuno dos Santos-----
- Senhor Presidente da Junta de Orgens – Adérito Pais Cardoso-----
- Senhor Presidente da Junta de Povolide – José Manuel de Almeida Fernandes-----
- Senhor Presidente da Junta de Ranhados – Luís Filipe Martins de Almeida Mendes-----
- Senhor Presidente da Junta de Ribafeita – Custódio Figueiredo Ferreira-----
- Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba – Carlos Alberto Pereira Gama Henriques---
- Senhor Presidente da Junta de Santos Evos – Fernando José Cardoso Rodrigues-----
- Senhor Presidente da Junta de S. João de Lourosa – Carlos Alberto Ferreira de Almeida.
- Senhor Presidente da Junta de S. Pedro de France – Fernando Martins Machado-----
- Senhor Presidente da Junta de Silgueiros – José Augusto Henriques Mota-----
- Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias Boaldeia Farminhão e Torredeita – José Paulo Moreira Cardoso de Meneses-----
- Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias Barreiros e Cepões – António da Silva Gomes Tavares-----
- Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias Couto de Baixo e Couto de Cima – Fernando Manuel Leitão de Almeida-----
- Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias Faíl e Vila Chã de Sá – José António Marques Seabra de Figueiredo-----
- Senhor Presidente da Junta União de Freguesias de Repeses e S. Salvador – José Domingos Abreu Coelho-----
- Senhor Presidente da Junta União de Freguesias C. Cipriano e Vil de Soito – Aurélio Pereira Lourenço-----
- Senhor Presidente da Junta União de Freguesias de Viseu – Diamantino Amaral dos Santos.-----
- A Senhora Segunda Secretária da Mesa Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, passa a fazer a chamada das Senhoras e dos Senhores Deputados:-----
- Senhor Deputado e Presidente da Mesa – José Manuel Henriques Mota Faria-----
- Senhor Deputado – João Fernando Marques Rebelo Cotta-----
- Senhor Deputado – Manuel Teodósio Martins Henriques-----
- Senhor Deputado – Pedro Filipe dos Santos Alves-----
- O Senhor Presidente da Mesa volta a fazer a chamada das Senhoras e dos Senhores Deputados:-----
- Senhora Deputada Cristina Paula Cunha Pereira Gomes-----
- A Senhora Segunda Secretária da Mesa Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, volta novamente a fazer a chamada das Senhoras e dos Senhores Deputados:-----
- Senhor Deputado – José Ernesto Pereira da Silva-----
- Senhora Deputada – Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes-----
- Senhor Deputado – António Vicente de Figueiredo-----
- Senhor Deputado – António Carlos Gomes Tomás da Costa-----
- Senhora Deputada – Joana Patrícia dos Santos Ferreira-----
- Senhor Deputado – António José Coelho Lopes-----
- Senhora Deputada – Florbela de Almeida Correia Soutinho-----
- Senhor Deputado – Pedro Osório dos Santos Ferreira-----
- Senhor Deputado – António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho-----
- Senhor Deputado – António Manuel Antunes Rafael Amaro-----
- Senhora Deputada – Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva-----
- Senhor Deputado – Alberto Gonçalves da Ascensão-----
- Senhor Deputado – Carlos Vale Martins-----

- Senhora Deputada – Cristina Maria Nunes Fonseca-----
- Senhor Deputado – Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes-----
- Senhora Deputada – Adelaide Joana da Silva Modesto-----
- Senhor Deputado – Carlos Fernandes da Cunha-----
- Senhora Deputada – Elsa Maria da Costa Lemos-----
- Senhora Deputada – Maria Filomena de Matos Pires-----
- Senhor Deputado – Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues-----

Pedia aos serviços que viessem aqui ajudar na contagem dos votos-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos apresentar rapidamente os resultados da votação:-----

“ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE (EFETIVO E SUPLENTE) DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VISEU”. Número de votantes quarenta e quatro (44). Lista A trinta (30) votos, doze (12) votos brancos e dois (2) votos nulos.-----

“ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE (EFETIVO E SUPLENTE) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES DÃO LAFÕES” Quarenta e quatro (44) votantes Lista A vinte e nove (29) votos, catorze (14) votos brancos e um (1) voto nulo.-----

“DESIGNAÇÃO DE 4 (QUATRO) PESSOAS DE ENTRE CIDADÃOS ELEITORES PREFERENCIALMENTE COM ESPECIAIS CONHECIMENTOS OU CAPACIDADES PARA INTERVIR NA ÁREA DAS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO PARA EFEITOS DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS”. Quarenta e quatro (44) votantes Lista A trinta e seis (36) votos, seis (6) votos brancos e dois (2) votos nulos.-----

“ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (EFETIVO E SUPLENTE) PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.” Quarenta e quatro (44) votantes Lista A vinte e nove (29) votos, catorze (14) votos brancos e um (1) voto nulo.-----

“ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (EFETIVO E SUPLENTE) PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL.” Quarenta e quatro (44) votantes Lista A vinte e oito (28) votos, quinze (15) votos brancos e um (1) voto nulo.-----

”ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (EFETIVO E SUPLENTE) NO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.” Quarenta e quatro (44) votantes Lista A vinte e oito (28) votos, catorze (15) votos brancos e dois (2) votos nulos.-----

Com estas votações os pontos termina o Ponto Décimo Sétimo da nossa Ordem de trabalhos.-----

Íamos agora entrar no Ponto Décimo Oitavo, ”VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE GALARDÃO DE RECONHECIMENTO MUNICIPAL – VIRIATO DE OURO, AO SENHOR DR. FERNANDO DE CARVALHO RUAS”, nos termos do artigo 39.º do Capítulo IX do Regulamento dos Galardões Municipais de Viseu.-----

Começaria por cumprimentar a Excelentíssima Mesa, O Senhor Presidente da Câmara, ao Senhores vereadores, Os Senhores Membros da Assembleia. Começaria também por felicitar o Executivo Camarário por ter atribuído a Medalha de Ouro da Cidade de Viseu ao Dr. Fernando Ruas tendo assim iniciado aquilo que é o procedimento que permite a apresentação conjunta quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal de Viseu do Galardão Municipal Viriato de Ouro.-----

A dedicação à causa pública, não precisa de recompensas, é uma missão e uma honra para quem a pratica. Como o Dr. Fernando Ruas costuma dizer, os Viseenses já o recompensaram ao deixarem gerir o Património da Cidade e do Concelho. Mas toda a sua dedicação e trabalho em prol de Viseu, merecem ser reconhecidos. O Dr. Fernando Ruas, foi um Homem público, foi um grande Autarca e foi também um Líder Regional e Nacional. Foi um exemplo e uma referência para todos os Autarcas. Foi exemplo de

proximidade, um exemplo de afetividade às pessoas, um exemplo de dedicação e de disponibilidade. Foi Também e acima de tudo um exemplo de autenticidade, de seriedade, de competência e de bom senso no exercício das funções públicas. Foi um político com coragem, um político determinado, firme, com sentido de serviço e com convicções profundas. Foi uma pessoa profundamente humanista e humilde. Foi sempre aquilo que poderemos considerar o cidadão comum no exercício de funções públicas. Foi também um lutador pela afirmação e defesa de Viseu e das suas instituições. Fosse qual fosse o Governo, Viseu estava sempre primeiro. Nunca desistiu e liderou diversas lutas, quis sempre mais e melhor para o seu Concelho. O bem-estar e a felicidade dos Viseenses foram sempre o seu maior desafio. Amava a sua terra e tinha um profundo orgulho da história do seu Concelho e do seu Património Histórico.-----

Senhores Deputados, O Dr. Fernando Ruas deu um contributo decisivo para a história do sucesso que é o Poder Local Democrático. A forma isenta e consensual como liderou a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e lutou pelo aprofundamento da autonomia e também da dignificação do Poder local, a par de uma verdadeira descentralização de competências. Não foi só um defensor acérrimo do Poder Local, do seu prestígio e eficácia, mas também, foi um defensor de todos os Autarcas em particular dos Senhores Presidentes de Junta.-----

Senhores Deputados, o Dr. Fernando Ruas liderou um ciclo autárquico virtuoso que transformou Viseu numa Cidade e num Concelho de referência. Colocou toda a sua sabedoria e experiência em prol do desenvolvimento de Viseu. Na ação política, foi sempre orientado por princípios e valores de dignificação da pessoa humana, da justiça e da solidariedade. Realizou uma governação séria, responsável, realista, orientada em prol do interesse público.-----

Senhores Deputados, o Dr. Fernando Ruas, foi um grande Autarca, mas fundamentalmente foi um grande Homem e um grande Viseense.-----

O amor a Viseu e ética na vida política são uns dos principais legados que nos deixa como homem público. A gestão da coisa pública, é nobre e digna. A dedicação à causa pública não precisa de recompensas como dissemos mas merece ser reconhecida. O exemplo de Autarca, de Homem Público, a vida dedicada ao ideal autárquico, o amor a Viseu, o trabalho de excelência que desenvolveu em prol das populações, merece ser reconhecido e justifica a atribuição do galardão de reconhecimento municipal o Viriato de Ouro. É a mais elevada condecoração do Município de Viseu, nos termos do artigo 39.º do Capítulo IX do Regulamento dos Galardões Municipais de Viseu.-----

Obrigado Dr. Fernando Carvalho Ruas.-----

--- MESA – O Senhor Primeiro Secretário: Perguntava se algum dos Senhores Deputados quer usar da Palavra? Dr. Ribeiro de Carvalho. Portanto, é uma proposta conjunta da Câmara e da Assembleia. Senhor Doutor, faça o favor.-----

--- CENTO E UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores. Travei nesta Assembleia duras lutas com o Dr. Fernando Ruas. O Dr. Fernando Ruas, ao contrário do que disse o Senhor Doutor Mota Faria, não era um Homem humilde, mas era um lutador pelas causas em que acreditava. Eu fui adversário do Dr. Fernando Ruas, mas como disse no julgamento a que ele foi sujeito, em que infelizmente o Ministério Público me indicou como testemunha, eu antes de prestar o depoimento e recordei isso aqui publicamente, pedi ao juiz para dizer duas coisas:-----

A primeira que disse foi, Senhor Doutor Juiz, eu sou adversário político do Senhor Doutor Fernando Ruas, mas não sou inimigo do Senhor Doutor Fernando Ruas.-----

A Segunda coisa que quero dizer é que não estou aqui voluntariamente, estou aqui indicado pelo Ministério Público.-----

O Doutor Fernando Ruas foi um Presidente de Câmara empenhado, esteve vinte e quatro

anos à frente deste Município com esmagadora maioria do apoio popular e para o bem e para o mal marcou a nossa Cidade. Tem muitas coisas positivas, tem evidentemente muitas coisas com que nós não concordámos e dissemo-lo na altura, mas evidentemente que uma pessoa que dedica vinte e quatro anos a uma causa pública, como é a transformação de uma Cidade como Viseu, merece obviamente que seja apoiado nessa resolução de lhe ser atribuído o Galardão de Ouro que votaremos com muita satisfação afirmativamente.-----

--- MESA – O Senhor Primeiro Secretário: Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

--- **CENTO E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Começaria já por dizer, que lamentamos não podermos acompanhar o Executivo e os proponentes desta proposta, na avaliação do desempenho de Fernando Ruas durante longos seis mandatos como Presidente da Câmara Viseu ao ponto de lhe atribuir o Galardão Máximo da Cidade. Certamente que Fernando Ruas deixou obra, ao fim de vinte e quatro à frente de Executivos municipais, claro que tinha que deixar a sua marca no Concelho. Mas essa marca nem sempre foi positiva. Na nossa perspectiva os Executivos do PSD presididos por Fernando Ruas, constituíram um fator atávico e negativo para o desenvolvimento sustentável e harmonioso do Concelho, deixando em herança ao fim de vinte e quatro anos de poder absoluto um Centro da Cidade e não só o Centro Histórico despovoado. O Centro Histórico, com duas décadas de atraso na reabilitação do edificado, o comércio tradicional trucidado pelo licenciamento desregrado de grandes superfícies e um deserto industrial e empresarial que parecia não causar o mínimo incómodo ao anterior Presidente da Câmara, pelo menos a acreditar na sua afirmação aqui proferida de que não se importava que Viseu fosse um mero dormitório para quem trabalha nos concelhos vizinhos. Da mesma forma, menosprezou o despovoamento do Centro Histórico como fez ao menosprezar a saída da Farmácia Pinto do Largo Pintor Gata, afirmando que até poderia ser um facto positivo por atrair menos carros para o Centro Histórico. O problema é que não foi só aquela farmácia. Foi a Farmácia Mouro, a Farmácia Medicinal, que também saíram da Rua Direita, uma das artérias vítimas da degradação do imobiliário e do consequente despovoamento do Centro Histórico. E só não estragou mais o Centro Histórico porque o IGESPAR chumbou o projeto do parque de estacionamento subterrâneo junto ao Museu Grão Vasco. É natural que os Viseenses digam e sintam que Viseu é uma Cidade onde dá gosto viver, dá efetivamente! Viseu sempre foi uma Cidade bonita, já era conhecida como o Cidade Jardim antes de Fernando Ruas chegar à Câmara. Engrácia Carrilho, seu antecessor, pode não ter desenvolvido muito o Concelho, tanto quanto nós gostaríamos, mas também não estragou e cuidou dos jardins. Com Fernando Ruas, a Cidade viu a sua população aumentar efetivamente, mas os jardins e os espaços verdes, não acompanharam esse crescimento, pelo contrário, deixou destruir o Jardim da Ribeira apesar de uma associação ambientalista ter alertado para o não fazerem. Claro que era um projeto do Programa Polis mas, podia ter sido evitado. As flores nas rotundas podem ser agradáveis à vista mas não são jardins. A Mata do Fontelo, pulmão histórico da Cidade, que de resto o Bloco considera que é uma das três Joias da Coroa do nosso Município, a par da Cava e do Centro Histórico, Património Biológico de rara diversidade vegetal, ficou ao abandono, como é agora reconhecido pelo atual Executivo ao propor a sua requalificação. E até a decisão de Fernando Ruas de entregar aos Escuteiros o Parque de Campismo do Fontelo, em detrimento da sua reabertura eventualmente como parque municipal, não só afastou turistas da mata, como os afastou da Cidade, empurrando-os para campos vizinhos como o de Vouzela de qualidade certificada. O Pavilhão Gimnodesportivo, foi abandonado à degradação e há dois anos que está fechado. Fernando Ruas, cometeu um erro, confundiu desenvolvimento com crescimento e modernizar com estragar. A Cidade cresceu de forma pouco sustentável, com um desenvolvimento descontínuo, passou pela criação das chamadas novas centralidades, de bairros com densidades populacionais exageradas

autênticos “cimentérios”, como o de Marzovelos, que teve como contrapartida a desertificação do Centro Histórico numa estratégia errada que resultou em Viseu, como noutros locais onde foi seguida, nas “*Cidades Donuts*” (aqueles bolos com um buraco no meio) como também já lhe chamou em tempos o atual Presidente da Câmara. Fernando Ruas, foi responsável pelo enorme desperdício de fundos comunitários e do estado, Programa Polis ao dar preferência a projetos megalómanos e inúteis como o Funicular e o Túnel Rodoviário Viriato, em detrimento de projetos que promoveriam a Cidade como centro cultural e turístico como seria o Centro de Interpretação da Cava do Viriato que não passou do papel. Também não podemos esquecer que Fernando Ruas e os Executivos, não tiveram para com os Viseenses uma política fiscal justa, aplicando durante muito tempo taxas máximas e demasiado elevadas de IMI, como ficou provado pelo estudo do grupo de trabalho para a revisão do sistema fiscal, divulgado pelo Jornal de Negócios em 15/10/2009 que incluía Viseu na lista dos setenta e oito municípios com peso excessivo de imposto sobre o património, IMT, nas suas receitas. Por último importa referir que foi Fernando Ruas, ele próprio, que admitiu numa comunicação à Assembleia Municipal que só no último mandato é que começou a dar importância de relevo ao imaterial, à cultura e ao social, dizia ele que depois de ter completado a obra de infraestruturação do concelho, isto apesar da ETAR ainda estar por fazer, (ETAR Viseu Sul) o que denota a evolução demasiado tardia e uma visão muito limitada e ultrapassada de desenvolvimento e qualidade de vida das populações. Por tudo isto, não pode o Bloco de Esquerda votar favoravelmente esta proposta de atribuição do Viriato de Ouro a Fernando Ruas. Já agora, antes de sair, gostaria só se me permitem, agradecer o convite que o Senhor Presidente da Câmara, para a ceia de hoje à noite. Teria imenso prazer em estar com todos vós, mas acontece que faço hoje trinta e sete anos de casado e tal como o Senhor Presidente, eu também tenho encantamentos prolongados e a minha mulher preza muito estas comemorações, as celebrações atempadas. Portanto, peço desculpa mas não vou poder estar presente. Obrigado-----

--- MESA – O Senhor Primeiro Secretário: Senhor Deputado José Ernesto.-----

--- CENTO E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Público em geral, Senhores Jornalistas. De facto, sinto-me bastante confortável de estar aqui hoje, não escrevi nada porque entendi que não devia escrever, porque estas coisas dizem-se por sentimento, por aquilo que um indivíduo sente e eu quero aqui reafirmar que eu conheci este Homem, Fernando Ruas, menino e moço, estudámos os dois, fomos e somos amigos, tenho por ele um orgulho imenso pelo projeto de vida dele, desde o tempo em que deu aulas, desde o tempo em que esteve na Segurança Social, desde os vinte e quatro anos em que foi Autarca, que com ele também compartilhei alguns anos, quero dizer-vos que é facto uma honra para o partido ter uma personagem destas no seu seio. Dizer-vos também que nesta sala devo ter à volta de uns trinta e tal anos, eu, o Doutor Ribeiro de Carvalho, Doutor Almeida Henriques, Doutor Faria, aqui partilhámos com vários Presidentes de Câmara, eu partilhei trabalhos com o Engenheiro Lino Moreira aqui há uns anos numa Comissão Administrativa, um excelente Senhor, um excelente Homem, que conheci na altura, em setenta e quatro, depois com o Doutor Leal Loureiro, depois com Engenheiro Amorim, seguidamente com o Engenheiro Vidal e com o Engenheiro que o substituiu, depois apareceu o Doutor Fernando Ruas, nesse primeiro ano não estive, mas depois estive com ele nos outros mandatos. De facto aquilo que ouvi e aquilo que o Doutor Mota Faria aqui explanou e que o meu querido amigo Doutor Ribeiro de Carvalho também o fez e sei que o Doutor Ribeiro de Carvalho é um Homem de bem, aliás, até estudámos os dois no mesmo colégio, tivemos lá uma boa escola. Claro que não quero concordar de modo algum, com aquilo que disse o amigo do Bloco de Esquerda, mas pronto é a opinião dele. De facto, nesta altura devemo-nos regozijar por um cidadão desta

terra de Viseu, que levou bem longe o nome de nós todos e da nossa terra. Acho que é um orgulho nosso e o Grupo Municipal do PSD que eu aqui estou a representar a pedido do Senhor Coordenador, me orgulha muito e dizer-vos de facto, que foi com muito orgulho e com muita honra que o conheci e continuo a conhecer o Doutor Fernando Ruas, do exemplo que deu, do trabalho que ele fez e como é óbvio em tudo na vida, nem tudo é bom nem tudo é mau, mas só erra quem faz, porque quem não fizer nada também não erra. Portanto, é um exemplo para nós todos deste Homem, deste Senhor que foi o Doutor Fernando Ruas. Aproveito para felicitar a Câmara na pessoa do Senhor Presidente, por esta proposta em conjunto com a Assembleia Municipal de honrar aqueles que deram e trabalharam prol da nossa terra. Acho que é bonito, que quando se sai do poder, porque o poder é efémero, hoje estamos cá nós, amanhã vêm outros e devemos resguardar sempre a imagem de quem trabalha e de quem se dedica e não a destruição pura e simples. Acho que a Democracia também tem esses efeitos, de a gente saber o querer, saber o fazer e saber estar na altura em que devemos dar aqueles que merecem este tipo de trabalho. Os meus parabéns sinceros por esta iniciativa, acho que vos orgulha muito e a nós todos por este ato. Bem hajam pelo vosso trabalho. Obrigado.-----

--- **CENTO E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU)**: Agora será mesmo a derradeira vez que me aturam. Naturalmente não concordando com muitas das palavras que aqui já foram ditas, mas também com muita identificação relativamente a muitas palavras que aqui foram ditas nomeadamente pelo Bloco de Esquerda, aquilo que aqui trazemos é enfim, uma posição pensada coletivamente como sempre fazemos no nosso partido e que vou passar a ler.-----

--- É pública a forma nem sempre democrática como muitas vezes o Sr. Doutor Ruas e os seus Executivos trataram o PCP e a CDU nesta cidade e neste Concelho. À margem das divergências ideológicas, exige a democracia o respeito pelos adversários políticos. Nem sempre sentimos que Viseu fosse uma cidade democrática pois a liberdade de expressão, de propaganda e de manifestação, políticas, foram cerceadas em muitos momentos do exercício do poder. Neste âmbito houve mesmo processos jurídicos ganhos em tribunal pela Juventude Comunista Portuguesa. Apesar de tudo isso, não podemos deixar de reconhecer a entrega à causa pública que o autarca Fernando Ruas materializou, da forma que lhe é peculiar como não poderia deixar de ser, mas afirmando-se desse modo como estímulo a que outros cidadãos entendam ser este um serviço de valor e reconhecido mérito. Votamos a favor do reconhecimento deste serviço a Viseu, do reconhecimento do autarca (friso) sem nos distanciarmos de toda a crítica que inevitavelmente sempre faremos ao modo como exerceu este poder. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

--- **CENTO E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP)**: Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa, minhas Senhoras e meus Senhores. Da parte do CDS, queremos obviamente apoiar esta iniciativa, ficando aqui o reconhecimento público perante um adversário de grande valia e que certamente muito contribuiu para o desenvolvimento de Viseu. É lógico que as posições nem sempre foram convergentes, temos as nossas divergências, mas no fundo à que garantir o respeito por quem exerce bem a causa pública. Acho que, no julgamento final de Fernando Ruas, aquilo que podemos dizer é que deixou-nos uma Cidade melhor do que aquela que recebeu. Por tudo isso, aqui fica também o voto favorável do CDS/PP a este galardão atribuído. Muito obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

--- **CENTO E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Obviamente que não poderia deixar de intervir neste ponto e dizer que este é claramente o momento alto desta Assembleia Municipal. Recordo que a Assembleia Municipal nas suas diferentes composições, é a terceira vez que é

chamada a fazer uma proposta deste tipo. O Doutor Azeredo Perdigão a título póstumo, o Engenheiro Engrácia Carrilho também a título póstumo e hoje felizmente em vida reconhecemos um Homem que dedicou vinte e quatro anos da sua vida pública a esta Cidade, a este Concelho e a este País e portanto, deve merecer da nossa parte todo o reconhecimento. Eu quero dizer que me sinto duplamente orgulhoso por poder usar da palavra num momento em que será colocada a votação uma proposta, que é efetivamente uma proposta também do Município, que foi votada por unanimidade, à que realçar, independentemente das diferenças, todos votámos da mesma forma. Eu realcei na altura na reunião do Executivo, quer a votação dos Vereadores do Partido Socialista, quer do Senhor Vereador do CDS/PP que o fizeram reconhecendo um percurso e sinto-me duplamente orgulhoso, por um lado no meu discurso de tomada de posse, ter de imediato assumido esta homenagem ao Doutor Fernando Ruas, propondo que fosse atribuída a Medalha de Ouro da Cidade, para que posteriormente pudesse, ou na mesma Sessão pudesse ser atribuído também o Viriato de ouro, uma coisa que será inédita, uma mesma pessoa que irá receber no mesmo dia a Medalha de Ouro da Cidade e ao mesmo tempo o Viriato de Ouro. Ao mesmo tempo sinto-me de facto orgulhoso por ser o Presidente da Câmara que sucedeu a Fernando Ruas numa eleição democrática, em que os Viseenses tiveram a oportunidade de manifestar a sua opção. Portanto, é um duplo orgulho que sinto, num dia particularmente importante porque independentemente de ter ouvido aqui, designadamente o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda a quem eu faço um apelo, porque eu acho que na vida devemos ser magnânimos. Independentemente de poder ter havido momentos de dissonância que tenha tido com o Doutor Fernando Ruas, acho que há um direito que se lhe assiste, é que esta Assembleia Municipal não tivesse nenhum voto contra na atribuição do Viriato de Ouro. Acho que isso seria uma forma da Assembleia Municipal, em conjunto com o Executivo, reconhecerem no fundo o percurso de uma pessoa que está acima de tudo e que efetivamente em vinte e quatro anos, deu o melhor que tinha. Não tenho dúvidas nenhuma que em todos os momentos, deu o melhor que tinha dentro de si, ao Município e ao País nas diferentes funções que exerceu e posso-lhe dizer que hoje, nesta minha qualidade de Presidente da Câmara, mas também na qualidade que tive aqui na Assembleia Municipal e como Deputado, não são tantos anos como o José Ernesto, mas tenho vinte e quatro anos de Assembleia Municipal e mais três anos no tempo do Engenheiro Amorim portanto, foi logo ali aos meus dezoito anos e o que eu posso dizer é que a forma como defendeu o Concelho, o trabalho que desenvolveu em conjunto com os Senhores Presidentes de Junta e com as suas equipas ao longo destes anos, permitem a Viseu, estar hoje num patamar, que se não estivesse lá, não podia ambicionar a passar para fase de ser mais atrativo do ponto de vista de captação de investimento, de ser mais atrativo ponto de vista da captação de pessoas para viverem no nosso Concelho. É preciso ver que só quando temos bons alicerces é que podemos construir um bom edifício e se hoje estamos em condições de construir um bom edifício e de poder passar a outras áreas e apostar mais nelas, é porque efetivamente se fez um bom trabalho ao longo destes vinte e quatro anos. Portanto, acho que, independentemente de divergências que se possam ter, há momentos em que devemos ser magnânimos. Eu sei que em Portugal, não há muito a tendência para reconhecer em vida, aliás, comentava aqui com o Senhor Vereador das Freguesias que se estivéssemos a fazer e felizmente que o estamos a fazer em vida, mas se o estivéssemos a fazer a título póstumo, provavelmente toda as intervenções seriam no mesmo sentido. Eu acho que o importante, é reconhecermos o valor em vida, porque efetivamente as pessoas podem ter a certeza de que iremos preparar uma cerimónia á altura da figura que vamos homenagear e da condecoração que iremos atribuir. Seguramente que a faremos no Tetro Viriato, acho que é o sítio certo para fazermos esta mesma homenagem, digamos que é a nossa principal sala de visitas porque Salão Nobre seria pequeno para uma homenagem destas, mas acho que era muito importante e era um apelo que fazia aqui ao Senhor Deputado, sei que também

é uma pessoa boa no verdadeiro sentido e que não deixará de ter aqui um gesto magnânimo e penso que assim terminaremos com chave de ouro esta última Sessão da Assembleia. Aproveitava também para os que não estiverem presentes no encontro que vamos ter a seguir em que presumo que a maior parte estarão, mas para aqueles que não estiverem, aproveito também para desejar um bom ano de 2014. Que seja um bom ano do ponto de vista pessoal, do ponto de vista profissional, mas sobretudo seja um bom ano do ponto de vista do progresso e desenvolvimento da nossa Cidade, do nosso Concelho, da nossa Região e também do nosso País. Muito obrigado. -----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Retomava a palavra para reforçar o pedido feito Presidente da Câmara Municipal de Viseu ao Deputado Calos Vieira. Uma vez que ainda não procedemos à votação acho que é a altura, penso que a divergência política já ficou em Ata, a divergência política já ficou manifestada, agora e antes de pôr à votação, eu fazia este apelo e reforçava o apelo do Senhor Presidente da Câmara.-----  
Então iríamos por à, "VOTAÇÃO A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE GALARDÃO DE RECONHECIMENTO MUNICIPAL – VIRIATO DE OURO, AO SENHOR DR. FERNANDO DE CARVALHO RUAS". Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por filas. *Aprovada com quarenta e dois (42) votos a favor e uma (1) abstenção.*-----  
Agradecia a todos e uma salva de palmas. Desde já ao Senhor Deputado Carlos Vieira um agradecimento também. -----

Terminámos assim a Ordem de Trabalhos. Abre-se agora o período de intervenção do público e temos que respeitar, conforme previsto no Regimento. Há um cidadão inscrito, que é o Senhor Manuel Mirandez a quem dava o uso da palavra. Tem cinco minutos conforme é habitual.-----

--- **CENTO E SETE – O SENHOR MANUEL MIRANDEZ:** Muito boa noite a todos. Eu de facto peço-vos alguma desculpa por esta minha intervenção, mas não podia deixar de a fazer neste momento. Quero começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras os Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados, Público presente e a Comunicação Social. Dirijome ao Senhor Presidente da Câmara para lhe dizer que foi com agrado que esta manhã ali de cima ouvi o Senhor Presidente da Câmara comprometer-se com o Conselho Municipal de Juventude de Viseu. Bem sei que era algo que fazia parte do seu programa mas, é sempre bom passar das palavras aos atos e congratulo-o por isso. Congratulo-o porque enquanto Líder da JS em Viseu, foi a juventude partidária que mais fez pelo Conselho Municipal de Juventude em Viseu ser uma realidade, não podia deixar de o fazer neste momento em que a Câmara Municipal de Viseu, finalmente acorda para o Conselho Municipal de Juventude. Dizer-lhe que esta é uma luta antiga da JS em Viseu, o CMJ já fez parte do nosso programa autárquico em 2009, fez parte também das nossas prioridades políticas durante os últimos quatro anos e também fez parte como é óbvio do manifesto autárquico de 2013. Mesmo para terminar, dizer-lhe que a JS está ao dispor da Câmara Municipal de Viseu, está ao dispor das restantes juventudes partidárias do nosso concelho e dos outros organismos de juventude que farão parte do próximo CMJ, para que este seja uma realidade o mais breve possível. Gostaria de terminar, desejando um bom ano a todos, um ano em tudo melhor aquele que agora termina e um bom jantar para todos vós. Obrigado.-----

--- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço a presença e colaboração de todos. Muito obrigado, estão encerrados os trabalhos. Aos que não vão ao jantar desejo-lhes um bom ano.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, quando eram vinte horas e trinta e dois minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----



**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

**(José Manuel Henriques Mota Faria)**